



# Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

A mais antiga instituição cultural do Estado

Volume 61 - 2003



Cuiabá - MT  
2003

3490

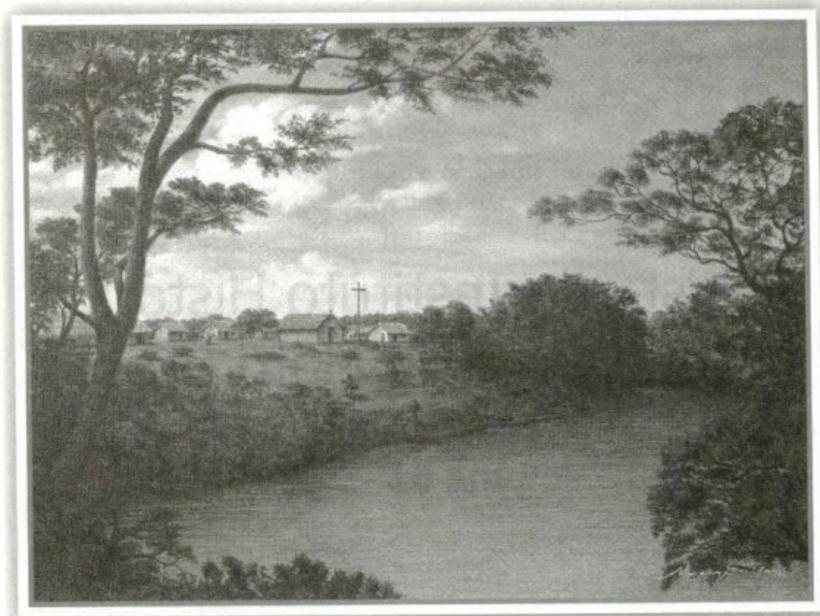
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul  
Instituto Cultural do Estado

**ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS**  
**Rua Barão de Melgaço, Nº. 3869 - Centro**  
**78005-500 - Cuiabá - Mato Grosso - Brasil**  
**Fone/Fax: (065) 624 - 6782**



# Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

A mais antiga instituição cultural do Estado



**Volume 61 - 2003**



1919

**ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS**  
Rua Barão de Melgaço, Nº. 3869 - Centro  
78005-500 - Cuiabá - Mato Grosso - Brasil  
**Fone/Fax: (065) 624 - 6782**

# Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

**Volume 61 - 2003**

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso  
Volume 61 - 2003  
1000-2000 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Kamelaire (093) 030 030  
1100 - 0300 - Curitiba - Paraná - Brasil

### **Conselho Editorial**

Suise Monteiro Leon Bordest  
Elizabeth Madureira Siqueira  
Sônia Regina Romancini

### **Ilustração da Capa**

Óleo s/ tela de Moacyr Freitas

### **Arte da Capa**

Jovanil Santos

### **Impressão e Acabamento**

Gráfica Print

### **Revisão**

As revisões foram efetuadas pelos próprios  
autores dos artigos

---

#### *Ficha Catalográfica*

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. /  
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. V. 61. Cuiabá -2003  
183 p.; 16cm.

Anual

Inclui bibliografia e índice

ISSN 1677-0897

1. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

CDD (20<sup>o</sup> ed.)  
981.72

---

Dados Internacionais de catalogação na publicação  
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

---

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

## DIRETORIA

Biênio 2002-2004

### Presidente de Honra

Blairo Borges Maggi

### Presidente

João Carlos Vicente Ferreira

### 1ª Vice Presidente

Gabriel Francisco de Mattos

### 2ª Vice Presidente

Weller Marcos da Silva

### 1ª Secretária

Sônia Regina Romancini

### 2ª Secretário

Benedito Pinheiro de Campos

### 1ª Tesoureiro

Francisco Freire da Silva

### 2ª Tesoureiro

Domingos Iglésias Valério

### Conselho Fiscal

Aecim Tocantins

Aníbal Alencastro

João Alberto Novis Gomes Monteiro

### Curadora do Museu e Arquivo

Elizabeth Madureira Siqueira

### Coordenador Geral das Publicações Avulsas do IHGMT

Paulo Pitaluga Costa e Silva

### IHGMT

Rua Barão de Melgaço, 3.869 - Centro

Cuiabá - Mato Grosso - Brasil

Telefax (65) 624-2029 - CEP 78.005-500

# SUMÁRIO

## 1ª Parte ARTIGOS

Cuiabá precisava de ajuda	
<i>Moacyr Freitas</i> .....	pág. 07
As cartas pastorais e a visão ultramontana de D. Carlos Luiz D'amour, Bispo de Cuiabá-MT - (1879 a 1921)	
<i>Maria Adenir Peraro</i> .....	pág. 44
A historiografia inaugural da educação de Mato Grosso e os avanços contemporâneos implementados pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação do IE/UFMT	
<i>Elizabeth Madureira Siqueira e Nicanor Palhares Sá</i> .....	pág. 52
Generoso Ponce: o condutor de homens	
<i>Lourembergue Alves</i> .....	pág. 73
O Processo de Colonização no Norte de Mato Grosso: efeitos regionais e territoriais	
<i>Tereza Cristina de Souza Higa - Adenilce Ferreira de Oliveira - Eledir C. Martins - Jandyra Luz Teixeira - Ronei Coelho de Lima - Selma Vilela Borges Gonçalves - Vera Hiroko Okazaki Vieira</i> .....	pág. 99
O "Manifesto dos Médicos" e a Divisão de Mato-Grosso	
<i>Pedro Valle</i> .....	pág. 109
A Ação das Políticas Públicas na região pantaneira: o RODEPAN.	
<i>Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa</i> .....	pág. 127
IHG-Municipal: a Integração Cultural de Mato Grosso.	
<i>João Carlos Vicente Ferreira</i> .....	pág. 144

## 2ª Parte COMUNICAÇÕES

A Navegação Santanista	
<i>Paulo Pitaluga Costa e Silva</i> .....	pág. 157
Espaço e Tempo na Cidade	
<i>Sônia Regina Romancini</i> .....	pág. 164
Turismo em Espaço Rural: iniciativas transmontanas e pantaneiras	
<i>Suise Monteiro Leon Bordest- Ignes Walders Ferreira Izquierdo</i> .....	pág. 172
A Grande Rodovia Transoceânica	
<i>Gabriel de Mattos</i> .....	pág. 178
Estive no São Paulo e também em Rio de Janeiro	
<i>Afrânio Corrêa</i> .....	pág. 182

1ª Parte  
**ARTIGOS**

pag 121

pag 104

pag 173

pag 158

pag 183

# CUIABÁ PRECISAVA DE AJUDA

Moacyr Freitas

## A PRETENSÃO

Lembro-me, ainda, nos idos de 1960, assistindo às aulas de urbanismo do saudoso professor Sabóia Ribeiro, quando a todo exemplo eu procurava, mentalmente, situar minha cidade, Cuiabá. Achava mesmo que, como primeiro arquiteto destinado a exercer a profissão na sua cidade natal, deveria colher naquelas aulas o máximo de conhecimento para aplicá-lo ali, se houvesse essa oportunidade. Minha preocupação era quase um sonho, imaginando realizar tudo de bom para nossa cidade.

Iniciei minha carreira profissional no antigo Departamento de Obras do Estado, porém, ansiosamente, aguardava uma oportunidade de trabalhar na Prefeitura Municipal de Cuiabá.

## O ENSAIO

Como voluntário, ofereci meus trabalhos ao Prefeito da cidade Hélio Palma Arruda. Apresentei-lhe um projeto para redefinir o antigo bosque municipal, buscando dar àquele espaço uma verdadeira praça, para torná-lo, realmente, um bosque. Foi assim que, com o amigo Ainabil Lobo, engenheiro agrônomo que também se interessava pelas coisas da cidade, consegui realizar meu primeiro projeto urbanístico para Cuiabá. Foi uma experiência nova, inaugural para mim. Venci críticas até mesmo de técnicos, por sacrificar alguns tarumeiros já doentes. Eu sabia dessa reação e preveni-me com atestado da doença das árvores, fornecido pelo órgão competente naquela época, o Fomento Agrícola da Produção. Também recebi crítica por delinear diretamente no chão com uma vara a forma sinuosa dos canteirões, assim como o espelho d'água da praça. Apesar desses embaraços de maus técnicos e políticos, a praça tornou-se realidade. Entretanto, para sua inauguração, esqueceram de nós, que pudemos vê-la apenas de longe. Foi somente na primeira administração do engenheiro Frederico Campos que essa praça, hoje, Santos Dumont, recebeu um calçamento com caco cerâmico. Recentemente, ela foi remodelada com retirada do espelho d'água, da caixa d'água semi-enterrada e do espaço redondo elevado para banda de música; e recebeu também nova iluminação.

## A CIDADE

Até aquele ano de 1961, a cidade parecia estacionária. Governava o Estado de Mato Grosso o médico Dr. Fernando Correia da Costa. Como acontecia com os governos anteriores, também no seu governo tudo girava na base do atendimento a problemas, com algumas iniciativas. Governava do Palácio Alencastro inacabado; edifício em estilo moderno que substituiu o velho, que fora sacrificado, assim como outros importantes testemunhos da história cuiabana, ali existentes. Verificou-se que mesmo depois de concluído o palácio, ele não servia para acomodar todas as secretarias do governo.

A partir de então, a cidade assistia às demolições de outras verdadeiras relíquias do seu sítio histórico.

Começava neste tempo a era do asfalto em Cuiabá. Fora lançado numa pista da Av. Ten. Cel. Escolástico e num pequeno trecho da Av. Presidente Marques, entre a praça Gal. Malet e a frente da Estação de Tratamento d'Água. A Avenida Getúlio Vargas ganhou também um trecho no prolongamento que vai da Rua São Sebastião até a Rua Estevão de Mendonça. Na seqüência de asfaltamento, veio a Av. Gal. Vale e a Rua Antônio Maria, entre a Av. Generoso Ponce e Av. Dom Bosco, pela administração Vuolo. Este Prefeito, através de coleta de recursos dos moradores, conseguiu calçar a paralelepípedos a parte da Rua 24 de Outubro que vai da Rua Comte. Costa até a Av. Pres. Marques. A Rua Joaquim Murtinho já havia sido calçada a paralelepípedos pelo Prefeito Manoel de Arruda, indo do centro da cidade até a Av. 15 de Novembro no Porto, prolongando-se o calçamento pela Rua Senador Metelo para atingir aquela.

A administração Manoel de Arruda antecedeu a de José Garcia Neto, que foi seguida pela de Hélio Palma Arruda e, depois, pela de Vicente Emílio Vuolo.

Por essa pista de paralelepípedos transitavam na época os antigos ônibus abertos e alguns já fechados; faziam linha de regresso ao bairro do Porto, partindo da Praça da República, o seu tradicional ponto terminal.

Morador do Porto, costumava tomar estes ônibus, que já se apresentavam em condições precaríssimas no final da administração Vuolo, ou seja, em 1966. Para Várzea Grande e Coxipó, havia horário certo para as partidas do Porto e do Centro, respectivamente. Por fim, neste final de administração, um senhor Bela Tagori conseguiu montar uma frota de lotações com viaturas Kombi da Volkswagen, pois, os ônibus grandes, de vários proprietários, já não atendiam bem a população. A linha ainda era apenas Porto-Cidade. Uma empresa de ônibus fora formada sob contrato com a Prefeitura e afastou os pequenos proprietários. Mais tarde, veio o Assunção, Rápido Mato Grosso e depois a Nova Era. Esta permaneceu até hoje e outras mais apareceram para atender outros bairros da cidade. Assim, as linhas de ônibus por outras vias chegavam gradativamente.

Quando viajei pela primeira vez para o Rio de Janeiro, em 1953, ainda parti de uma antiga pista de avião onde hoje se encontra a vila militar do 9º BEC, próximo ao bairro Santa Izabel. Mais tarde, estas partidas foram transferidas para Várzea Grande, onde hoje se encontra o aeroporto. Em 1955, quando voltava do Rio de Janeiro, o avião pousou ali em Várzea Grande, mas não havia ainda uma estação de passageiros adequada, apenas uma casa com precárias condições. Dizem que foi a mulher do Presidente João Goulart que conseguiu a construção da Estação, pois, numa necessidade sua, não ficara satisfeita com o sanitário que teve que usar. Nesse tempo, só pousava naquela pista aviões a hélice, DC-3 e outros menores; não se falava em aviões a jato. Foi no Rio de Janeiro, no meu tempo de Faculdade, que aviões a jato apareceram. O Brasil havia comprado alguns deles da Inglaterra e vi quando rompiam a barreira do som nos céus daquela cidade maravilhosa. Também nesse tempo lançava-se o primeiro satélite artificial, o "Sputinik" russo. Aqui em Cuiabá, somente após 1970 é que desceu no aeroporto um jato puro, o Caravelle da Cruzeiro. Antes, apenas turbo-hélice Viscount incluía Cuiabá na sua linha.

## OS CONVITES

Quando o professor Aecim Tocantins preparava sua plataforma de governo como candidato a Prefeito Municipal, a seu pedido, elaborei um exame rápido da cidade. Salientei num documento os problemas maiores que pediam solução imediata. Infelizmente, o professor não fora eleito. Vicente Emílio Vuolo, ganhara a eleição e pediu-me esse documento e, com aquiescência do professor Aecim, entreguei-lhe. Vicente, antigo colega coroinha da Paróquia de São Gonçalo, convidou-me para compor a equipe administrativa do seu governo. Eu trabalhava no DOP do Estado, e mesmo assim, respondia pelo Departamento de Obras e Urbanismo da Prefeitura. Muito animado por estar na Prefeitura, tratei de inteirar-me do que havia de informações naquele órgão. Encontrei o antigo plano da Coimbra Bueno muito mutilado por curiosos que a bel prazer retificavam as vias projetadas que acompanhavam as curvas de nível. Um descabro, rabiscado para atender este ou aquele interesse particular. O projeto era tecnicamente bem estudado com previsões futuras que desafogariam o tráfego, com áreas verdes previstas e proteções para os mananciais. Infelizmente, sofreu essas deploráveis deformações que hoje sentimos muito.

Minha passagem por aquela administração foi curta. Não concordava com o Secretário de Administração de interferir na parte que me competia. Eram exigências para atender este e aquele seu interesse político. Acredito que este foi o motivo que criei para ser demitido. Tinha eu viajado com os companheiros do Grupo de Planejamento do Estado (PLAMAT) para estágio em São Paulo com a equipe do Governo Carvalho Pinto, ASPLAN. Isso, talvez, tenha sido outro motivo, pois, havia deixado o DOP do Estado para compor aquele grupo.

A Prefeitura continuava procedendo como aquelas antigas administrações sem planejamento. Mesmo assim, presenciei um ensaio de abertura da “via solução”, a principal da cidade que é a Avenida da Prainha (Ten. Cel. Duarte). Ela fora aberta parcialmente no trecho compreendido entre a Rua Thogo Pereira até o Jardim Ipiranga. Nessa administração, lamentavelmente, perdemos o antigo e bucólico Jardim Alencastro com a promessa de, em troca, obter um outro moderno, com fonte luminosa, com som, coreto moderno... Foi-se o tradicional ponto de encontros da romântica vida cuiabana. Aconteceu como casa de marimbondos que, uma vez destruída, eles procuram um outro lugar, uma folha para se reunirem. Fechado o jardim para obras, aqueles encontros ficaram desnorteados, foram acontecer numa lanchonete ali próximo (O Beto da Av. Getúlio Vargas). Perdeu-se o recanto, ele fora violado. Jamais o Jardim Alencastro voltaria a ser o centro social da elite cuiabana. Esse fenômeno aconteceu em Cuiabá e, naturalmente, aconteceria em qualquer outra cidade daquele porte. Foi produto da falta do planejamento. Relacionado ao planejamento, um fato interessante é bom que aqui se registre. Governava o Estado de Mato Grosso nesse tempo o Dr. Fernando Correia da Costa, como fora escrito, já pela segunda vez. No PLAMAT, para onde fui convidado, para participar do primeiro grupo de planejamento do Estado, iniciava-se um embrião de planejamento. A missão principal do grupo era provocar a administração estadual a admitir esse meio moderno de administrar. Outros companheiros, Luís Portela, José Lobo, mato-grossenses, e o economista paulista Milton Bacha foram outros convidados e assim formávamos esse grupo. O idealizador foi o Secretário de Estado Dr. Bernardo Baís Neto, que coordenava e orientava nossa missão em relação ao próprio Governador. No PLAMAT, organizei e desenhei vários mapas de Mato Grosso, demonstrando nas várias áreas suas potencialidades econômicas.

Passado a administração Fernando Correia, veio novo Governador, o engenheiro Pedro Pedrossian, que viera do sul do Estado. Para seu novo Prefeito, escolhera o engenheiro Frederico Carlos Soares Campos. Neste tempo, os primeiros edifícios estavam em construção, como o Santa Rosa Palace, Maria Joaquina, Moreira e parte de trás da igreja matriz. Entra aqui como informação, apenas.

Eu já trabalhava, a convite, com o Secretario Executivo da ACARMAT, engenheiro Bento Machado Lobo, no serviço de extensão rural ainda no seu início em Mato Grosso. Para compor o seu quadro de técnicos, era necessário fazer um curso internacional CINVA, pela OEA, em Bogotá (Colômbia). Nesse ano, entretanto, o curso fora realizado no Brasil, em Pernambuco. Para viajar, deixei o DOP, após algum tempo trabalhando no PLAMAT.

O novo Prefeito Frederico, conversou com Bento Lobo para me liberar e compor com ele a sua equipe da administração municipal. Eu trabalhava na ACARMAT apenas um ano e alguns meses dirigindo a Divisão de Informações, quando fui, à disposição, trabalhar na Prefeitura, interrompendo lá minha missão.

## NA PREFEITURA

Na Prefeitura, novamente, fui dirigir o Departamento de Obras e Urbanismo.

Acerquei-me de pessoas de minha confiança, como meu cunhado Benedito Rodolfo Falcão e o motorista experiente Sr. Pedro Cunha Faria, meu parente, cujas nomeações perturbaram alguns antigos funcionários, que viram nisso empecilho, pois, interromperiam a costumeira irregulariedade praticada por alguns deles, como pude constatar.

## ARRUMANDO A CASA

Antes de partir para o exame da situação da cidade, era urgente mudanças no escritório do meu departamento. Para adiantar, não havia separação alguma entre secretaria e departamentos. A sala do secretário contactava diretamente com o público, como se fosse a própria portaria. O telefone, num canto da sala, perturbava constantemente. Um feixe de projetos particulares enrolados ali num canto aguardava aprovação, após exame pelo secretário, embora as respectivas construções já estivessem em obras nos vários pontos da cidade, com ou sem aprovação dele. Muitas destas em completo desacordo com as plantas cadastrais do Plano da Coimbra Bueno, que deviam orientar os alinhamentos e uso do solo de Cuiabá. Isso acontecia porque era impossível o controle da situação, diante da fiscalização quase inexistente e, ainda, sem um código de obras aprovado. Existia sim, apenas um punhado de leis esparsas de arruamentos e outras coisas mais sem consistência.

Uma única funcionária controlava os “empenhos” para a aquisição de materiais ou encaminhamento de pagamentos diversos daquela secretaria. Quase não se definia as atribuições dos funcionários e operários. Até pessoas estranhas à Prefeitura, como ex-prefeitos, desembargadores e políticos influentes, mandavam executar serviços através de bilhetes diretos ao mestre-de-obra geral. Não havia, pelo que pude constatar, uma ordem hierárquica de comando. Este mestre mostrou-me, certa vez, um punhado de bilhetes vindos do prefeito anterior sem passar pelo secretário ou diretores de departamento, como se estes não existissem e, o pior, já atendidos pelo mestre-de-obra geral. Assim, estava a Secretaria de Obras da Prefeitura.

A mim cabia ordenar um só departamento; porém, o secretário eng. João Bosco London confiava em mim e aprovava minha definição, mesmo em sua área. Juntamente com Falcão, defini as atribuições dos funcionários, bem como suas posições nas salas. Numa surpreendente visita com ausência deles, Falcão e eu encontramos estoques de materiais de consumo indevidamente ajuntados em gavetas. Deixamos ali apenas o necessário para o exercício de cada função. Houve

rebeldia de alguns, mas com jeito tudo ficou na compreensão. Cito aqui a absurda lavagem de mãos sob a torneira do filtro localizado na sala de trabalho, cuja água corria pelo piso.

A obediência às ordens vindas de cima para baixo, seguindo a hierarquia, fora recuperada. Algumas vistorias eu as fazia fora do horário do expediente e revelaram-me fatos surpreendentes, como o desvio de materiais de construção em viaturas que buscavam diretamente no pátio interno da repartição. Isso tudo ocorria no prédio inacabado do bairro dos Bandeirantes que, antes pertencera à maçonaria, destinada a uma escola. Não sei porque, veio pertencer à Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Era missão minha dar condições de uso as outras salas desse prédio ainda inacabadas. Assim, consegui situar cada departamento em sua própria sala. Com a casa arrumada, parti para o estudo da cidade, nosso objetivo maior.

## EXAMINANDO

Estava ali uma oportunidade de oferecer a minha cidade os conhecimentos que havia adquirido na Universidade. Buscava rever meus apontamentos de aula, recordando as palavras dos mestres do Urbanismo. Cuiabá, eu já sabia, é uma cidade de formação radiocêntrica. O Plano de Urbanização da Coimbra Bueno existente atendia a essa estrutura, todavia, estava relegada a segundo plano, desconsiderado pelos curiosos que desprezando-o caminhavam dentro de interesses particulares. Este plano tinha tudo para dar certo, dando à cidade uma apresentação melhor, afastando os problemas futuros. Naturalmente, muitos destes já os teríamos contornados ou solucionados, se fosse obedecido o seu encaminhamento.

Era precária a situação das vias centrais com o trânsito cada vez crescente dos automóveis. Caminhões de carga pesada trafegavam pelas antigas vias da cidade calçadas com paralelepípedos, desmantelando-os constantemente, porque não possuíam, perfeitamente esta forma geométrica. A tonelagem daqueles veículos, cada vez maior, condenava o futuro das nossas vias históricas que não foram preparadas para eles. Era urgente uma providência para retirar dessas vias estes veículos. Qualquer urbanista saberia diagnosticar aquela situação gravíssima pela qual atravessava nossa cidade. Não havia tempo a perder com projeto demorado. Não havia um órgão de planejamento e cabia ao meu departamento providenciar um plano de ação. Graças a Deus, consentiu, o secretário, aceitar as despesas de aluguel de um trator do Fomento Agrícola da Produção para trabalhar para nossa secretaria.

## PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS

Parti com um estudo esquematizado para a periferia da cidade com meu motorista Pedro Cunha Faria, levando o topógrafo Lucilo Libânio para reconhecimentos preliminares. Até fora do horário de expediente lá ficávamos embrenhados no mato, buscando a melhor passagem para os caminhões pesados. Considerando todos os “senões” com as propriedades dos terrenos, implantávamos nossa futura avenida de contorno da cidade, o anel viário. Procurei ajustar nas plantas dos velhos loteamentos a passagem desta importante pista, sabendo que assim justificando, certamente, meu procedimento não encontraria muita oposição. Porém, em muitos trechos encontrei incompreensão.

Muito tive que falar, embora isso fosse um grande sacrifício para mim que não tenho esse dom, lamentavelmente. Contudo, acertei com muitos proprietários esta passagem; apenas pediam em troca, muito justo, o fechamento das laterais da pista por cerca de arame, por causa de gado, às vezes. Ninguém entendia bem o que estava fazendo aquele trator rompendo o mato. O próprio Prefeito Frederico Campos não tinha, no início, conhecimento do que eu fazia. Eu receava que ele não deixasse prosseguir, e seu diálogo era diretamente com o secretário London e não comigo, diretor de departamento, pela ordem hierárquica..

Esta era uma obra de urgência e, mal rabiscava um esboço do traçado, saía com meus auxiliares para prolongar a futura via, com a aquiescência do nosso Secretário de Obras Municipais, João Bosco London.

## A TRISTEZA

Confesso que, quando, pela primeira vez levamos o prefeito para ver o avançado trecho já implantado, voltei muito triste, pois, não obtive dele palavras de incentivo; muito pelo contrário, embora estivesse todo rasgado o mato, aberto pelo trator, ele expressava seu pensamento condenando aquele local, propondo mudanças...

Eu tinha em mente apenas completar aquele traçado necessário e urgente. Naquele caminhar da máquina contornando a cidade, fui apoiado por pessoas importantes, compreensivas, progressistas, como os senhores Avelino Tavares, João da Costa Pereira, Leventi, Taqueo Sano, Comandante do 16º BC da época e muitos outros.

Alguns fatos ficaram gravados na minha lembrança na definição da avenida perimetral. Um deles foi a incredulidade inicial do engenheiro senhor João da Costa Pereira. Ele achava que eu estava sonhando e, se fosse mesmo para abrir a

avenida em suas terras ( o “bufante” ), disse ele, que passasse em qualquer lugar. No outro dia, para seu espanto, o trator roncou em suas terras; pois, estivera antes nas terras do seu vizinho.

Outro fato aconteceu quando explorava uma posição mais correta para passar no terreno do Exército - estande de tiro Mãe Bonifácia. Nosso topógrafo, um outro, não o Lucilo, fora recolhido ao quartel por praças que guardavam o local. Com explicações convincentes nossas ao comandante, no quartel, ele foi solto. A compreensão do coronel fora tamanha que até me forneceu a planta do terreno para eu lançar o traçado. Por causa da topografia, parte desta área ficara do outro lado da avenida e o batalhão assinalou-a com uma placa branca.

Cabe lembrar aqui a prestimosa colaboração do senhor Avelino Tavares, proprietário de vários loteamentos em Cuiabá. Apesar de mutilar seus primitivos traçados, ele deu toda cobertura ao meu traçado da avenida, e comigo, nas visitas, ajudava a convencer os outros vizinhos seus para facilitarem minha realização.

Cheguei a contornar a cidade, desde o bairro do Areal até a Ponte Nova. Certa vez, um fato incomodou-me muito. Uns engenheiros do DNER apareceram à Prefeitura e com eles saímos para que vissem o que eu tinha feito. Não sei porque, tinham em mente apenas modificar a posição da avenida já aberta. Com uma pequena fotografia aérea da cidade, esses técnicos concluíam que lhes era bastante aquela foto para conhecerem a região. E decidirem uma mudança?! Eu tinha quase certeza de que tudo aquilo era manobra para atrapalhar a realização da nossa avenida.

Buscavam-se maiores recursos para concluí-la. Por isso tive que preparar o projeto completo da avenida para poder apresentá-lo ao Governo Federal, através dos ilustres representantes de Mato Grosso, como o Senador Filinto Müller. Preparei o projeto em companhia do engenheiro João Bosco London, com levantamento topográfico do senhor Renzo Michelotto. Para minha justificativa, ainda me lembro, inventei umas ruas fictícias nas áreas que não tínhamos no mapa, arruamentos desenhados atingindo a avenida. Desenhei esse mapa até alta madrugada para o Prefeito levar no dia seguinte para o Rio de Janeiro. Era necessário este artifício, pois, não podíamos esperar um levantamento preciso com ajustes verdadeiros no campo.

## **A ESPERANÇA E O CHOQUE**

Muitos acertos foram feitos com o engenheiro chefe do 11ª DRF do DNER em Cuiabá, Dr. Luiz de Souza Lima, que tinha outra visão de interesse para nossa Capital.

Certo dia, para surpresa nossa, o Governador Pedro Pedrossian anunciou a

realização da avenida perimetral através do DERMAT. Todos nossos preparativos municipais, sob recomendação do engenheiro Souza Lima, foram por água abaixo, pois o Governador não dava atenção ao DNER, nem mesmo ao nosso Prefeito Frederico, por capricho político. Firmava em quarenta metros a faixa de domínio da avenida, fugindo dos padrões do DNER. Nosso projeto original foi parar no DERMAT e lá desapareceu.

As obras da avenida chegaram a ser iniciadas, mas foram interrompidas antes de sua pavimentação. Ficou paralisada por sete longos anos. Mesmo assim, pude ver solucionado aquele problema do tráfego de passagem. Levantando poeira, aqueles caminhões pesados deixaram de passar pelo centro histórico de Cuiabá. Queixavam muito os caminhoneiros, mas os caminhões não destruíam mais nossas vias centrais.

## **A PARTICIPAÇÃO AGRADECIDA**

Ainda na administração Frederico Campos, em contato com outros colegas do Departamento de Obras do Estado, estudei com eles a implantação da estrutura viária da cidade, como Plano do Governo Estadual. Coincidia assim com minhas “radiais principais” para a cidade que imaginava. Era a Norte-Sul, que detalhávamos ( Av. 15 de Novembro, trecho da Av. Dom Aquino e Av. Te. Cel. Duarte - Prainha ). Ela fora estudada até à entrada da Av. Getúlio Vargas, quando estes colegas, por razões particulares, tiveram que deixar Cuiabá. Foram muitas as visitas do Prefeito Frederico Campos, o Secretário de Obras, desta feita, o engenheiro agrônomo Rômulo Vandoni e eu aos proprietários dos terrenos e casas atingidas pelo projeto da avenida. O Governador Pedro Pedrossian deu à Capital esta nova avenida, incluindo o seu prolongamento até à Praça do Rosário, parte projetada pelo DOP do Estado. Este Governador realizou ainda a Av. Te. Cel. Escolástico até a Av. General Vale, aproveitando a pista existente, do tempo do Prefeito Vuolo. Também no seu governo fora projetada e realizada a Praça do Rosário, com os muros de arrimo de pedra canga, calçamento com tijolos queimados, arborização e iluminação. Embora estas obras não tenham sido projetadas e concluídas pela administração Frederico Campos, foram idealizadas nos dois anos do seu governo, que fora interrompido.

## **ORGANIZANDO OS BAIRROS**

Ocupei-me neste tempo dos meus “planos setoriais”, estudando os bairros da cidade, que estavam entregues ao próprio destino, sem nenhuma disciplina para a ocupação do solo. Era necessário dar a eles um plano de arruamento para alinhamento e salvar áreas livres, que ainda eram possíveis. Eu mandava fazer os

levantamentos topográficos dos bairros e contava com a compreensão do Prefeito, pois, demandavam custos elevados. Elaborava estes planos dos bairros afastados, pois, não havia cobertura pelo antigo plano da Coimbra Bueno; a cidade havia crescido além dele. Trabalhava nisso sozinho quando, drasticamente, houve a interrupção da administração Frederico, pelo “ciúme administrativo” do Governador Pedrossian. Com os levantamentos, consegui montar nesta época o mapa geral da cidade, incluindo os loteamentos, exageradamente, aprovados. Estes só existiam no papel, sem nenhuma implantação dos arruamentos e, topograficamente, não davam continuidade das vias dos seus vizinhos. Áreas verdes ficavam para os piores lugares, impróprios para construções de prédios, um desastre, lamentavelmente.

Com o estudo e planejamento dos bairros, infelizmente, adaptando-os a fatos consumados, segui adiante com meus “planos setoriais”, propondo espaços verdes específicos, as praças, etc. Dentro de uma hierarquia de obras, que eu imaginava, e dentro das oportunidades que eu tinha para opinar, alguns destes projetos foram executados. Nossos antigos largos mais centrais, sujeitos que estavam à ocupação com construções oficiais, preocupavam-me. Assim, várias praças ainda em terra obtiveram pisos executados através do meu projeto desprezioso: Praça Antônio Corrêa (Boa Morte), Clóvis Corrêa Cardoso, Santa Rita (José Rachid); também pequenas, como da Vila Izabel, reforma da entrada da ponte Júlio Müller, outras “ilhotas” e estacionamentos. Na praça Clóvis Corrêa Cardoso, tive intenção de sanear o largo do monturro de lixo e esgoto que sujavam a água da nascente que ali existia. Várias áreas livres estavam ainda à mercê dos políticos que forçavam transformá-las em doação para construção, como aconteceu com a Praça Moreira Cabral, Couto Magalhães, Costa e Silva e outras.

## VISANDO A PAVIMENTAÇÃO

Várias ruas de importância e de grande responsabilidade para o futuro escoamento do trânsito foram topograficamente levantadas em escala apreciável para que se pudesse estudar seus perfis e alinhamentos, com o fim de serem pavimentadas com blocos de concreto (brocket). Preparávamos estas ruas, pois, fomos avisados (Prefeitura) de que o governo do Estado, pelo DERMAT, montava no Bairro do Terceiro uma fábrica daqueles blocos que seriam para calçamento das ruas de Cuiabá. Isso tudo constituía uma satisfação para nós, cuiabanos. Porém, chegou uma firma, não sei de onde, com arrogância do seu principal técnico de falsa sapiência, com imposição acobertada pelo governo do Estado sobre nós técnicos municipais. Para ele, não entendíamos de pavimentação e de Urbanismo. Seria, então, o “salvador da pátria”. Supunha-se que “faturar” em Cuiabá era o que lhe importava. Às vezes, para testar sua

intenção, eu indicava uma rua inexistente, indicando-a para sua programação de serviços. Ele dizia, gananciosamente, que já tinha sido estudada por ele e incluída no seu orçamento. Não aceitava recomendação ou conselho nosso, técnicos municipais.

Sabíamos das pesadas chuvas que caíam e o tempo impróprio para aberturas de valas ou outro desmonte em nossas ruas. Assistimo-lo sofrer por não nos atender, principalmente ao engenheiro London com suas advertências sobre a formação do nosso subsolo e os cuidados que deveria ter. Assim, quantas calçadas a “brockets” vimos ser inutilizadas pelos deslizamentos dos blocos de concreto, como aconteceu na Av. Dom Bosco, Comte. Costa. Hoje, poucas vias ou trechos delas possuem esse calçamento e já em péssimas condições.

## A PREPOTÊNCIA

Após dois anos de administração, o Governador Pedro Pedrossian, sem avisar, substituiu o Prefeito Frederico Carlos Soares Campos pelo seu Secretário de Agricultura Eng. Bento Machado Lobo. Foi um ato de prepotência administrativa que causou grande impacto a todos nós, técnicos municipais.

Após a substituição do Prefeito naquela tarde e em pleno expediente, a Prefeitura sofreu um abalo administrativo. Alguns dos secretários deixaram a casa na mesma hora, sem mesmo retornarem aos seus gabinetes. O Secretário da Fazenda Municipal, que era primo do novo Prefeito, achou-se no direito de comandar, ditatorialmente, todas as funções municipais, naquela hora de muita confusão. Talvez isso fosse oportuno para ele, para corresponder ao título ou apelido que tinha de “comandante”, pelos funcionários.

O novo Prefeito era também o Secretário Executivo da ACARMAT, repartição de minha origem. Dela vim para a Prefeitura, à disposição.

Apresentei-me a ele, colocando-me a sua disposição para ficar ou retornar àquele órgão. Isso, entretanto, não aconteceu, continuei na Prefeitura a seu pedido, para mais uma vez levar avante minhas intenções.

Estávamos no ano de 1969, e Cuiabá, com festas, completava seus 250 anos de fundação.

O Governador procurava acertar com o novo Prefeito um meio de juntos levarem avante as obras da cidade.

Bento Lobo era antigo companheiro do meu tempo de estudante do Ginásio São Gonçalo. Morávamos no mesmo Bairro do Porto e caminhávamos muitas vezes juntos nas idas e vindas do Colégio. Daí ter com ele plena liberdade de diálogo com muita franqueza. Achava mesmo que teria mais uma vez liberdade de ação para levar avante meu ideal de realizações urbanísticas para Cuiabá, mesmo sem ocupar um cargo mas direto a ele.

Naquele primeiro encontro com o Governador, como não havia ainda novo Secretário de Obras, coube a mim responder pelo Prefeito sobre a situação das

obras municipais. Lembro-me ainda da preocupação de Sua Excelência o Governador Pedro Pedrossian em acertar a parceria com a Prefeitura, mais precisamente, sobre o detalhe das placas para os canteiros de obras. O novo modelo, ele a rabiscava num papel e esboçava um cumprimento com duas mãos entre a sigla PLADE do governo estadual e as palavras Prefeitura Municipal de Cuiabá. As mãos seriam como aquelas estampadas nas remessas dos Estados Unidos "Aliança para o Progresso", dizia. Apesar daquela recomendação, não as mandei fazer; custavam muito por causa do desenho das mãos.

Fui mantido na direção apenas do Departamento de Urbanismo, sem executar obras.

## VOLTANDO AO SISTEMA VIÁRIO

Enquanto o Governo do Estado com sua firma empreiteira Via Pavimentadora, dirigida pelo sapiente técnico procurava calçar as ruas da cidade, eu me preocupava em elaborar os projetos do sistema viário da cidade. Tinha em mente essa urgência para convencer meus superiores, considerando o crescimento dos automóveis na cidade e os alinhamentos a serem fornecidos aos munícipes. Uma das radiais, a Norte-Sul, já se encontrava equacionada e em vias de execução pelo governo estadual. O mesmo iria acontecer alguns dias mais com o contorno da cidade, nossa Perimetral. Cabia ser enfrentada a execução da radial Leste-Oeste do meu plano. Ela seria encaixada em nossa Av. Isaac Póvoas, Generoso Ponce, Gal. Melo e algumas centenas de metros para atingir o contorno do lado oeste da cidade. Naquele tempo, a Isaac Póvoas chamava-se Rua do Coxim, uma difícil subida, com estreitamentos da via na altura da Praça Clóvis Cardoso e alguns problemas de desapropriação. Preparava o projeto dessa avenida radial com levantamentos ainda precários. Mais tarde, haveria os precisos serviços topográficos do nosso saudoso Renzo Michelotto. Para esta implantação era necessário aterrar o trecho de forte depressão nas proximidades das residências dos americanos, hoje, nas imediações do Shopping Goiabeiras, à entrada para o antigo campo de aviação. A pista, hoje, Av. 31 de Março, fora implantada com a largura prevista e mais tarde o Governador Pedrossian a mandaria concluir com todos os seus detalhes, para agradar o governo militar de então.

Trabalhando apenas na prancheta e executando apenas obras pequenas na rua, como passeios, boeiros, etc, pude com isso adquirir nova experiência, observando as dificuldades que se têm em obras públicas, quando os caminhos burocráticos vêm retardar todo processo de realização, principalmente, quando as obras são de urgência. Com esta temporada na prancheta, vários outros projetos preparei além de vias e vários deles foram realizados nesta administração. Posso citar: Praça João Bueno, Praça Santa Rita, que nesta administração fora mudada a denominação para Praça José Rachid, mas

chamada popularmente de Rachid Jaudy. Também foi realizada aquela fronteira ao Santuário de Maria Auxiliadora pelos padres salesianos e ainda a Praça Assis Chateaubriand, no Areão.

Neste tempo, um fato interessante deve ser lembrado. Trata-se do projeto que preparei seguindo uma antiga indicação do Plano da Coimbra Bueno, cuja intenção era formar a Praça Duque de Caxias. Este projeto interromperia a Rua 24 de Outubro, na Rua Estevão de Mendonça, como está hoje, encaminhando as Avenidas Getúlio Vargas e Isaac Póvoas a atingirem a Av. 31 de Março.

Aconteceu nesse tempo, ter resolvido o Governador Pedrossian levar a Av. Getúlio Vargas a emendar com a 31 de Março, pouco lhe importando meu projeto ou aquele da Coimbra Bueno. Seu desejo era levar uma avenida até a porta do quartel para bajular o Governo Militar. Riscou com lápis vermelho, ele mesmo, numa planta que mandara à Prefeitura. Impôs aquele traçado para que nós o detalhássemos. Ofereci-lhe aquele que tínhamos pronto, recusou; queria mesmo que acompanhasse seu rabisco vermelho. Assim, conseguiu mutilar meu projeto. Eu tinha preparado um monumento para aquela praça, na direção central da avenida, em estilo tumular, em homenagem aos pracinhas cuiabanos mortos na 2ª Guerra Mundial. Seria um marco a perpetuar os nomes daqueles militares numa estante estilizada e, sobre um tronco piramidal, um monolito atestaria aquele fato histórico. Como sempre acontece, a vaidade dos homens que sobem ao poder não os deixa retrocederem. Aquela idéia do Governador seria bem mais enriquecida se ouvisse seus subalternos e não cometeria erro tão lamentável. Este monumento fora depois construído na Praça João Bueno, onde sua finalidade fora perdida e seu significado desrespeitado por vândalos, e, hoje, já não existe mais, por ignorância de novos pensamentos que o destruíram.

## O CÓDIGO DE OBRAS

Pela primeira vez tomou-se a iniciativa de preparar um “Código de Obras e Urbanismo” para nossa cidade. Havia eu estudado sozinho um plano diretor preliminar para Cuiabá, diante da urgência e necessidade dele. Desenhei o zoneamento da cidade numas cópias heliográficas da planta de Cuiabá e por ele disciplinava o uso do solo. Baseado em outros códigos de obras das cidades brasileiras em situação semelhante, escrevi um para Cuiabá. Aplicava aqueles estudos já antecipando às condições e normas que, certamente, viriam a ser regulamentadas no futuro. Nessa precariedade, aperfeiçoava-o constantemente, até que, por decisão superior, foram estabelecidas reuniões semanais com os técnicos de então, para o estudo definitivo do nosso Código de Obras. Por vários meses o estudo fora feito pelos técnicos: Luis Lotufo, então, secretário de obras, Leônidas Pereira Mendes, João Bosco London, Sátiro Pohl Moreira de Castilho, que havia deixado o DERMAT para trabalhar na Prefeitura, e eu. Muitos daqueles meus estudos para

Código de Obras foram revistos e aproveitados e, por fim, elaboramos um código que, aprovado pela Câmara Municipal e pelo Prefeito, foi transformado em lei, passando então a vigorar. Os anexos, as minhas plantas de zoneamento, nunca puderam ser publicadas.

Usando aquelas plantas e auxiliado pelo advogado Benedito Rodolfo Falcão, que dirigia a fiscalização, controlei o uso do solo da cidade. Os projetos particulares das construções eram submetidos ao rigor que devia existir para a cidade crescer.

Lembrando das pavimentações, vamos observar que nesta administração deu-se início à pavimentação asfáltica em grande área de Cuiabá. A experiência desastrosa com os blocos de concreto, principalmente aquela na rua Comte. Costa que tiveram de ser retirados, fora triste e cômica. O Governador reconheceu aquele erro imperdoável do seu técnico “sapiente” e resolveu corrigi-lo, determinando asfaltar aquela via. Cuiabá ganhou com esse governo sua radial Norte-Sul, asfaltada desde o Porto até a Praça do Rosário, com iluminação em postes modernos com lâmpadas a vapor de mercúrio. Vi, então, aquele projeto por mim estudado e preparado pelos colegas do DOP, realizado.

## **VISANDO A RADIAL LESTE/OESTE**

Voltei ao detalhe do projeto da Avenida do Coxim e Generoso Ponce, parte da radial Leste-Oeste, que era meu objetivo imediato, incluindo a passagem pelo largo da antiga capela Mãe dos Homens, entrando pelos fundos dos quintais da Rua 24 de Outubro até atingir a futura Praça 8 de Abril, Barão de Maracaju da Coimbra Bueno, que eu quis que chamasse Duque de Caxias. Dali até à via de contorno (Perimetral) já estava pronta, implantada pelo Governador Pedrossian.

Chegava a Cuiabá uma nova firma de pavimentação, a Agro Pavi SA. A Prefeitura tinha programa de pavimentação e essa firma agüentou a situação financeira municipal. Por muito tempo esta firma ficou na cidade e transformou-se em outra, a Enco Engenharia e Construções.

Com o pensamento na realização da radial Leste-Oeste, senti a necessidade de provocar o entusiasmo do Prefeito Bento Lobo por ela. Quando ele visitava nossa Secretaria de Obras, eu desenrolava a planta longa do projeto daquela avenida para que ele a visse em toda sua extensão. Eu não podia dialogar com ele sobre planos, pois, somente os Secretários o fazem; entretanto, esta minha intromissão propositada surtiu efeito e as obras foram autorizadas. No final de sua administração, esta avenida já estava comprometida.

## **O COLEGA TEO**

Um fato importante que aconteceu na administração Bento Lobo foi a presença da firma CNPI - firma de planejamento contratada para estudar um “plano diretor

preliminar” para Cuiabá. Não foi levado avante, por razão que desconheço. Houve um coquetel no Clube Dom Bosco onde, para minha surpresa, era meu colega de turma da Faculdade, o Teo (Teodoro Smith), arquiteto do Rio de Janeiro quem dirigia aquele lançamento. O evento daquele dia, além da presença do colega, serviu para marcar a decisão de obter para a Capital um plano orientador. Iniciava-se, assim, a fase do planejamento de Cuiabá.

É bom lembrar, para situar no tempo, que nesta época chegava a Cuiabá o 9º Batalhão de Engenharia de Construções, para construção da estrada Cuiabá Santarém, sob o comando do Cel. Meireles, que anos depois, viria a ser Prefeito de Cuiabá.

Alguns acontecimentos levam-me a registrá-los porque, ainda no meu tempo, outros aconteceriam no mesmo local. Trata-se da construção do cais flutuante pelo governo Pedro Pedrossian no Bairro do Terceiro que desapareceu. Também ali a administração Bento Lobo mandara construir a praça modesta “Praça Coração da Mocidade”, em homenagem ao bloco carnavalesco de mesmo nome, do meu colega de infância no Grupo Escolar Senador Azeredo, José Maria. Ambas as obras foram de curta duração. A primeira, para carga e descarga das lanchas cargueiras que deixaram de vir até Cuiabá. A segunda, para melhoria daquele humilde local, viera a enchente de 1974 e o bairro todo com ela teve o seu fim.

## UMA IDÉIA VITORIOSA

Eu trabalhava ao lado do engenheiro civil Sátiro Pohl Moreira de Castilho e muitas idéias trocávamos em relação à cidade. Findava a administração Bento Machado Lobo e para o Estado viria um outro Governador. Eu imaginava que o companheiro Castilho seria nomeado para próximo Prefeito, pois era um político militante e já havia sido Prefeito de Rondonópolis. Eu concluía isso pelas conversas que tínhamos nesta área. Estava certo de que isso aconteceria e desde então tinha umas idéias para transferir a ele. Imaginei um Centro Político para Mato Grosso, para nele concentrar todos os órgãos públicos. O centro da cidade estava numa situação precária e piorava cada vez mais. Havia no mesmo centro histórico o comércio, o governo municipal e o estadual, um conflito comprometedor. Teria que vender aquela idéia, uma indicação ao governo do Estado, como produto ou resultado de estudo feito pelo órgão planejador da Prefeitura. Colocaria as coisas nos seus devidos lugares e, aos poucos, veríamos uma cidade deixar sua primeira fase de existência, a cidadezinha, cujas casas rodeiam a tradicional “praça da matriz”. Estava na hora de mostrar a ela seu novo rumo como cidade capital, seu perpétuo destino.

Antes de encerrar o Governo Pedrossian no Estado e Bento Lobo no Município, quero lembrar aqui as principais realizações destes governos neste

tempo na nossa Capital e Várzea Grande. Podemos enumerar o Centro Educacional Nilo Póvoas e o prédio da CEMAT, no Bairro dos Bandeirantes, a hidráulica do Ribeirão, na captação e o prédio de tratamento d'água, na Av. São Sebastião; também, a reforma da Ponte Júlio Müller com alargamento da pista (nessa obra caiu a mesa central). Foram construídos os primeiros blocos da Cidade Universitária, hoje, UFMT (parte das piscinas, restaurante e salas de aula). Foi construído a Penitenciária na Av. Fernando Correia. O Aeroporto de Várzea Grande fora ampliado e deu início à iluminação a gás de mercúrio na cidade. Construíram-se o prédio do PREMEX, Ginásio polivalente e a FUNABEM.

Voltando à idéia do Centro Político, revelo aqui a minha satisfação daquele dia em que recebia a notícia do amigo Castilho retornando do palácio do governo estadual. Embora não tivesse sido nomeado Prefeito de Cuiabá, recebera a diretoria do Departamento de Obras e logo apresentou ao Governador a minha idéia do Centro Político. Este a acatou e quis realizá-la, mesmo porque suplantaria aquelas obras do governo anterior.

Passei, então, a esquematizar sem perda de tempo e com muito carinho a localização daquele centro. Após um pré estudo partimos, Castilho e eu, para a região indicada no estudo. Tudo parecia coincidir com o que prevíamos; até mesmo uma plataforma lá encontramos, por pura coincidência. Eu já imaginava ali o novo palácio! Várias vezes retornamos ao local e explorávamos outras possibilidades. Preparei umas vistas em perspectiva, miniaturas que guardo até hoje. Previ as avenidas monumentais, a praça cívica, os lagos... Preparei um desenho onde tinha idéia para o topo do morrinho da Conceição (hoje, ali está e parabólica que rastreia satélites) para ali ficarem as torres da central de TV e rádio, tudo escrito na minha programação. Imaginava uma denominação para o novo palácio "Palácio Amazônia" lembrando Cuiabá como era conhecida na época, o "portal da Amazônia". Não aconteceu assim, porque ninguém me ouviu; deram o nome de "Palácio - Paiaguás", nação indígena que tanto dificultou a ocupação e desenvolvimento deste solo; por outro lado, eles estiveram guerreando os invasores dos seus domínios; vá lá que seja por isso, aquele nome.

Isto tudo acontecia nos primeiros meses da administração do novo Prefeito José Vilanova Torres, que me manteve também em sua equipe de técnicos, ocupando ainda a direção do Departamento de Urbanismo.

A realização do Centro Político tomava vulto nos meios políticos administrativos. Embora trabalhando na Prefeitura, participava das reuniões do grupo de trabalho, como membro nomeado pelo Governador. Integrado ao grupo, viajei com outros colegas membros à Brasília, para acordos com a UNB, com vistas para assessoramento dos projetos do nosso Centro.

## O PLANO DIRETOR

Na Prefeitura, outro fato importante ganhava volume. Era o "Plano Diretor" para Cuiabá que não dava mais para esperar. Sem um plano diretor aprovado, seria

difícil obter algum financiamento externo, e obras urgentes pediam providências imediatas. Um urbanista do SERFHAU, Dr. Vilaça veio a Cuiabá para levantar um “termo de referência” para abertura da concorrência pública para o projeto de um PDLI (Plano de Desenvolvimento Local e Integrado) para Cuiabá. Andei com o colega Vilaça por toda parte da cidade, colocando-o a par de tudo; mostrando meus estudos feitos e as obras que propunha aos meus superiores, tendo em vista minhas intenções. Foi para mim uma satisfação, ouvir daquele urbanista professor palavras de incentivo, principalmente, quando percorríamos aqueles bairros próximos da perimetral aberta, onde via definido pelo trator previsões de áreas livres para os equipamentos sociais, como manda a boa conduta.

Realizada a concorrência pública para apresentação de propostas, ganhou uma das cinco firmas, a NEWPLAN SA entre outras: CNPI/PROENGE, CONSPLAN Arquitetos, J. GUEDES e ASSOCIADOS e INTERCONSULT. Somente em 1972, fora dado início aos trabalhos da firma vencedora.

## **VOLTANDO ÀS PRETENSÕES**

Além daquelas particularidades, muitas outras realizações brotavam dos planos que eu preparava. Permanecia em mim a idéia de implantação daquilo que havia planejado desde a administração Frederico Campos. Era necessário continuar a definição dos bairros e principalmente do sistema viário. Nestes primeiros meses de administração, por solicitação do Secretário Rômulo Van-doni, que retornava à Prefeitura para administração Vilanova Torres, elaborei um plano de pavimentação e definição dos bairros: Quilombo, Goiabeira, Cidade Alta e Núcleo Praeiro (nome do nosso amigo Tenente Aristolino Praeiro que, então trabalhava na Prefeitura). Dentro desse plano, abrimos nesse ano a Av. Guarita, hoje, Av. Agrícola Paes de Barros; abrimos também a Av. Senador Metelo, da Várzea Ana Poupino ao Coxipó da Ponte (Atualmente, tem esse trecho a denominação de Carmindo de Campos). Também, a Gal. Melo foi prolongada até ao Núcleo Praeiro. Todas elas foram por mim projetadas, acomodando-as em sua vocação sem muita desapropriação, ainda em terra.

O Núcleo Praeiro foi outro projeto meu para ali serem transferidos vários invasores de terras do senhor Avelino Tavares, no Loteamento Quilombo, do outro lado da cidade. Foram 15 hectares doados à Prefeitura pelo mesmo senhor Avelino, para resolverem esta situação dos invasores. Entretanto, isto não aconteceu, pois, eles continuaram no Loteamento Quilombo. De qualquer forma, solucionava também a situação de muitos necessitados num empenho vivo do saudoso Tenente Praeiro.

Podemos lembrar aqui algumas das obras que a Prefeitura realizava naquele tempo: Mercadinho da Praça Costa e Silva, projeto do colega arquiteto Mário Gomes Monteiro, que fora demolida para ali construir o Moitará Sebrae Center; conclusão da Escola do Pico do Amor (Maria Elisa Bocaiuva) e da Escola da Várzea Ana Poupino (Prof. Tereza Lobo) com posto médico e odontológico, ambas, projetos do Engenheiro Sátiro Pohl M. de Castilho; também construções das praças: Bispo Dom José, hoje, nela está o terminal de ônibus urbanos; Vila Izabel (Porto) e pracinhas menores ou "ilhas" como hoje, a Antônio João Ribeiro, na Av. Isaac Póvoas; da rua Thogo Pereira e May do Couto, no Bairro dos Bandeirantes, todos meus projetos. Também elaborei projetos para asfaltamento de ruas ainda em terra bruta, como: João Bento, Mal. Floriano, parte da Trav. da Guia, Régis Bitencourt, da 13 de Junho à Av. Dom Aquino, Rua Benedito Leite, da Joaquim Murtinho à Av. Dom Aquino, São Sebastião, parte da nova Estação de Tratamento d'Água, Ezequiel de Siqueira, hoje Jessé Pinto Freire, Comendador Henrique, da Av. da Prainha até a Dom Aquino, e a Praça da Feira ou Benjamim Constant. E voltando à Arquitetura, projetei o Mercado Setorial do Porto, junto à Av. Mário Corrêa e continuando, a Praça da Alegria, cuja obra não fora concluída. Destinada aos camelôs, que ficariam à sombra de arvoredo, no lugar da nossa conhecida Praça Maria Ricci (antiga Lagoa). Também, projetei a Ladeira do Bondespacho, pois estava rompida o morro na administração Vicente Vuolo, quando não houve nenhuma preocupação urbanística ou com a topografia natural do local. Esta passagem deu continuidade a minha radial Leste-Oeste. Esses projetos meus, faço questão de aqui registrá-los como parte da minha obrigação naquele departamento. Era necessário fazê-los sozinhos, por falta de outros técnicos na área. Assim, cabe-me continuar enumerando-os: a Av. Gal. Vale, Gal. Melo, Av. Dom Aquino, rua Cel. Peixoto e para concluir neste tempo, o Estacionamento de frente do Estádio Presidente Dutra.

Mesmo na Prefeitura, por alguma indicação superior, fui nomeado pelo decreto nº 205 de 14 de setembro de 1971, do Governador Fragelli para integrar a Comissão Técnica que determinaria o local para o novo estádio de futebol para Cuiabá, hoje o Verdão.

Terminava o ano de 1971. Desde o ano de 1967 só existia eu, como arquiteto, para planejar as obras da Prefeitura. Por pouco tempo passou pelo Departamento os arquitetos Mário Gomes Monteiro e Manoel Peres Santana, que não tiveram muita oportunidade de realizar projetos mais demorados.

## COMO SECRETÁRIO INTERINO

Começava ano de 1972 e uma nova oportunidade de construir surgiu para mim. O afastamento por um mês do Secretário Eng. Rômulo Vandoni, coube-me substituí-lo. Assim, voltei a cuidar das Avenidas. Foi quando aconselhei-me com o engenheiro calculista Reniel Pouso Filgueira sobre a passagem pelo morro do Bondespacho. Sob seu projeto do muro de arrimo, busquei o alargamento da Av. Leste-Oeste naquele local rompido pelo ex-prefeito Vuolo. Ela nunca seria por ali, de acordo com meus princípios urbanísticos, porque esta avenida contornaria o morro, para atingir na continuidade a Av. Gal. Melo. E tudo aconteceu, embora a obra tenha sido muito demorada.

Neste mesmo ano, houve a realização da Av. Mário Corrêa no Porto e, pessoalmente, dirigi a modificação das pistas na entrada da Ponte Júlio Müller já sem o antigo abrigo para os ônibus, que perdera sua finalidade, bem como os raios de concordância daquelas novas pistas de acesso. Convém lembrar que atualmente, outra transformação fora dada ao local, pela presença da nova ponte paralela, bem como da nascença ali da Av. Beira Rio em direção ao Coxipó da Ponte.

## NA PRANCHETA NOVAMENTE

Com o retorno do Secretário Engenheiro Rômulo Vandoni, recolhi-me apenas à prancheta.

Fui criticado por alguns saudosistas ou incomodados por ter projetado o alargamento da Av. Ponce, o qual implicava em derrubada de algumas palmeiras, as eternas ameaçadoras de automóveis, transeuntes ou telhados das casas comerciais, pela idade das mesmas, que já morriam perdendo a copa. O próprio Governador Fragelli foi ali com seus técnicos e o Prefeito e, graças a Deus, também constataram a necessidade do sacrifício das palmeiras. Intimamente, senti muita satisfação nisso, pois, estaria garantida a retirada do estrangulamento ali existente na radial Leste-Oeste.

Como aconteceu com a Praça da Alegria no Porto, que não fora concluída com calçamento e arborização, também no Coxipó, a praça que para ali projetei não dera muito certo, resultando num insignificante logradouro.

Enquanto permanecia apenas na prancheta, mais projetos pude produzir para a cidade, ao mesmo tempo que atendia com informações aos técnicos da New plan SA, firma de planejamento que havia ganho a concorrência pública para elaboração do PDLI de Cuiabá. Deste modo, fiz mais os seguintes projetos de vias públicas já por mim programadas no plano geral de pavimentação, a pedido do Secretário Vandoni: Rua do Limoeiro (Prof. Feliciano Galdino), Rua Presidente

Castelo Branco (antiga Trav. da Guia), algumas transversais, como João Bento, Cursino Amarante, Mal. Floriano, todas preparadas para serem pavimentadas. Ainda projetei, no campo da Arquitetura, o Clube das Mães para o Pico do Amor (Loteamento São Benedito).

Nesta administração ainda encontrei tempo para estudar, após várias reuniões demoradas com médicos, o projeto do Pronto Socorro Municipal de Cuiabá, para o terreno da LBA (Legião Brasileira de Assistência) na mesma Rua General Vale, onde outros colegas na administração seguinte, em 45 dias apenas, realizaram novo projeto para terreno logo abaixo, onde hoje se encontra.

## **DOIS FATOS INTERESSANTES**

Um fato interessante aconteceu nesta época. A COHAB acertava com a Prefeitura a pavimentação dos Núcleos Nova Cuiabá e Cidade Verde. Para o Nova Cuiabá, coube a mim adaptá-lo aos moldes da lei, exigidos na época. Devia ser mostrada em planta para ser incorporada ao orçamento a via de acesso ao centro da cidade. Naturalmente, este núcleo já margeava a conhecida Av. Barão de Melgaço, dispensando assim uma via de acesso. Porém, imaginei que a oportunidade de ganharmos, sem ônus para o Município, uma nova avenida, estava ali. Preparei um projeto fictício de uma nova avenida de ligação abordando o Núcleo Nova Cuiabá pelo outro lado; é hoje nossa Av. Ipiranga que do Núcleo foi aberta e pavimentada até a Av. Dom Bosco. Joguei e acertei, pois, no BNH ninguém duvidaria ser ela a via de acesso necessária, pois, no projeto, propositadamente, não mostrei a Av. Barão de Melgaço pelo outro lado.

Aproveitando o impulso dos Núcleos habitacionais, também o Jardim Petrópolis foi pavimentado, assim como as ruas das antigas casas populares da Fundação Getúlio Vargas, no Bairro Goiabeira.

Nesta administração, uma importante comissão fora formada para estudar e dar nomes às vias e praças de Cuiabá, da qual fui com muita honra um dos seus membros. Foram eles: Francisco Alexandre Ferreira Mendes, Luis-Philippe Pereira Leite, Rubens de Mendonça, Maria de Arruda Müller, Rômulo Vandoni e eu.

## **MAIS OBRAS**

No ano seguinte, ou seja, 1973, mais obras foram realizadas. No Porto, o estacionamento na frente da Igreja de São Gonçalo (Praça da Bandeira), o prédio da Sub Prefeitura do Distrito de Guia, as rótulas com pontes, hoje, desaparecidas da Av. da Prainha rumando para a Ladeira do Bondespacho (radial Leste-Oeste). Também, o centro da cidade, que estava em situação crítica do seu calçamento a

paralelepípedos, recebia recapeamento asfáltico sobre ele. Neste tempo, o Núcleo do IPASE do Bairro Boa Esperança teve suas ruas pavimentadas. Estávamos, então, em 1974, último ano da administração Vilanova Torres. Por isso, intensificava a realização das obras de asfaltamento e recapeamento. Podemos ainda relacionar e registrá-las para a história: Alto do Morro do Bondespacho e Santa Casa, entorno das Praças da República e Alencastro, Av. Getúlio Vargas, Av. General Melo, Rua Batista das Neves, entorno da Escola Técnica, Av. Dom Bosco, Rua São Sebastião, Rua Castelo Branco, Rua Barão de Melgaço, Rua 13 de Junho, Rua Joaquim Murtinho, Rua Antônio Maria, Trav. João Dias e outras vias do centro histórico, indevidamente, na minha opinião pessoal. Também, construíam-se obras pequenas como Praça Alberto Novis, May do Couto e outras triangulares. Na Arquitetura, a Capela do Cemitério da Cidade Alta, onde nunca foi sepultado alguém e por isso transformado em Centro de Abastecimento ou Feira.

Nesta administração, foram plantadas 3.000 árvores na cidade, salientando 87 palmeiras imperiais para canteiros centrais da Av. Te. Cel. Escolástico, os ipês para a Av. 15 de Novembro, Av. Dom Aquino, hoje, arrancados, sibipirunas para Av. Isaac Póvoas, Rua Castelo Branco e Rua São Sebastião.

## **PREOCUPAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

Sem dúvida, para mim, foi a melhor administração que a cidade teve até então. Não podemos esquecer que fora neste tempo que mais se preocupou com a reforma administrativa municipal, embora a mesma não tenha sido toda implantada, pois, é difícil de um dia para outro mudar mentalidades.

Nesta administração examinei mais de mil processos de terrenos devolutos requeridos, sob a vigilância de serem eles liberados, desde que não obstruíssem a implantação do plano de desenvolvimento da cidade. Assim, obtiveram seus títulos definitivos.

Ao terminar o PDLI, a firma Newplan SA indicou meu nome ao Prefeito para montar o Núcleo de Planos e Programas, NPP e, inicialmente, o Centro de Informações Técnicas - CIT, para implantação daquele plano. Infelizmente, estávamos nos últimos meses da administração e para uma perfeita implantação do plano seria necessário mais tempo para que tudo se tornasse rotina.

## **A ENCHENTE**

Um fato muito triste ocorreu neste final de governo. Foi a grande inundação dos bairros do Porto pela cheia do rio Cuiabá. A cidade perdeu o antigo Bairro do Terceiro, bairro populoso que sofreu sua demolição total, não apenas pela água, mas por capricho do Secretário do Interior e Justiça do Estado Dr. Salomão Amaral que, nem mesmo ouvira o Prefeito Vilanova que o aconselhava

não executar a demolição e, disto sou testemunha. Respondera ao Prefeito que receava o retorno dos flagelados sob influência de algum líder mais exaltado. Creio que pensava resolver problemas com as futuras enchentes.

A população deste bairro foi morar num núcleo de emergência, mandado construir ao lado do Núcleo Cidade Verde da COHAB. Em situação de emergência, coube a mim essa tarefa de projetar o arruamento desse núcleo novo, para construção de casas de madeira. Porém, o Governo do Estado mutilou meu projeto, com redução de áreas dos lotes, amontoando-os para caberem maior número deles, como se os moradores não merecem algum respeito.

Terminava também o Governo Fragelli em 14 de Março de 1975. O Governador deixou definido o Centro Político Administrativo - CPA com algumas unidades construídas, bem como a Avenida Monumental, projeto do engenheiro Castilho, dando acesso a ele desde a Escola do Baú, já no centro histórico. O Governo construiu ainda o Centro Educacional Presidente Médici, a maior parte do Estádio "Verdão", e a conclusão da Penitenciária da Av. Fernando Corrêa.

Cabe assinalar nesta passagem a improvisação da festa com a presença do Fluminense do Rio de Janeiro para inauguração do estádio, com apenas a metade de sua arquibancada construída, pois, ele ganharia a denominação de Governador José Fragelli.

## SITUAÇÃO DO CENTRO

Nesta época, o centro da cidade, o seu sítio histórico sofria demolições de seus velhos casarões para construções de bancos: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Bradesco. Por outro lado, o Cine Tropical, considerado o melhor do Estado, fora desativado, transformado num estacionamento, que dava mais lucro ao seu proprietário e mais tarde, sabemos, foi demolido para outra construção. Este fato aconteceu porque os cinemas em geral perdiam freqüentadores por causa da televisão. Também, o edifício do Palácio do Comércio surgiu e na rua Comte. Costa, os blocos da "Vila Real". O SENAC, na Rua Jessé Pinto Freire, a Galeria GG, meu projeto, na Rua 13 de Junho, o DNER, com seu primeiro bloco, a CEMAT, no alto do Morro da Prainha, o Corpo de Bombeiros, na Cidade Alta quase a terminar. Construíam-se, neste tempo, Núcleo COESA, na Cidade Alta e COOPEMA, no Coxipó (o início).

Nossa Catedral Metropolitana era inaugurada com sinos e relógios. Dom Orlando Chaves a construiu, mas, na minha opinião, a anterior era mais condizente com o centro histórico colonial. Lamentavelmente, começava a demolição da memória do nosso passado arquitetônico.

## UMA PREOCUPAÇÃO

Nos últimos meses da administração Vilanova Torres, uma preocupação veio perturbar-me. Os boatos surgiram de que eu seria indicado para Prefeito da Capital, sugerido em jornal. Consegui passar minhas férias em Belém e aqui o novo Governador Engenheiro José Garcia Neto escolhera seu genro, Dr. Manoel Antônio Rodrigues Palma para o novo Prefeito de Cuiabá. De regresso de Belém, já aliviado, outros boatos davam conta de que vários diretores de departamento seriam substituídos e eu estaria nessa lista de nomes. Como em todas outras mudanças de Prefeito eu tinha pronta uma carta que colocava meu cargo à disposição, estava tranqüilo. Entretanto, na solenidade de posse, a que estive presente, ouvi do próprio Prefeito nomeado outra animação. Ele disse que queria falar comigo. Eu aguardava esse encontro. Porém, por ele determinado, foi o engenheiro Jurandir Spinelli, seu novo assessor de planejamento, que me chamara ao seu gabinete. Anunciou-me que o nome cogitado para meu lugar, realmente, era para auxiliar-me na Coordenação dos Planos e Programas - NPP da sua Secretaria. Assim, continuei como Coordenador de Planos e Programas, acumulando ainda o Centro de Informações Técnicas.

## NOVA MISSÃO

Estava tranqüilo naquela função, pois, ainda conseguiria as oportunidades de sugerir a implantação de tudo aquilo que tinha em mente e já registrado no PDLI, apoiado pelo Dr. Vilaça, na ocasião do “Termo de Referência” que viera preparar para o Prefeito Vilanova Torres.

Era necessário reorganizar os planos, pois, na administração anterior, seus últimos meses foram de euforia para as inaugurações de obras, que a vaidade pessoal de alguns não lhes deixava atender a disciplinas de planos futuros.

Iniciaria minha função com a aplicação da nova Legislação Urbanística, o Uso do Solo, etc. Bem sabia da dificuldade desta implantação, pois, algumas falhas foram observadas no PDLI, já no final da administração passada. Cabia paralisar sua divulgação, apesar de estar já convertido em Lei. A Newplan SA não estudara bem as conseqüências das normas estabelecidas e o resultado caía exatamente na implantação.

## NOVOS PROJETOS NO NPP

Nestes meses do ano de 1975, muitos projetos foram organizados no meu Núcleo, alguns pessoalmente, outros, pelos companheiros admitidos, que foram o arquiteto Murilo F. de Oliveira (carioca) e o engenheiro Frederico Guilherme de

Moura Müller. No programa de ação do ano, vimos realizada a reformulação dos art. 21 e 26 da Legislação Urbana que causariam, pelas suas exigências, um emperramento no desenvolvimento do centro de Cuiabá.

Preparei pessoalmente o projeto do sistema viário total do Bairro Cidade Alta, para ser inaugurado em conjunto com o Estádio Verdão. Obras importantes nas suas vias principais, como aconteceram com a Av. Agrícola Paes de Barros e Ranulfo Paes de Barros, que na inauguração preliminar, esta última tinha o nome de Seleção Brasileira.

Realizava-se neste ano um dos projetos do Arquiteto Murilo, o calçadão da Rua Galdino Pimentel e Cândido Mariano.

Ainda neste ano, houve a preocupação em acelerar o desenvolvimento dos bairros: Araés, Lixeira, Quilombo e Duque de Caxias. Foi providenciado pela nossa Secretaria a implantação do Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada). Logo, uma firma especializada (PROPLAN) aqui esteve com seus técnicos para dar início aos estudos específicos. Foi um ano de preparação dos projetos e de providências dos recursos financeiros para sua execução. Ao mesmo tempo, foram avante as obras de pavimentação do centro, previstas no plano da administração passada. Esta mesma firma preparou estes projetos para obtenção do financiamento pelo Banco do Brasil.

Preparamos no NPP, os anteprojetos das seguintes obras de importância para Cuiabá: Praça Barão de Maracajú (conhecida hoje por praça do Chopão), pelo arquiteto Sérgio Murilo; Avenida Beira-Rio, estudo que fiz em minha casa nas férias de julho daquele ano. Era parte da estrutura viária, assim como a Avenida 8 de Abril, acompanhando o córrego Manoel Pinto, pensando na possibilidade de ambas serem implantadas. Porém, achava muito difícil, tendo em vista seu alto custo. O projeto final desta última fora feito pela ENCO Engenharia e Construções, construtora interessada na sua execução.

Vários outros estudos foram por mim realizados, como a nova pista de ligação da Av. Te. Cel. Escolástico, contornando o morro próximo à Praça do Rosário; outra, de ligação da Av. Te. Cel. Duarte, próximo da Av. Dom Aquino, para ligar esta à Av. Gal. Melo, em direção à Rua Miranda Reis, para escoamento do tráfego do Porto para o Coxipó sem passar pelo centro. Porém, não foi realizada. Também, preparei o anteprojeto da pista de ligação da Av. Ipiranga com Av. São Sebastião, no Bairro Goiabeira. Estas ligações complementaríamos a rede estrutural do sistema viário que eu perseguia, meta do meu antigo estudo viário e, então, admitido pelo PDLI.

Enquanto fazia isto, meu colega Sérgio preparava os estudos para os núcleos “doentes” da capital. Com um grupo de jovens estudantes por ele treinado, levantou, entrevistou, analisou e projetou o Núcleo José Pinto, no Bairro Cidade Alta, pois, ali processava-se uma invasão de necessitados que naquele ano acontecia na periferia da cidade e, rapidamente, proliferava. Começava outra, também, no local conhecido por Barro Duro, à leste da cidade.

## A PARTICIPAÇÃO

Novamente, o Governo Estadual, por indicação da Prefeitura, nomeia-me para integrar um grupo de técnicos da Secretaria de Obras do Estado, nomea o estudo da localização do Parque Agro-Pecuário e Industrial de Cuiabá (Parque de Exposição).

Assim, preparei um anteprojeto, que foi iniciado pelo DOP para esta finalidade no antigo Bairro do Terceiro, arrasado pela enchente. Mais tarde, ele foi completado com construções específicas.

Outra participação minha foi, desta vez, por convite para, com outros técnicos, estudar a localização da Estação Rodoviária de Cuiabá. Considero isto uma das minhas maiores contribuições para minha cidade, como o fora para a escolha do local para nosso estádio de futebol, no Governo Fragelli. Reunimos para a Rodoviária várias vezes no antigo DOP, no Palácio Paiaguás. Naquele início, participava com sugestões gráficas e justificativas, que eram apresentadas ao Governador Garcia Neto. O Coordenador deste grupo era seu filho, engenheiro Carlos Robério Garcia. Aqueles estudos prolongaram-se por todo o ano de 1976, como veremos adiante.

Ainda no ano de 1975 havia a preocupação maior do Governador com a população flagelada do antigo Bairro do Terceiro. Desta forma, coube ao meu NPP da Prefeitura a missão de levantar do cadastro municipal os moradores daquele bairro, para serem indenizados suas antigas casas, brutalmente destruídas no governo passado. A providência tomada foi pelo, então Governador, através da COHAB, a construção das casas na região do Barbado, hoje, o Grande Terceiro, cujas obras teriam início imediatamente.

## A IDÉIA DO PARQUE DA CIDADE

Foi neste ano que sugeri por escrito ao Prefeito para solicitar do Exército a área de terras do Estande de Tiro do Quilombo, justificando no documento a falta de um "Parque da Cidade". Adiantando, para configurar melhor minha idéia, passei ao colega Sérgio Murilo a planta que o Batalhão me havia fornecido, quando implantava a avenida perimetral. Nela, ele estudou o anteprojeto desse sonhado parque. Lá nas plantas cadastrais do PDLI, deixei lançada nossa pretensão e o respectivo anteprojeto arquivado.

Tive oportunidade, anos depois, de localizar para o colega arquiteto José Afonso Porto Carrero no arquivo da Prefeitura este lançamento do parque na planta cadastral, porque ele era o secretário da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e, certamente, levaria avante a minha idéia, pois, eu não estava mais na Prefeitura.

## PROMESSAS E VARIEDADES DE OBRAS GRANDES REALIZAVAM-SE

Em 1976, houve muitos preparativos para obras de vulto para Cuiabá, com nascimento de novos bairros. Aconteciam as primeiras reuniões no Palácio Paiaguás para tratar, então, do projeto da nova Estação Rodoviária, das quais participei de todas elas, algumas no próprio Gabinete do Governador.

Nesta época, foram preparados os loteamentos Jardim Califórnia e o Núcleo Habitacional Coophema.

Através do meu Núcleo de Planos e Programas, iniciou-se o novo emplacamento da cidade com os nomes oficiais estudados, anteriormente, pela Comissão da qual já me referi em linhas atrás. A cidade estava numa confusão de tanto número nas casas e procurávamos dar solução a isso.

Providenciei, neste tempo, o projeto padrão de escola com seis salas de aula para o Bairro da Lixeira, para o Bairro Araés e para o Coxipó da Ponte.

Na administração Rodrigues Palma, achei que, como era político o governo estadual, devia eu me inscrever como membro do Partido ARENA, mesmo porque recebia freqüente insinuação para isso. Assim, todas as atividades do Partido eram-me comunicadas para delas participar. Até fui designado como “Convencional” para escolha de candidatos a deputados estaduais e a vereança.

A Secretaria de Obras Municipais autorizou o levantamento topográfico, tendo em vista o acatamento do Prefeito ao meu projeto da Av. Beira-Rio, fato que muito me alegrou.

Dia 8 de abril do ano de 1976 houve a inauguração do Estádio Governador Fragelli (Verdão) com a presença do Presidente da República Ernesto Geisel. Ele também inaugurou, na ocasião, a ligação da Energia de Cachoeira Dourada. Com muita satisfação, fui com minha esposa Idalina à recepção ao Presidente no Clube Dom Bosco, com convite especial.

Outra avenida entrava em preparação naquele ano. Foi a 8 de Abril (Manoel Pinto), que ligaria com Av. Isaac Póvoas. Estranhamente, não seguiram meu projeto, permitindo construir um edifício na frente dessa ligação. Também, o projeto da Praça Barão de Maracajú, hoje, 8 de Abril (ou do Chopão), fora reativada para sua realização, mas faltaram os recursos financeiros previstos para estas obras.

Providenciei o projeto definitivo da Av. Sen. Metelo, da Av. 15 de Novembro ao Coxipó da Ponte, hoje, Carmindo de Campos. Esta avenida de grande importância para a cidade, já aberta em terra, fazia parte da estrutura viária principal que eu perseguia, torcendo para sua realização em asfalto.

Neste tempo, o Governo do Estado estudava a implantação do Parque Agro Pecuário do antigo Terceiro demolido. Nele incluiria a área da Feira Livre Municipal.

Particularmente, atendi à solicitação do engenheiro Cássio Veiga de Sá, famoso construtor das Obras Oficiais do Governo Júlio Müller, para ajudá-lo no preparo ao loteamento Novo El Dourado. Preparei, também, o projeto do loteamento Parque Ohara, no Coxipó da Ponte.

Meus colegas do NPP iniciavam a implantação do Núcleo Sto. Antônio do Pedregal, denominação inspirada na novela da TV Globo, que passava na época pela TV Centro América, onde apresentava um lugarejo em estado nascente que viria a progredir, etc.

Cuiabá estava em franco progresso. Por toda parte havia construção. Nos velhos loteamentos, dos quais pouco se falava, as construções residenciais cresciam. Observava-se o visível crescimento dos loteamentos, hoje bairros: Vila Boa Esperança, Shangri-lá, Lavapés e Cidade Cédula Sta. Rosa, os mais ricos, e também o loteamento Sta. Helena, o em torno do Estádio e na Cidade Alta. As casas do Novo Terceiro (COHAB) em acelerada construção durante este ano; o mesmo acontecia no conjunto COOPHEMA. A EMBRATEL construía sua torre de 76 metros em poucos dias com sua forma deslizante. Ali próximo, levantavam-se a mesquita muçulmana e o prédio da CEMAT. O Bairro dos Bandeirantes tem a inauguração do seu total asfaltamento. Iniciavam-se as obras de asfaltamento do nosso Anel Rodoviário, a Av. Perimetral, da qual tanto me empenhei, hoje, Av. Miguel Sutil. No Araés, várias vias recebiam asfaltamento, antecipando o projeto CURA: Av. Eulálio Guerra, R. Desembargador Mesquita, R. Manoel Leopoldino, R. Mal. Deodoro, até a Perimetral e a Av. Presidente Marques com suas ligações. Ali naquele bairro, a TV Centro América ampliava suas acomodações. Visando prestígio político, muitos vereadores buscavam realizar, e novo cruzeiro foi construído na pracinha da cruz do Chilão. No Centro Político Administrativo, nova unidade era construída, o Tribunal de Justiça. No final do ano, finalmente, entrava em licitação as obras da Praça Barão de Maracajú, agora sob projeto do Arquiteto Vilela. É bom lembrar que neste tempo, esta região crescia em animação, como ponto de encontros noturnos da juventude cuiabana, com a implantação ali do restaurante “Chopão”, do “O Corujão” e da “Sorveteria Polar”, colados um ao outro.

No vizinho Município de Várzea Grande, seu Prefeito Júlio Campos inaugurava a duplicação da pista da Av. da FEB, pois, em sua margem, várias indústrias cresciam como: Coca-Cola e outras mais. Também nesse município crescia o grande frigorífico Sadia e, aterrando um grande brejo, revendedores de tratores e outras grandes casas comerciais se alinhavam.

Voltando a Cuiabá, vi transformar meu grupo Escolar “Senador Azeredo”, das minhas primeiras letras, em “Casa do Artesão”, que tristeza!

No meu NPP, há andamento de novos projetos. Dou continuidade à Av. Beira Rio, já do outro lado do Rio Coxipó, rumo ao povoado ribeirinho, onde se deu a leitura da ata da fundação de Cuiabá, São Gonçalo Velho, em 1719. Eu a projetei, considerando a necessidade de novo acesso ao Distrito Industrial, criado pelo

Governo do Estado. Certamente, uma ponte viria no futuro sobre o rio Coxipó, aliviando as outras da Av. Fernando Correia. Também do lado do Coxipó acima, deixei desenhadas em plantas cadastrais todas as vias para serem implantadas no futuro, concatenadas, percorrendo com uma avenida de distribuição para as chácaras ribeirinhas e ajustadas ao loteamento “Parque Ohara”, do qual já me referi.

O núcleo COPHAMIL fora iniciado de modo clandestino, pois, o seu projeto absurdo em áreas de risco de alagamentos pelo rio não dava condição de sua aprovação. Não sei como isto aconteceu, pois, não passou pelo meu “de acordo”, como acontecia em casos semelhantes. Foram forças estranhas!?

Foram deste tempo a construção dos calçadões da Rua Ricardo Franco, Rua Galdino Pimentel, idealizados pelo arquiteto Sérgio Murilo, meu companheiro.

No centro da cidade construía-se o Edifício Excelcior e demolia-se o prédio baixo do IAPI, para dar início em seu lugar o alto edifício do INPS, hoje, Previdência Social. Também, na Rua Barão de Melgaço, levantava-se o prédio da Caixa Econômica Federal. Na mesma rua, esquina com a Rua Thogo Pereira, outro edifício subia com dez andares. Na Av. Getúlio Vargas, ergue-se um dos edifícios do saudoso mestre de obra, senhor Edgar Vieira e, na Av. Dom Aquino, quase frontal à Rua Regis Bitencourt, um edifício de dez andares.

Lamentavelmente, ali próximo, o Supermercado Catarinense fora destruído num incêndio, em frente ao prédio da APAE.

Várias construções comerciais apareceram ao longo das Avenidas Te. Cel. Duarte e Te. Cel. Escolástico, definindo-as como vias exclusivamente comerciais.

O SESI, na Praça Couto Magalhães, ampliou suas dependências, alinhando-se com o antigo quartel do 16<sup>a</sup> BC, com a construção do seu ginásio de esportes. O mesmo aconteceu com o DNER, levando mais blocos a alinhar-se na Rua Joaquim Murtinho e, na 13 de Junho, um prédio grande, térreo, é construído, quase em frente ao portão do antigo DERMAT.

Assim, via-se Cuiabá transformando-se, aceleradamente, nestes últimos anos, ganhando nova aparência de cidade moderna.

O movimento nas ruas crescia. Muitos veículos circulando, demonstravam a necessidade urgente de preparar a cidade, mormente, seu sistema viário, que eu continuava perseguindo.

A freqüência de aeronaves no aeroporto era grande, tornando-se ali um lugar de estar de muita gente, principalmente, aos domingos e feriados. Aviões Boeing e outros menores desciam e subiam. Duas eram as principais Companhias de Viação Aérea: Cruzeiro do Sul e Vasp, com seus aviões BOEING, CARAVELLE, ONELEVE. Também aviões pequenos como: CONVAIR, SAMURAI, VISCOUNT. Porém, aguardava-se a construção da pista para dar condições para que grandes aeronaves pudessem pousar e levar carnes para a

Europa; era o que diziam. No novo ano, 1977, o carnaval cuiabano revestiu-se de grandiosidade. Apresentou, em desfile, o renascimento dos velhos embalos momesco com alegria, reunidos na vizinhança das praças Alencastro e da República. Na Av. Getúlio Vargas fora armada grande arquibancada em toda sua baixada, desde a Rua Joaquim Murtinho. Torres decorativas em estilo futurista com grande efeito luminoso, postada ao lado da igreja matriz, davam a majestade daqueles dias festivos. Foi um carnaval excepcional.

## O TERMINAL RODOVIÁRIO

Grandes projetos foram anunciados para terem início suas obras, imediatamente. Como vimos no ano passado (1976), várias reuniões, tivemos com o Governador Garcia Neto sobre o projeto da Rodoviária de Cuiabá. Coube-me a honra de projetá-la em definitivo, pela escolha que fez o Governador entre o meu ante projeto e o do DOP do Estado. Para desenvolvê-lo determinara ele que o DOP indicasse um colega para ajudar-me. Entretanto, adiantando, solicitei meu amigo Ercílio Gonçalves de Souza. Ambos, na minha sala na Prefeitura, desenvolvemos o referido projeto. No mês de maio do ano de 1977 a concorrência pública fora feita para esta obra tão importante para Cuiabá. Apesar da determinação anunciada pelo Governador de que o DERMAT daria cobertura com espaço, material e tudo o mais que necessitássemos, nada nos fora dado. Trabalhamos ali, entre outras perturbações do cotidiano de um órgão municipal, até que, após a apresentação dos trabalhos ao governo do Estado, fora determinada nossa viagem a São Paulo, para que lá, em escritório especializado, fossem desenvolvidos os projetos complementares das instalações, estrutura e outros específicos, de conformidade com o MITERP do DNER, o Manual de Implantação de Terminais Rodoviários, recém editado naquele tempo. Em São Paulo, com o colega Paulo Mendes da Rocha, por sugestão sua, tivemos a oportunidade de darmos ao projeto grandes vãos livres, utilizando concreto protendido. Ele garantia que a firma desse projeto estrutural daria assessoramento. Resolvemos, então modificar os vãos, alterando nosso primeiro projeto. Fora encomendado uma maquete para a publicidade da obra monumental. Infelizmente, nossos políticos são muito vaidosos e, facilmente, esqueceram dos outros, reunindo neles os louros da realização, como se tudo fosse apenas seus atos. Com a chegada da maquete de São Paulo, um dos jornais locais publicou que o projeto da Rodoviária fora feito em São Paulo, sem nenhuma referência a nós, os verdadeiros autores do projeto. Por parte do Governo, nenhum desmentido fora feito. Nossa APA (Associação dos Arquitetos de Mato Grosso), pelo seu Presidente, arquiteto Antônio Carlos Cândia, fora publicado o desmentido uma semana depois, no mesmo órgão de Imprensa; porém, o que ficou, ficou... Para constar, guardo o jornal que publicou a notícia, bem como o desmentido da

APA. Também, melindrado, Paulo Mendes da Rocha enviou-me uma carta, que também a guardo. Depois disto, comecei a trabalhar no Plano de Urbanização do Complexo do Terminal.

Atualmente, com muito desgosto, vejo as mutilações do projeto original. Estão impedindo com uma lanchonete o espaço livre para expansão futura do saguão frontal do Terminal. Essa dependência de comércio provocará outras aderências nocivas ao projeto.

## **MAIS REALIZAÇÕES MUNICIPAIS E ESTADUAIS**

A Prefeitura continuou com suas obras importantes, como a Beira-Rio que teve início nesse ano. Embora a pretensão fosse construir primeiro a outra, que também defini pelo lado oposto, rio acima, não aconteceu por causa do impedimento caprichoso do proprietário da área, na Cidade Célula Santa Rosa, cujo prolongamento da avenida margearia o riacho Ribeirão da Ponte, prosseguindo Cuiabá abaixo até a Ponte Nova.

Não menos importante foi a Av. Miguel Sutil, recebendo asfaltamento também nesse ano, assim como as ruas do Bairro Duque de Caxias, pelo lado do quartel do antigo 16° B.C, hoje, 44° BIMTz.

A Av. Beira Rio, trecho entre as pontes Júlio Müller e Ponte Nova, também entrava em obras, e é duplicada a Av. Fernando Correia.

O governo do Estado executava o fechamento do canal da Prainha, depois da igreja do Senhor dos Passos para o CPA.

Pelo Projeto CURA, executavam-se as obras dos bairros da região Norte: Araés, Quilombo e Lixeira, pela PROPLASA.

Ainda como parte de meu plano, entrava para aprovação pela Câmara Municipal o novo Perímetro Urbano e Expansão Urbana proposto por mim.

Iniciava-se em Janeiro deste ano de 1978 a construção dos viadutos da Av. CPA e de acesso ao Terminal Rodoviário.

Lamentavelmente, neste ano, vi mais demolições no centro histórico; desta vez eram os prédios antigos da esquina da Barão de Melgaço com Rua Campo Grande e esquina da Prainha com Av. Getúlio Vargas.

O Secretário de Serviços Públicos, hoje, Urbanos, anunciava-me que o Cemitério que eu havia projetado para a Cidade Alta, que não fora inaugurado, não mais teria esse destino, mas praça para feira. Pedia, então, minha indicação para outro lugar. Indiquei-lhe o lado Sul e Leste da cidade e aconselhei-o a interdição daquele do Despraiado que diziam os moradores da região que quando chovia ali, chegava a aparecer o caixão dos falecidos pela força da enxurrada.

Construíam-se no Bairro Quilombo e Lixeira as praças do Projeto CURA; por enquanto, não tinham nomes. De duas delas refiz o projeto, por não se

encaixarem na topografia da Rua Caio Pinheiro e da Rua São Sebastião.

Iniciava-se a construção do Viaduto do “Pico do Amor”. Enquanto as obras do Terminal Rodoviário prosseguia, o seu sistema viário local também avançava com seu trevo de acesso. O asfaltamento da Av. Gal. Melo, terminado com muito defeito, estava em restauração.

A PRODECAP, fundada pela Prefeitura para acelerar as definições das obras, peiu-me para rever o projeto da Beira-Rio, no trecho de ligação do Beco Quente (já demolido) com o Bairro do Terceiro, também inexistente. A parte deste bairro estava em execução desde o Coxipó pela firma Andrade Gutierrez. Ainda para a PRODECAP, particularmente, estudei a urbanização de toda a região do Carumbé e Gumitá.

Particularmente, projetei um loteamento junto da Cervejaria Cuiabana (Brahma) que teria a denominação de “Parque Residencial Universitário”, e também, do outro lado da cidade, o primeiro condomínio horizontal “Lagoa Dourada”. Também, o Jardim Carolina.

Ouvia dizer que já tinham dado nome ao Terminal Rodoviário de Cuiabá de “Portal da Amazônia”; não me agradou muito. Hoje, ela tem, com muita justiça, o nome do engenheiro Cássio Veiga de Sá, meu particular e saudoso amigo.

Comecei a estudar o Projeto CURA para os bairros: Dom Aquino, Poção e Areão.

Para a chegada da Beira-Rio na Av. Fernando Correia, fiz o projeto de interseção, pois o DNER não encontrava o enquadramento padrão para aprovar sua execução.

Projetei para o DERMAT o trecho da Av. Te. Cel. Duarte para unir à Av. do CPA, hoje, Rubens de Mendonça, desde a Praça do Rosário.

A PRODECAP mandou fechar com cerca de arame várias áreas próximas ao núcleo CARUMBÉ; medida para tentar controlar as invasões que se processavam de modo assustador nesta Capital.

## **A MOVIMENTAÇÃO URBANA**

Observava-se que a cidade recebia muita gente de fora: mineiros, paulistas, paranaenses, gaúchos e goianos. Eram técnicos, firmas, empresas, etc. Muitas lojas novas foram abertas, de materiais de construção, muitas drogarias, imobiliárias ... A especulação imobiliária crescia, principalmente em Várzea Grande. Grande movimentação num trânsito perigoso com os vinte mil veículos na cidade.

Os que chegavam construíam suas residências nos bairros, onde predominavam o estilo de arcos em varandas e muito telhado aparente de telhas cerâmicas.

Uma única empresa de ônibus urbanos atendia a cidade, cujo nome era “Nova Era”. Havia necessidade de outra, pois, havia muita gente em fila nos pontos de paradas.

Preocupado com a memória histórica, dei novo impulso a minha história de Cuiabá “em quadrinhos”, para ser mais acessível, buscando um dia terminá-la. A nova geração de cuiabanos estava crescendo em grande proporção. Assim, os filhos dos imigrantes teriam onde conhecer a história do lugar onde nasceram.

A ciência evoluía rapidamente e aqui chegavam: micro computadores, tocafitas, video-tapes... Porém, a gasolina estava muito cara. Providenciava-se no país a combustão a álcool de cana e de mandioca e Mato Grosso estava integrado nisso.

A população divertia-se com os programas de televisão, como as novelas: O Astro, Te Contei, O sítio do Pica Pau Amarelo, Maria Maria, A viagem, Anjo Mau, Pecado Capital, O Bom Baiano, Duas Vidas, O Profeta, etc. Outros programas como: Airton e Lolita, Planeta dos Homens, Os Trapalhões, Chacrinha, Sílvio Santos, Jornal de Verdade, Fantástico (Show da Vida), Chico City, Globo de Ouro, Jornal Nacional e muitos filmes e desenhos.

## FATOS TRISTES

No dia 10 de dezembro de 1979 foi inaugurado o Terminal Rodoviário de Cuiabá. Foi muito festejado. Fui convidado a participar, inclusive do almoço com as autoridades. Na placa descerrada naquele dia não constava nome dos autores do projeto; fato que muito me entristeceu, pois, conforme prometeu o Governador Garcia Neto, que tivera seu Secretário de Obras ali presente na ocasião, o então Governador Eng. Frederico Campos, esperava sua atenção amiga. Estaria ali, para minha satisfação pessoal, um marco da minha gratuita participação como profissional da Arquitetura, autor que fui do projeto da obra tão importante para minha cidade. Foi mais uma prova de que ninguém gosta do que é feito por filho da terra. Apesar disso, o Sr. Governador dissera lá mesmo para mim, na presença de minha esposa e outras pessoas amigas, que havia mandado preparar “plaquinhas de prata” para os projetistas, porque as mereciam. Nem mesmo isso nos fora entregue. É lamentável! Creio também que o ex-governador Garcia Neto mandara publicar na revista Manchete, nacionalmente conhecida, uma reportagem sobre o Terminal, chamando-a de melhor da América do Sul, porém, nenhuma referência fez a seus projetistas. Assim, vamos conhecendo os chefes de governos que facilmente esquecem dos amigos.

Em Urbanismo projetei, particularmente, os loteamentos: “Bom Clima” do Sr. Clóvis Pompeu de Barros, “Rodoviária Parque” do Sr. Aquiles Tenuta e “Parque Nova Esperança” do Sr. Newton Rabelo de Castro, ampliando a Colônia Pascoal Ramos.

Voltando às construções do final de governo Rodrigues Palma: a Beira-Rio, no Porto, não fora concluída e não obedeceram ao meu projeto, pois, construíram uma só pista da Boca do Valo até à Ponte Júlio Müller. Também, no Coxipó, não realizaram a interseção para entrar na ponte com curvas de raio igual a cinquenta metros, como havia projetado; talvez, para não desapropriarem uma casa. Porém, anos depois o fizeram por causa dos acidentes ali ocorridos.

Ao finalizar a administração Rodrigues Palma, volto meu pensamento a outra administração anterior, Vila Nova Torres. Ela deixou aquilo que Cuiabá tanto precisava para seu guia, no preciso momento da sua ascensão, o PDLI. Ele seria a fonte de onde os futuros projetos tirariam a garantia de conseguir recursos de órgãos externos para suas realizações tão necessárias. Esse plano deixou, acima de tudo, uma metodologia de trabalho, necessária, principalmente, em relação ao cadastro fiscal, cujos defeitos foram corrigidos, gradativamente.

Estas observações, eu as faço porque senti no dia-a-dia os efeitos da implantação do plano. Confesso aquele entusiasmo que sentia como indicador ou plantonista, para os acertos de rumo para a cidade; o fornecedor de diretrizes aos secretários. O Secretário de Planejamento e Coordenação daquela administração teve-me como Coordenador de “operações”, criando-me uma estrutura nova, funcionários habilitados, mobiliários novos, etc. Gradativamente, meu Departamento ou Coordenadoria crescia, constituindo um modelo de funcionamento, para orgulho meu. Ali estava um Sistema de Planejamento Urbano. Atribuições, cronogramas, formulários, fichários, etc., tudo pronto e em ordem. Neste ritmo, implantava-se nova filosofia de trabalho. Formava-se mesmo, a “Sala de Operações”, onde as secretarias teriam informações e dados atualizados para formarem seus planos e, então, fornecerem ao Prefeito um quadro geral e com ele pudesse formar seu Plano de Governo. Após isso, o meu NPP (Núcleo de Planos e Programas) estaria, constantemente, acompanhando o comportamento da execução frente à programação física, conforme instruções do PDLI e com outras atribuições previstas. Entretanto, dependia unicamente do novo Secretário de Planejamento e Coordenação o cumprimento daquela tarefa, que muito representaria para uma administração planejada.

Infelizmente, aquele meu entusiasmo de urbanista durou pouco, pois, na Administração Rodrigues Palma o PDLI não brilhou tanto. Acredito que o novo secretariado não o estudara devidamente e, se o fez, não o levava em consideração como merecia.

Algumas vezes tentei, indiretamente, mostrar a alguns secretários que o Coordenador do NPP estava ali para participar do vai-vém das atividades administrativas e que o PDLI, certamente, tinha alguma coisa para dizer; afinal, ele custou avultada quantia e merecia maior atenção. As fichas de controle das realizações não agradavam os secretários, que viam nisso a intromissão em suas áreas. Percebi isso logo no início da implantação. Com muito pesar, narro estes fatos. Embora isolado de minhas verdadeiras atribuições, ofereci à administração

Palma vários projetos, numa seqüência de prioridades, principalmente, para implantação do sistema viário, como destaquei em linhas anteriores. Muitas obras foram realizadas nesta administração e, tenho certeza, foram necessárias à cidade, como o Projeto CURA do qual já discorreremos. Outras foram estudadas, mas nem sei enumerá-las, por não ter participação em seus custos e seus andamentos de obras. Poderia tê-las acompanhado em cronogramas, visitas, ajustes, reajustes, controles de mapas, etc. Porém, nada disso aconteceu, pois, seria fácil até para o serviço de relações públicas ou assessoria de imprensa da Prefeitura. Foi lamentável esse acontecimento.

Percebi, como técnico de contato com o público, as conseqüências advindas das reclamações dos munícipes, quando feridos em alguma decepção. A desatenção a seus problemas, pequenos às vezes, vinha conduzi-los ao descrédito e, o pior, levava-os a desconhecem as leis ou posturas. O resultado aparecia logo; clandestinos nas construções, as invasões ... formavam as forças invisíveis dos grandes "problemas sociais". É necessário deixar aqui um exemplo dessa rebeldia de munícipes: Um ex-vereador e ex-secretário municipal, desiludido com a informação de ser impossível a aprovação de seu loteamento, por não se enquadrar na lei, simplesmente, desafiou a Prefeitura. Disse que abriria as ruas e forçaria um problema social quando, então, ganharia aprovação forçada. Ali estava um exemplar da mentalidade em relação ao Poder Municipal.

Embora houvesse um órgão para informação prévia (Prévia Consulta) quanto ao uso do solo, adensamento de áreas programadas, previstos no PDLI, alguns "poderosos", apoiados em autoridades políticas, desrespeitavam o plano diretor, abrindo imperdoáveis precedentes.

Outro fato relegado a segundo plano foi a nomenclatura oficial na maior parte dos bairros em expansão da cidade. A Empresa Brasileira dos Correios solicitava providências nesse sentido e nenhuma resposta para o problema foi dada a ela. Existiam alguns apelidos populares que davam alguma orientação para endereços. Loteamento velho, como o Vila Boa Esperança tinha em planta nomes que repetiam os do centro antigo da cidade, que traziam grande confusão ao Correio. As administrações antigas não exigiam abertura de ruas na aprovação daqueles loteamentos, então constituíam sérios problemas. Ninguém encontrava seu lote comprado e muito menos a Prefeitura. As questões aumentavam com o progresso das construções residenciais e vinham as desagradáveis desapropriações, por constatação de erros de implantação das ruas ou de alinhamentos das construções mais antigas. O NPP é que recebia estes problemas. Diante desta situação, buscava-se compulsivamente atualizar o traçado das ruas pelas plantas cadastrais aerofotogramétricas.

Dia após dia, o meu NPP vinha se esvaziando de meios de informações gráficas. A cidade crescia e nossas plantas ficavam desatualizadas e descredenciadas.

Vi a Prefeitura com dificuldade na conservação daquilo que realizava. Era

fácil observar os bairros com suas obras novas perecendo por falta de conservação e limpeza. Esta situação tendia a aumentar pelos bairros mais distantes, onde se realizavam obras de pavimentação e áreas de lazer.

A Secretaria de Serviços Públicos, hoje, Urbanos, na minha opinião, necessita de nova filosofia de trabalho, algo que dinamizasse sua atuação, pois, suas atribuições são grandes demais. Praticamente, ela responde pela apresentação da cidade. Ela é que responde para aqueles que nos visitam se a cidade tem ou não um bom Prefeito.

Aproximando a entrada da nova administração municipal, não preparei a costumeira carta a qual colocava meu cargo à disposição. Deixei a Prefeitura em definitivo, sem mesmo esperar a posse do novo Prefeito, o colega Gustavo Arruda, porque fui contratado pela Universidade Federal, onde já era professor fundador, passando a ser também um de seus técnicos na SEGEPLAN, órgão de planejamento daquela instituição.

Hoje, observo, à distância, que tentaram buscar um rumo para a cidade. Porém, apenas técnicos e mais técnicos; siglas novas aprovadas e mais leis, enquanto nossa Capital vai se arrastando como pode, com os problemas e soluções constantes.

Como primeiro arquiteto nascido em Cuiabá a exercer sua profissão na Prefeitura Municipal, cumpri aquele grande desejo meu, arrastado desde os bancos universitários, quando imaginava fazer alguma coisa pela minha cidade natal. Realizei a grande experiência da minha vida e sinto-me com o dever cumprido. Outros filhos da terra viriam para fazer também sua parte; fiz o que me deixaram fazer.

# A N E X O - 1

## RUAS CALÇADAS COM PARALELEPÍPEDOS -1973

(ANTES DO ASFALTAMENTO)

	LARGURA	COMPRIMENTO	ÁREA
Rua 13 de Junho	7	1 266	8.862
Rua Joaquim Murтинho	7	1 600	11.200
Rua Barão de Melgaço	9	1 120	10.080
Rua Comte. Costa	9	590	5.310
Rua Batista das Neves	7	90	630
Rua Mal Deodoro	7	70	490
Av. Dom Aquino	7	555	3.885
Rua Antônio Maria	5	240	1.200
Rua Pedro Celestino	7	490	3.430
Rua Ricardo Franco	5	340	1.700
Rua Governador Rondon	5	290	1.450
Rua Galdino Pimentel	5	220	1.100
Rua 7 de Setembro	4	140	560
Rua 27 de Dezembro	4	120	480
Rua Antônio João	5	390	1.950
Trav. 21 de Abril	6	90	540
Rua 12 de Outubro	7	80	560
Rua Voluntários da Pátria	7	320	3.240
Rua Campo Grande	5	460	2.300
Rua Cândido Mariano	6	930	5.580
Av. Getúlio Vargas	12	470	5.640
Rua 24 de Outubro	6	480	2.880
Rua João Dias	7	430	2.910
Trav. Ipiranga	7	140	980
Trav. Da Justiça	7	250	1.750
Ruas s/nome (na antiga Praça M. Cabral)	7	200	1.400
Rua São Joaquim	7	210	1.470
Rua Sen. Metelo	9	480	3.82

## ANEXO - 2

### LOTEAMENTOS EXISTENTES ATÉ 1973

(ÁREA TOTAL 85.397m<sup>2</sup>)

- 1 Bairro Jardim Petrópolis - Cia Mato-grossense de Habitação
- 2 Propriedade Lino Rodrigues Alves
- 3 Residencial Bairro Caxias - Imobiliária Casa Própria
- 4 Jardim Sta. Terezinha - Imobiliária Centro Oeste Ltda.
- 5 Jardim Paraíso - Regina Macedo Gonçalves
- 6 Bairro El Dourado - Imobiliária Progresso de Cuiabá Ltda.
- 7 Bairro Calixto de Arruda - Calixto de Arruda
- 8 Jardim Vicentina - Mário Kudse
- 9 Jardim Bela Vista - Francisco Paes de Barros
- 10 Bairro Lavapés - Avelino Tavares
- 11 N. S. Mãe dos Homens
- 12 Parque Residencial Senhor dos Passos - Concil
- 13 Vila São João - João Sabino de Souza e s/ esposa
- 14 Chácara Guanandi - Arlindo Bergamim
- 15 Vila Balneário - São João
- 16 Bairro Quilombo
- 17 Rua L (do Bairro do Bandeirante) - José Alves Ribeiro
- 18 Bairro Mangueiral - Jovanir da Mota Oliveira
- 19 Jardim Shangri-lá - João Cunha e outros
- 20 Bairro dos Bandeirantes
- 21 Jardim Leblon - Alto Guaporé Ltda.
- 22 Bairro São Benedito
- 23 Bairro Senhor dos Passos - Comércio Imobiliário Rio Preto Ltda.
- 24 Jardim Nossa Senhora Aparecida - Tomás de Aquino
- 25 Bosque da Saúde
- 26 Jardim Aclimação
- 27 Bairro Vista Alegre - Rodrigo de Lara Pinto
- 28 Bairro Paulista - Zara da Cunha Esteves e outros
- 29 Bosque da Saúde
- 30 Bairro Praeiro
- 31 Vila Pacheco - Alice Pacheco Pinto Barbosa
- 32 São João - Inácio França Fonseca
- 33 Abdala Mansur

# AS CARTAS PASTORAIS E A VISÃO ULTRAMONTANA DE D. CARLOS LUIZ D'AMOUR, BISPO DE CUIABÁ-MT (1879 a 1921)

Maria Adenir Peraro\*

O presente texto procura demonstrar a posição do Bispo diocesano, D. Carlos Luiz D'Amour, frente à laicização do ensino, à escravidão e a adoção de uma política de regeneração do clero mato-grossense em consonância com o episcopado brasileiro no período de transição do Império para a República. Cartas pastorais e periódicos da imprensa local constituem-se em fontes deste trabalho.

Nas últimas décadas do século XIX, acentua-se na sociedade brasileira uma disputa pelo pensamento hegemônico entre Igreja e Estado e, por extensão, entre intelectuais católicos e livres-pensadores.

Guardadas as proporções dessa disputa e as especificidades da sociedade brasileira que passava por transformações de ordem político-econômica com a transição do regime monárquico para o republicano e substituição do regime de trabalho escravo para o livre, os confrontos entre Igreja e Estado faziam parte de uma prolongada disputa entre poder político e poder eclesiástico nas sociedades européias ocidentais. Em tais sociedades, as disputas culminaram no fortalecimento do poder do Estado laico. Exemplo disso teria sido a França, com a queda da Monarquia e a implantação da República no final do século XVIII, ensejando a partir de então uma *contra-ofensiva* no interior da Igreja Católica, através da ativação de um movimento restaurador.

O movimento restaurador católico, denominado ultramontano, passou a difundir a posição imperiosa da Igreja Católica no sentido de tomar diretrizes que assegurassem à mesma o controle da vida religiosa. <sup>1</sup>Os ultramontanos defendiam a primazia da autoridade papal sobre o político, a primazia da fé sobre a ciência e uma inquestionável fidelidade ao pontificado romano.

No Brasil, o movimento restaurador católico, também conhecido como movimento de romanização, ganhou impulso em meados do século XIX. Este movimento foi viabilizado por um pequeno número de membros do episcopado brasileiro, insatisfeito com a posição de subordinação da Igreja ao Estado e da

\* Doutora em História - UFMT/ICHS

<sup>1</sup> Ultramontanos: designação dada aos católicos franceses (posteriormente católicos de diversos países) que professavam fidelidade ao pontificado romano, e por sua sede, Roma, situar-se além das montanhas dos Alpes.

própria atuação do clero brasileiro em relação ao papa.

A nova mentalidade que envolvia o episcopado brasileiro defendia uma urgente reforma na Igreja brasileira, com base no Concílio de Trento, posicionando-se de forma contrária ao regime do Padroado-Régio, que intrometia-se na esfera religiosa.

Empenhados em conquistar maior espaço na participação do poder e em reduzir o poder político na esfera eclesiástica, os bispos alertavam para que a reforma ocorresse em direção à formação do próprio clero: um clero sóbrio, virtuoso e apostólico, cumpridor de sua missão evangélica e ministerial.<sup>2</sup> Neste aspecto, os seminários a serem fundados e/ou reestabelecidos tornar-se-iam importantes instrumentos na viabilização da formação teológica dos padres, agindo no sentido de regenerar o catolicismo brasileiro.

A concepção levada adiante por parte do episcopado sofreu duro golpe com a instalação da República. Tal concepção, assentada na existência de duas sociedades perfeitas que governavam os súditos brasileiros, implicava, de um lado, o Estado ou o poder político e, de outro, a Igreja ou o poder eclesiástico.<sup>3</sup> O governo republicano recém instalado, ao promulgar, em forma de decreto, a separação entre Igreja e Estado, abolindo a instituição do Padroado, como que estabeleceu um divisor de águas entre os dois poderes. Pelo mesmo decreto, a religião católica deixava de ser a religião oficial do Estado, sendo nivelada às outras religiões. O casamento civil passava a ser obrigatório e o ensino leigo, por sua vez, foi introduzido nas escolas. Mister se fazia que clérigos e intelectuais se unissem para fazer frente às idéias anti-clericais e velar por espaços tidos, até então, como espaços de atuação da Igreja, a exemplo do sacramento do casamento e do ensino religioso.

É neste ambiente de mudanças, pelas quais passava a sociedade, e de lutas por parte do episcopado brasileiro, que situamos a figura de D. Carlos Luiz D'Amour, bispo de Cuiabá.<sup>4</sup>

Quando da posse na Diocese de Mato Grosso, em maio de 1879, D. Carlos Luiz D'Amour expressava preocupação a respeito do estado em que a mesma se encontrava. Os templos careciam de reconstrução e de reparos. As pequenas dotações fornecidas pelo governo provincial e distribuídas para as diversas Igrejas da província, serviam apenas para concertos insignificantes. Os concertos urgentes dos templos corriam por conta dos próprios fiéis.

<sup>2</sup> HAUCK, João Fagundes. A Igreja-Instituição. In: *História geral da Igreja na América Latina; história da Igreja no Brasil; segunda época século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1992. T. 11/2. p. 83.

<sup>3</sup> AZZI, Riolando. *O estado leigo e o projeto ultramontano* história do pensamento católico no Brasil IV. São Paulo: Paulus, 1994. p. 19.

<sup>4</sup> Nascido em S. Luiz do Maranhão no dia onze de junho de 1837. Foi o 2º Bispo Diocesano, tendo tomado posse da Diocese de Cuiabá em 1879. Em 1910 com a criação das Dioceses de Corumbá e de S. Luiz de Cáceres, desmembradas da Diocese de Cuiabá que abrangia todo o Estado de Mato Grosso, a Capital Cuiabá, foi elevada a Arquidiocese e D. Carlos promovido a Arcebispo. Faleceu aos nove de julho de 1921. Governou a Diocese durante 42 anos.

Os sacerdotes não encontravam nesta Diocese *os meios precisos para decente subsistência*. Faltavam recursos financeiros para a *decente celebração dos ofícios divinos*. No ano de 1881, constatava D. Carlos Luiz D'Amour que algumas localidades da Diocese de Cuiabá, como as paróquias de Vila Bela da Santíssima Trindade, de Sant'Anna da Chapada e de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguay Diamantino, estavam sem pároco. Contribuía para agravar tal situação a falta de aspirantes devidamente habilitados para receber ordenações. A solução a longo prazo seria a reorganização do Seminário da Conceição,<sup>5</sup> visando formar sacerdotes.

Este propósito vem demonstrar o esforço do Bispo Diocesano em conseguir párocos para a Diocese de Cuiabá, acompanhando o pensamento que vigorava entre a hierarquia da Igreja de que o bom desempenho dos padres somente ocorreria com uma sólida formação teológica recebida nos seminários.

O projeto em direção à regeneração do clero brasileiro passava pelo enfrentamento de problemas que tocavam diretamente o cotidiano dos padres, dentre eles, o baixo salário (côngruas) pago pelo governo provincial e o relaxamento moral, deixando os fiéis sem atendimento. Tais problemas podiam ser agravados em Dioceses localizadas em pontos mais afastados e ou distantes da Corte Imperial e com menos recursos financeiros.

A situação do clero da Diocese de Cuiabá assemelhava-se, por exemplo, àquela encontrada por D. José Afonso de Moraes Torres na Diocese do Pará: *um clero envolvido em lutas políticas, relaxado nos deveres paroquiais*.<sup>6</sup>

No atendimento de um meio social adverso, condições se apresentavam para atitudes diferenciadas por parte dos representantes do baixo clero no Império brasileiro.

Na província de Mato Grosso, comportamentos de determinados párocos chegavam a incomodar segmentos da sociedade que deles necessitavam, a ponto de apresentarem reclamações às autoridades eclesiásticas superiores, chegando a solicitar que: *lance (m) suas visitas para este lado, e faça (m) com que suas ovelhas tenham um pastor que bem compreenda sua missão e saiba desempenhá-la*.

Visando levar avante o projeto de regeneração do clero brasileiro, no caso específico do clero do bispado de Cuiabá, D. Carlos Luiz D'Amour mandou publicar uma portaria referente a uma tabela de cobranças e de recebimentos dos emolumentos paroquiais. A apresentação da tabela de 1822, permite observar os valores a serem pagos por parte dos fiéis aos párocos.

<sup>5</sup> O Seminário da Conceição foi construído no início da segunda metade do século XIX, com lançamento da pedra fundamental no ano de 1858. Localizado ao lado da Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho, ambos situados no primeiro distrito de Cuiabá.

<sup>6</sup> SANTOS, João. A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In: *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 300.

<sup>7</sup> HAUCK, João Fagundes. A Igreja-Instituição. In: *História geral da Igreja na América Latina: história da Igreja no Brasil: segunda época século XIX*. Petrópolis, Vozes, 1992. T. 11/2. p. 83.

### Quadro n.º 01

#### Tabela provisória de emolumentos parochiaes do bispado de Cuyabá (1882)

Por uma missa cantada compete ao Parocho	8\$000
Por um dia de Novena, septenario ou triduo	2\$000
Por um Te-Deum	5\$000
Por uma Procissão	5\$000
Pela encomendação de um defunto ou párvulo:	
- cantada com música	4\$000
- cantada sem música	3\$000
Rezada	1\$000
Pelos acompanhamentos dos enterros, além da encomendação	3\$000
Por um momento ou laudate cantado, durante o trajecto	2\$000
Por um momento ou libera-me depois da missa:	
- cantando com música	4\$000
- cantando sem música	3\$000
Rezado	-
Em cada encomendação, acompanhamento, bem como em qualquer procissão terá uma vela de livra.	
Por um momento cantado na sepultura nos dias 3 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 30 <sup>a</sup> e anniversario	2\$000
Rezado	-
Por uma missa rezada sem dia determinado	2\$000
Por uma missa rezada de corpo presente (esmola)	3\$000
Por uma missa rezada no dia 3 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 30 <sup>a</sup> e anniversário, sem hora certa nem Igreja determinada (esmola).	3\$000
Com hora certa e Igreja determinada	4\$000
Com hora certa e Igreja determinada havendo música	5\$000
Por um baptizado feito na Matriz	2\$000
Por um baptizado na Matriz, tratando-se de pessoas minimamente pobres	-
Por um baptizado feito fora da Matriz em qualquer Igreja ou casa particular dentro da cidade, villa ou povoação	3\$000
Por um baptizado fora da cidade, villa ou povoação	6\$000
Por um casamento na Matriz, de dia, nada perceberá	
Se for de noite e os nubentes não forem pessoas pobres porque então nada pagarão	4\$000
Por um casamento fora da Matriz, quer seja em outra Igreja ou casa particular:	
Dentro da cidade, villa ou povoação, de dia	4\$000
Fora da cidade, villa ou povoação	10\$000
Por um casamento in articulo mortis	-

Fonte: A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. Cuiabá, 20 ago., 1882, p. 02-03.

As taxas cobradas pelos batizados e casamentos ocorridos na igreja matriz Senhor Bom Jesus de Cuiabá eram inferiores àquelas cobradas em outras igrejas ou em casas particulares. Quando fora da matriz, em outras igrejas e fora da cidade, os valores praticamente triplicavam. Os sacramentos, *sendo em desobriga ou capellas filiaes*, deveriam ocorrer sempre com autorização do bispo ou representante.

Ao que tudo indica, tal tabela parecia não ser seguida por parte de alguns párocos, o que poderia impedir que a população procurasse pelos seus serviços.

A cobrança descabida dos emolumentos paroquiais era condenada por D. Carlos, lembrando: *da immensa responsabilidade, que sobre vós pesa; que deveis aos fiéis o exemplos das nossas virtudes e da vossa illustração, e que não é a Religião que o povo examina, é o seu Ministro, é o Padre.*<sup>8</sup>

O Seminário da Conceição parecia simbolizar uma resistência à secularização do ensino neste final de século XIX. O trabalho pedagógico realizado pelos professores-párocos no âmbito do Seminário, formando meninos interessados na vida sacerdotal, deveria ser somado ao trabalho de pregação desenvolvido pelos vigários nas Igrejas e junto à população paroquiana. Nas pastorais de D. Carlos, percebe-se uma outra preocupação: a de incutir nos vigários das freguesias a importância da doutrina cristã junto à população.

A ordenação de párocos na referida Diocese deveria ocorrer tanto para atender a população de fiéis dispersa na região como barrar os *infieis protestantes*. Na Pastoral de 04 de dezembro de 1881, D. Carlos alertava aos vigários sobre a venda de *bíblias adulteradas e mais livros e opúsculos vendidos por infimo preço e gratuitamente distribuídos nesta cidade por alguns agentes das sociedades propagadoras do protestantismo.*<sup>9</sup> Através desta e de outras pastorais, reafirmava perante à população de fiéis o desiderato de que *a religião cathólica é a religião de todos os séculos... o protestantismo em comparação com a Igreja Cathólica é uma religião de hontem. Sabe-se a data precisa de sua primeira aparição no mundo.*<sup>10</sup>

D. Carlos percebia o avanço do protestantismo e de outras religiões ocorrendo em Mato Grosso e em todas as províncias do Império, como uma afronta aos nossos usos e costumes. Daí porque recomendava aos vigários, quando da celebração da missa, que aconselhassem aos paroquianos que se abstivessem de possuir e ler livros, segundo ele, *mutilados e adulterados*. Ao que consta, o referido bispo acompanhava de perto as críticas sofridas e conseqüentes preocupações que tomavam conta das autoridades eclesiásticas, assim como a do próprio Papa Leão XIII no final do século XIX como: ataques à dignidade da Santa Sé Apostólica; injúrias à majestade pontifícia; propagação dos templos dos

<sup>8</sup> CARTA PASTORAL do Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz D'Amour. *A Província de Mato Grosso*. Cuiabá, 20 ago. 1882.

<sup>9</sup> CARTA PASTORAL do Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz D'Amour. *A Província de Mato Grosso*. Cuiabá, 04 dez. 1881.

<sup>10</sup> *Ibid.*

hereges e difusão de suas doutrinas em detrimento do fechamento de muitos templos destinados aos cultos católicos e; invasão do espaço do magistério clerical por parte de particulares.<sup>11</sup>

Aos padres, naquela última década do século XIX, conclamava-se obediência e responsabilidade no desempenho das variadas funções impostas pelos novos tempos: o magistério do ensino religioso nas escolas, a catequese aos povos indígenas, a palavra em favor da igualdade entre os homens e a emancipação dos escravos. Por fim, uma conduta à altura da posição que ocupavam.

Posicionava-se também D. Carlos, neste final de século, a respeito da escravidão africana, vista por ele como um *systema* completamente oposto às leis divinas e um grande mal para o Império; nódoa que mancha o pavilhão brasileiro entre os demais das nações civilizadas.<sup>12</sup>

A posição assumida por D. Carlos a favor da libertação dos escravos fazia parte de um movimento mais amplo empreendido pelo episcopado brasileiro. Segundo Fragozo, toda a orientação nova, sob a direção dos bispos brasileiros, insistia em que a escravidão era contra o Evangelho.<sup>13</sup>

A pastoral de 08 de dezembro de 1887 de autoria do bispo da diocese de Cuiabá, não era a única a combater a escravidão no Império brasileiro, lembrando Beozzo sobre as demais:

*... as pastorais do primaz do Brasil, a 28 de julho de 1887 D. Lino, bispo de São Paulo, a de D. Antonio de Alvarenga, do Maranhão, de 08 de julho de 1887, a de José da Silva Barros, do Recife, a de D. Pedro de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, e a de D. Antonio Benevides bispo de Mariana.*<sup>14</sup>

Ficava implícito nas palavras do bispo de Mato Grosso, que os párocos deveriam, a partir de então, pregar junto aos escravos uma não sujeição e obediência a seus senhores. A emancipação viria, segundo D. Carlos, se houvesse uma reduplicação de esforços no auxílio ao Fundo de Emancipação de escravos e associações particulares, assim como também pela *generosa expontaneidade de muitos corações humanitários*. Da parte da igreja da Diocese de Cuiabá, eram ofertados recursos financeiros:

*... com a maior satisfação oferecemos a quinta parte dos redditos da Mitra e dos da Caixa Pia, que serão desde já applicados à libertação dos nossos muito amados filhos em Jesus Christo, que ainda estão marcados com o estigma da escravidão, nestas parte do Império brasileiro...*<sup>15</sup>

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> FRAGOZO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875). In: *História da Igreja no Brasil*. Tomo 2, Rio de Janeiro: Vozes, p. 162.

<sup>14</sup> BEOZZO, G. Oscar. A Igreja na crise final do Império (1875-1888). In: *História da Igreja no Brasil*. Tomo 2, Rio de Janeiro: Vozes, 1980, p. 280.

<sup>15</sup> CARTA PASTORAL do Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz D'Amour. *A Província de Mato Grosso*. Cuiabá, 08 dez. 1887.

Neste aspecto, as Cartas Pastorais revelaram-nos, como a Diocese de Cuiabá parecia não ficar imune ao que acontecia a respeito dos assuntos considerados nefastos para a Igreja Católica como a secularização do ensino, a conduta dos párocos e a liberdade de religião. Percebe-se, portanto, que mesmo antes da instalação do regime republicano, as autoridades eclesiásticas mato-grossenses, através do bispo D. Carlos, já se posicionavam com vigor a respeito de tais temas.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA:

- A PROVÍNCIA DE MATTO GROSSO. Cuiabá, 27 set., 1882.
- A PROVÍNCIA DE MATTO GROSSO. Cuiabá, 26 out., 1879.
- CARTA ENCYCLICA do Padre Papa Leão XIII anunciando um Jubileo extraordinário. *A Província de Matto Grosso*. Cuiabá, 21 ago., 1881.
- CARTA PASTORAL do Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz D'Amour. *A Província de Matto Grosso*. Cuiabá, 26 out., 1881.
- CARTA PASTORAL do Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz D'Amour. *A Província de Matto Grosso*. Cuiabá, 26 out., 1881.
- CARTA PASTORAL do Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz D'Amour. *A Província de Matto Grosso*. Cuiabá, 26 out., 1887.
- CARTA PASTORAL do Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz D'Amour. *A Província de Matto Grosso*. Cuiabá, 11 dez., 1887.
- AZZI, Riolando. *O estado leigo e o projeto ultramontano* história do pensamento católico no Brasil. IV. São Paulo: Paulus, 1994.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja na crise final do Império (1875-1888). In: *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875). In: *História da Igreja no Brasil Segunda época*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- HAUCK, João Fagundes. A Igreja-Instituição. In: *História geral da Igreja na América Latina; história da Igreja no Brasil; segunda época século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1992. T. 11/2.
- MANOEL, I. D. Macedo Costa e laicização do Estado: a Pastoral de 1890. (Um ensaio de interpretação). In: *História*, UNESP. SP: n.º esp., p. 179-191, 1989.
- MOUQUINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Matto Grosso*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder. 1869.
- SANTOS, João. A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In: *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

# A HISTORIOGRAFIA INAUGURAL DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO E OS AVANÇOS CONTEMPORÂNEOS IMPLEMENTADOS PELO GRUPO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO IE/UFMT

Elizabeth Madureira Siqueira\* e Nicanor Palhares Sá\*\*

Um balanço historiográfico da produção intelectual referente à Educação mato-grossense representa um momento privilegiado de se repensar a construção de discursos construídos por sujeitos diferenciados que olharam o processo educativo de Mato Grosso sob perspectivas diferenciadas, mesmo que a temática tenha sido comum.

Privilegiaremos apenas a produção historiográfica conhecida como “clássica”, aquela gerada por intelectuais formados em outras áreas de conhecimento que não a de História ou Pedagogia. O que os conduziu a produzir trabalhos sobre o contexto educacional foi, sem dúvida, o compromisso que assumiram no ano de 1919, por ocasião da criação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), instituição cultural ainda viva contemporaneamente, que atribuiu aos seus fundadores e primeiros membros a responsabilidade de escrever, então, pela primeira vez, a História de Mato Grosso. Essa responsabilidade foi assumida por seus integrantes que buscaram discorrer sobre os mais variados temas, visando emoldurar, através dos artigos produzidos no interior da Revista do Instituto Histórico e de obras independentes que, somadas, revelaram que a tarefa a eles atribuída foi cumprida a risca.

A primeira obra clássica que trata da educação mato-grossense foi escrita por um dos mais eminentes historiadores mato-grossense, **Virgílio Alves Corrêa Filho**, autor de quase uma centena de títulos que versam sobre os mais variados assuntos, a maioria deles referente ao seu estado natal. Engenheiro de formação, porém intelectual do mais alto nível, visto que esmerado no escrever e pesquisador minucioso, esse intelectual desempenhou, ao lado das lides de sua profissão, cargos no governo estadual de Mato Grosso e até mesmo colaborou, durante anos e enquanto membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Secretário Geral daquela Instituição, criada pelo Imperador

\*Doutora em História da Educação. IE/UFMT.

\*\*Doutor em Educação. Coordenador do Grupo de Pesquisa de História da Educação/IE/UFMT\_Programa de Pós-Graduação-IE.

D. Pedro II, em 1838, que lhe atribuiu a função primordial de deixar registrada a História do Brasil.

Virgílio Alves Corrêa Filho escreveu, dentre tantas outras obras, uma coleção de 7 títulos que, reunidos pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, deram origem às *Monografias Cuiabanas*, até há pouco tempo raríssimas, hoje reeditadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no interior de sua já tradicional coleção intitulada: *Publicações Avulsas*, nº 59. A primeira delas intitula-se *Questões de Ensino*, escrita originalmente no ano de 1925. Nela, Corrêa Filho procurou traçar um panorama histórico do cenário educacional, convidando o leitor a percorrer sua trajetória, do século XVIII à primeira metade do XX. Investigador de primeira grandeza, Virgílio Alves Corrêa Filho, a exemplo dos historiadores de então, procurou recontar os principais momentos da trajetória educativa de Mato Grosso tendo como base de pesquisa um universo empírico utilizado na época, a documentação oficial de maior grandeza nesse campo, ou seja, os Relatórios, Falas, Discursos e Mensagens dos Governantes, assim como se baseou na produção periódica produzida pelos Inspectores/Diretores da Instrução Pública e que era remetida aos Presidentes de Província a fim de servir-lhes de subsídio à confecção do relatório mais amplo, aquele com que ele abria, anualmente, os trabalhos da Assembléia Legislativa. Ao lado desse universo empírico, Virgílio lançou mão da Legislação provincial e republicana, produzidas pela Assembléia Legislativa a partir de 1835. Esse conjunto documental, de caráter eminentemente oficial, foi suficiente para que ele costurasse três séculos da trajetória educacional mato-grossense, fazendo-o ao longo de, aproximadamente, 60 páginas.

Obra inaugural, *Questões de Ensino* serviu de base para que outros autores pudessem discorrer mais comodamente sobre o assunto. A estrutura dessa monografia, optando por uma abordagem clássica, a cronológica, inicia com alguns rápidos comentários sobre o cenário educacional do período colonial. Após abordar brevemente sobre a instituição do subsídio literário, o autor, lançando mão do documento mais antigo de Mato Grosso, os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, dá ênfase à figura do mato-grossense José Manoel de Siqueira, formado na Europa e que foi professor de Filosofia na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, assim como menciona o envio de estudantes à Europa, recorrendo às informações desse antigo manuscrito.

Ao abordar os períodos da Independência e do Império, Corrêa Filho se reporta à Lei de 15 de outubro de 1827 que, a seu ver, foi benéfica sob diversos aspectos, mas que trouxe inúmeras dificuldades para as províncias, especialmente àquelas mais pobres onde a instrução pública apenas dera tímidos passos. Esse era o caso de Mato Grosso: *Posto que ditada pelos melhores intuitos, a herança em vez de beneficiar, veio ainda mais onerar o gravame sob que vivia a desventurada província, recém dessangrada em cruenta comoção política.* (p. 17) Nesse particular, Virgílio se referia aos

acontecimentos da Rusga, movimento regencial extremamente violento, deflagrado em Cuiabá e espalhado por diversas Vilas e freguesias. Ao se referir à citada legislação, em nota, explicita que a mesma impunha o método de ensino a ser adotado em todo o Império, o ensino mútuo, sem, entretanto, entrar em pormenores.

A seguir, o autor encaminha a discussão tendo por base o aporte mais recorrente da legislação mato-grossense referente à educação, qual seja, os Regulamentos da Instrução Pública: o de 5 de maio de 1837, conhecido como Levergeriano, promulgado no ano de 1854, seguido do Regulamento Orgânico, de 1873 que, segundo ele, fomentou, até 1880, uma *década fecunda*, visto terem sido criados nesse período o Gabinete de Leitura e a Escola Normal, inaugurada a 3 de fevereiro de 1875. Ao abordar o Regulamento Maracaju, de 1880, Virgílio destaca a criação do Liceu Cuiabano e o aumento do número das escolas públicas e particulares na província mato-grossense, ilustrando com dois importantes mapas.

A Reforma Souza Bandeira (1889) é particularmente cara ao autor que, após lembrar o importante cargo ocupado por esse Presidente da Província, enquanto Inspetor de Ensino do Rio de Janeiro, destaca as transformações trazidas no bojo dessa última reforma do período Imperial: novos conteúdos para o ensino primário, divisão das escolas elementares provinciais em 3 categorias, criação do Externato Feminino e do Liceu Cuiabano, com seus inovadores planos de estudo, e a ampliação da função do Conselho Superior da Instrução Pública. Citando, por muitas vezes, frases pronunciadas por Souza Bandeira, em Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, dá destaque às idéias de feminilização do magistério, deixando de evidenciar que elas não afloraram naquele momento, visto que gestadas desde a década de 1870. Ao se referir a esse aspecto, que o autor considera inovador, dá destaque à preferência que Souza Bandeira à regência das escolas primárias pelas mulheres, fossem elas mistas, femininas ou até mesmo masculinas. Destaca uma frase pronunciada por aquele governante: *Em uma província como esta, de vasto território e diminuta população, o homem naturalmente atraído para outros trabalhos mais rendosos, só se inclinará para as fadigas inglórias do magistério, quando não tiver préstimo para coisa nenhuma; a mulher está em outra situação, obedece a uma vocação natural.* (p. 36-37) A ênfase que Corrêa Filho dá à última reforma imperial, em Mato Grosso, certamente serve de base para compreendermos sua permanência nos primeiros anos do período republicano. Assim, prossegue tratando das alterações proporcionadas, em 1891, à reforma Souza Bandeira, seguida daquelas preconizadas em 1896, porém dedicando-se mais aprofundadamente à Reforma de 1910.

O que emblematiza a maioria dos trabalhos de Virgílio Alves Corrêa Filho é a relação de competência que ele estabelece entre o texto em si e as fartas e

interessantíssimas notas, sempre colocadas ao final do trabalho e que quase que se aproximam, em número de páginas, do texto principal. Essas notas explicativas buscam iluminar a questão especificamente tratada com o contexto mais amplo ou, então, se prestam a fazer citações longas acompanhadas de quadros e tabelas, o que conduz o leitor a uma compreensão cada vez mais ampla do texto trabalhado.

Virgílio Alves Corrêa Filho inaugurou a produção historiográfica sobre a educação de Mato Grosso e *Questões de Ensino* representaram um guia a partir do qual os demais autores se aventurarão a escrever sobre a temática.

Em 1940, **Gervásio Leite**, caudático de renome e respeitabilidade se propõe a escrever sobre a instrução pública de Mato Grosso em obra cujo título e subtítulo indicam o recorte que o autor escolheu: *Um século de instrução pública (História do ensino primário em Mato Grosso)*, publicada somente no ano de 1970, num total de 178 páginas. No rastro de Corrêa Filho, a obra em questão passa ligeiramente sobre o período colonial, chegando a fazer as mesmas referências que fizera seu antecessor, porém acrescentando alguma bibliografia de apoio, a exemplo de Cassiano Ricardo, em sua tradicional *Marcha para Oeste*, na qual disponibiliza dados sobre a então capitania de São Paulo, cuja carência de livros se assemelhava muito à precária situação de Mato Grosso naquele período, cuja proximidade histórica ligará irremediavelmente essas duas unidades federativas. Mesmo considerando que São Paulo veio a merecer, em 1827, a instalação de um dos dois primeiros cursos jurídicos criados no Brasil, a situação educacional paulista se apresentou carente em toda primeira metade daquele século.

Ao analisar o primeiro regulamento da instrução pública, de 1837, Leite, como homem voltado para a área do Direito, avançou o olhar na documentação já pesquisada e, além da legislação regional, utilizou seu amplo conhecimento e leitura da bibliografia mais ampla de História da Educação brasileira, a exemplo da obra *Noções de História da Educação*, de autoria de Afrânio Peixoto, citando até mesmo trechos dos relatórios produzidos pelo Ministério do Império e até mesmo dos competentes discursos e pronunciamentos sobre o contexto político Imperial pronunciados pelo crítico Tavares Bastos, leitura clássica e obrigatória para todos aqueles que se aventuram a escrever sobre o contexto brasileiro nos oitocentos. Além dos Relatórios, Falas e Discursos pronunciados pelos Presidentes da Província de MT, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, Gervásio Leite, ao analisar a educação no Império, privilegiou como sua base de análise os muitos relatórios produzidos pelos Inspetores/Diretores da Instrução Pública, incorporando mais profundamente, um filão documental até então pouco explorado. Esse fato pode ser comprovado quando ele abre um capítulo, o V, intitulado “A ação de Ernesto Camilo Barreto”, baiano que foi, por muitos anos, não somente reitor do Seminário Episcopal da Conceição, mas, também, Inspetor Geral dos Estudos e da Instrução Pública, ficando notabilizado pela excelente qualidade de seus relatórios qualificados por Gervásio Leite, como

notáveis. (p. 47) Ao analisar a década 70 do século XIX, além dos relatórios citados, o autor buscou incorporar algumas pesquisas e leituras, a fim de ampliar e tornar mais claras as assertivas de Camilo Barreto, o que fez ao citar o famoso pedagogo Abílio César Borges, o Visconde de Carnaúbas, autor de inúmeros compêndios didáticos, muitos deles utilizados fartamente nas escolas primárias matogrossenses, e proprietário de estabelecimentos de ensino, instalados na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Mesmo não citando o local onde esse farto material documental se localizava, visto que Leite apenas dele se apropriou sem remeter o leitor à fonte, o livro segue trabalhando cronologicamente cada reforma de ensino. Como bom jurista e, conseqüentemente, admirador de Rui Barbosa, Gervásio Leite considerava que as suas idéias pedagógicas, apesar de brilhantes, foram pouco apropriadas pelos governantes de Mato Grosso: *Estudando minuciosamente a situação do país, assinalava Rui, no parlamento, "que somos um povo de analfabetos", que a instrução popular, na Corte, como na província, não passa de um desideratum* (...) *Qual a influência dessas novas idéias na província? Mesmo sendo otimista, conclui-se que nenhum ou quase nenhum interesse despertavam as idéias de Rui.* (p. 73). Gervásio Leite encerra o período imperial fazendo um balanço crítico interessante, pois atribuiu à rala população e às dificuldades financeiras da província as causas maiores do fracasso da instrução pública: *Não era só a escassez de mestres, de cuja falta ainda hoje nos ressentimos, nem a incompreensão dos pais que não mandavam seus filhos à escola. Havia acima de tudo falta de dinheiro nos cofres provinciais, para acudir às necessidades inadiáveis que assoberbavam o ensino. (...) nas vésperas da República, a província, com uma área idêntica à do Estado atual (1.477.041 Km<sup>2</sup>), estava praticamente despovoada, pois contava, quando muito, com uma população de 80.000 habitantes.* O discurso da Modernidade está fortemente presente no texto do autor que fechou o capítulo da educação imperial com a seguinte frase: *O Império, portanto, deixava à República um trabalho mal começado. É justo que se destaquem as dificuldades que impediram a ação de alguns homens de boa vontade, dificuldades que através dos anos deixaram Mato Grosso esquecido no fim do Brasil, sem braços e sem dinheiro, com os seus filhos bebendo aquele "leite da ignorância" de que falou o cronista colonial.* (p. 86)

A abertura da 2ª parte da obra, *Na República*, é inaugurada com o posicionamento de Gervásio Leite sobre o contexto republicano, pensado em torno de três eixos fundamentais: liberalismo, analfabetismo e escolas: *A República trouxe a presunção de uma democracia num país em que o povo era uma figura retórica, aquele povo bestializado da expressão de Aristides Lobo, que não tinha consciência de si mesmo. (...) Ora, a realidade de 1890 apresentava 852 analfabetos em cada grupo de 1.000 brasileiros. (...) Esse Ministério da Instrução Pública, contudo começou com a velha política de sempre pela cumeieira, cuidando de reformar o ensino superior. (...) acabou deixando tudo para que os Estados cuidassem, como já o Ato Adicional comodamente fizera. Ora, era evidente que o fundamental era o ensino primário, a alfabetização, a direção consciente da massa para uma República que pretendia ser democrática.*

Para Gervásio Leite, estava clara a postura adotada pelas elites: estar sempre reformando a educação para ver se conseguiam seu intento, porém, para o autor, a questão estava muito além do que pensavam os governantes: *O resultado não podia ser outro, senão o de sempre. Se o ensino não tem qualidade, se o mestre não tem competência, se os pais não mandam seus filhos à escola, se não há material escolar, prédios, métodos, programa, escolas, baixa-se uma nova lei, aprovando um novo regulamento e deita-se para dormir “à sombra das bananeiras, debaixo dos laranjais”.* (p. 92)

Assim, fica clara a abordagem que o autor implementará à República, enquanto um período regulado pela legislação de caráter antecipatório, deixando, nessa medida, de operar transformações na realidade. Numa coisa o autor comungou com os princípios republicanos: o fato de que o ensino passou a ser leigo e obrigatório, fato que, no seu entender, não foi suficiente para operar as modificações tão necessárias para a época. Ao analisar a primeira reforma republicana, de 1891, Gervásio Leite atentou para o grave problema da falta de recursos, sanado parcialmente naquele momento pela instituição do fundo escolar. Como bom conhecedor da legislação, ampliou a explicação da natureza desse imposto, explicando que o mesmo *recaía nos que exerciam indústria, profissão ou viviam de rendimentos próprios e destinava-se principalmente à aquisição de móveis para as escolas e fornecimento de vestuário e utensílios às crianças pobres.* (p. 97) Na análise da reforma seguinte, a Corrêa da Costa, de 1896, Leite centra a discussão na divisão do ensino primário em elementar e complementar e na utilização do método intuitivo, pela primeira vez aplicado no cenário escolar mato-grossense. Apesar de revolucionária para a época, essa metodologia não foi capaz de alavancar e transformar o ensino primário, entretanto, na opinião do autor, *em vez de uma escola contra o aluno, Antônio Corrêa tentava uma escola a favor do aluno, aquela que fosse um resumo vivo da sociedade, onde preparassem homens de acordo com suas tendências não “máquinas” que repetissem os compêndios de cor.* (p. 105)

Prosegue Leite cotejando os primeiros regulamentos republicanos buscando evidenciar o crescimento no número de alunos que chegou a dobrar entre 1899 e 1906. (p. 110) Ao iniciar a análise da Reforma regional de 1910, o autor discorre sobre um aspecto que muito afetou o cenário social e educacional do período: o fenômeno do Coronelismo que, segundo Caetano de Albuquerque, governantes mato-grossense (1915-1917), *é o contágio da politicagem, fazendo do professor público o servidor de um partido, o galopim eleitoral que escreve a ata e é o agente da cabala eleitoral* (p. 115) Depois, elenca as alterações e inovações do Regulamento de 1910, a exemplo da criação da Escola Normal, dos Grupos Escolares, do ensino livre (escolas particulares), da inovação do método intuitivo e prático e da proibição de ser o ensino ministrado, como antes, por decuriões ou monitores, assim como a proibição da aplicação de castigos físicos. Depois de expor minuciosamente esses aspectos, Gervásio Leite abre, na seqüência, as críticas à essa reforma. Mesmo

elogiando o caráter inovador, atribuiu seus fracassos aos problemas históricos de Mato Grosso. Como que resvalando numa espécie de determinismo geográfico ou “lenda” geohistórica, considerou: *E um regulamento, infelizmente, não tem forças para de um golpe reformar tudo. Nem a questão fundamental gira em torno de um regulamento. (...) a questão não é só de métodos e de técnica. A questão primeira é a do meio. As condições excepcionais que a geografia mato-grossense criou devem ser maduramente analisadas. Por outro lado, a situação estagnada do professor mal remunerado e sem possibilidade de acesso não seduz ninguém ou seduz os menos aptos para outros misteres da vida.* (p. 123)

Assim, na medida em que o processo educativo mato-grossense se aproximava da vivência do autor, nascido em 1916, suas análises críticas se intensificavam. Apaixonado pela estatística, técnica considerada apropriada para fornecer os parâmetros ao bom administrador, Gervásio Leite ao final da obra introduz um capítulo intitulado *Estatística Escolar*. Considerava ele que os fracassos escolares do passado poderiam, em grande parte, ser atribuídos à falta de dados estatísticos, capazes de direcionar e tornar melhor conhecida a realidade social: *Ora, sem um preciso levantamento regular e harmônico, impossíveis se tornam confrontos e estudos, não só do ponto de vista técnico, como do ponto de vista administrativo. Fenômeno de massa lembra Lourenço Filho a educação só apresenta os seus verdadeiros delineamentos, a sua marcha de execução e os seus resultados, pela estatística.* (p. 129-130)

Ao analisar a reforma de 1927, qualifica-a de *inadequada para um mundo em mudança*, isso porque, ao dividir as escolas primárias em isoladas rurais, isoladas urbanas, isoladas noturnas, reunidas e grupos escolares, a reforma de 27 não fazia qualquer distinção no âmbito dos conteúdos: *A que nas zonas rurais de fraca densidade demográfica ministrava mecanicamente as mesmas disciplinas que os mestres ensinavam nas zonas urbanas, densamente povoadas.* (p. 138). Suas críticas não param no currículo, mas atingem ainda o método que, segundo Leite, preconizava, obsoletamente, o intuitivo, deixando de contemplar os modernos métodos de ensino. Por outro lado, na sua opinião, o Regulamento de 1927 preocupou-se mais em transmitir conhecimento do que em educar: *A escola não é apenas um lugar onde se aprende a ler, a escrever e a contar. Deve, ao contrário, ser o ensino primário, como disse Gustavo Capanema, o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano. Só a escola nova poderá atender a este alto objetivo do ensino primário.* (p. 144)

O trabalho produzido por Gervásio Leite se consubstancia numa análise do processo educacional mato-grossense, pautado em farto material empírico nas áreas legislativa e administrativa, acrescentando muito ao produzido por Virgílio Alves Corrêa Filho, seja pelo número mais avolumado de documentação, ou, sobretudo, pelos abalizados comentários, próprios de um atuante causídico.

Na década de 1960, surge outra obra, mais completa que as anteriores, escrita pelo médico **Humberto Marcílio** (Humberto Marcílio Reinaldo), intitulada

*História do ensino em Mato Grosso*, em 222 páginas. Vale lembrar que o autor ligado profissionalmente à área da saúde, se voltava para as causas sociais. Pesquisador inveterado e leitor atento, escreveu, antes dessa obra, as seguintes: *Vestígios das Culturas Oceânicas no Brasil*, *Os Fonseca de Alagoas, da teoria dos gens e da complexidade do problema racial brasileiro*, *Aspectos nosológicos de Mato Grosso* e ainda *Organização Social dos Bororós*. Queixou-se ele das dificuldades de localização e consulta aos documentos que poderiam dar-lhe mais segura base para a elaboração do trabalho, a exemplo das *mensagens presidenciais, dos relatórios dos inspetores dos estudos e particularmente as leis do período monárquico, etapa primeira e provavelmente a mais demorada do nosso trabalho*. (p. 11) Declinou ele, ainda, a bibliografia histórica consultada: *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, as *Crônicas do Cuyabá*, de José Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira, *Notícias da Província de Mato Grosso*, de Joaquim Ferreira Moutinho e ainda *os eruditos trabalhos de Virgílio Alves Corrêa Filho, "Datas Matogrossenses", do inolvidável Estevão de Mendonça, "A Instrução e a Província", de Primitivo Moacyr, "Um Bandeirante de Cristo", obra inédita do Padre Wanir Delfino César, além de vários documentos históricos do Arquivo Público do Estado, velhos livros de atos, coleções de ofícios, etc., além de alguns documentos particulares gentilmente postos à nossa disposição*. Para concluir a fase mais contemporânea, o autor declarou ter lançado mão da coleção do *Diário Oficial*. O intuito de Marcílio, com a publicação desse trabalho, era especial: *Ao passarmos ao público o resultado modestíssimo dessas investigação, mesmo não havendo cumprido integralmente aquilo que nos havíamos proposto, agrada-nos fazê-lo especialmente pela significação que lhe demos, qual seja, sobretudo, a de prestar uma homenagem a Mato Grosso*. (p. 13)

Sua obra está dividida em duas partes, sendo que na primeira o autor discorre sobre os contextos colonial e imperial, sendo a segunda parte dedicada à análise do período republicano, trazendo o processo até o ano da publicação da obra (1963). Como os autores anteriores, percorre rapidamente o período colonial, acrescentando algumas novidades no tocante à documentação, quando transcreve uma correspondência do príncipe regente ao capitão-general de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, datada de 19 de agosto de 1799, na qual solicitava um levantamento da situação da instrução na capitania e os efeitos provocados pelo imposto do subsídio literário, assim como autorizava aquele governante a adotar as medidas que se fizessem necessárias *aplicando todas as vossas luzes e esforços ao exame de tão importante matéria, fixareis um Plano, que seja merecedor de Minha Real Aprovação, e de que siga a melhor Instrução dos Meus Vassallos nessa Capitania(...)* (p. 27) Como médico, Marcílio teve especial interesse em transcrever o documento que relata a criação de uma aula de anatomia em Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, datada de 1808.

O tratamento do período Imperial se estrutura cronologicamente, porém intercalando a análise da legislação com temáticas específicas, o que dá à obra um toque inovador, apontando e abrindo novas perspectivas de estudo mais pontuais. Iniciando, como os autores anteriores, com a Lei de 15 de outubro de 1827, imbrica essa questão mais geral com o panorama educacional de Mato Grosso. Depois de tratar da descentralização provocada pelo Ato Adicional, anuncia as primeiras leis e decretos propostos pela Assembléia Legislativa Provincial no tocante à instrução e, em seguida, reporta-se à Lei maior, de 5 de maio de 1837 que traçou um primeiro plano educacional para a província mato-grossense. Ao discorrer sobre o descompasso entre o que previa essa determinação e a realidade educacional, Marcílio pontua as diversas pressões da Assembléia Legislativa no sentido de fazer cumprir o estabelecido nesse primeiro regulamento, chegando mesmo a aprovar *leis punitivas, como a que mandava demitir do magistério, sem direito a vencimentos, os professores que não contassem pelo menos seis alunos, pondo-se em consequência, as suas cadeiras a concurso. Não se obtém com essas medidas, pouco práticas, naturalmente, maiores resultados.* (p. 41)

Uma inovação importante que esse autor traz é quanto à criação da primeira Escola Normal, ainda nos idos de 1844, quando a Assembléia aprovou e subsidiou uma viagem de Joaquim de Almeida Lousada, ao Rio de Janeiro, a fim de se capacitar nos modernos métodos de ensino, o que faz transcrevendo o termo de contrato celebrado entre este e o governo provincial, e o efeito inócuo desse esforço, visto que Lousada, ao regressar a Mato Grosso, não deu cumprimento ao estabelecido, engajando-se na administração pública.

Outra contribuição documental importante, igualmente transcrita na íntegra, é a Resolução nº 5, de 12 de junho de 1850, criando cadeiras de Línguas e de Filosofia Racional e Moral, assim como outra de Teologia Dogmática e Moral, primeiras medidas para implementação do ensino secundário. Depois de analisar o Regulamento de 1854, o autor faz questão de introduzir o tema com dados biográficos de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, promotor dessa importante reforma de ensino. Por ela, foi criado, pela primeira vez, o cargo de Inspetor Geral dos Estudos, função de relevância permanente no interior da Instrução Pública. Abrindo novas picadas, Marcílio introduz um breve estudo sobre os principais Inspetores de Estudo e Diretores que atuaram em Mato Grosso durante o período imperial, com destaque para Joaquim Gaudie Ley, Manoel José Murtinho, José Diniz Villas Boas, Pe. Ernesto Camilo Barreto, Pedro de Alcântara Sardemberg, Dormevil José dos Santos Malhado, João Carlos Muniz e Alfredo José Vieira, dentre outros. Essa inovação foi muito importante para subsidiar estudos posteriores, visto que o autor foi capaz de alinhar através da investigação no conjunto dos relatórios da Inspetoria/Diretoria da Instrução Pública, assim como em pesquisas biográficas o perfil desses agentes da administração pública. Após tratar cronologicamente dessa questão, Humberto

Marcílio privilegia abordar com maior profundidade dois deles: Pe. Ernesto Camilo Barreto e Dormevil José dos Santos Malhado. Do primeiro, transcreveu sua nomeação como Diretor Geral da Instrução Pública, em 1878 e posterior demissão e, do segundo, sua nomeação como Diretor da Instrução Pública, em 1880. Considerando que ambos estiveram ligados ao ensino secundário, o primeiro, ao Seminário Episcopal da Conceição, e o segundo, ao Liceu Cuiabano, Marcílio abre um item sobre o ensino secundário em Mato Grosso, trazendo interessantes informações retiradas de inédita documentação.

Marcílio novamente intercala temáticas referentes à época estudada, a exemplo do item *O ensino e a invasão paraguaia*, quando, após analisar o contexto político que antecedeu a esse acontecimento, descreve as dificuldades enfrentadas pelas escolas mato-grossenses, assim como aborda, mesmo que de forma ligeira, a epidemia de varíola.

Virgílio Corrêa Filho, assim como Gervásio Leite, ao analisar a instrução pública na década de 1870, tomaram como ponto de apoio o Regulamento Orgânico da Instrução Pública, datado de 1873, porém Humberto Marcílio, que certamente teve acesso a um acervo documental mais extenso, conseguiu abrir o estudo dessa década um ano antes, em 1872, discutindo fartamente a política educacional implementada por Francisco José Cardoso Júnior, autor de um regulamento aprovado pela Assembléia Legislativa no qual propunha algumas inovações, a exemplo do curso noturno, da escola da cadeia, da abolição dos castigos físicos, da introdução de exame de seleção aos ingressantes no magistério. Além disso, o autor foi capaz de classificar esse regulamento a partir de três grandes determinações: liberdade, obrigatoriedade e liberdade de ensino, máximas então em voga no seio do grupo liberal. Sem descurar do que haviam dito os antecessores, Marcílio aborda o Regulamento Orgânico, porém destacando: *Produzia, assim, os seus frutos, por esse tempo, o Regulamento de 1872 de Cardoso Júnior, transformado então no Regulamento Orgânico da Instrução.* (p. 83)

Visando introduzir outro capítulo temático, responsável pela quebra da monótona cronologia, Marcílio aborda, sob o título de *O período Áureo 1872-1880*, as muitas tentativas de se criar um estabelecimento público de ensino secundário, que culminou, em 1880, com o Liceu Cuiabano, especialmente as tentativas quase frutíferas implementadas na administração de João José Pedrosa, nos idos de 1879, com o ressurgir da Escola Normal e do Liceu de Línguas e Ciências. A seguir, aborda o período Maracaju, em especial a reforma de 1880. Já tendo discorrido, em item anterior, sobre o Liceu Cuiabano, esmiúça um pouco mais sobre o nascedouro desse estabelecimento de ensino, elencando o seu primeiro corpo docente, seja do Liceu e do Curso Normal, assim como discorrendo sobre os planos de estudo e principais livros didáticos ali utilizados.

O estudo do Império finaliza com a reforma Souza Bandeira, de 1889, com destaque para a ação desse governante em separar o Liceu Cuiabano, também

chamado de Curso de Preparatórios, do Normal, transformado em Externato do Sexo Feminino. Nesse momento, transcreve parte do discurso desse governante sobre a incompatibilidade de convivência de ambos os cursos. Analisa ainda, no crepúsculo do Império, a criação do Conselho Superior de Instrução Pública, sua composição e função no contexto educacional, instituição que perdura até hoje com a nomenclatura de Conselho Estadual de Educação.

Antes de adentrar no período republicano, Marcílio abre, novamente, uma outra janela temática, *A iniciativa particular ao tempo da província*, tema até então tratado de forma muito superficial, senão silenciado. Contando com material empírico condizente, o autor consegue alinhar cronologicamente a fundação, direção e até mesmo composição do corpo docente de cada estabelecimento privado fundado no período do Império. Agrega a essa última temática, uma outra, *Velhas tradições do ensino primário*, quando recupera a trajetória dos mais proeminentes professores e professoras mato-grossenses do período imperial, indicando a escola em que lecionavam, ingresso e percurso no interior da carreira do magistério.

O estudo da República inaugura a segunda e última parte da obra. Após traçar um ligeiro quadro do panorama político de Mato Grosso no momento republicano, percorre, como os demais autores, as principais reformas de ensino, com destaque para as de 1896 e 1910, intercalando com trechos significativos dos discursos pronunciados pelos governantes que implementaram essas reformas. Como de praxe, também nessa última parte são privilegiadas temáticas de significação para a época, a exemplo da criação da Escola de Aprendizes Artífices, no ano de 1910. Esse último estabelecimento de ensino de caráter federal tomou ao longo do tempo inúmeras designações como Escola Industrial, Escola Técnica Federal e hoje CEFET, transformado em ensino técnico superior.

A parte final da República é tratada tendo por base os governantes, visto que cada um deles delineou uma feição própria à instrução pública sem, necessariamente, instituir nova regulamentação. Assim, são tratados o período Caetano de Albuquerque, o governo de conciliação de D. Francisco de Aquino Corrêa, o segundo governo de Pedro Celestino, o de Mário Corrêa da Costa, seguido do momento da Revolução de 1930 e suas repercussões no cenário educacional de Mato Grosso. Ênfase é dada ao Regulamento de 1927 que determinou nova estrutura organizacional do sistema escolar primário, terminando com o rebaixamento do Liceu Cuiabano, no momento em que esse estabelecimento público de ensino não conseguiu mais equiparar-se ao Ginásio Nacional.

O período dos Interventores é trabalhado com destaque ao governante Júlio Muller criação do Departamento de Educação e Cultura, do Colégio Salesiano São Gonçalo abordando em seguida e de forma peculiar, como fez no período do

Império, os principais estabelecimentos de ensino particular, inclusive aqueles fora do circuito da Igreja católica.

O penúltimo capítulo dessa parte trata do governo Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947), quando é dada nova direção normativa ao Departamento de Educação e Cultura do Estado que tomou para si a administração, organização técnica, orientação e fiscalização do ensino pré-primário, secundário, normal, técnico comercial e profissional, tanto no âmbito estadual quanto privado. Seguindo o mesmo esquema do Império, o autor elencou o nome daqueles que ocuparam a direção do citado Departamento.

Ao trabalhar o Governo Fernando Corrêa da Costa, destacou a criação da Secretaria de Educação e Saúde e da Faculdade de Direito de Mato Grosso, assim como da Escola de Enfermagem “Dr. Mário Corrêa da Costa”. Nesse final, o autor abre uma janela especial discorrendo sobre a Secretaria de Educação e Saúde, seus diretores e projetos implementados, seguida da Faculdade de Direito que, depois de tantas tentativas infrutíferas, conseguiu se firmar na década de 1950. Ao final dessa parte, aborda ainda as principais construções e reformas dos edifícios escolares, recuperando aqueles que foram objeto de intervenção, no então estado de Mato Grosso uno. Esses temas são objeto de aprofundamento no capítulo X que versa sobre os cursos secundários, a Normal, Técnico-profissional, a escola de enfermagem, a prática de agronomia/veterinária e a Faculdade de Direito de Mato Grosso.

A obra finaliza com o capítulo XI, quando o autor, tentando chegar até o ano de 1963, revisita o cenário educacional, agora sob um olhar mais pontual, abordando, mesmo que de forma ligeira, o período da segunda gestão de Fernando Corrêa da Costa, com destaque para a dinamização da Secretaria de Educação e Saúde que promoveu, no ano de 1963, o 1º Congresso Mato-grossense de Educação e Saúde, do qual o autor participou enquanto educador e médico. O Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento do Magistério é também objeto de análise nessa parte final, visto tratar-se de instituição que objetivava capacitar os professores projeto do qual o autor foi um dos mentores, uma vez que ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Educação. Para encerrar a obra, Humberto Marcílio apresenta um panorama das principais instituições educacionais instaladas no Estado, no ano de 1963: Museu de História, Geografia, Etnologia do Estado, em Cuiabá, do Instituto Mato-grossense de Música, do Conselho Estadual de Educação, da Faculdade de Filosofia de Mato Grosso, em Cuiabá, e da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande, assim como prenuncia a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, discutindo as inúmeras proposituras até então formuladas.

O trabalho realizado por Humberto Marcílio, sem dúvida, representa o que de mais completo foi produzido pela historiografia clássica de Mato Grosso, no que diz respeito à trajetória da Educação, visto ter o autor conseguido desenvolver criteriosa pesquisa documenta, entretanto, não se limitou a estampar um mero percurso cronológico, introduzindo temáticas paralelas e pontuais e apontando aspectos inovadores que, hoje, estão sendo objeto de investigação no âmbito da pós-graduação.

No ano de 1977 vem a lume um opúsculo de autoria de **Rubens de Mendonça** e intitulado *Evolução do ensino em Mato Grosso* que, na realidade, torna pública uma palestra proferida pelo autor em instituição não identificada, possivelmente o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual o autor era associado. O objetivo do trabalho foi o de *fixar a evolução do ensino em nosso Estado, aliás, pouco conhecida e muito mal divulgada*. (p. 5) Fazendo uma retomada da História da Educação Brasileira desde o período colonial, Rubens de Mendonça perpassa ligeiramente sobre os esforços despendidos durante esse período. A palestra teve como eixo as Instituições escolares ligadas à administração da educação em Mato Grosso. Para isso subdividiu sua fala em:

1º) Evolução do ensino em Mato Grosso, quando o autor trata de algumas ações ocorridas no período colonial, tendo como base empírica os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá* e a obra de autoria de seu pai, Estevão de Mendonça, *Datas Mato-grossenses*, com destaque para a criação da aula de cirurgia e anatomia, tanto em Vila Bela quanto em Cuiabá.

2º) Seminário Episcopal da Conceição, abordado de forma ligeira, porém transcrevendo o discurso proferido pelo Padre Ernesto Camilo Barreto no momento do lançamento da pedra fundamental da instituição, a 7 de dezembro de 1858, assim como parte da correspondência de D. José Antônio dos Reis com o Ministério do Império, instância que subsidiou financeiramente tanto a construção do Seminário, quanto arcou com o pagamento dos honorários dos professores e administradores.

3º) A primeira Escola Normal, instalada no ano de 1875. Para tratar dessa temática, Rubens de Mendonça transcreve parte do relatório apresentado, a 3 de maio de 1877, pelo Inspetor Geral dos Estudos, Padre Ernesto Camilo Barreto, assim como dá à luz, creio que pela primeira vez, ao documento fundador dessa Instituição, o seu primeiro Regulamento, datado do mesmo ano.

4º) Liceu Cuiabano, primeiro estabelecimento de ensino público secundário, criado em dezembro de 1879 e inaugurado oficialmente em início do ano de 1880. Para ilustrar a significação que essa instituição tomou no âmbito da sociedade mato-grossense, Rubens de Mendonça lançou mão de parte dos discursos proferidos por ocasião da inauguração desse estabelecimento de ensino,

documento até então inédito para a historiografia da educação. Por muitos anos, essa peça documental ficou relegada a segundo plano, porém, o IHGMT resolveu publicar, sob a organização do Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá e da Profª Drª Elizabeth Madureira Siqueira, todos os discursos proferidos em fevereiro de 1880, disponibilizando-os aos pesquisadores atuais.

5º) Liceu Salesiano São Gonçalo, analisado a partir de dados coletados por José Barnabé de Mesquita, *Cinco lustros da Missão Salesiana em Mato Grosso*, publicado em 1919, em comemoração ao bicentenário de fundação de Cuiabá.

6º) Escola de Aprendizes Artífices, antiga Escola Técnica Federal, hoje CEFET. Mendonça elenca cronologicamente os momentos fundadores da instituição e seus Diretores.

7º) Escola Normal e Modelo é analisada somente desde sua criação, no ano de 1910, com a chegada dos professores paulistas, assim como sua evolução e papel até o ano de 1932.

8º) Escola Agrícola e Pastoril, igualmente criada pelo farmacêutico e Presidente de Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, que vislumbrou o ensino técnico como aquele vocacionado para amparar as atividades agrícolas, timbre e emblema de Mato Grosso até contemporaneamente.

9º) Escolas Superiores: nessa última parte, Mendonça aborda, de forma bastante superficial, as seguintes instituições: Escola Superior de Comércio, Faculdade Mato-grossense de Odontologia e Farmácia (Campo Grande), Faculdade de Direito de Cuiabá, Faculdade de Direito de Mato Grosso, Faculdade de Comércio e a UFMT.

10º) Conclusão: tal como na introdução, Rubens de Mendonça aborda a questão da Instrução Pública regional, com destaque para a atuação dos Inspectores e Diretores da Instrução Pública, sendo que, de cada uma dessas personalidades, foi traçada uma brevíssima biografia com enfoque para o seu período administrativo e principais ações, subdividindo-os em período Imperial e Republicano. Esse exercício, já ensaiado de forma tímida por Humberto Marcílio, ganhou maior corpo e volume nesse trabalho de Rubens de Mendonça.

Autor de quase quatro dezenas de obras, Rubens de Mendonça, enquanto sucessor de seu pai, Estevão de Mendonça, deu continuidade à tarefa de recuperação da História mato-grossense, visto que seus livros versam sobre os mais variados assuntos e são de consulta imprescindível a todos aqueles que se arvoram nos estudos sobre Mato Grosso.

O que caracteriza essa produção clássica é a escrita de uma História da Educação relatada enquanto processo e, conseqüentemente, ordenada de forma panorâmica e cronológica, uma vez que, mesmo para o tratamento temático, os autores tomaram o tempo linear enquanto base de apoio. Nesse tipo de historiografia, o cenário nacional é relegado a plano secundário, sendo a temática

educacional de Mato Grosso é tratada por si mesma, como se o que se passasse regionalmente pouco tinha a ver com aquilo que acontecia em âmbito nacional. Tampouco, a temática é abordada tendo por base um projeto educacional cujo modelo fora gestado no cenário europeu e transposto para o Brasil, onde se reproduziu de forma exemplar no Rio de Janeiro, então capital. Por outro lado, não se verifica, no interior dessa historiografia clássica da Educação mato-grossense, a rigidez metodológica no que tange à citação dos documentos, uma vez que não se encontravam os acervos documentais catalogados e organizados. De qualquer forma, essa literatura inaugural serviu de norte para as produções posteriores, timbradas pelo cientificismo acadêmico. A produção historiográfica clássica representou as primeiras tentativas de reconstituição da trajetória da História da Educação de Mato Grosso, tendo sido fundamental para cimentar e dar base e apoio às produções que se seguiram, nascidas no interior das Universidades e cuja autoria se deve a Educadores ou a historiadores de formação. As obras acadêmicas, gestadas a partir de 1970, tiveram por base não mais uma abordagem panorâmica da educação, tal como nos legou a historiografia clássica, porém privilegiaram como objeto de estudo períodos mais curtos e/ou temáticas particulares, visto que lhe foi propiciado um universo documental mais amplo e farto.

**Gilberto Luiz Alves** *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864.* Campo Grande, UFMS. 1984

A obra de Gilberto Luiz Alves representou um divisor de águas entre a produção historiográfica clássica e a acadêmica. Obra inaugural, *Educação e História em Mato Grosso* buscou dar uma nova abordagem ao cenário educacional mato-grossense, seja no que tange à questão de se imbricar História e Educação, ou quanto à firme e segura abordagem teórico-metodológica no campo do materialismo histórico, além de representar um investimento valioso no campo do tratamento documental. Alves executou essa propositura com muita prioridade, percorrendo o período colonial e parte do imperial, fechando sua análise em 1870. Pelo valor da obra, foi a mesma reeditada na década de 1990.

Vale lembrar que os programas de pós-graduação constituíram-se em alavancas para desencadear uma nova produção no campo da historiografia da educação. Ao lado desse importante fator, podemos somar o esforço despendido pelos grupos de pesquisa em História da Educação que vêm investindo na localização e catalogação dos acervos documentais existentes em Mato Grosso. Esse foi o caso do **Grupo de Pesquisa em História da Educação Instituto de Educação da UFMT**, Coordenado, há sete anos, pelo Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá, educador de formação, e auxiliado na parte da metodologia documental pela historiadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elizabeth Madureira Siqueira. Esse grupo conseguiu, até o momento, abrir três grandes frentes de trabalho:

1º - Tratamento da documentação Imperial depositada no APMT, IMPL e no ACBM, cujo produto final está consubstanciado na *Educação e Memória: catálogo de documentos relativos à História da Educação de Mato Grosso (período Imperial)*, com 431 páginas e incluindo, aproximadamente, de 3.000 verbetes. Esse material se encontra também informatizado, estando disponibilizado aos consulentes e interessados, não somente os verbetes, mas também parte da documentação que se encontra transcrita e digitada na íntegra. Desse trabalho, que perfez quase 3 anos ininterruptos, redundou ainda a publicação da obra *Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*, organizada pelos dois Coordenadores do grupo de pesquisa e publicada em Campinas, Editores Associados/SBHE/INEP, 2000.

2º - O mesmo trabalho foi elaborado com relação à documentação educacional da República: 1890-1950, junto ao APMT, ACBM e IMPL. Depois de quase três anos de investigação e intervenção junto aos acervos, o grupo de pesquisa em História da Educação de Mato Grosso oferece hoje aos pesquisadores um Catálogo virtual (cd-rom) organizado por Instituição educacional, perfazendo, aproximadamente, 4.500 verbetes, e, ainda, uma farta documentação transcrita e digitada na íntegra.

3º - Atualmente, o Grupo de Pesquisa está investindo na produção de documentos através de projetos de História Oral, no interior do qual estão sendo entrevistados professores antigos residentes nas mais variadas cidades do Estado. Os depoimentos são gravados de duas formas: através de fita cassete e também por meio de filmadora digital, sendo que ao final o depoimento sofre transcrição e também a gravação em Cd-rom, mecanismo democratizador do acesso às informações. O grupo investiu paralelamente em estudos e discussões sobre o campo da História Oral e, para realizar as entrevistas, alguns passos metodológicos hoje são seguidos: dossiê do entrevistado, elaboração do roteiro da entrevista, realização da entrevista e sua transcrição e reprodução em cd-rom.

Por outro lado, o conjunto desse material, constituído em banco de dados, está disponível aos mestrandos e doutorandos, visto que os mesmos podem, através dos catálogos, não só localizar com facilidade os documentos, como também acessar às transcrições de grande parte dos documentos constantes do catálogo, diminuindo o tempo de levantamento empírico.

Ao lado do levantamento de fontes, o Grupo de Pesquisa em História da Educação de Mato Grosso mantém permanentemente estudos teóricos capazes embasar as escolhas de temas e problemas a serem trabalhados pelos pós-graduandos. Nessa medida, metodologicamente, o grupo não se fechou em linha teórica específica, porém vem, ao longo de quase seis anos, investindo em leituras

sinalizadas pelos objetos dos diferentes projetos, que vão desde a clássica abordagem materialista-histórica, passando pela linha da história cultural quando são estudados textos relativos à infância, à cultura, ao cotidiano e à memória, incluindo ainda a linha da abordagem Foucaultiana, além de manter estudos paralelos na área da História Geral e do Brasil, em seus mais variados aspectos. Essa pluralidade de abordagens permite uma maior mobilidade dos mestrandos no interior da linha de pesquisa, assim como fornece-lhes um campo mais amplo de opções e escolhas.

Vejamos especificamente a produção científica gerada pelo grupo de pesquisa em História da Educação da UFMT, dos anos de 1993 a 2002:

### OBRAS PUBLICADAS

AUTOR	TÍTULO	ANO
Laci Maria Araújo Alves	<i>Nas trilhas do ensino (Educação em Mato Grosso 1910-1946)</i> . Cuiabá, EdUFMT	1998
Elizabeth Madureira Siqueira (Tese de Doutorado UFMT)	<i>Luzes e sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)</i> . Cuiabá/Brasília, INEPE/EdUFMT	2000
Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira Siqueira	<i>Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso</i> . Campinas, Editores Associados/SBHR/INEP.	2000
Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira Siqueira	Discursos Pronunciados por Ocasão da Inauguração do Liceu Cuiabano em 1880 <i>Cuiabá, IHGMT Publicações Avulsas, 29)</i>	2001
Elizabeth Madureira Siqueira	<i>Verbete no Dicionário de Educadores no Brasil, 2ª ed. "Pe. Ernesto Camilo Barreto"</i>	2002

No final do ano passado, comemorando o Dia do Professor, lançamos a obra didática (ensino médio) *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, pela Entrelinhas Editora, na qual buscamos inserir, no contexto histórico mais amplo de Mato Grosso, dados sobre a História da Educação, visto estar o livro inserido no campo específico da Educação e, sobretudo, por podermos hoje contar com uma farta produção historiográfica, fruto dos trabalhos produzidos no âmbito da pós-graduação em Educação da UFMT. Nosso objetivo com esse trabalho foi proceder a uma vulgarização das dissertações de mestrado e teses de doutorado, uma vez que essa produção estaria apenas acessível a um número reduzido de leitores, pois, a maioria desse material não está ainda publicado. Essa experiência tem se revelado positiva, uma vez que as escolas que adotaram a obra consideram-na extremamente interessante e, sobretudo, organizada de forma didática, mesmo incorporando e ampliando à tradicional História de Mato Grosso, temáticas nunca antes tratadas, a exemplo da Educação.

## TESES DE DOUTORADO

Doutoranda	Título da Tese	Defesa
Matilde Araki Crudo	<i>Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: Trabalho infantil e educação (1842-1899).</i>	1999
Elizabeth Madureira Siqueira	<i>Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889).</i>	1999

## DISSERTAÇÕES DE MESTRADO (ainda por publicar)

Mestre	Título da Dissertação	Defesa
Darci Secchi	<i>O Financiamento da Educação: receitas, despesas e estrangulamento na gestão dos recursos da Educação.</i>	1993
Luís Augusto Passos	<i>Aguaçu: cotejo entre dois processos educacionais casa e escola. Estudo de um pólo escolar numa comunidade.</i>	1993
Ivane Aparecida Borges	<i>A prática pedagógica enquanto relação adulto criança.</i>	1994
Renata Ramos Corrêa Teguchi	<i>Concepções de Línguas nas Legislações de Ensino</i>	1994
Elizabeth B. Lannes Bernardes	<i>Mulheres cuiabanas na primeira República.</i>	1996
Laci Maria Araújo Alves	<i>Nas trilhas do ensino (Educação em Mato Grosso 1910-1946).</i>	1997
João Ernesto Paes de Barros	<i>A Evolução do Pensamento Jurídico no Conceito de Cidadania: uma análise da legislação de ensino de Mato Grosso.</i>	1997
Luciane Neuvauld	<i>O Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra: a maior dívida de Mato Grosso (1942-1964).</i>	1997
Maurília Valderez Lucas do Amaral	<i>Constituição do Sujeito, Governamentalidade e Educação.</i>	1998
Adilson José Francisco	<i>Apóstolos do Progresso: a prática educativa Salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919).</i>	1998

André Paulo Castanha	<i>Pedagogia da Moralidade: O Estado e a Organização da Instrução Pública na Província de Mato Grosso (1834-1873).</i>	1999
Edmar Joaquim dos Santos	<i>A educação física higienista em Mato Grosso (fase de implantação) 1910-1920.</i>	1999
Arlson Aparecido Martins	<i>O Seminário Episcopal da Conceição: da materialidade física à proposta pedagógica.</i>	2000
Elizabeth de Sá Poubel Silva	<i>A Escola Normal de Cuiabá (1910-1916): contribuição para a História da formação de professores em Mato Grosso.</i>	2000
Márcia Maria Bretas	<i>A Gênese do Ensino Estatal em Mato Grosso (1759-1808).</i>	2000
Carlos Américo Bertolini	<i>Encenações patrióticas: a educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945).</i>	2000
Maria Inês Zanelli	<i>A criação do Liceu Cuiabano na província de Mato Grosso: o curso de línguas e ciências preparatórias e a formação dos intelectuais.</i>	2001
Marize Bueno de Souza Soares	<i>O ensino laico: entre a cruz e a espada - polêmica sobre o ensino laico veiculado pelo periódico "A Cruz" (1910-1924).</i>	2002
Elizabeth Pippi Rosa	<i>Cartilha do Dever: a instrução pública primária em Mato Grosso nas primeiras décadas republicanas (1891-1910)</i>	2002
Ivone Goulart Lopes	<i>O Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativa feminina católica (1890-1930).</i>	2002
Euclides Poubel e Silva	<i>Origens do Conselho Estadual de Educação.</i>	2003
Gisleine Crepaldi Silva	<i>Educação na revista feminina "A Violeta".</i>	2003

Concluindo, a historiografia clássica da Educação mato-grossense representou, inquestionavelmente, um primeiro e singular esforço na recuperação da memória educacional de Mato Grosso e foi capaz de fornecer não somente um alinhavo, em grandes linhas, do processo educativo, fornecendo base para que a produção historiográfica posterior tivesse condições de avançar no tratamento não somente do processo, sob uma abordagem mais científica, porém, sobretudo, de privilegiar aspectos singulares e pontuais.

## BIBLIOGRAFIA

Alves, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande, UFMS, 1984.

Corrêa Filho, Virgílio. **Questões de Ensino**. Cuiabá, IHGMT, 2001. (Publicações Avulsas, 29)

Leite, Gervásio. **Um Século de Instrução Pública: história do ensino primário em Mato Grosso**. Cuiabá, 1971.

Mendonça, Rubens de. **Evolução do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, s.ed., 1977.

Marcílio, Humberto **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, SECS-MT, 1963.

Sá, Nicanor Palhares e Siqueira, Elizabeth Madureira. **Educação e memória: Catálogo de Documentos Relativos à História da Educação de Mato Grosso (Período Imperial)** (org.) Cuiabá, EdUFMT/CNPq, 1998

Sá, Nicanor Palhares e Siqueira, Elizabeth Madureira (org). **Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas, Editores Associados/SBHE/INEP, 2000.

Siqueira, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso 1870-1889**. Brasília/Cuiabá INEP-EdUFMT, 2000.

# GENEROSO PONCE: O CONDUTOR DE HOMENS

Lourembergue Alves\*

Este artigo tem como objeto estudar o político Generoso Ponce, buscando seu legado, bem como sua importância para a história política regional.

Origem - guerras - político - legado

"Bem aventurados os que a si mesmos se estatuarão em atos memoráveis, e sem deixar os retratos a posterioridade, esquecida ou desdenhada, vivem a sua vida póstuma desinteressadamente pelos benefícios que lhe herdaram"  
(Rui Barbosa)

"Sua trajetória corresponde a uma curva de máximas e mínimas, pelas quais transitou de cabeça erguida, de coração à larga e de consciência tranqüila"  
(Carta do Marechal Rondon a Generoso Ponce Filho).

## INTRODUÇÃO

Preservar a memória de Generoso Paes Lemes de Souza Ponce significa divulgar, para conhecimento dos mato-grossenses e dos não-mato-grossenses, uma fase rica e importante da história de Mato Grosso. A sua biografia é, realmente, a história regional do período dramático em que viveu. O Coronel Ponce começou a viver para a sua terra natal quando correu às armas, como "voluntário da pátria", na guerra contra os paraguaios. À volta de seu nome, vê escoar-se a última fase da monarquia em Cuiabá, proclamar-se e sangrar a república nos episódios que a contestaram e a consolidaram.

\* É analista político, historiador, professor da UNIC, articulista de jornais da Capital e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

O presente trabalho procura contribuir para um maior entendimento da história de tão ilustre homem público e, ao mesmo tempo, evidenciar uma faceta da realidade histórica regional. É do conhecimento dos contextos regionais que se amplia o entendimento referente a história do Brasil.

Mato Grosso, pela sua posição geográfica e pelo que representa no cenário brasileiro, constitui-se uma unidade importante do Brasil. O País é muito extenso - grande demais para manter a uniformidade. Os elementos de diferenciação atuam com caráter permanente em muitas circunscrições do território. Unidade de gloriosa presença na história brasileira, campo de lutas que, em muitas ocasiões, ensangüentaram as suas áreas limítrofes e ajudaram a sua incorporação ao domínio brasileiro. Esta região foi cenário onde mediram forças portuguesas, espanhóis e indígenas, talando campos, cortando matas, cerrado e rios e, finalmente, delimitando uma fronteira marcada pelo sangue e pela violência.

A violência, durante o período colonial, apresentou-se como um comportamento inerente às bases da sociedade mato-grossense - devido a própria luta contra os primitivos habitantes, com os espanhóis e com a natureza. Após a independência, a violência assumiu formas explícitas e declaradas no nível político-partidário, como, por exemplo, durante a Rebelião Cuiabana - a Rusga. O advento da república não chegou a modificar esta situação. Por isso, as velhas querelas foram marcantes no início da história do regime republicano.

Nesse ambiente mato-grossense, onde silenciaram os tribunais, ressaltaram os corretivos da indignação, que supria a lei, e do sacrifício, que a desagrava, Generoso Ponce - o General das multidões - nasceu e saiu em defesa de Mato Grosso, batendo contra a desordem, contra a prepotência, contra o abuso e o crime, para que o Estado e a sociedade gozassem a sua justa tranqüilidade. Em 1892, montou a cavalo para restaurar a ordem; em 1899, sobraçou o fuzil para defender a ordem; e, em 1906, retornou ao combate para restabelecer a segurança comum.

Generoso Ponce era um caráter interioço, no pleno significado da palavra. Não admitia que se pudessem sacrificar ao transitório, ao pessoal, ao egoísmo banal, os interesses superiores (os interesses do estado e de seu povo). Procurou o poder sobre as inteligências e as vontades. Ele se sentia como um condutor de homens, jamais apelando para os instintos mais baixos, mas para o idealismo e a razão.

Acima das ambições pessoais estavam os interesses de Mato Grosso. Para defendê-los, arriscou repetidamente sua própria vida. Paladino da liberdade e lutador intrépido. Arregimentou todos os que foram capazes de lutar pelos interesses mato-grossenses, principalmente os combatentes anônimos que viram seus ossos embranquecer na Baía do Garcez e o sangue umedecer a campanha da legalidade nas ruas cuiabanas.

De simples balconista, transformou-se em uma das grandes expressões políticas. Foi deputado estadual em várias legislaturas, presidente da Assembléia Legislativa, deputado federal, senador, vice-governador e governador. Além disso, organizou forças patrióticas para recolocar no poder o presidente deposto Manoel Murinho, e organizou a defesa da Capital contra o assédio das tropas de Totó Paes.

O tempo passou. E a saúde do velho condutor de homens atravessou momentos cruciais. O cérebro continuava comandando inteligentemente, mas o corpo, já corroído pela doença, não o atendia como antes. Era o fim de uma vida de glória, de orgulho a Mato Grosso.

Retrata-se aqui, rapidamente, a vida gloriosa desse ilustre cuiabano, procurando apresentá-la isenta das deformações oriundas das idéias preconcebidas - descrevendo os aspectos que lhe pareceram essenciais, concatenando-os numa narrativa que procura proporcionar o almejado "retrato" de uma vida de mais de meio século de extremo amor a Mato Grosso, paixão ao conduzi-lo numa extraordinária trajetória.

Para escrevê-la, foi fundamental a leitura de algumas obras que retratam a história regional no período em que viveu o biografado, artigos, teses, mensagens dos governadores e jornais. Estes materiais foram valorosíssimos para a constituição das páginas que se seguem.

## OS PONCE

O grande líder político Generoso, cuja ação histórica confunde-se com a própria história mato-grossense do período dramático em que viveu, é Ponce por parte de pai. Sua família é descendente dos Ponce de Leon de São Paulo, e, estes últimos, aos da Espanha que, por sua vez, são originários da França, ligados à linhagem aristocrata. Seus descendentes, nos primeiros anos do século XVI, espalharam-se por várias partes do continente americano.

O primeiro Ponce a chegar no Brasil foi Gabriel Ponce de Leon, em 1632, depois de ter estado na Província do Paraguai, instalando-se na Capitania de São Paulo. Outros Ponce e parentes, seguindo os passos do primeiro, também instalaram-se em Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. No Brasil, eles constituíram famílias e conquistaram riqueza e prestígio. Seus feitos e proezas tornaram-se imortais em obras de vários estudiosos da história brasileira, tal como a epopéia de Fernão Dias Paes Leme - um dos ancestrais de Generoso Ponce.

A família de Generoso Ponce é descendente direta dos Ponce de São Paulo. O primeiro destes a pisar em terras mato-grossenses foi André de Zuñiga y Leon, companheiro de Pascoal Moreira Cabral (o descobridor de Cuiabá). Foi um

dos homens que se destacaram na conquista de Mato Grosso, defendendo a posse da terra a ponta de espada e arcabuzados.

Um parente de André Leon, Antônio da Veiga Ponce, casou-se com uma Martins Bonilha, neta de Salvador Martins Bonilha - um dos capitães-mor de Mato Grosso. Desse casamento, nasceu Salvador Martins Ponce que teve um filho também cuiabano e, bem mais tarde, veio a falecer em Cuiabá.

José Ponce Martins, filho de Salvador Martins Ponce, serviu no exército em Mato Grosso, chegando ao posto de tenente. Faleceu em 1820, na terra em que nasceu, deixando ao filho, o também José Ponce Martins, uma modesta casa na antiga rua do Campo (atual Barão de Melgaço), o nome todo, a honradez e o amor acendrado pela terra natal.

José Ponce Martins, o filho, tal como o pai, fez carreira no exército. Fora 2º e 1º sargento e depois alferes.

Desde menino, falava em ir para o exército, em ser militar. Na verdade, o ingresso no exército era o sonho de todos os meninos pobres do País, uma vez que esse organismo era uma carreira barata; onde o militar além de ter a "farda" de graça ainda recebia soldo. Ao contrário da marinha, de mais difícil entrada para um garoto pobre, o "aspirante" devendo comprar seu enxoval e sem perceber vencimentos. Todavia, o exército tinha muito poucas prerrogativas no governo e contava com muito pouca simpatia do Imperador.

Mas o menino José Ponce Martins herdara aquela vontade firme do pai tenente (essa mesma vontade foi herdada por Generoso Ponce).

No dia 30 de junho de 1851, o Sargento José Ponce Martins, atendendo um apelo do coração, casou-se com Dona Corsina Romana Souza. O casal Ponce Martins passou os primeiros anos de sua vida na humilde casa da rua do Campo. Uma vida de gente simples, instalada numa pobre casa. José Ponce era um plebeu de posição, muito embora em suas veias corresse o sangue azul da aristocracia espanhola-francesa. Vivia dos mingüados e atrasados soldos do exército. A carreira do exército não era então das mais bem pagas. Mas a vida de dificuldade financeira que levava e o desprezo do governo para com os contingentes do exército, responsáveis pela defesa da região mato-grossense, não o fizeram uma pessoa descortês e impiedosa. No seu coração só havia lugar para a bondade - o amor. Ele era uma espécie de exemplo de caráter reto, de homem cumpridor dos seus deveres, dedicado à família e à educação dos filhos e companheiro dos soldados no exército. Jamais negou-se a ajudar os companheiros. Sempre tinha uma palavra amiga para encorajá-los. Seus conselhos, nobres e sábios, muitas vezes evitavam deserções. Para o Sargento José Ponce Martins bastavam o amor da família, a amizade e a satisfação que via no rosto de seus companheiros.

Esse nobre militar amava a justiça (não aquela que se apóia somente na lei, mas a que tem raízes igualmente na bondade e no conhecimento da vida desigual dos homens), além do ambiente provinciano da então pequena cidade de Cuiabá, onde residira com a mulher e os filhos (Generoso Ponce, Jacinta, Pedro, Luiz e Francisca).

O primeiro filho de José Ponce Martins e Dona Corsina Romana, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, nasceu no dia 10 de julho de 1852. Nesta data, o Sargento José Ponce estava cumprindo seu dever de movimentar no quartel do Porto, quando, derrepente, um jovem interrompeu-lhe com a notícia do nascimento de seu primeiro filho. Alvoraçado, o Sargento José Ponce dirigiu-se a sua casa, cortando o caminho pelo Campo d'Ourique (atual praça Moreira Cabral e onde se ergue o prédio da Assembléia Legislativa) e descendo o estirão da rua do campo. E, fazendo planos de futuro para o garoto, chegou à sua casa, depois de ter subido toda uma quadra. Foi enorme sua alegria ao ver o filhinho recém-nascido. Não imaginava o sargento cuiabano que aquele pequenino ser, choramingando entre suas mãos, tinha o dom de comandante de massas e o segredo enfático da justiça e da dignidade de mato-grossense.

Quando Generoso Ponce estava nascendo, o movimento de repressão ao tráfico de africanos para o Brasil alcançava o seu ponto máximo. Iniciando-se por volta de 1850 (através da primeira lei abolicionista do País - Lei Euzébio de Queiroz), foi um movimento criado pela coerção exercida que objetivava favorecer a desintegração do sistema escravista brasileiro. Mas, mesmo com a severa vigilância dos navios ingleses, os negros continuaram sendo introduzidos ilegalmente no País. O que fez o Imperador, em 1852, a intensificar o vigor e atenção da repressão ao tráfico - um golpe duro para a economia mercantil escravista.

Mas, é importante salientar, no entanto, que a proibição do tráfico de escravos para o Brasil contribuiu favoravelmente para o surto do progresso da cafeicultura, pois os grandes capitais, que concentravam a importação de africanos, passaram a ser invertidos em outros setores da economia, o que mudou completamente a face das coisas na agricultura, no comércio e na indústria.

O surto do progresso da cafeicultura, por sua vez, resolveu a situação de crise econômico-financeira do Brasil. A marcha da cultura do café provocou, pelos seus efeitos, mudanças fundamentais no quadro econômico e social do Brasil-Monárquico.

Cultivado no Brasil desde o século XVIII, o café passou a ser o grande produto de exportação do século XIX. O quadro abaixo indica o crescimento de

exportação do café, em porcentagem:

Produtos	1821/30	1841/50	1851/60
Açúcar	30,1%	26,7%	-
Algodão	20,6%	7,5%	7,1%
Café	18,4%	47,7%	56,0%
Couros e peles	13,6%	8,5%	3,5%

Fontes: PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 112; SIMONSEN, Roberto Cochrone. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 157-172.

Com a expansão cafeeira, o Brasil despertou-se para o "surto industrial" e a urbanização. A partir de 1850, indica Prado Júnior, fundam-se

"62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas de ferro"<sup>1</sup>.

Isso, sem dúvida, era efeito do desenvolvimento econômico que propiciara um acúmulo de capitais nas mãos dos fazendeiros, desenvolveu o setor manufatureiro e as atividades comerciais e de transportes ferroviários e estimulou o crescimento das cidades - aquelas próximas aos centros produtores de café, os portos de importação e exportação e ao longo das linhas férreas que acompanham a marcha do café.

Entretanto, esse desenvolvimento econômico não se estendeu por todas as regiões do País. Mato Grosso, por exemplo, passava por crises econômico-financeiras assustadoras. A repressão ao tráfico foi, em partes, a grande responsável pela situação difícil da região, pois prejudicava consideravelmente a produção agrícola. Isso porque o fazendeiro passou a imobilizar alta soma de capital para a compra de escravo, diminuindo a sua aplicação na lavoura. A lavoura canieira da região quase desapareceu. Somente conseguiu sobreviver graças ao tráfico interprovincial e transferência de escravos domésticos e da mineração para a atividade agrícola.

Além disso, a mineração mato-grossense, há muito, já havia entrado num estágio de colapso profundo (a exploração do ouro e do diamante era realizada em reduzíssima escala), a navegação do rio Paraguai, fundamenta, na época, para o desenvolvimento da região, estava em recesso, o que retraía a produção mato-grossense.

Os reflexos dessas crises, pelo seu turno, provocaram o empobrecimento

<sup>1</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit., p. 120.

visível das finanças públicas e o encarecimento descontrolado dos gêneros de primeira necessidade - onerando socialmente o consumidor local. Os comerciantes nada mais faziam do que transferir os altos custos das mercadorias para o consumidor. Sob tais combinações, a população pobre ficara a mercê de um nível de vida extremamente baixo, em permanente desafio aos mínimos vitais de existência.

A pobreza foi a mais fiel companheira da família do Sargento José Ponce Martins. Caracterizante da infância pobre de Generoso Ponce. Ele cresceu em meio às dificuldades da pobreza. Aprendeu daquele e de Dona Corsina que a vida não se resumia ao lar. O pai, positivista, preocupado com a situação caótica da região. A mãe, nas horas de folga dos afazeres caseiros e dos filhos, preocupava-se com a situação dos vizinhos e amigos. Desde muito cedo, Generoso Ponce soube das dificuldades de sua terra natal, das lutas dos conterrâneos, das injustiças e dos sofrimentos. Assim, desde a primeira infância, procurou formar o seu caráter. Aprendeu com o pai as lições de incorruptibilidade. O Sargento José Ponce lhe ensinou que a felicidade não se conquista vendendo o caráter e o coração, mas com justiça e com uma vida valente e digna.

Com Dona Corsina, Generoso Ponce aprendeu a arte de educação dos filhos. Ela era uma altíssima presença humana - mãe carinhosa, esposa cuidadosa e amiga dedicada. Na rua do Campo, todos a tinham como uma grande anciã.

Esses ensinamentos foram fundamentais na formação do caráter de Generoso Ponce, além de ajudá-lo a não perder a perspectiva, a não perder a confiança, a não perder a alegria interior.

O pequeno Ponce era muito alegre e inteligente. Seu pai ficava pensativo quando via a extraordinária facilidade que o filho tinha para rir e esquivar-se de certas perguntas que lhe faziam. Aos oito anos, lia tudo que lhe caía nas mãos: revistas, livros, jornais, etc. Ficava deslumbrado quando o pai narrava-lhe a epopéia das "Bandeiras e Monções" que, de Piratininga, rumaram para os sertões matogrossenses, no alvorecer do século XVIII.

O Sargento José Ponce entusiasmava-se com o interesse do filho sobre a historiografia da terra. Toda noite, em uma das salas da casa, que ligava-se a entrada por um enorme corredor (tal como as demais casas antigas de Cuiabá), contava-lhe a história de Cuiabá. Partia das descobertas das minas para explicar-lhe que

"as famílias dos primeiros povoadores entrelaçavam-se descobrimento até hoje, presenciando e tomando parte nos acontecimentos, desde os primeiros dias, quando esta terra se conhecia como as minas do Cuiabá".

Empolgado, o menino indagava-lhe sobre o acontecimento mais importantes de Cuiabá. Para o pai, o fato mais marcante da cidade foi a Rusga. O

filho ouvia atentamente a narração sobre a revolta cuiabana - expressão maior do nativismo regional. O Sargento José procurava fazê-lo compreender todo o episódio, explicando o momento histórico em que se encontravam Cuiabá e sua população pobre.

Desse modo, ia aprendendo a admirar a história e a cultura mato-grossenses e a compreender as injustiças sociais. Simpatizou-se com todos os que formavam a legião imensa dos pobres, dos oprimidos, dos escravos. Apaixonou-se pela abolição. Como membro da Sociedade Emancipadora Mato-grossense, aos vinte anos, clamava pela redenção dos escravos. Na condição de Presidente de Mato Grosso, em 1907, preocupou-se com os sem-terras da região, baixando o Decreto nº 200 que visava lotear a zona ervateira do Estado em glebas de 450 hectares para o assentamento das famílias pobres, desentendendo-se, por conta disso, com Manoel Murтинho - defensor dos interesses da Mate Laranjeira que monopolizava a exploração da erva-mate.

Como filho de oficial, Generoso Ponce encheu os olhos com o espetáculo dos homens no exército. herdara do avô e do pai a admiração pelo exército. Sonhava em empunhar uma espada como a do pai que, quase sempre, era pendurada na sala de jantar. Com os garotos de sua idade, gostava de brincar de soldado, armando-se de espada de pau, formando um pequeno batalhão e simulando combates.

Além disso, gostava de ver o pai de farda. Acompanhou a sua carreira militar com admiração e orgulho, emocionando-se quando José Ponce foi provido a alferes, em 1860, e escolhido para comandar o Forte do Príncipe da Beira, estabelecido à margem do rio Guaporé, em 1862. Neste Forte, o garoto aumentou a admiração pelas coisas militares, pelos exercícios e a compreender a hierarquia e disciplina.

Em 1863, seu pai o interna no Seminário de Nossa Senhora da Conceição, em Cuiabá. Mas, Generoso Ponce não demonstrava nenhum entusiasmo pelos estudos teológicos. As lembranças dos exercícios militares, das manobras e das armas não lhe saíam da memória. A vida militar o fascinava muito. Dom José Antônio dos Reis, o primeiro bispo da Capital, reconheceu a sua vocação quando afirmou que "... se quizesse deixar o hábito, não o levaria mal..."

Apesar disso, Generoso Ponce ainda permaneceu no Seminário até 1865, ano em que os paraguaios invadiram Mato Grosso através de duas Divisões: uma por terra, sob o comando do Coronel Vicente Barrios, que partiu de Assunção; e outra fluvial, saída de Conceição, comandada pelo Coronel Isidoro Resquin. Esta última penetrou no território brasileiro pela fronteira do rio Apa. Na colônia de Dourados, travou um combate com um destacamento composto de dezoito homens de Cavalaria, liderado pelo Tenente Antônio João, que, recusando a rendição, foram todos mortos.

Por essa época, havia em Mato Grosso cerca de mil e trezentos homens

estabelecidos em reduzidos destacamentos pelas cidades de Cuiabá, Cáceres, Corumbá, Nioaque, nos fortes do Príncipe da Beira, Casal, Vasco de Coimbra, e nas colônias militares de Dourados e Miranda. O ponto de defesa que obstava o acesso pelo rio era o Forte de Coimbra, guardado por cento e vinte praças comandados pelo Tenente-Coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero, com pouca munição, povoações marginais, sem defesa especial. O que facilitou a sua tomada pelas tropas comandadas pelo Coronel Vicente Barrios. Em seguida, os soldados guaranis dominaram Miranda, Albuquerque, Coxim, Dourados, Sant'Ana do Paranaíba, Nioaque e Corumbá.

Na evolução dessa invasão paraguaia, em pouco tempo o sul mato-grossense fora conquistado, deixando a população do norte indignada e amedrontada. Os cuiabanos, temendo ser atacados, passaram a alistar-se espontaneamente para a guerra. Entre os "voluntários da pátria" encontrava-se um adolescente de treze anos. Generoso Ponce abandonara os estudos pela defesa de seu Estado natal, deixando seus pais preocupados.

O governo regional determinou providências para a resistência de Cuiabá. O local estrategicamente escolhido para a defesa da capital foi a Colina do Melgaço. Ali estabeleceu-se um batalhão chefiado por Augusto João Manoel Leverger (Barão de Melgaço), do qual fazia parte Generoso Ponce. Essa estratégia afastou a tropa paraguaia de vir até Cuiabá. Em 1867, uma força expedicionária, organizada pelo Dr. José Vieira Couto Magalhães, presidente de Mato Grosso, retomou Corumbá das mãos dos invasores. Generoso Ponce estava entre esses combatentes.

Retomada Corumbá, mas parte dos soldados brasileiros foi contaminada pela varíola. De volta à Cuiabá, o grupo de soldados doentes contaminou a população cuiabana. A epidemia alastrou-se rapidamente. O combate a doença não produziu resultado satisfatório. Poucas foram as casas poupadas pela epidemia. Na residência de José Ponce Martins, todos adoeceram, felizmente não houve mortes.

A doença só veio a desaparecer em dezembro de 1867, depois de vitimar cerca de cinco mil pessoas - somente em Cuiabá, mais de dois mil e duzentos habitantes. A propósito, Clovis Corrêa da Costa fez o seguinte relato:

"(...) período houve, em que os mortos eram tão numerosos, que não havia gente para cavar as sepulturas e enterrá-los, nem quem pudesse transportá-los ao cemitério. Uma carroça percorria as ruas, apanhando os cadáveres em domicílio e transportava-os para o cemitério do 'Cai-Cai'. Os corpos eram simplesmente envoltos em panos sujos, as mais vezes; e transportados como carga comum, na mais completa promiscuidade - homens e mulheres, velhos e crianças, todos

juntos misturados, uns em cima dos outros. Não podendo ser enterrados, tinham que ser cremados. Fizeram pilha de lenha colhida no cerrado próximo, longa e alta, sobre a qual foram depositados os mortos. Acesa a fogueira, o espetáculo da cremação era horroroso..."<sup>2</sup>

A Guerra do Paraguai, conseqüentemente, abriu o sul de Mato Grosso para a economia mercantil, via exploração da erva-mate e da criação de gado, porém trouxe ao País um péssimo estado financeiro. O governo nacional contraiu empréstimos que, de 1865 a 1870, somavam mais de vinte milhões de libras.

Com a vitória da Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, os militares mato-grossenses foram recebidos com festas em Cuiabá. Generoso Ponce, então com dezoito anos, na casa da rua do Campo, rodeara-se de irmãos e amigos interessados em saber das peripécias de Melgaço, Aricá e Corumbá. O jovem soldado contou-lhes toda a história. Sentia-se admirado e respeitado, ao mesmo tempo entusiasmado pela carreira militar, sobretudo quando o exército lhe concedeu o título de segundo cadete, em 1870. Os amigos e família, por outro lado, incentivaram-no a fazer o curso da escola Militar no Rio de Janeiro. Esta era a sua intenção. Mas, na última hora, Generoso Ponce desistiu do que tanto desejava - ser militar.

Após essa desistência, transformou-se em pequeno agricultor na Chapada dos Guimarães. Ali ocupou-se de plantações de frutas e verduras e de uma pequena criação. Periodicamente, vinha até Cuiabá, onde comercializava sua produção.

Em 1871, com apenas dezenove anos, ele se casou com Dona Maria Honorina Leite. Desse casamento, nasceram os filhos Palmiro, José e Adelina. O casal, inicialmente, vivera no sítio da Chapada. Num certo dia, porém, quando retornava de Cuiabá, Generoso Ponce deparou com o sítio ardendo em chamas e com sua esposa aflita. Tudo foi destruído. O fogo lhe destruíra em minutos o que acumulou em meses.

Diante do ocorrido, resolveu voltar à Cuiabá. Logo que terminou de instalar-se, juntamente com a família, na rua de Baixo (atual rua Galdino Pimentel), rejeitou uma colocação num órgão público. Era um bom emprego, de 150 mil-réis mensais. Preferiu uma colocação no comércio, de menores proventos - apenas 50 mil-réis mensais.

Dedicou-se muito ao trabalho e, por isso, conquistou a confiança do seu patrão, desembargador Firmo José de Matos, que, entusiasmado, passou a ensinar-lhe os segredos da contabilidade. Com o que aprendera, passou a lecionar, no período noturno, contabilidade a jovens trabalhadores do comércio. Assim, pôde aumentar, consideravelmente, o seu ordenado.

Em 1873, o patrão resolveu partir para a Europa, deixando-o como responsável pela direção da sua casa comercial. Seu desempenho foi tão

<sup>2</sup> COSTA, Clovis Corrêa da. **Mato Grosso de outrora, episódios, reminiscências e costumes**. 1965. (Xerox),

significativo nos negócios que o desembargador, quando retornou de viagem, deu-lhe 3% nas vendas a varejo e 2% nas por atacado, tornando-o, de fato, o seu "braço direito" no comércio.

Não muito tempo depois, ele se tornou sócio do Desembargador Firmo de Matos, formando a Firmo & Ponce, instalada na rua 11 de Julho (atual Pedro Celestino), e, em 1874, comprou a parte de Firmo de Matos, estabelecendo sua própria firma.

Naquele mesmo ano, passou a publicar artigos e poesias no jornal O Liberal - órgão do Partido liberal. Na praça do Tanque do Baú, situada onde hoje inicia-se a atual Avenida do CPA, suas composições passaram a ser recitadas e discutidas por amigos, entre os quais Antônio Azeredo e Carlos Vandoni. Este último, por exemplo, chamava-o de "poeta da água doce". O jornalismo, na verdade, serviu-lhe apenas como auxiliar prestimoso para a política. Foi esta que o fez conhecido e popular. Filiou-se, em 1873, no Partido Liberal. Dois anos depois, perdeu o pai (1875). A morte, também, arrebatou-lhe a esposa, em 1878. A dor da perda do pai e da esposa, porém, não o tirou da cena política, do comércio e do jornalismo. Enquanto engolfava-se no trabalho, sua mãe e sua sogra, Dona Maria, cuidavam de seus dois filhos: Palmiro, com cinco anos, e Adalina, com menos de um ano. Mas não por muito tempo, pois, em 1880, ele se casou novamente. Sua nova esposa, Dona Mariana, foi mãe exemplar de seus dois filhos. Com ela, nasceram: Josefina, Alice, Julieta, Nelson, Leogilda, Carlinda, Ranulfo, Cacilda, Nadir, Generoso Filho, Altamyro, Odília Medéia.

## 2 - O Político

Apesar de não ter freqüentado uma academia escolarizada, Generoso Ponce foi um mestre nas artes de raciocinar com lógica, de argumentar e de persuadir falando. Poucos políticos mato-grossenses foram geniais quanto ele. Autodidata e intuitivo, o Coronel Ponce - como ficou conhecido no cenário político - tinha o segredo da frase e o dom natural da eloqüência. Poucos homens públicos do interior do país, escreveu Pedro Calmon,

"Juntaram no comportamento político tantas qualidades romanescas, severase amáveis: e raros dominaram, como ele dominou, as forças da 'barbárie', em nome dos princípios e das idéias"<sup>3</sup>.

Na sua rica trajetória política, soube distinguir o terreno das relações pessoais do campo político-partidário. Manteve amistosas ligações com os adversários. Esta atitude lhe valeu, "mesmo politicamente, inúmeras vitórias", informou Ponce Filho.

Depois de presidir a Sociedade Beneficente "Amor e Arte", da qual fora

<sup>3</sup> CALMON, Pedro. Prefácio. In: PONCE FILHO, Generoso. **Generoso Ponce, um chefe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

um de seus fundadores, e ocupar o cargo de Grão-mestre na Maçonaria cuiabana, elegeu-se, em 1882, deputado provincial pelo Partido Liberal. Na Assembléia Provincial, defendeu os interesses de Mato Grosso e do seu povo. Seu alto desempenho o transformou em líder respeitado e admirado, inclusive pelos adversários políticos, conforme pode-se perceber num trecho do artigo do jornal Situação, do Partido Conservador, datado de 28 de maio de 1882:

"O Sr. Capitão Generoso Ponce é membro eleito da Assembléia provincial e um dos (seus) mais distintos (membros). A palavra pois de S. Sa. merece muito respeito e importância, e não pode deixar de ser tida como de grande alcance pela dupla potência que representa, a da opinião pessoal de S. Sa. de seus nobres colegas da maioria, da qual S. Sa. é digno receptor e transmissor"<sup>4</sup>.

Assim, ele consolidava seu prestígio político. O que lhe garantiu a reeleição, em 1887. Empossado em 6 de fevereiro de 1888, ocupou interinamente a Presidência da assembléia Provincial, por ser o deputado mais votado, efetivando-se neste posto cinco dias depois. É essa posição que ocupava quando surgiu a República, proclamada a 15 de novembro de 1889, substituiu a Monarquia que desde a independência era o regime de governo do Brasil.

Na verdade, o ideário republicano esteve presente, ao longo da história brasileira, em vários movimentos liberais, tais como nas Conjurações Mineira (1789) e baiana (1799), Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824), Revolução Praieira (1848) e nas rebeliões provinciais da fase regencial: Farroupilha, Cabanagem, Sabinada e Balaiada. Mas foi o republicanismo, surgido na Segunda metade do século XIX, que assumiu uma posição radical ao pretender pôr abaixo o regime monárquico.

Como movimento que teve ressonância em todas as províncias brasileiras, o movimento republicano fluminense que tinha majoritária concentração na Capital, o palco de todos os importantes acontecimentos políticos do Império, era dificultado pela presença do governo e de suas forças de repressão e cooptação. Todavia, o republicanismo era favorecido na Capital pelo maior cosmopolitismo que estimulava os comícios públicos e concedia o permanente uso da imprensa. O republicanismo cuiabano, também, fora favorecido pela imprensa, além da enorme distância que separa Cuiabá do Rio de Janeiro. Na Capital matogrossense, a propaganda do ideário republicano era feita principalmente nos jornais A República, fundado em 1883, e A Gazeta, surgido em 1888. O movimento republicano foi mais forte na província de São Paulo. "Entre os

<sup>4</sup> Apud *Ibidem*. p.4

paulistas, as condições objetivas postas pelo seu desenvolvimento material evidenciavam a ação deletéria do centralismo monárquico" <sup>5</sup>. A Monarquia configurava-se para os proprietários e capitalistas de São Paulo como um impedimento ao progresso. Através de seu Partido Republicano, mas não só dele, a província manifestou os seus descontentamentos contra a Monarquia. O Partido Republicano paulista e os militares, sem dúvida, foram as forças mais representativas na composição e consolidação da República.

A notícia da proclamação da república só chegou à Capital mato-grossense no dia 9 de dezembro, durante a realização de um baile em homenagem ao Coronel Generoso Ponce. Cuiabá recebeu com entusiasmo o novo regime. Isso explica pelo fato de que a terra local, abandonada pela Monarquia,

"via na proclamação da república um raio de esperança para a sua prosperidade e grandeza. Como se a prosperidade fosse exclusivamente devido à forma de governo, não dependendo dos ingentes esforços dos que governam e do próprio povo" <sup>6</sup>.

Como Presidente da Assembléia Provincial, o Coronel Ponce proclamou o General Antônio Maria Coelho primeiro Presidente do Estado de Mato Grosso que, no governo, criou uma nova agremiação política: o Partido Nacional, em janeiro de 1890. Ingressaram nesse partido liberais e conservadores. Mas aqueles não tinham seus direitos partidários respeitados. Todas as propostas dos ex-liberais eram rejeitadas. Além disso, os ex-conservadores queriam escolher todos os candidatos à Constituinte Federal, não admitindo nenhum nome liberal.

Descontentes com a orientação do Partido Nacional, os correigionários do Coronel Ponce fundaram o Partido Republicano, em 1890. A formação deste partido provocou o esfacelamento total daquela primeira agremiação.

Contudo, o Partido Nacional foi reerguido sob a orientação do governo estadual, visando trunfar nas eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Federal. Levando os "nacionais" à prática de inúmeras arbitrariedades contra os seguidores do Coronel Ponce. Muitos eleitores do Partido Republicano foram presos e tiveram seus títulos de eleitor arrebatados.

Diante disso, esperava-se uma reação violenta por parte do Coronel Ponce. Porém, este líder político, procurando evitar o derramamento de sangue, defendeu a abstenção das urnas. Na sua casa, no dia 14 de setembro de 1890, os membros mais destacados do partido Republicano elaboraram um manifesto para o povo mato-grossense, aconselhando-o "a abstenção das urnas, como protesto

<sup>5</sup> CASALECHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista - 1889 a 1926*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 247.

<sup>6</sup> PONCE FILHO, Generoso. *op. cit.*, p. 63.

contra a conduta altamente repreensível do governador do Estado, que tem (procurado) suprimir a liberdade eleitoral".<sup>7</sup>

Entre esses membros destacados, encontravam-se José da Silva Rondon, Generoso Ponce, Joaquim C. P. de Azevedo, Virgílio Alves Corrêa, Brigadeiro Severiano C. Dalto, Joaquim Vaz de Campos, Luiz da C. Ribeiro, José Maria Metello, Flávio Crucêncio de Mattos.

Com a abstenção, os partidários do governador Antônio Maria venceram as eleições para o Congresso nacional. Todavia, o Coronel Ponce, inconformado com a espoliação dos direitos do povo, no Rio de Janeiro, o Deputado Antônio Azeredo e o Senador Joaquim Murinho, pleiteou junto ao Presidente Deodoro da Fonseca o afastamento do General Antônio Maria Coelho da chefia do Executivo mato-grossense. O que ocorreu no dia 31 de dezembro de 1890. Mas esta demissão não impediu que os partidários do ex-governador, utilizando-se de fraudes, ganhassem as eleições de 3 de janeiro de 1891 para a escolha dos deputados à Constituinte estadual.

Essas eleições, porém, foram anuladas pelo novo governador do Estado, Coronel Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, em 25 de fevereiro. A 28 de maio de 1891, realizaram-se novas escolhas dos deputados constituintes de Mato Grosso. Nestes pleitos, ocorrendo dentro da legalidade, os republicanos saíram vitoriosos. O Coronel Ponce fora eleito vice-presidente da Constituinte regional, enquanto o também republicano José Metello elegeu-se presidente da mesma. Esta Constituinte terminou seus trabalhos no dia 15 de agosto, promulgando a primeira Constituição republicana do Estado.

Data em que ocorreu, igualmente, as eleições de Generoso Ponce para a 1ª Vice-presidência, de José da Silva Rondon para a 2ª Vice-presidência, Pedro Celestino para a 3ª Vice-presidência e Manoel José Murinho para a Presidência do Estado. Todos tomando posse no dia 16 de agosto de 1891. Vitória do grande líder Generoso Ponce, como assinalou Virgílio Corrêa Filho, em *A República em Mato Grosso*.<sup>8</sup>

Com a posse do novo governador, o Coronel Ponce passou a acreditar piamente no restabelecimento da ordem e da tranqüilidade públicas. Mas este grande líder estava enganado, pois Antônio Maria e seus partidários, na surdina, tramavam uma conspiração para retomar o poder de mando no Estado. Conspiração favorecida pela política de deposições dos governos estaduais deodoristas empreendida por Floriano Peixoto que tinha assumido o governo nacional, com a renúncia de Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891.

Os correligionários de Antônio Maria instigaram o Governo federal para depor, também, Manoel Murinho, alegando que este governador havia aderido ao golpe do ex-presidente do Brasil. A partir daí, iniciou-se uma rebelião no 21º

<sup>7</sup> PONCE FILHO, Generoso. op. cit., p. 74.

<sup>8</sup> Apud. PONCE FILHO, Generoso. op. cit., p. 67.

Batalhão de Corumbá, sob a liderança do Major Antônio Aníbal da Motta - sobrinho de Antônio Maria Coelho. Com a bênção do tio, Aníbal da Motta e comandados rumaram-se para Cuiabá, com o objetivo expresso de depor o Presidente Manoel Murinho. O que se consumou no dia 1º de dezembro de 1892.

No lugar de Manoel Murinho, tomou posse uma Junta Governativa constituída por Aníbal da Motta, Coronel Luís Benedito Pereira Leite e José Marques Fontes. Esta Junta, a 3 de fevereiro de 1893, passou o governo estadual ao Coronel Luís Benedito Pereira Leite, membro do Partido nacional. Consumou-se, assim, o golpe de Estado.

Os golpistas procuraram, ainda, em Corumbá, criar o Estado Livre de Mato Grosso ou a República Transatlântica de Mato Grosso, em 31 de março de 1892. Estava à frente desse projeto separatista o Coronel João da Silva Barbosa.

Felizmente, esta tentativa separatista não encontrou o apoio necessário dos militares do Estado. Os oficiais do 21º Batalhão de Infantaria da guarnição de Mato Grosso, por exemplo, discordaram de tal idéia esdrúxula, conforme consta na Ata da reunião entre o Coronel Barbosa e os referidos oficiais:

"Cidadão Coronel João da Silva Barbosa, Comandante interino do 7º distrito militar (...) a vista da dissensão havida em vosso quartel hoje, na qual não chegou a um resultado sobre as medidas relativamente aos últimos acontecimentos ocorridos neste Estado vêem declarar-vos que não (...) concordam também na declaração de Estado Livre de Mato Grosso, porque, como filhos dele, sabem que o Estado não dispõem de recursos, finalmente não aderem a movimento algum que tenha por fim repelir atos e ordens do Governo Federal"<sup>9</sup>.

Desse modo, a idéia de criação do Estado Livre ou República Transatlântica morreu na própria reunião de Corumbá, em 31 de março de 1892. Enquanto no interior do Estado, o Coronel Ponce encarnava a fidelidade dos patriotas a unidade da Nação, objetivando a submissão dos golpistas ao regime da lei. Razão pela qual conduziu-se a arrematar 1.500 homens e, depois de armá-los como pôde, rumou-se para Cuiabá.

A sua entrada e a de seus homens ocorreu-se a 10 de abril de 1892, evitando derramamento de sangue obrigou Luís Benedito a renunciar-se do governo estadual. Não assumindo, no entanto, o referido cargo que fora entregue à uma Junta Militar que aguardaria a posição do Governo Federal.

Mas a luta não tinha, ainda, terminado, uma vez que o Coronel João da Silva Barbosa enviara uma nova expedição para Cuiabá, com o fim de garantir a volta de Luís Benedito ao poder de mando. Esta nova expedição, depois de bombardear a Usina da Conceição, instalada no rio Abaixo, assenhoriou-se do governo, em benefício do Partido Nacional.

<sup>9</sup> PONCE FILHO, Generoso. op. cit., p. 67.

Percebendo-se que fora enganado, o Coronel Ponce volta ao interior do Estado para organizar novas forças. Em pouco mais de duas semanas, arregimentou-se cerca de 3.000 homens. Em seguida, penetrou-se em Cuiabá, com o fito de bater os militares e paisanos que se apoderaram do poder. Ciente disso, um grupo de populares dirigiu ao seu encontro para engrossar suas forças.

O pânico começou, então, a dominar os que usurparam o poder. Major Anibal da Motta viajou para Corumbá, o navio Antônio João também retornou e Luís Benedito, que havia assumido o governo no dia 18 de abril, transmitiu-o a José Marques Fontes, antes de retirar-se da Capital. O novo governador, vendo-se cercado pelas forças poncistas, também abandonou o cargo.

A luta armada continuou por mais alguns dias, sacrificando muitas vidas. Os últimos rebeldes renderam-se a 12 de maio. Assim, no dia 20 de julho, Manoel Murtinho foi reconduzido ao cargo. Estava restaurada a lei e a ordem no Estado, graças ao empenho do "condutor de homens" que, ao reconduzir Manoel Murtinho ao cargo no dia 20 de julho, demonstrou, com esse ato, que acima dos caprichos pessoais estava a legalidade. O Coronel Ponce com a massa popular venceram a revolta sem a ajuda do Governo Federal. Pelo seu desempenho, recebeu do Presidente Floriano Peixoto a nomeação de Coronel honorário do exército.

Além de patriota e defensor da lei, o Coronel Ponce tornou-se um grande líder político. "Nenhum chefe político gozou em Mato Grosso de prestígio igual ao seu", informou Estevão de Mendonça<sup>10</sup>, e Pedro Celestino escreveu, assim, sobre ele, em 23 de julho de 1907<sup>11</sup>:

"Quando a reflexão deu-lhe a consciência de ser um homem, o patriotismo arrastou-o a luta política.

Era então muito moço, mas distinguia-o já inteligência robusta, atividade infatigável, e ele ascendeu no cenário social pelo esforço próprio, pelo próprio mérito, ao posto de chefe supremo do Partido Liberal em Mato Grosso".

Gozando de grande prestígio político no Estado, o Coronel Ponce elegeu-se Senador nas eleições de 1º de março de 1894. Sobre esta eleição, o jornal Diário de Notícia<sup>12</sup> do Rio de Janeiro publicou:

"(O povo de Mato Grosso) fez juíza ao valente patriota, dando-lhe, assim, a mais solene prova de seu reconhecimento pelo muito que por ele fez".

Em agosto de 1895, Manoel Murtinho foi substituído no governo regional por Antônio Corrêa da Costa, eleito tranqüilamente pelo Partido

<sup>10</sup> MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. Goiânia: Rio Bonito, 1973, v. 1 e 2. p. 123

<sup>11</sup> PONCE FILHO, Generoso. op. cit., p. 39.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 135.

Republicano. Os poncistas dominavam politicamente o Estado, respeitando a lei e lutando para o benefício de Mato Grosso.

Esse governador vinha fazendo uma boa administração até 25 janeiro de 1898, data em que se registrou o "caso dos bondes". Incidente ocorrido porque o Coronel Ponce, ignorando a ordem policial para o recolhimento do bonde em que este chefe político viajava, ordenou ao condutor do veículo que continuasse o trajeto<sup>13</sup>. Diante desta atitude, o Chefe de Polícia solicitou sua exoneração e Antônio Corrêa da Costa renunciou ao governo estadual, passando-o ao 2º Vice-presidente Antônio Cesário de Figueiredo, em 10 de abril de 1898, que, ainda neste mesmo ano, também deixou o referido cargo.

No ano seguinte, a questão da sucessão no governo do Estado provocou a dissidência do Partido Republicano, deixando os Murtinhos e os poncistas - tradicionais aliados principalmente contra os membros do Partido Nacional - em lados opostos. Isto ocorreu porque o Coronel Ponce, candidato natural do Partido Republicano, indicou João Felix Peixoto de Azevedo. Indicação não aceita pelos Murtinhos que, para a função, apoiaram a candidatura de José Maria Metelo.

Nessa disputa acirrada, os resultados das eleições de março de 1899 registraram: João Felix de Azevedo, pelo Republicano, com 5.647 votos contra os 959 de José Metelo, concorrendo pelo Partido Democrata. Uma enorme vantagem numérica do candidato poncista.

Entretanto, uma vantagem considerada, pelos partidários dos Murtinhos, "a vitória da fraude".

Os ânimos acirraram-se. É nesse momento que surgiu a figura do Coronel Antônio Paes de Barros (Totó Paes), proprietário da Usina Taici no rio Abaixo, posicionando-se contra o Coronel Ponce. Trabalhou para arregimentar forças paramilitares, as quais deu o nome de Legião "Campos Sales", visando impedir que o Legislativo mato-grossense reconhecesse a vitória do candidato poncista. A Assembléia Legislativa ficou toda cercada pelos 2.000 homens comandados por Totó Paes. Apertados no cerco imposto, os deputados estaduais - entre os quais Generoso Ponce - e o então governador do Estado pediram a intervenção do Presidente do País, Campos Sales, porém não foram atendidos.

Diante dessa posição de Campo Sales, Totó Paes apresentou a proposta de anulação da eleição de 1899 e a renúncia do Governador Antônio Cesário, em troca da preservação da vida dos partidários do Coronel Ponce. Esta proposta humilhante foi, unanimemente, repelida tanto pelo Legislativo como pelo Executivo regional. Desencadeando, a partir de então, a luta armada. Cuiabá, na ocasião transformou-se em campo de batalha, conforme descreveu o Capitão Domingos Nascimento<sup>14</sup>:

"O Coronel Ponce organizou resistência no centro da cidade, entricheirando o Palácio e imediações. Há 15 trincheiras (...) Dentro delas o Coronel Ponce se fortificou com 1.300

<sup>13</sup> Ver a respeito CORRÊA FILHO, Virgílio. op. cit. p. 589.

<sup>14</sup> Apud PONCE FILHO, Generoso. op. cit., p. 198.

homens bem armados. Os revolucionários também têm muito armamento (...) Forças revoltosas tomam a entrada da cidade (...) Os atacantes atiram-se às trincheiras (...) Espreitam pelos quintais e fazem fogo para o centro governista (...) O cerco é cada vez mais estreito ..."

A situação ficou insuportável para os partidários do Coronel Ponce. O que levou a Assembléia Legislativa a anular a vitória de João Felix de Azevedo para o governo do Estado, marcando a realização de um novo pleito para o dia 20 de julho de 1899. Demonstrando-se prudente e defensor do regime republicano, o Coronel Ponce advogou a abstenção das urnas, justificando-a com o seguinte manifesto<sup>15</sup>:

"Com a responsabilidade do poder(...) a vida do Partido Republicano tem tido por norma a prática democrática federativa (...) A conquista da verdade republicana em 1892 firmou a autonomia do Estado (...) Estava, porém, destinado todo esse edifício construído (...) a ser profundamente abalado pela ambição desmedida do Sr. Dr. Manoel José Murtinho, que unido ao próprio partido que o depusera em 1892 e de mãos dadas com seu irmão Dr. Joaquim Murtinho, Ministro da fazenda, e com o Sr. Presidente da República, tomou a peito a triste empreitada de desvirtuar o novo regime com prática dos mais criminosos atentados contra o sistema federativo (...) Quero apenas declarar aos meus concidadãos e correligionários que embora adversário da abstenção (...) estou resolvido a não concorrer à eleição que foi marcada para 20 de julho ..."

Assim, nas eleições de 20 de julho, o Coronel Antônio Pedro Alves de Barros foi eleito governador de Mato Grosso. A sua posse ocorreu no dia 15 de agosto de 1899, consumando-se a vitória dos Murtinhos e de Totó Paes. Este último, como presidente do Partido Republicano Constitucional, passou a perseguir implacavelmente os correligionários do Coronel Ponce. À frente da Força Patriótica, por exemplo, ele cometeu o assassinato de dezessete poncistas num lugar conhecido por Baía do Garcez. Além disso, nos municípios de Diamantino, Barra do Bugres e Rosário Oeste, alguns de seus destacamentos saquearam e incendiaram propriedades, torturaram e fuzilaram os que estavam descontentes com a então situação política de Mato Grosso. A ordem era uma só: o extermínio dos adversários políticos.

A perseguição aos poncistas teve início a partir de 31 de agosto de 1899,

<sup>15</sup> Ibidem, p. 218.

quando ocorreu a agressão sofrida pelo Coronel Ponce, praticada pelo polaco Ramon Jackwicks que acabou linchado por populares. Acontecimento conhecido como A Ramonada que se iniciou com o:

"Senador Ponce caminhava tranqüilamente pela 'rua de Baixo' (...) quando de inopino, Ramon lhe assaca grave ofensa moral (...) Ponce, homem de luta, que nunca soube o que era covardia, revida (...) É o que Ramon queria (...) Investe (...) Ambos, então, se atacam e quando Ramon sacou de um revólver Ponce lhe arrebatou a arma (...) O 'gringo', covarde agressor, rapidamente se homisia em uma casa comercial próxima (...) A notícia se espalha (...) em poucos momentos, chegam os amigos. Procura-se o criminoso (...) A esse tempo comparece a Polícia. Forçam-se as portas do botequim, esconderijo de Ramon (...) que é arrastado para a rua ao mesmo tempo que vai recebendo golpes - cacetadas, ponta-pés, tiros (...) Ramon já é cadáver (...) A Polícia estimulou o linchamento e dele participara. Era preciso evitar que Ramon revelasse os nomes dos mandantes (...) Ramon Jackwisk engajara na célebre 'Legião Campos Sales' comandada por Totó Paes. Só esse fato já o recomendaria como elemento capaz de qualquer delito. Aliás já cometera crime de morte e comandara uma escolta não para prender mas para matar Ponce que, por medida de segurança, se afastara da cidade"<sup>16</sup>.

Essa perseguição, também, atingiu a família Ponce. Totó Paes a obrigou a se refugiar no Pantanal durante vinte e sete dias; enquanto o Coronel Ponce era forçado a exilar-se no Paraguai - local onde, posteriormente, reencontrou seus familiares que foram salvos por dois oficiais do exército.

Em Assunção, no Paraguai, o Coronel Ponce fundara com Antônio Corrêa da Costa o jornal *Reação*, no qual denunciaram os crimes praticados por Totó Paes em Mato Grosso. Exilado até 1903, retorna data à terra natal a fim de refazer sua vida comercial (encontrava-se no governo regional Totó Paes), pois havia perdido grande parte de seu patrimônio devido as perseguições políticas que sofreu. Sua casa comercial de Diamantino fora saqueada e incendiada e a de Corumbá, vendida.

Com sua capacidade de trabalho, em pouco tempo, não só recuperou o que tinha perdido, como duplicou sua fortuna. Seu patrimônio foi avaliado, em 1906, em três mil e setecentos contos de réis - uma verdadeira fortuna para época.

<sup>16</sup> Apud. BARROS, João M. de. *Períodos Conturbados da política mato-grossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1985, p. 53, 114.

Mas ele não se preocupara apenas com sua fortuna. Mato Grosso e sua gente tomavam à frente todo o seu dedicado esforço na vida pública. O político não tinha sido absorvido pelo comerciante, ainda lhe dominava por completo. Como grande força de equilíbrio e de ordem, diante da candidatura de Totó Paes ao governo do Estado, à sua revelia, os Murtinhos puseram-se a procurá-lo, numa aproximação que culminou com a formação da Coligação Mato-grossense - organizada para combater os atos de Totó Paes. À qual se juntaram antigos inimigos políticos: Joaquim Murtinho, Generoso Ponce Pedro Celestino e outros. Sobre a formação dessa coligação, eis o que comentou Pedro Celestino<sup>16</sup>:

"Essa Coligação, porém, não representava solidariedade política, eu (Pedro Celestino) estava então livre e disposto a unir-me a qualquer grupo, que pudesse com eficácia combater os animadores da instituição republicana, da fortuna pública entre nós, de nosso crédito. Foi nessa época que se organizou o grande partido da coligação, obedecendo o meu concurso à condição de exclusão de qualquer acordo com o Coronel Antônio Paes, desde que ele continuasse à testa do governo ou do partido que governasse".

Em pouco tempo, a Coligação Mato-grossense conseguiu prestígio e apoio popular, possibilitando-lhe, nas disputas eleitorais, a obtenção de significativas vitórias sobre Totó Paes. Nas eleições de 1906 - para a renovação da bancada de deputados federais e de um terço do Senado - por exemplo, foram eleitos o Senador Azeredo e os deputados Serzedelo Corrêa, Joaquim Augusto da Costa Marques e Benedito Cipriano de Souza (Dr. Bené). Todos pela Coligação que, ainda, arregimentou homens para formação de suas forças armadas destinadas para por fim a prepotência do então governador. Dos principais centros do Estado, eram mobilizados tropas armadas. Do Norte, Pedro Celestino trouxe numerosos grupos; de Corumbá, parte a Divisão Naval Libertadora, composta de 500 homens. Não demorou muito para Cuiabá ficar sitiada. Pressentindo sua própria derrota, Totó Paes abandonou o Palácio do Governo, refugiando-se no Coxipó do Ouro - numa fábrica de pólvora, onde foi morto, em 6 de julho de 1906.

À frente das forças da Coligação, o Coronel Ponce<sup>17</sup> afirmou:

"Patriotas, com o epílogo e morte (de Totó Paes) ficou encerrado o ciclo de depotismo selvagem a que esteve sujeito por tão longo período o nosso Estado ..."

Com a morte de Totó Paes, Pedro Leite Osório, na condição de 1º Vice-presidente, assumiu a chefia da administração estadual, completando o período governamental.

<sup>16</sup> Apud. CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pedro Celestino**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945, p. 107.

<sup>17</sup> Apud. PONCE FILHO, Generoso. op. cit., p. 421.

Novamente, à frente de um movimento vitorioso, o Coronel Ponce não se apropriou do poder. Aceitou a sucessão legal, demonstrando um profundo respeito a ordem constitucional. Por isso, foi eleito mais uma vez presidente da Assembléia Legislativa, pois exercia o cargo de deputado estadual desde novembro de 1905. Gozava de grande prestígio político. O que garantiu sua eleição para o governo de Mato Grosso, no dia 1º de março de 1907. Sua posse ocorreu a 15 de agosto de 1907. Revestido deste cargo, ele procurou não só atender as exigências essenciais da região, mas trabalhou para melhorar a saúde econômica mato-grossense. O Estado atravessava uma grave crise econômica, conforme o próprio governador admitia:

"(...) as previsões de orçamento da receita para o corrente exercício não serão provavelmente atingidas, devido a grande diminuição da arrecadação do imposto de exportação da borracha, principal fator de venda do estado. Este importante produto da nossa indústria extrativa, tendo ficado sem cotação nos centros de consumo, terá este ano uma caída medíocre porque inferior será também a sua produção, pelo desalento em que por aquele fato se encontram os extratores (...) Do outro lado despesas extraordinárias e imprevistas vieram onerar ainda mais os cofres públicos, como sejam as do transporte e sustento da força expedicionária e os contingentes de cidadãos que operaram no sul do Estado para o restabelecimento de ordem ali alterada ..." <sup>18</sup>

Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa do Estado de Mato Grosso  
1895-1908

Anos	Receita	Despesa
1895	615:710\$388	668:789\$205
1899	1:120.727\$544	1.471:165\$010
1900	1.432:849\$009	1.437:146\$872
1901	1.258:196\$228	3.591:437\$664
1902	1.390:992\$805	1.588:546\$078
1905	2.038:981\$579	2.084:406\$035
1908	2.402:269\$178	2.942:151\$813

Fontes: Mensagem do Coronel Antônio Paes de Barros enviada à Assembléia Legislativa, na 3ª sessão ordinária de sua 6ª legislatura, instalada à 4 de março de 1905; Mensagens apresentadas pelo Coronel Pedro Leite Osório - 1º Vice-presidente - à Assembléia Legislativa, em 13 de maio de 1907 e em 13 de maio de 1910.

Nota-se no quadro acima que as despesas verificadas foram superiores às receitas, ocasionando os déficits. A soma total dos déficits foi de 3.488:015\$946

<sup>18</sup> MENSAGEM dirigida pelo Exmo. Sr. Coronel Generoso Leme de Souza Ponce à Assembléia Legislativa, na 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura, em 13 de maio de 1908.

réis, obrigando o Estado a contrair elevados empréstimos.

Vale ressaltar, no entanto, que o Coronel Ponce realizou uma ótima administração. Preocupou-se em aprimorar o aparelho arrecadador estadual para controlar a renda proveniente do imposto de exportação da borracha cuja evasão era enorme. A borracha era a principal fonte de renda de Mato Grosso. Além disso, ele procurou melhorar as condições de navegabilidade do rio Cuiabá, incentivou o plantio de seringueiras, acelerou o processo de colonização, estimulou a exploração das minas do Urucum, desenvolveu projetos de estradas de ferro: de Porto Murtinho ao rio Brillhante, de Cuiabá até a confluência dos rios Juruena e Arinos, do rio Jaurú ao rio Guaporé - ligando às bacias Amazônia e Platina - de Gi-Paraná ao rio Tapajós. Enfim, preocupou-se com os interesses de Mato Grosso e seu povo.

Em função da eficácia de suas medidas, a renda dos produtos de exportação aumentou consideravelmente, conforme demonstra o quadro abaixo:

Produtos	1904	1907	1908
Mate	250.012\$277	250.000\$000	290.000\$000
Ipecacuanha	11.071\$606	17.763\$400	19.763\$400
Couros	-	69.516\$440	63.195\$595
Gado	38.356\$000	84.335\$000	49.113\$000
Borracha	370.851\$736	886.045\$288	1.190.372\$692

Fontes: Mensagem do Dr. Antônio Paes de Barros enviada à Assembléia Legislativa, na 3ª sessão ordinária de sua 6ª legislatura, instalada em 4 de março de 1905; Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo Exmo. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente do Estado de Mato Grosso, ao instalar-se a 1ª sessão da nona legislatura, em 13 de maio de 1912.

O governo Ponce foi caracterizado, sobretudo, pela concórdia e pela garantia de todos os direitos. Os sem-terras, pela primeira vez, foram respeitados e ajudados no Estado. com a Lei 488, de 8 de outubro de 1907, reconhecia aos sem-terras o direito às terras.

O Coronel Ponce não freqüentou uma academia, mas preocupou-se muitíssimo com a instrução pública. defendeu a construção de escolas em áreas rurais. Eis um trecho de uma de suas mensagens que tratava sobre a instrução pública<sup>19</sup>:

"É este um dos ramos da administração que mais se impõem ao vosso cuidado e solícitude, pela absoluta dependência que dele tem o futuro dos povos.

<sup>19</sup> Apud. PONCE FILHO, Generoso. op. cit., p. 495.

Promover, portanto, o seu melhoramento progressivo, a sua propagação a todos os que carecem desse pão do espírito, tão necessário à vida moral, como o é para a física o pão material, é dever rigoroso de todo governo que se compenetrar de sua alta missão e graves responsabilidades.

Por isso, quaisquer sacrifícios feitos em benefício da cultura intelectual do povo, pode-se dizer que são o germem do seu engrandecimento e felicidade ..."

O grande administrador, porém, fora derrotado pela doença que o obrigou a renunciar em outubro de 1908. Permanecera, apenas, catorze meses no cargo. Em seu lugar, assumiu o Coronel Pedro Celestino, vice-presidente.

Deixou o cargo de governador, mas não a política partidária. Continuava envolvido com ela. Por isso, em 1909, a população exigiu do Partido da Coligação que o indicasse como candidato ao Senado. O que não fora aceito, pois os Murtinhos preferiam a reeleição de José Maria Metelo que não tinha força política. Para evitar a dissidência política, o Coronel Ponce desistira de sua candidatura à senatoria em favor de Metelo. Ele teve o supremo gesto de abnegação. Seu nome, então, foi lançado para deputado federal nas eleições de 30 de janeiro de 1909, nas quais saiu-se vencedor.

Na Câmara Federal, foi novamente o defensor combativo dos interesses mato-grossenses. A doença esgotava sua saúde, mas ele não ficava alheio às necessidades do Estado. Apresentou projetos de lei de vital importância para a região, como foi o caso daquele que suspendia por três anos a lei cabotagem de modo a permitir facilidades para o transporte de mercadorias para as terras mato-grossenses. Esse espírito combativo, no entanto, foi vencido pela morte. No dia 7 de novembro de 1911, esse líder político regional faleceu. Mato Grosso e sua população perderam um grande batalhador que, mesmo doente, não deixou de dedicar amor e trabalho à terra mato-grossense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a preparação deste livro, teve-se a feliz sensação de que o velho condutor de homens, Generoso Ponce, seguia todos os seus passos, conduzindo-o em todas as questões tratadas ao longo de suas páginas.

Por várias vezes, tomou-se o rumo da velha casa da antiga rua do Campo, buscando respirar o clima de coisas idas e vividas. Ali e nos livros pesquisados, os fatos foram revolvidos, bem como as pessoas que construíram a história de Mato Grosso. O momento foi de unção, onde a realidade passava a se confundir e os dados objetivos se embaralhavam e se esmaeciam. O Coronel Ponce mergulhava num contexto que superava o plano material e atingia a transcendência do realismo fantástico.

Na imaginação do pesquisador - como produto de tudo que fora investigado - como num passe de mágica, o ambiente da antiga rua do Campo se transmutava: as árvores existentes na época se agitavam, ganhando formas humanas e ilusão de movimento. Tudo parecia vagamente familiar. Estavam todos ali: revolucionários ardentes, políticos eloqüentes, conspiradores esquivos. A imensa legião dos que foram a favor ou contra se perfilava ante o condutor de homens que, por sua vez, postado serenamente, estendia a mão a todos, inclusive aos inimigos, sem perder a compostura. Não foram poucas as vezes que o Coronel Ponce estendera as mãos aos inimigos. Grande gesto!!! Em 1903, o grande líder recebeu bem os Murtinhos, esquecendo-se dos desentendimentos de 1899. Prova de que há comportamentos maiores na política brasileira.

O povo, nos dias de hoje, precisa desses exemplo.

Generoso Ponce é um exemplo aos mato-grossenses. Sua vida foi um paradigma de virtudes cívicas e de devotamento aos interesses de Mato Grosso. A legenda de "representação e justiça" sempre foi a sua bandeira. No seu peito, sempre bateu um coração mato-grossense e libertador. Ele teve três paixões na vida, a saber: o Estado natal, a política e a família. Lutou por todas com bravura e devoção.

A derradeira imagem de alucinação que se apresenta é a de um homem magro, mais moreno, de cabeleira grisalha e de cavaignac curto, embranquecido, que ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados para defender os interesses de Mato Grosso. a enfermidade destruíra seu corpo, mas não o impedira de sair em defesa de seu Estado contra o menosprezo da administração do Lloyd Brasileiro, em 1911. A enfermidade minou suas últimas forças. O mal progredira, levando-o a morte a 7 de novembro de 1911. Certamente, Mato Grosso "chorou" a dor pela perda irreparável de um de seus ilustres filhos, combativo e lutador, cujo nome se ligou para sempre a história de liberdade e do Estado - tornando-se, assim, imortal.

Na imaginação processou-se, ainda, uma transferência: tudo que o Coronel Ponce fora, ao longo de uma vida, exauriu-se e ganhou outra dimensão - a do passado. Um passado que não pode morrer.

Todos os mato-grossenses - de nascimento ou por adoção - precisam resgatar a história regional, reverenciar o Coronel Ponce. O seu papel na história mato-grossense carece ser conhecido, registrado e transmitido. Conviver-se com a história é uma questão de mera sensibilidade.

## BIBLIOGRAFIA

### 1 - Jornais:

A Gazeta. Cuiabá, 1889. Cuiabá, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

O Liberal. Cuiabá, 1876. Cuiabá, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

A Província de Mato Grosso. Cuiabá, 1881, 1885. Cuiabá, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

O Republicano. Cuiabá, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

## 2 - Revista:

CORRÊA FILHO, Virgílio. A república em Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, t. XXIX e XXX, p. 45-70, 1933.

## 3 - Documentos Oficiais:

MATO GROSSO. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo 1º Vice-presidente, Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce, em 1º de junho de 1892. Cuiabá, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

MATO GROSSO. Mensagem do Dr. Antônio Paes de Barros enviada à Assembléia Legislativa, na 3ª sessão ordinária de sua 6ª legislatura, instalada em 4 de março de 1905

MATO GROSSO. Mensagens apresentadas pelo Coronel Pedro Leite Osório - 1º Vice-presidente - à Assembléia Legislativa, em 13 de maio de 1907.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida pelo Exmo. Sr. Coronel Generoso Leme de Souza Ponce à Assembléia Legislativa, na 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura, em 13 de maio de 1908.

MATO GROSSO. Mensagens apresentadas pelo Coronel Pedro Leite Osório - 1º Vice-presidente - à Assembléia Legislativa, e em 13 de maio de 1910.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo Exmo. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente do Estado de Mato Grosso, ao instalar-se a 1ª sessão da nona legislatura, em 13 de maio de 1912.

## 4 - Livros e Teses:

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre - 1850 a 1888**. Brasília: Ministério da Fazenda/Departamento de Administração, 1984.

BARROS, João Moreira. **Cuiabá e o seu passado**. São Paulo: Resenha Tributária, 1982.

\_\_\_\_\_. **Períodos conturbados da política mato-grossense**. São Paulo: Resenha Tributária, 1985.

CASALACHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista - 1889 a 1926**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL, 1969.

\_\_\_\_\_. **Pedro Celestino**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945.

\_\_\_\_\_. **Joaquim Murтинho**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de**

**Mato Grosso - 1870 a 1920.** São Paulo, 1980, 200 p. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo.

CORRÊA, Valmir B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso - 1889 a 1943.** São Paulo, 1981, 200 p. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo.

LEAL, Joaquim Ponce. **Os homens e as armas: notícias de um ciclo revolucionário.** Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1980.

LINHARES, Temistocles. **História econômica do mate.** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1969.

MENDONÇA, Estevão de. **Datas mato-grossenses.** Goiania: Rio Bonito, 1973, v. 1 e 2.

MENDONÇA, Rubens de. **História das revoluções em Mato Grosso.** Goiania: Rio Bonito, 1970.

PONCE FILHO, Generoso. **Generoso Ponce, um chefe.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

\_\_\_\_\_. **O menino que era eu - memórias.** Rio de Janeiro: Lançadeira, 1967.

POMER, Léon. **A guerra do Paraguai: a tragédia rio-platense.** São Paulo: Global, 1980.

PÓVOAS, Nilo. **Galeria dos varões dos ilustres de Mato Grosso.** Cuiabá: Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978, v. 2.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820.** São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979.

SOUZA, Antônio Fernandes de. **Antônio Paes de Barros (Totó Paes) e a política de Mato Grosso.** São Paulo: Cinelândia, 1958.

# O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NO NORTE DE MATO GROSSO: EFEITOS REGIONAIS E TERRITORIAIS

Tereza Cristina de Souza Higa - Adenilce Ferreira de Oliveira\*\*  
Eledir C. Martins\*\* - Jandyra Luz Teixeira\*\* - Ronei Coelho de Lima\*\* -  
Selma Vilela Borges Gonçalves\*\* - Vera Hiroko Okazaki Vieira\*\*

## RESUMO

A compreensão dos efeitos regionais e territoriais, decorrentes da organização sócio-espacial produzida no norte mato-grossense pela implantação do processo de colonização, foi o objetivo geral que norteou este estudo. Para tanto foram necessários identificar as concepções teóricas metodológicas que influenciaram na regionalização e discutir o papel das políticas públicas e seus efeitos na produção desse espaço, enfatizando-se o município de Sinop como resultado deste processo.

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, frente ao processo de expansão do capital industrial e ao aprofundamento da ideologia de Integração Nacional, o governo brasileiro decide ocupar, de forma produtiva, as regiões Centro-Oeste e Norte do país. A compreensão dos efeitos regionais e territoriais, decorrentes da organização sócio-espacial produzida na área norte mato-grossense, pela implantação do processo de colonização, foi o objetivo deste estudo. Assim, procurou-se identificar as concepções teórico-metodológicas que influenciaram esta regionalização, bem como discutir o papel das políticas públicas e seus efeitos na produção deste espaço, com ênfase para o município de Sinop. O modelo desenvolvimentista adotado seguiu a lógica capitalista, tendo transformado esta região em um dinâmico espaço de reprodução do capital, sem a preocupação com os danos sócio-ambientais provocados pelo processo. Sob o olhar da Geografia, o trabalho, dividido em temáticas, teve a preocupação de entendimento das concepções teóricas que fundamentaram os programas governamentais implantados. A dialética foi o método utilizado para embasar as discussões sobre as contradições geradas neste processo de colonização, considerando-se que num mesmo espaço ocorreram interesses ambíguos: de um lado, grupos capitalistas

\* Professora, doutora, do Departamento de Geografia ICHS UFMT.

\*\* Mestrandos em Geografia. Departamento de geografia ICHS - UFMT

que “fizeram” o norte de Mato Grosso e, do outro, migrantes com pouco ou nenhum capital. Sob a ótica do positivismo e do neopositivismo, os programas de desenvolvimento foram planejados e implantados pelas políticas públicas, comprometidas com o capital monopolista internacional, justificando a inserção de Mato Grosso no contexto “global”. A reprodução do capital contribuiu, ainda, para o surgimento de inúmeras unidades administrativas, pois Mato Grosso, que em 1977 contava com 38 municípios, passou a constituir-se de 142 municípios em 2002. Dentre estes municípios destaca-se Sinop, situado ao norte do Estado, cuja sede é considerada cidade pólo de grande importância econômica regional, porém, permeada de problemas sócio-ambientais, alguns deles gestados na implantação da cidade. Neste trabalho, foram ainda discutidos os reflexos positivos e negativos decorrentes do processo de colonização, identificando os “verdadeiros” efeitos surgidos do programa desenvolvimentista brasileiro, criado no seio da ideologia do “Brasil Grande”.

### **A organização sócio-espacial do Norte de Mato Grosso na perspectiva teórico-metodológico da Geografia**

Nas décadas de 1950/60, período em que a Europa e o Japão viviam a reestruturação pós Segunda Guerra Mundial, a América Latina e o Brasil, estavam sob o domínio da ditadura militar sofrendo maciça intervenção do Estado na adoção, execução e condução das políticas públicas, seguindo uma visão positivista fundamentadas em filósofos da geopolítica de cunho determinista como Ratzel, segundo a qual os grupos sociais devem estar tutelados pelo Estado, exaltando o território e seus recursos naturais como vitais para a sua estruturação e equilíbrio da sociedade.

A esse respeito, Ratzel considera que:

[...] o homem procura ampliar seu território à custa dos vizinhos. Partindo da idéia de que as condições naturais condicionam as formas de vida, chegou à conclusão de que os agrupamentos humanos quando se vêem em face de um território limitado, buscam ampliar seu espaço de vida, mesmo em detrimento de seus vizinhos (Lencione, 2003:83).

A esse respeito, Souza-Higa (2001:69), argumenta que no determinismo geográfico, uma vertente do positivismo, as idéias de Ratzel foram empobrecidas em suas formulações originais, referentes às influências da natureza sobre a sociedade, tendo sido desvirtuadas e radicalizadas, por seus seguidores, pois enquanto na geopolítica Ratzel desenvolveu idéias de expansionismo, muitos de seus seguidores desenvolveram teorias e técnicas que viabilizaram o imperialismo.

Segundo Costa (1991), enfocando a trajetória geopolítica brasileira, no início da década de 1950, foi o General Golbery do Couto e Silva o mentor intelectual do projeto de implantação de programas de desenvolvimento do país,

os quais tiveram por objetivos a integração dos “espaços vazios” como eram considerados a Amazônia e o Centro-Oeste do Brasil - através de Políticas Públicas, orientadas pelo governo federal para a entrada do capital internacional no país; aliviar as tensões sociais no campo, do Nordeste (zona de expulsão) e do Sul, (os pequenos produtores vendiam suas propriedades para adquirir maior área de terras no norte); e, ainda, aliviar a pressão urbana no Sudeste.

Pautados no tripé, observação/experimentação/dedução, - que são princípios básicos do positivismo lógico (neopositivismo), enfocando o racionalismo com a nova roupagem dos avanços tecnológicos e de planejamento, dos diagnósticos para se chegar aos prognósticos, - foram elaborados vários programas para a implantação do modelo capitalista de integração ao mercado internacional em prol do “progresso” da grande nação, cuja forte conotação nacionalista deveria fortalecer o binômio segurança, do ponto de vista de fortalecimento do domínio de território, impedindo a “internacionalização” da Amazônia, e seu provável “desenvolvimento”, conforme proposto pelos programas desenvolvimentistas.

Em contraposição à idéia que os estrategistas tinham sobre a região amazônica, é preciso lembrar que o diagnóstico “vazio” representava na verdade, espaço de baixa densidade demográfica, ocupado por populações indígenas, garimpeiros e seringueiros dispersos na floresta, que não foram considerados peças importantes na visão neopositivista adotada naquele momento.

O embrião da reorganização sócio-espacial foi à transferência da capital do país para o interior (Gonçalves, 1995). Nesse sentido, Brasília, cuja construção foi concluída em 1960, passa a ser o ponto de afirmação da geopolítica brasileira e a associação do estado da burguesia nacional e internacional neste modelo de desenvolvimento de caráter “modernizante”, se expressa no “slogan” adotado pelo governo de Juscelino Kubstichek “50 anos em 5”.

Para a implantação deste processo de “construção de uma região” - aqui entendida como sendo o conjunto de relações sócio-político-econômicas, nas décadas de 1960/70, definiu-se uma política de transportes calcada no modal rodoviário com a abertura de rodovias que interligavam o Centro-Oeste e a Amazônia ao restante do Brasil, através das BR - Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém, que contribuíram para o estabelecimento dos fluxos, conectados às redes, compondo a espinha dorsal de integração do território brasileiro. Estas políticas vieram ao encontro dos interesses do capital, ligado ao setor automobilístico (peças) e das grandes construtoras do setor rodoviário. Dentro da visão lablachiana, vertente possibilista do positivismo, na qual o homem tem possibilidade de modificar a natureza e produzi-la de forma a melhorar a vida em sociedade, neste espaço produzido/reproduzido no contexto da “Marcha para o Oeste”, do Plano de Metas do governo federal, a Amazônia e o Centro-Oeste foram considerados territórios chaves no processo de

ocupação/colonização, numa postura que reproduziu os ideais do Estado mas não responde à ânsia de melhoria das condições de vida dos migrantes de várias partes do país. A realidade mostra que, de maneira geral, os projetos implantados alcançaram os objetivos propostos ao atenderem os interesses das grandes empresas ali instaladas.

Os problemas sociais se exacerbam na medida do avanço da lógica de exploração, cujo ritmo cresce com a evolução das técnicas de produção e ainda com o estabelecimento de mercados consumidores internacionais, como é o caso da exportação de madeiras nobres e do cultivo da soja.

No decorrer da década de 1970, passa a concretizar-se o processo ocupação/colonização para transformação do espaço amazônico, viabilizado pelo Programa de Integração Nacional PIN, dirigido à Amazônia e ao Nordeste. Para tanto, foram necessárias a execução de programas como PROTERRA, POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE, dentre outros, cujos objetivos principais foram ocupar os espaços “vazios”, promover a colonização pública e privada, incentivar as atividades agropecuárias, agroindustriais e agro-minerais, subsidiadas pela SUDAM, SUDECO e INCRA, através de financiamentos liberados pelo Banco do Brasil e Banco da Amazônia.

Entretanto, o que deveria ser “integrado”, na visão neopositivista dos idealizadores destes programas, apresentou uma série de equívocos decorrentes da implantação dos mesmos, não obtendo resultados satisfatórios dentro das expectativas das políticas do governo federal.

A estrutura de execução projetada pelo PIN criou as condições necessárias, principalmente na questão do transporte, criando-se redes para o estabelecimento de fluxos, proporcionando aos grandes grupos econômicos a instalação e promoção das transformações em atendimento aos seus interesses particulares, entretanto, foram gerados neste processo de ocupação/reprodução do espaço da Amazônia, graves problemas de ordem sócio-ambiental, entre outros fatores.

### **A dinâmica da ocupação do espaço norte mato-grossense sob a força do capital: o contexto de regionalização**

O espaço norte mato-grossense está inserido na área da Amazônia Legal, por isso, não pode ser visto dissociado do processo de ocupação da Amazônia. Nesse contexto, esta região, dentre outras, constituiu-se em “paraíso” para as colonizadoras privadas favorecidas pela concessão de créditos para financiamento e compra de terras, objetivando sua especulação.

Os órgãos federais foram fundamentais na ocupação do espaço norte mato-grossense. Para a SUDAM, coube selecionar áreas de atração para

investimentos nacionais e internacionais. Segundo Moreno (1996/1997), coube ao Departamento de Terras e Colonização/DTC, criado na década de 1940, extinto em 1966, e substituído pelo Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso/INTERMAT, e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, viabilizar a distribuição de grandes áreas de terras devolutas, que demandaram ações fundiárias quanto à regularização fundiária (através da reforma agrária), de colonização oficial e particular, e de alienação de terras públicas (contrato de compra e venda por meio de licitação).

Souza (2001:93), elucida que a colonização oficial foi pouco representativa em Mato Grosso se comparada com a atuação das colonizadoras particulares, porém a presença de órgãos públicos como SUDAM e SUDECO, fora decisiva para a implantação e desenvolvimento dos projetos de colonização de natureza particular. A SUDECO implantou nesta área, estrutura rodoviária tanto para garantir acesso aos migrantes como para escoamento das safras agrícolas e também infra-estrutura social (energia, saneamento básico, hospitais entre outros), selando assim o compromisso do estado com o empresariado e dificultando o assentamento do homem carente no campo.

A inserção do estado de Mato Grosso, a partir das décadas de 1960/70, em um novo contexto geográfico, no qual a expansão do capital provocou mudanças radicais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, constituiu novas regionalizações, nas quais, espaços de economia, tradicionalmente baseados na atividade de extrativismo vegetal e/ou mineral, pecuário extensivo e territórios indígenas, sofreram transformações radicais.

Constituíram-se novas territorialidades, a partir de práticas e idéias introduzidas pela intensa migração de sulistas capitalizados - pela venda de suas propriedades no Sul, e no sonho de aquisição de terras em maior quantidade - e de migrantes, do Sudeste e Nordeste, ligados às atividades agrárias e/ou urbanas.

A formação das pequenas e grandes propriedades agrícolas implantadas no início da colonização revelou um caráter altamente agressivo e predatório em relação aos recursos naturais, assim como desconsiderou a população que habitava a extensa região, principalmente os povos indígenas que sofreram pressão da política integracionista sob o avanço do capitalismo sobre seu território (espaço de uso), refletindo na perda da qualidade ambiental que é vital para a sua sustentabilidade, visto que sua relação com a natureza é traduzida pela interação e dependência da mesma.

Hébette (1991), ao analisar a violência sofrida pelos índios, afirma que “o grande capital penetrou nas áreas indígenas, cortou as reservas, lavrou o subsolo, alagou aldeias; a cultura tradicional dos índios foi ferida, e sua liberdade ancestral ameaçada”, o que pode ser comprovado na afirmação de José de Souza Martins quando referencia sobre “[...] a chegada do estrangeiro. Do outro que vem sem ter sido desejado, convidado, acolhido; que não se ofereceu à um processo de

amansamento, mas como estranho se engravou” (Martins apud In Hébette, 1991). O processo de demarcação de terras também foi atingido pelo sistema econômico vigente, registrando-se grande morosidade na regularização das terras diante dos interesses contraditórios em relação a estas áreas, culminando assim, por privilegiar grupos capitalistas, em detrimento do amparo legal da FUNAI, órgão responsável pela defesa dos assuntos indígenas.

Neste contexto, Mato Grosso é fruto das políticas de integração federal, e os slogans utilizados pelo governo para explicar os planos determinados aqui, tais como “conhecer para intervir”, “integrar para não entregar”, demonstram que a filosofia que embasava o governo estava pautada no neopositivismo, no qual regionalizar era sinônimo de quantificar, seja a quantidade de quilômetros quadrados abertos no cerrado e na floresta, seja no número de famílias assentadas. O critério adotado era a funcionalidade do espaço físico segundo o interesse do planejador, ou seja, os programas eram definidos de acordo com as áreas onde o investimento de capital teria retorno mais rápido.

A expansão capitalista afetou gêneros de vida, transformou paisagens, deu esperanças de melhoria nas condições de vida a curto e médio prazo aos migrantes, pois consideravam o subdesenvolvimento como uma etapa necessária a ser superada em pouco tempo através da implantação de pólos de desenvolvimento.

Neste sentido, a criação de cidades pólos, a partir de programas de governo, permitiria o acesso e instalação das pessoas. A cidade de Sinop, que foi maciçamente financiada pelo capital estatal, é um exemplo de pólo irradiador, cuja área de influência se estende muito além de seus limites políticos. Assim podemos dizer que, sob a ótica neopositivista ali se estabeleceu uma região, na perspectiva da geografia ativa. E na divisão política da área de Mato Grosso temos aí estabelecido uma micro região homogênea.

### **Sinop: reflexo da dinâmica de ocupação sócio-espacial**

Em 1971, a Colonizadora Sinop (Sociedade Imobiliária do Nordeste do Paraná), adquiriu uma extensa área no norte de Mato Grosso e, no ano seguinte, deram início às atividades de construção do Núcleo Colonial Celeste, mais tarde denominado Gleba Celeste, com cerca de 645.000 hectares de terras. A área desta gleba foi recortada em lotes de diversos tamanhos e comercializada no Sul do país para colonos que sofriam com a crise do café ou mesmo com a expropriação de suas terras.

A cidade de Sinop foi construída às margens da BR 163 e por estar situada estrategicamente às margens desta rodovia, investiu-se na ampliação de suas redes e fluxos, que contribuíram para acelerar o seu desenvolvimento, tornando-a um

pólo do norte mato-grossense, que passa a concentrar as principais atividades comerciais, industriais e de serviços.

De acordo com Moreno (1998/1999), o desenho espacial dos núcleos habitacionais construídos em Sinop seguia o padrão de “urbanismo rural” organizado da seguinte forma:

\* Rurópolis: centro maior (Sinop);

\* Agrópolis: centros menores (Vera, Santa Carmem e Cláudia);

\* Agrovilas: centros rurais.

Cidades como Sinop, a exemplo das demais cidades pólos resultantes do processo de colonização, embora sejam colocadas pelos idealizadores desta política como indicador do sucesso das colonizações, são permeadas por problemas sócio-ambientais, alguns já gestados na implantação da cidade, como Sinop que está localizada numa área de pouca declividade e de lençol freático aflorante, o que se torna um problema para o sistema de drenagem da cidade e de saneamento básico em geral.

Com relação ao processo econômico, calcado inicialmente em atividade predatória e temporária através da exploração da madeira, resultou em um grande contingente de mão-de-obra disponível, cuja única atividade possível são as geradas pelo setor terciário, resultando em grande mobilidade da população em direção a outras localidades.

Quanto aos lotes comercializados pela colonizadora Sinop, no Sul do Brasil, por serem de baixos preços, serviram de atrativos para uma grande quantidade de colonos, principalmente paranaenses. Assim, as primeiras famílias chegaram a Sinop no ano de 1972, incentivados pela COMICEL (Cooperativa Mista Celeste), vislumbrando a produção cafeeira na nova fronteira agrícola. Porém, devido à baixa produtividade, a produção cafeeira se tornou um grande fracasso, desestabilizando a grande maioria dos colonos. Alguns prosseguiram rumo a novos projetos de colonização, enquanto que outros, descapitalizados, foram socorridos pela cooperativa que concedeu-lhes empréstimos, além da atuação da EMATER que tentou implantar um programa voltado para a produção da borracha (PROBOR). A colonizadora, porém, não se interessou pela proposta, pois vislumbrava os incentivos fiscais do PROÁLCOOL, e a venda direta de terras, gerando uma maior renda.

O programa de álcool, obtido a partir da mandioca, fracassou por uma série de fatores comerciais e estruturais, principalmente a estrutura viária, pois a BR 163 tornava-se intransitável no período das chuvas.

Verifica-se que políticas nacionais estavam em confluência, uma vez que o subsídio estatal destinado à construção da usina de Sinop, vinha ao encontro da expansão da produção de álcool, fomentada pelo PROÁLCOOL, que neste período contava com o crescimento do consumo de álcool combustível que se verificava no Brasil em decorrência do programa brasileiro que buscava a sua auto-suficiência neste setor, numa conjuntura de “crise do petróleo”.

A produção da mandioca deu sustentação à reprodução do sistema produtivo implantado. A propaganda de que os pequenos produtores teriam escoamento garantido para a sua produção era, nada mais que um interesse comercial na busca de mão de obra para as propriedades de Sinop e seus arredores. A produção, que se previa, atenderia a um mercado crescente que, desta forma, alargaria as fronteiras comerciais desta região com a demanda pelo álcool que sustentava a reprodução deste processo econômico. Esta produção teria um caráter extra-regional, uma vez que atenderia, principalmente, o mercado nacional.

Sobre esta influência econômica na definição do espaço local aqui representado pelo caso de Sinop, comenta Souza-Higa (2001: 269):

*O espaço local é, portanto, produzido para o regional, o qual não se configura com limites e extensão precisos. A região vista nesta perspectiva não apresenta uma dimensão rígida; seus limites são traçados a cada momento pelos fluxos econômicos estabelecidos e modificados em função de interesses comerciais mais lucrativos.*

Neste contexto, a derrocada do empreendimento econômico de Sinop aqui confirmado pela questão da produção de mandioca e a inoperância da usina de álcool levou o mercado a se voltar principalmente para o setor madeireiro, que, por sua vez, estabelece relações comerciais cada vez mais distantes, inclusive em termo internacionais com a comercialização de madeiras nobres.

O espaço urbano de Sinop, vinte anos após o início das atividades da colonizadora, em 1972, representa importante pólo na economia regional. A cidade firmou-se como prestadora de bens e serviços no setor da educação e consolidando-se no ensino superior através da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Os setores industrial e agrícola estão em amplo crescimento, haja vista a diversidade de indústrias que irão agregar valores aos produtos regionais. Entretanto, essa aparente qualidade de vida, trouxe inúmeros problemas sócio-ambientais tais como: saneamento básico insuficiente, disposição inadequada e queima de resíduos de madeira, dentre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando da divisão estadual, em 1977, Mato Grosso ficou com 38 municípios. Em 2000, já contava com 142 municípios. Essa ampliação quantitativa de unidades territoriais a partir da emancipação de municípios desmembrados de unidades maiores, resultou do acelerado crescimento urbano produzido pelo processo de colonização em todo o estado, sendo o norte de grande importância neste estudo para a compreensão dos efeitos territoriais.

As transformações territoriais produzidas pela fronteira agrícola reproduziu espaços, desterritorializou, territorializou e reterritorializou e desenvolveu especificidades regionais na área Amazônica desconsiderando as populações locais e as questões ambientais, privilegiando o grande capital.

No processo de colonização analisado, considerou-se de cunho positivista, o modelo adotado tanto na elaboração quanto na implantação dos projetos e programas definido pelas políticas públicas. Contudo, no decorrer do processo, novos projetos e programas foram sendo elaborados sob uma visão neopositivista embasado pelo incremento de novas tecnologias. Os aspectos identificados sob o ponto de vista da interpretação oficial são positivos, pois a região norte de Mato Grosso vem apresentando elevação continuada de crescimento econômico, inclusive, pelo quarto ano consecutivo, o Estado é considerado o primeiro produtor de grãos de soja do país. É notável também o incremento do número de municípios e a diversificação de cultura.

O processo de produção da micro-região de Sinop, a exemplo de outras regiões do estado, produziu riquezas em detrimento de grande perda ambiental, paradoxalmente, também reproduziu a pobreza, transferindo problemas sociais de outras regiões do Brasil através da lógica do sistema econômico, que, no contexto do universo virtual, reproduz com maior velocidade as divergências do sistema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.
- HÉBETTE, Jean. (org.). **O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.83. (Acadêmica:25).
- MORENO, Gislaene. Terra, poder e corrupção: a política fundiária em Mato Grosso 1970-1990. In: **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 2, n.01 e 02. Dez. 1996/1997. Cuiabá: EdUFMT, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato**

**Grosso.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

**SANTOS, Milton.** Uma globalização do espaço In **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

**SOUZA, Edison Antonio de.** Sinop: **história, imagem e relatos: um estudo sobre a colonização de Sinop.** Cuiabá, MT. Dissertação de Mestrado. UFMT.2001.

**SOUZA-HIGA, Tereza Cristina C.** **Análise ambiental em unidades de paisagens na Amazônia Mato-Grossense: A importância do fator regional na condição do processo.** Tese de Doutorado Universidade Federal de São Paulo, USP, 2001.

# O “MANIFESTO DOS MÉDICOS” E A DIVISÃO DE MATO-GROSSO

Pedro Valle\*

Os historiadores, quando pretendem estudar e analisar acontecimentos pretéritos a fim de escrever e/ou reconstituir a História, de maneira isenta e inquestionável, seguem preliminarmente o seguinte método de investigação para chegar à Verdade:

1ª - Buscam identificar quem soube primeiro dos fatos ocorridos. Eliminam, assim, a priori, aqueles que tiveram como fonte informações de terceiras pessoas;

2ª - No passo seguinte, identificada a fonte primária, verificam como essa fonte pôde saber diretamente dos acontecimentos. Se ela se encontrava no local, no espaço e no tempo, as pesquisas prosseguem para efeito de confrontar essas informações com a versão conhecida. Estas devem conformar-se com os fatos. Caso contrário, o testemunho é descartado.

Aplicados tais critérios no caso do chamado “Manifesto dos Médicos”, divulgado no dia 22 de agosto de 1963, em forma de panfleto distribuído pelas ruas de Cuiabá, não se conhece, até agora, qualquer análise séria a respeito de como os fatos se passaram na realidade. Aqueles que abordaram o assunto se limitaram a uma leitura superficial e incompleta dos acontecimentos, criando uma versão distorcida que vai sendo repetida por outros autores que se manifestam posteriormente sem a preocupação de um exame frio da realidade então existente.

Assim, a versão vai ganhando foro de verdade, tão repetitiva se torna!

X X X X X

O autor informa, preliminarmente, que se encontrava no palco daqueles acontecimentos. E era um observador privilegiado porque exercia a então função de Oficial de Gabinete do Governador do Estado, com atribuições, nos dias de hoje, conferidas aos Chefes da Casa Civil e aos Secretários de Comunicação Social do Poder Executivo. Era auxiliar direto do Governador, trabalhava ao seu lado diariamente, estava radicado em Cuiabá, conhecia a sociedade local e, dessa forma, possuía visão completa da realidade política do Estado. Sente-se, pois, com autoridade para abordar o assunto.

---

\*Médico e escritor

Para desempenhar essa tarefa, necessário é recriar aquela realidade a partir das personagens envolvidas. Verificar, inicialmente, quais eram as principais delas. Governava o Estado, eleito diretamente pela segunda vez, o médico-cirurgião Dr. Fernando Correa da Costa, da então União Democrática Nacional, que batera em pleito renhido o candidato adversário, o Senador Filinto Müller, do Partido Social Democrático. O Governador era cuiabano de nascimento, mas após obter, no Rio de Janeiro, seu diploma de médico, radicara-se em Campo Grande. Era descendente de tradicional família de políticos. Seu pai, Pedro Celestino Correa da Costa, como ele, governara o Estado por duas vezes. Era adversário ferrenho da Divisão do Estado, como o era também o campo-grandense Jânio Quadros, eleito Presidente da República no mesmo pleito.

Jânio, durante sua campanha em direção ao Planalto, declarava, ante tentativa divisionista de sua cidade natal, (que lançara Manifesto em 1º.06.1959 distribuído em Campo Grande sob forma de panfleto) que naqueles dias os meios de comunicação existentes eram outros e que o Estado precisava de uma integração maior.

Já o Dr. Fernando Corrêa da Costa reiterava seu conhecido posicionamento sobre a questão afirmando à “Revista Mato-Grosso 1965”, editada pelo Serviço de Relações Públicas, sob responsabilidade do autor:

“Sou em princípio contrário a qualquer subtração de território de Mato-Grosso. Quero meu Estado uno e unido como vi desde que nasci. A integração econômica de Mato-Grosso é a antítese de sua Divisão.”

O Dr. Fernando, eleito pela UDN, sucedera seu adversário político, o Dr. João Ponce de Arruda, do PSD, que governara de 1956 a 1961. Naquela época, o mandato dos governadores, em Mato-Grosso, era de cinco anos. Iria, o dirigente udenista, administrar o Estado de 1961 a 1966.

Outra personagem envolvida foi o jornalista Fausto Vieira de Campos, paulista que residiu em Cuiabá por alguns anos, onde fora correspondente da “Folha de São Paulo”. Durante mais de um decênio, editou a revista “Brasil-Oeste”, dedicada à realidade da região, sucedido nessa tarefa por seu filho, também jornalista, Fausto Morais Godoy Vieira de Campos até sua extinção. Essa revista prestou relevantes serviços a Mato-Grosso. Em 1955 Fausto Vieira de Campos lançou a primeira edição do livro “Retrato de Mato-Grosso”, reeditado

em 1960. Finalmente, entre as mais importantes personagens envolvidas estava o médico pediatra cuiabano Dr. José Faria Vinagre. Nunca teve participação política em cargos ou em mandatos, mas era um ativo militante do Partido Social Democrático, e muito ligado ao Senador Filinto Müller, que o ajudara na árdua tarefa de formar-se em medicina, sendo de família pobre. Foi quem redigiu o Manifesto e o primeiro a assiná-lo. Profissional conceituado e competente, mas aqui agindo apaixonadamente.

Outras personagens irão aparecendo no curso desta interpretação histórica.

x x x x x

Na segunda edição do citado livro “Retrato de Mato-Grosso”, datada de 1960 mas só distribuída ao público de Cuiabá no início de 1963, Fausto Vieira de Campos cometeu a imprudência de ofender Cuiabá e os cuiabanos, ainda impulsionado pela campanha dos campo-grandenses, sobre a qual o campo-grandense Jânio Quadros jogou água fria durante sua campanha para a Presidência.

Disse ele:

“O estabelecimento da Capital de Mato Grosso em Cuiabá constituiu erro político-administrativo. Situada em posição geográfica desfavorável, restringida a comunicações (por via fluvial) unicamente com a região sudoeste, isolada, trancada, pela tradição e pela própria topografia, ao progresso, em mais de 200 anos de existência Cuiabá não resolveu os seus problemas urbanos. Viveu e ainda vive distanciada da atividade que se desenvolve nos municípios que integram o Estado. O destino da urbe foi contrariado. Ali deveria constituir-se uma Cidade-Monumento, preservando-se a herança da história, para a cultura das gerações hodiernas.

A divisão de Mato Grosso e a conseqüente formação de dois Estados Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul é um imperativo de progresso para o Oeste Brasileiro. O problema deve ser encarado com realismo, e resolvido com sabedoria. Os tempos atuais não justificam resistências fundadas em tradições ou em sentimentalismos.

A diversidade de vida entre nortistas e sulistas, a ausência do Governo de Cuiabá em empreendimentos reclamados pelo Sul, geraram os anseios que, mais uma vez, se expressam de uma divisão do Estado, de forma que, constituídas duas Unidades autônomas, possa cada uma delas centralizar os seus esforços próprios e demarcar o seu roteiro futuro.

Os sulistas já estão desencantados com o cumprimento do glorioso destino de povoar e civilizar uma área ponderável do Estado de Mato Grosso, como meros contribuintes do Erário público...”.

A reação cuiabana (porque ela foi essencialmente cuiabana e não do Norte do Estado) veio indignada. Justa. Mas, emocional e político-partidária, porque aproveitou a oportunidade para, subterfugicamente, fazer oposição ao então Governador Dr. Fernando Correa da Costa.

Essa reação se corporificou no chamado “Manifesto dos Médicos”, redigido e implementado pelo pediatra Dr. José Faria Vinagre e por essa razão assinado por expressivo número de médicos 18 facultativos.

Subscreveram aquele documento apenas 69 pessoas (68 delas de Cuiabá e apenas 1 de Alto Garças o Deputado Estadual Oscar Soares).

Entre estas estavam 3 vereadores, 1 vereador-motorista, 4 motoristas, 3 advogados, 2 funcionários públicos autárquicos, 1 dentista, 1 farmacêutico, 5 contadores, 2 engenheiros, 2 jornalistas, 1 poeta do povo, 2 gráficos e 23 pessoas que não se qualificaram profissionalmente no tal manifesto.

Entre estas últimas, inúmeras donas-de-casa sem nenhuma participação na vida política do Estado.

Aqueles opositoristas mais exaltados, como era o caso do Sr. Clóvis Hugueney (PSD), aproveitaram o ensejo para colher assinaturas de sua esposa (Aracy), de sua filha (Cloracy Hugueney Franco Lobo), de seu genro (José Luiz Franco Lobo), e de seu filho (Clocy Hugueney) a fim de engrossar o número de signatários...

Nenhum Senador, Deputado Estadual de Cuiabá, Prefeito, representante do comércio, da indústria, da agricultura e de outras atividades produtivas após sua assinatura ali.

Onde estão as assinaturas de gente de Cáceres, Várzea Grande, Poconé, Rondonópolis, Rosário Oeste, Diamantino, Nobres, Barra do Bugres, Alto Araguaia e outras cidades importantes da época para que se pudesse falar em pronunciamento político dos Nortistas?

Não existe sequer um único líder da iniciativa privada que apoiou a idéia. Vamos nos referir à atividade empresarial um pouco adiante.

Duas assinaturas, porém, merecem registro especial: as do Dr. José Feliciano de Figueiredo (ex-Deputado Estadual, na época sem mandato, e futuro Deputado Federal) e do Dr. Frederico Carlos Soares Campos, que viria a ser nomeado e posteriormente eleito Prefeito de Cuiabá e Governador do Estado, naquele tempo sem haver entrado na vida política.

Voltaremos a nos referir a ambos.

O Manifesto investe contra o jornalista Fausto Vieira de Campos, repudiando seus conceitos, mas de passagem, clara ou veladamente, fabricando pretexto para um alinhamento político-partidário.

Diz ele:

“O que não se pode, todavia, é atribuir a Cuiabá a culpa pela demora na marcha do progresso de nosso Estado, como insinuam muitos e entre eles o Sr. Fausto Vieira de Campos em seu livro *Retrato de Mato Grosso*, edição de 1960, cujas intenções se patenteiam claras nas entrelinhas, quando assim se expressa: 'O estabelecimento da Capital de Mato Grosso em Cuiabá constituiu erro político-administrativo. Situada em posição geográfica desfavorável, restringida a comunicação (por via fluvial) unicamente com a região sudoeste, isolada, trancada, pela tradição e pela própria topografia, ao progresso, em mais de 200 anos de existência, Cuiabá não resolveu os seus problemas urbanos. Viveu e ainda vive distanciada da atividade que se desenvolve nos municípios que integram o Estado. O destino da urbe foi contrariado.

Atentem, agora, para esta passagem, mais adiante:

'Ali deveria constituir-se uma Cidade-Monumento, preservando-se a herança da História, para a cultura das gerações hodiernas.'

- Nada mais falso! Engana-se Sua Senhoria: o estabelecimento da Capital de Mato Grosso em Cuiabá não constituiu erro político-administrativo; foi apenas um imperativo da época, como é, hoje, a divisão do Estado um imperativo do momento. Foi aqui, quer queiram quer não queiram os nossos simpatizantes ou detratores, foi Cuiabá, repetimos, o centro de onde se irradiou a colonização de todo o resto do Estado. Foi Cuiabá quem garantiu para o País as fronteiras do oeste brasileiro. Instalar-se onde, então, a capital de Mato Grosso? Se os filhos do sul se sentem, hoje, em posição de auto-suficiência para uma sobrevida autônoma, isso é prova evidente, inconteste, de que o Governo de Cuiabá não fez ouvidos moucos às suas aspirações; não se ausentou aos seus anseios de desenvolvimento.

E prossegue:

Quem prevê para um futuro não muito remoto, a solução dos seus problemas de energia elétrica? Serão, por acaso, os nortistas que se beneficiarão com as usinas do Mimoso e Urubupungá? Enquanto isto se providencia para o sul, para o norte não se cogita sequer de solucionar em definitivo o seu problema de luz elétrica. E vivêramos, vivemos ainda e viveremos anos a fio mergulhados

nas trevas de racionamentos diários de luz, apesar das somas fabulosas já enterradas nas ultrapassadas usinas do rio da Casca. Qual a obra de envergadura, ou sem envergadura mesmo, prevista para beneficiar o norte do Estado? Nenhuma, absolutamente nenhuma. Até nossas estradas de rodagem, único meio comum de transporte de que dispomos, excluído, é claro, o caríssimo transporte aéreo, estão relegadas ao mais completo abandono; segundo se afirma, as máquinas que nelas trabalhavam se transferiram para o sul do Estado.”

Ao dizer que o então Sul do Estado seria beneficiário da energia a ser no futuro gerada pelas Usinas de Urubupungá e de Mimoso (esta no Rio Pardo, em território do hoje Mato Grosso do Sul), procurava atribuir ao Governo do Estado parcialidade no atendimento das necessidades da região Norte (hoje o Estado de Mato Grosso). Sabendo, como toda a coletividade sabia, que a construção de Urubupungá era obra idealizada e sugerida aos demais governadores da Região pelo Governador Dr. Fernando Correa da Costa, mas liderada pelos Estados da Região Sudeste (São Paulo, Paraná e Santa Catarina, São Paulo à frente), ainda assim procurava identificá-la com o Governo de Mato Grosso, que com essa iniciativa (da qual participara financeiramente apenas de maneira simbólica) estaria preterindo Cuiabá. Na verdade, de responsabilidade do Executivo Estadual era apenas a construção da Usina de Mimoso, no Sul do Estado, enquanto a duras penas se empenhava na construção da Usina de Casca 3, em Chapada dos Guimarães, destinada ao abastecimento da capital.

Tanto a região Sul (hoje o Estado de Mato Grosso do Sul) quanto a região Norte (hoje o Estado de Mato Grosso) só tiveram equacionados e resolvidos seus problemas de abastecimento de energia elétrica anos mais tarde, com a construção de modernas linhas de transmissão a partir das regiões sudeste do país (no primeiro caso) e de Goiás (no segundo caso) por força da interligação das grandes bacias nacionais a cargo do Governo Federal.

Na época o assunto rendia dividendos políticos aos pescadores de águas turvas... Vamos deixar sem maiores comentários a última oração do trecho reproduzido: “Segundo se afirma, as máquinas que nela (na região Norte) trabalhavam se transferiram para o Sul do Estado”.

A expressão “segundo se afirma” não tem sujeito identificado, não contém certeza e é usada seguidamente para dar curso a boatos...

E prossegue o Manifesto deixando mais uma vez evidente a intenção de atingir objetivo político-partidário que emerge em cada trecho:

“Apuremos a naturalidade de todos os dirigentes do Estado, daqueles que empurram as rédeas do Governo, e veremos à luz meridiana dos fatos como é quase nula a participação de nortistas no seu *staff* administrativo. Quantos cuiabanos participam dele?”

O ataque aqui é direto ao Governador, que não teria recrutado na quantidade desejada pelos signatários elementos cuiabanos (de nascimento ou não), para integrar a equipe que “empurram” (sic) as rédeas do governo.

Outra gritante inverdade!

Na composição do segundo Governo Dr. Fernando Correa da Costa, que estamos analisando, predominava esmagadora maioria de cuiabanos (de nascimento ou radicados na Capital).

Se a acusação partisse dos Sulistas, de predominância de cuiabanos na máquina governamental, até faria algum sentido...

Vejam nas páginas seguintes como foram preenchidos os cargos dos primeiro e segundo escalões naquele período administrativo.

### **Composição do Governo Fernando C. da Costa (2ª Mandato 31.01.1961 a 31.01.1966)**

Órgãos ou funções diretamente subordinados ao Governador

1. -- Gabinete:

a. Cel. P.M. Luiz de Carvalho (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Assistente Militar

B. Cel. P.M. Luís Mamede de Carvalho (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Assistente Militar

c. Tenente P.M. Francisco Antunes da Silva (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Ajudante

d. Tenente P.M. Camilo Luiz Amorim (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Ajudante

e. José Faria Figueiredo (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Diretor Geral de Expediente

f. Antonieta Nassar (rio-brilhantense radicada em Campo Grande)  
Secretária Particular

g. Pedro Valle (mirandense radicado em Cuiabá)  
Oficial de Gabinete e Chefe de Relações Públicas

2 -- Outros órgãos diretamente subordinados:

- a. Dr. Eurycles Mota (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Procurador-Geral do Estado
- b. Dr. Clóvis de Mello (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Chefe de Polícia
- c. Cel. PM José Silvério Magalhães (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Chefe de Polícia
- d. Dr. Victor de Andrade Brito (sidrolandense radicado em Belo Horizonte)  
Diretor das Centrais Elétricas
- e. Dr. Demóstenes Martins Filho (nioaquense radicado em São Paulo)  
Diretor da Comissão de Estradas de Rodagem
- f. Dr. Oscar Ribeiro Travassos (carioca radicado em Cuiabá)  
Presidente do Ipemat Instituto de Previdência
- g. Dr. Clóvis de Mello (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Presidente do Ipemat Instituto de Previdência
- h. João Capilé Júnior (douradense e/ou radicado em Cuiabá)  
Presidente da Comissão de Planejamento da Produção
- i. Dr. Luiz Portela (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Presidente do PLAMAT Planejamento de Mato Grosso
- j. Dr. Milton Bacha (paulista radicado em São Paulo)  
Presidente do PLAMAT Planejamento de Mato Grosso
- k. Dr. Luiz Portela (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Presidente da Cohab Cooperativa Habitacional
- l. Profª. Paulina Antunes de Barros (cuiabana radicada em Cuiabá)  
Diretora do Serviço Público
- M. Dr. Antônio Moisés Nadaf (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Representante do Estado Junto à SPEVEA Superintendência de Valorização da Amazônia

n. Armando Albernaz de Albuquerque (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Diretor do Departamento Estadual de Estatística

3 -- Secretaria do Interior, Justiça e Finanças:

a. Prof<sup>ª</sup>. Aecim Tocantins (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Secretário do Interior, Justiça e Finanças

b. Dr. Manoel José de Arruda (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Secretário do Interior, Justiça e Finanças

c. Dr. Demóstenes Martins (pernambucano radicado em C. Grande)  
Secretário do Interior, Justiça e Finanças.

3.1 -- Órgãos subordinados:

a. Octávio de Oliveira (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Diretor do Tesouro do Estado

b. Antônio Custódio R. Coelho (paulista radicado em Cuiabá)  
Presidente do Banco do Estado

c. Dr. Auro A. P. Figueiredo (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Diretor da Imprensa Oficial

d. Cel. P.M. Luiz Mamede de Carvalho (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Comandante da Polícia Militar

e. Cel. P.M. Luiz de Carvalho (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Comandante da Polícia Militar

4 -- Secretaria de Educação, Cultura e Saúde

a. Dr. Hermes Rodrigues de Alcântara (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Secretário de Educação, Cultura e Saúde

B. Dr. João Bernardo Correa da Costa (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Secretário de Educação, Cultura e Saúde

4.1 Órgãos subordinados

a. Prof. Sebastião de Arruda Figueiredo (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Diretor do Departamento de Educação

b. Profa. Ângela Jardim Botelho (cuiabana radicada em Cuiabá)  
Diretora do Departamento Administrativo

c. Dr. Antônio Correa da Costa (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Diretor do Departamento de Saúde

d. Dr. Jorge David Nassar (campo-grandense radicado em Campo Grande)  
Presidente da FUSMAT Fundação de Saúde

5 -- Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas

a. Dr. Bernardo Baís Neto (piracicabano radicado em Campo Grande)  
Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas

b. Dr. Otávio Augusto Lobo Carneiro (carioca radicado em Corumbá)  
Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas

5.1 --- Órgãos subordinados

a. Dr. Antônio de Arruda Marques (cacerense radicado em Cuiabá)

Diretor do Departamento de Terras

b. Dr. Theobaldo Jorge Zeferino (campo-grandense radicado em Cuiabá)  
Direto do Departamento de Terras

c. Dr. Ézio Francisco Calábria (corumbaense radicado em Cuiabá)  
Diretor do Departamento de Obras Públicas

d. Dr. Francisco Vilanova (cacerense radicado em Cuiabá)  
Diretor do Departamento de Obras Públicas

e. Dr. Duayr João de Barcelos (paulista radicado em São Paulo)  
Presidente da Casemat Armazéns e Silos

f. Dr. Milton F. Mendes (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Presidente da Casemat Armazéns e Silos

g. Izidoro Casal Caminha (campo-grandense radicado em Campo Grande)  
Presidente da Camat Companhia Agrícola

h. Dr. Bento Machado Lobo (cuiabano radicado em Cuiabá)  
Presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural ACARMAT

i. Archimedes Pereira Lima (campo-grandense radicado em Cuiabá)  
Presidente da Usina Jaciara S.A. Usina de Açucar  
Prossigamos examinando o documento:

“Em todos os atos administrativos, só os cegos mentais não podem ou não querem enxergar a tão notória má vontade contra o norte do Estado. Até nos atos mais corriqueiros, tais sejam, a distribuição de verbas para hospitais e maternidades, os festejos comemorativos de aniversário de cidades, em todos eles; enfim, é gritante a diferença de trato.”

No que se refere à distribuição de verbas para hospitais e maternidades terreno em que exercia suas atividades o redator do Manifesto o Serviço de Relações Públicas do Governo do Estado, então chefiado pelo autor, divulgou uma relação completa das verbas destinadas às duas regiões Sul e Norte perfeitamente equânimes, deixando desnuda mais uma inverdade do Manifesto.

O trecho final da parte acima transcrita visa atingir pessoalmente o Governador, adversário político, quando afirma:

“... os festejos comemorativos de aniversários de cidades, em todos eles é gritante a diferença de trato.”

Aqui são necessários alguns esclarecimentos para desmascarar a matreirice embutida.

Os aniversários de fundação das então principais cidades do Estado ocorriam nas seguintes datas: Cuiabá, 8 de abril - Campo Grande, 26 de agosto - Corumbá, 21 de setembro. Como a data do aniversário de Cuiabá inúmeras vezes coincidia com a Semana Santa, o período era aproveitado pelo Governador Dr. Fernando Correa da Costa para alguns dias de descanso em sua fazenda de gado “São Pedro”, no Pantanal.

Ele passava praticamente o ano inteiro na sede do Governo em Cuiabá, administrando e fazendo articulações políticas com as lideranças do Norte (e em menor número com as do Sul) e aproveitava as datas comemorativas dos aniversários de Campo Grande e Corumbá para desempenhar idênticas tarefas.

As entrelinhas do texto seco do documento (sem estes comentários) ocultam um sentimento muito prejudicial a quem o agasalha: o exacerbado partidarismo político.

*Prossigamos no exame do Manifesto:*

“Inerte tem sido, isto sim, a atitude dos seus dirigentes, e infeliz de Cuiabá se não contasse com o dinamismo da iniciativa privada. Sente-se isso, nos disse há pouco um visitante ilustre, que Cuiabá é uma cidade em franca transformação, nas pegadas de um progresso imprevisível, à custa exclusiva da iniciativa privada. E nós acrescentamos, apesar da inércia dos Poderes Públicos.”

Não parece estranho que, da iniciativa privada, que sustenta a franca transformação de Cuiabá para o progresso, sofrendo o peso das tarefas que a inércia dos Poderes Públicos não realiza, nenhum representante haja assinado o Manifesto...?

As classes produtoras se manifestaram, isso sim, e por unanimidade, contra a Divisão do Estado, como veremos um pouco à frente.

Para finalizar, reproduzamos a parte final do documento:

“Para sairmos desse caos, não nos cabe outra alternativa senão dispormos de Governadores nortistas, Deputados Estaduais nortistas e nortistas Deputados Federais e Senadores. As suas vistas voltar-se-ão só e exclusivamente para o norte, como fazem, hoje, para o sul os olhos dos nossos dirigentes!

E o único caminho a trilhar é dividir-se o Estado. Fechemos aquela tesoura que um dia nos exibiram aberta com o Estado entre as lâminas.

Para felicidade deles; para sobrevivência nossa!"

Algumas lideranças do Sul repetiam o mesmo refrão, argumentando que trabalhavam para sustentar o Norte...

O "Manifesto dos Médicos", já dissemos, investe diretamente (e com justiça) contra o jornalista Fausto Vieira de Campos, pois no Sul do Estado não havia qualquer manifestação a respeito da Divisão desde 1º de junho de 1959. Foi o único mote a provocar a reação cuiabana, indignada e emocional e não uma tomada de posição dos nortistas pela cousa divisionista.

x x x x x

Duas personalidades signatárias do Manifesto citado viriam a posicionar-se publicamente, distantes já do clima emocional, gerado na alma cuiabana pelas ofensas do autor do livro "Retrato de Mato Grosso": os senhores Frederico Carlos Soares Campos e José Feliciano do Figueiredo.

O primeiro, em fevereiro de 1977 (pouco antes de ser escolhido para governar o Estado dividido) no trabalho intitulado "Considerações sobre a possível divisão territorial do Estado de Mato Grosso", deixava o seguinte registro:

"Várias têm sido as campanhas visando tal separação, todas, no entanto, calcadas naquele pernicioso princípio de que 'para maior quantidade de líderes deve existir maior número de cargos de direção'. É quando a liderança deixa de ser tecnológica pura no verdadeiro sentido da palavra para passar às vias do demagógico incentivo às práticas de interesses pessoais ou locais, em sacrifício dos objetivos do conjunto."

E, dando a divisão como assunto já decidido pelo Governo da República, ofereceu sugestões de como encarar os problemas decorrentes:

"No entanto prosseguia nenhum estudo nos foi dado conhecer que relacionasse razões verdadeiras para tal divisão, não havendo qualquer prejuízo aos municípios do sul por pertencerem à mesma Unidade Federada que os municípios do norte. Não há também razões técnicas que favoreçam o incremento do desenvolvimento simplesmente pela implantação de sua divisão física."

Depois de indagar de que garantias dependeria o desenvolvimento, afirma que:

"O fulcro do todo problema sócio-econômico é o recurso financeiro e não sabemos se eles existem disponíveis".

Concluindo:

"Se não existem meios financeiros nada se faz e o povo será frustrado e descontente. Se os recursos são inferiores às aspirações, continuarão os reclamos e as ilusões das falsas aspirações."

O segundo, já então ex-Deputado Federal José Feliciano Figueiredo, cuiabano da velha cepa, no dia 31 de dezembro de 1978 último dia da existência do Estado de Mato Grosso uno através das colunas do jornal "Correio da Imprensa", da Capital, gravava para o História o seu protesto:

"Consumatum est. Et inclinato capite tradit spiritum

Amanhã, dia 1º de janeiro de 1979, concretiza-se o mais hediondo crime cometido contra Mato Grosso pelo Governo Federal, por obra e graça da vontade férrea e ditatorial do Sr. Ernesto Geisel, aliado à matreirice impiedosa do seu Chefe da Casa Civil, o General Golbery do Couto e Silva.

Terrível o destino nosso!

Lutamos muito no passado pela unidade da Pátria e integridade de Mato Grosso; as nossas raízes com as nações estrangeiras estão salpicadas do sangue generoso do cuiabano, desde os tempos coloniais até o Brasil império, sempre em defesa do solo sagrado da estremecida pátria, como bem disse Antônio João Ribeiro em Dourados, na invasão lopesguaiá".

E os representantes da iniciativa privada responsável pela sustentação franca da transformação de Cuiabá para o progresso como afirma o Manifesto, como se posicionaram por ocasião do anúncio oficial do Governo do déspota Ernesto Geisel de dividir o Estado? Recordemos aqui, mais uma vez, que nenhum deles assinou o tal documento chamado "Manifesto dos Médicos".

Publicava o "Diário de Cuiabá", de 10.05.1977, abrindo sua principal matéria de primeira página:

"Garcia Neto deveria ter entregue seu mandato ao Presidente da República tão logo foi informado de que nada poderia fazer para evitar a desintegração do território mato-grossense', é a opinião unânime do empresariado da capital, que no último fim-de-semana reuniu-se para tomar posição sobre os dias futuros."

Mais do que provado está que o Manifesto foi uma reação, sobretudo emocional, contra as ofensas de um adventício contra Cuiabá; que entre seus signatários 69 figuravam 5 motoristas e muitas donas-de-casa com representação quase nula na sociedade da época; que nenhum representante da iniciativa privada o subscreveu e que duas personagens, uma que já desempenhara mandato eletivo e viria a desempenhar cargo de maior relevância no Parlamento Nacional e outra que seria Prefeito da capital e Governador do Estado, repudiariam o fracionamento do território de sua terra natal.

E que não foi uma manifestação dos NORTISTAS quando muito de alguns cuiabanos em prol da Divisão.

Onde tem início, então, a versão hoje dominante criada para substituir a verdade a respeito dos fatos dessa época histórica de Mato Grosso? A História, às vezes, como aideologia, alimenta-se de mitos criados por autores, empenhados em dar sustentação às suas idéias sem a necessidade de comprovação, distorcendo a realidade.

A versão que pretendeu substituir a verdadeira história nasceu da pena do historiador Rubens de Mendonça, um dos poucos divisionistas convictos, signatário do “Manifesto dos Médicos”, quando deixou registrado no seu livro “História de Mato Grosso” o parágrafo que será reproduzido em seguida ao seguinte esclarecimento.

Não move o autor qualquer sentimento menor em relação àquele historiador (de quem foi amigo fraternal), que na terceira edição da obra citada escreveu a dedicatória que aparece na página seguinte.

A expressão “pai da primeira edição deste livro” nasceu do reconhecimento pelo auxílio que o autor prestara, como Oficial de Gabinete e Chefe do Serviço de Relações Públicas do Gabinete do Governador, para tornar possível a edição original.

Vamos ao que disse Rubens de Mendonça:

“Depois de 4 anos, no dia 22 de agosto de 1963, os nortistas lançaram o seu primeiro manifesto “Pró-Divisão do Estado de Mato Grosso” e que foi cognominado Manifesto dos Médicos, porque nada menos de 18 médicos o subscreveram:”

Entre a data do Manifesto sulino de 1º de junho de 1959, sepultado no nascimento pelo pronunciamento do candidato Jânio Quadros e a data do “Manifesto dos Médicos”, de 22 de agosto de 1963, um único pronunciamento foi feito a favor do desmembramento do Estado: o do jornalista Fausto Vieira de Campos!

Onde se falar, então, que depois de 4 anos os NORTISTAS lançaram seu primeiro manifesto (e até hoje o único) em favor da causa, se apenas houve um pronunciamento inexpressivo e folhetinesco de poucos cuiabanos? Como se dizer, ainda, que até então os NORTISTAS eram contrários à divisão do Estado, como afirmou outro autor?

E os autores que se seguiram foram no mesmo diapasão e passaram a repetir monocordicamente o mesmo argumento inexistente...

Não fizeram nenhum esforço crítico em cima do tal “Manifesto dos Médicos” e passaram repito, com perdão da redundância a repetir o mesmo argumento inexistente...

Como afirmar que em 1963 circulou um Manifesto Pró-Divisão assinado por elementos das profissões liberais e pelas mais expressivas lideranças do empresariado e da sociedade cuiabana, se os signatários como já foi exuberantemente demonstrado de tal documento não tinham, nem de longe, tal representatividade e que nenhum representante do empresariado o subscreveu?

Como, ainda, registrar que essa tomada de posição encontrou terreno propício e alastrou-se rapidamente? Alastrou-se para onde? Em quais fatos se baseia essa informação?

Desconhece-se...

E o que levou esse autor a dizer que não tinha dúvidas em afirmar que, se na ocasião fosse realizado um plebiscito, o NORTE votaria esmagadoramente a favor da Divisão?

Houve alguma pesquisa nos idos de 1963? Absolutamente nenhuma. Apenas opinião pessoal não lastreada em fatos...

Mais ainda, onde se escorou o autor para, na seqüência, afirmar que, em 1977, quando o ditador Geisel decidiu pela Divisão, se fosse feito o plebiscito, o NORTE votaria esmagadoramente (grifo do autor deste artigo) a favor da Divisão?

Apenas um ponto de vista pessoal, contrariado por ele mesmo ao consignar noutra local:

“Populações interessadas na divisão foram lançadas para este ou aquele lado sem serem ouvidas, como foi o caso de Corumbá e Ladário, que prefeririam continuar anexadas a Mato Grosso, se consultadas fossem, em plebiscito.”

Ora, se até populações de cidades do SUL votariam com o NORTE, se consultadas, como inferir que populações do NORTE votariam a favor, se a Divisão foi feita contra o NORTE, contra o hoje Mato Grosso, como denunciou corajosamente o Deputado Milton Figueiredo da tribuna da Câmara e como se posicionou por unanimidade o empresariado da Capital conforme consignou o “Diário de Cuiabá”, de 10.05.1977?

A verdade é que os corumbaenses e ladarenses, em sua grande maioria, votariam contra a Divisão do Estado, pois o sentimento pela manutenção do Estado íntegro era extremamente arraigada na alma daquela gente e principalmente das suas lideranças, oriundas de Cárceres, Cuiabá, Livramento, Poconé e outros municípios do Norte.

Afirmamos com a máxima convicção que Corumbá e Ladário se manifestariam contra a Divisão, se consultados, com base em fatos e não como mero palpite, tanto assim que, mesmo após consumada a Divisão, suas populações ensaiaram um movimento para sua reintegração a Mato Grosso, como registrou o “Correio Braziliense”, de 07.12.1983:

“Enquanto isso, no dia 07, ainda em dezembro, o “Correio Braziliense” nos informava de um movimento de inconformismo registrado em Corumbá e Ladário a propósito da atuação do recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul.

Registrava aquele periódico que era intenção do Governador Wilson Martins, daquele Estado, instalar simbolicamente o Governo Estadual, por alguns dias em Corumbá e Ladário, a fim de neutralizar a campanha que vinha sendo desenvolvida pelo deputado estadual Cecílio de Jesus Gaeta, do PMDB, junto aos prefeitos daquelas cidades, tentando convencê-los a retornarem, os dois municípios, à jurisdição do Estado de Mato Grosso.

- 'O prefeito de Corumbá, Ruy Walter Albaneze, do PDS, já se declarou a favor da anexação pretendida', concluía sua notícia o jornal brasiliense.”

Aí está, com clareza, a VERDADE sobre o “Manifesto dos Médicos”, inteiramente contrária à VERSÃO tão propalada no Estado.

Ninguém levou a sério o tal “Manifesto”...

Nossa consciência de mato-grossense que ama sua terra não estaria em paz enquanto não registrasse para a História a maneira como os fatos realmente aconteceram.

Brasília outubro 1999.

Assinaram o “Manifesto dos Médicos” as seguintes pessoas:

José Faria Vinagre Médico; Aguilar Vieira do Nascimento Médico; José Leite de Figueiredo; Leony Palma de Carvalho Médico; Edio Lotufo Médico; Hilton Corrêa da Costa Médico; Eurico Saraiva Advogado, Delphino de Matos

Autárquico; Sebastião Zeferino de Paula Médico; Nevantino Borba Médico; Aécio Moreira Médico e Professor; Marcondes Pouso Filgueira Médico; Luiz Almeida de Figueiredo -Médico; Edgard Sardi de Figueiredo Médico, Vice-Prefeito; Eduardo de Arruda Levy Médico; Paulo Epaminondas Médico; Emanuel Almeida de Figueiredo- Médico; B Canavarros Médico; Ivo Ricci Médico; Althair Ramos de Moura Cirurgião-Dentista; Antonio Antunes de Almeida Contador; Aurélio Costa Vereador e Motorista; Flores Santiago de Lima Advogada; Maria Rosa de Barros Contadora; Vera Maria Pereira do Nascimento Contadora; Creusa Maria de A. Campos Contadora; Circe de Oliveira Botelho Contadora; José Salgado Bianchi; Catarino Miller Advogado; Amélia Machado Lôbo Farmacêutica; Ana Lurdes da Silva; Maria Luiza de Campos; Odinir Vandoni Engenheiro; Paulo Tocantins Lobo; Esmeralda França; Estevina do Couto Abalem; Lourival Hugueney; Arcy de Moraes; Nelson Tocantins Lobo; Oscar Soares Deputado Estadual; José Feliciano de Figueiredo; Rubens de Mendonça Jornalista; João Benedito do Amaral Motorista; Nilo Gonçalves de Lima Motorista; Gonçalo Zeferino de Paula Motorista; Hermes Ferreira de Moraes Motorista; Frederico C. S. Campos Engenheiro Civil; Newton Alfredo Poeta do Povo; May do Couto Vereadora e Professora; Braulino Leite Vereador; Alvaro Benedito Duarte Vereador; Octavio Alberto de Sant'Ana; Camillo Cury; Ronaldo de Castro; Jornalista Evaldo de Barros; Anibal Molina; Evans Curvo; Nelson Ramos; Eliseu Carvalho Prado Gráfico; Clóvis Hugueney; José Luiz Franco Lobo; Aracy Ferreira Hugueney; Cloracy Hugueney Franco Lobo; Clocy Hugueney; Maria Hugueney; Nelson E. dos Reis Gráfico; Manoel Miraglia; Afonso Pinto Duarte Funcionário Autárquico; José Monteiro de Figueiredo Médico.

Do autor:

- Aripuanã, a terra esquecida Livraria Rui Barbosa Soc. Gráfica Editorial Campo Grande 1967;
- A Divisão de Mato-Grosso Royal Court Editorial Ltda Brasília 1996;
- Os caminhos por onde eu passei... (memórias) Linha Gráfica Editora Brasília 1996;
- O “Manifesto dos Médicos” e a Divisão de Mato-Grosso Edição Própria Brasília 1999.

# A AÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO PANTANEIRA: O PRODEPAN

Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa\*

## RESUMO:

A região pantaneira, uma das mais antigas áreas de produção pecuária do oeste brasileiro, caracterizou-se, por mais de dois séculos, como uma área de economia tipicamente extensiva, cujo dinamismo esteve, quase que totalmente, à margem de qualquer programa de políticas públicas de incremento à produção, situação esta, que começou a ser modificada na segunda metade do século XX, mediante a preocupação do Governo Federal em expandir e incorporar áreas inexploradas e pouco produtivas à economia de mercado. Dentro desta nova concepção o Pantanal passou a contar com políticas específicas que oportunizaram a ação direta do poder público na região.

Palavras Chaves: Pantanal; Políticas Públicas, Economia Pantaneira, Prodepan

## INTRODUÇÃO

Os últimos anos da década de 1950 foram marcados por tomadas de decisões estratégicas no plano governamental as quais, na condição de diferentes políticas públicas, provocaram expressivas modificações na expansão da fronteira econômica do país. Neste contexto, teve início a construção da nova capital do país no planalto central e articulada a abertura das grandes rodovias de integração nacional. Desta forma, as regiões Centro-oeste e Norte do Brasil passaram a ser consideradas como opção de avanço do capital.

Nos anos seguintes, a política adotada pelo governo, privilegiando o crédito rural, incentivos fiscais, subsídios na compra de insumos e equipamentos e garantias à propriedade privada, entre outras, consistiu em verdadeira bateria de incentivos com os quais empresários do Sul e Sudeste do país, bem como estrangeiros, se sentiram estimulados a adquirir terras nas regiões Centro-oeste e Norte do Brasil compradas do governo a preços irrisórios, favorecendo a rentabilidade do investimento.

---

\* Professora, Doutora do Departamento de Geografia - ICHS - UFMT.

Ainda neste período, foram tomadas outras medidas voltadas para a rápida valorização das terras da nova fronteira. Assim, em 1966, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia SUDAM, e, em 1967, a Superintendência de desenvolvimento do Centro-oeste SUDECO. Além disso, teve início a abertura de estradas pioneiras, como as BR 364, 070 e 163 que possibilitaram as ligações regulares com outros estados da federação.

Na década de 1970, objetivando acelerar ainda mais o processo ocupacional dessas áreas, o governo federal, compatibilizando com as premissas do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, lançou inúmeros programas de desenvolvimento regional que foram vinculados à SUDECO e à SUDAM, muitos dos quais repercutiram ou foram dirigidos especialmente para Mato Grosso, dentre os quais destaca-se: PROTERRA e o PRODOESTE criados em 1971; o PRODEPAN e o POLOAMAZÔNIA, em 1974; o POLOCENTRO e o PROÁLCOOL e, 1975 e muitos outros. Dentre estes, destaca-se o Programa especial de desenvolvimento do Pantanal, PRODEPAN, cujas ações recaíram especificamente na área pantaneira.

## **A POLÍTICA DO PRODEPAN**

A preocupação em integrar Mato Grosso ao sistema produtivo Nacional levou inúmeros órgãos públicos, federais e Estaduais, a realizarem estudos visando a criação de programas voltados para regiões específicas do Estado, entre elas o Pantanal.

Com este propósito, a partir de 1971, os Ministérios do Interior, Transportes, Agricultura, Minas e Energia, secretaria de Planejamento da Presidência da República e Governo do Estado, empreenderam vários estudos que levaram à recomendação da criação de um Programa Especial de Desenvolvimento para o Pantanal PRODEPAN, oficializado em 2 de maio de 1974, que oportunizaria a ação direta do Poder Público no Pantanal como forma de estimular a iniciativa privada.

Este programa teve sua origem respaldada na elaboração de dois estudos específicos: O Relatório de Diretrizes Básicas para o Programa de Desenvolvimento do Pantanal do antigo Estado de Mato Grosso, realizado pelo Banco Central, Ministério da Agricultura e Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, e pelo Estudo do Sistema Rodoviário

Coletor do Pantanal, realizado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes GEIPOT e pela CODEMAT.

O PRODEPAN tinha como objetivo básico a execução de um elenco de projetos destinados a dotar a região pantaneira, a médio e longo prazo, de condições que permitissem a maximização de seus amplos recursos, levando assim a área a integra-se ao processo desenvolvimentista nacional.

Os programas desenvolvidos dentro do PRODEPAN podem ser, de acordo com o MINTER, (1978), resumidos nos seguintes itens:

- TRANSPORTES voltado para a implantação de malha rodoviária e melhoria da navegação e vias férreas.
- SANEAMENTO Construção de plataformas de refúgios; Perfuração de poços; Construção do canal de Paiaguás; Construção da Barragem de Manso e do Polder de Corumbá; e Estudos do comportamento hidrológico do pantanal e de regularização dos cursos d'água.
- ENERGIA Projetos de geração, transmissão, distribuição e transformação de energia.
- INDUSTRIALIZAÇÃO - estudos de oportunidades industriais; instalação de distritos industriais e implantação do frigorífico de Corumbá.
- DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA Pesquisa, experimentação e assistência técnica ao produtor rural.

A partir de 1977, os programas do PRODEPAN estenderam-se aos setores de desenvolvimento social e recursos naturais. O programa de desenvolvimento social voltou-se ao apoio da educação rural e capacitação da mão de obra pantaneira, dividido em quatro sub-programas: Apoio ao sistema rural; centro de Treinamento rural; Treinamento para pessoal da navegação e Centro Universitário de Corumbá. O programa de recursos naturais voltou-se, basicamente, para a preservação da fauna e da flora.

## **CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS DOS PROGRAMAS**

### **PROGRAMA DE TRANSPORTES**

#### **a) Rodoviário**

Possivelmente este foi um dos programas que mais atingiu o pantanal do atual Estado de Mato Grosso, cuja obra mais expressiva foi a Rodovia Transpantaneira, construída em 1977, que ligou Poconé a Porto Jofre, com extensão aproximada de 144km. As demais estradas construídas ou ainda restauradas, foram todas no pantanal do Sul, quase sempre fazendo ligação com Corumbá, totalizando cerca de 500 Km.

#### **b) Navegação Fluvial**

Por intermédio deste Sub-programa foram desenvolvidos dois projetos beneficiando diretamente o pantanal do Sul, envolvendo algumas melhorias no Porto de Ladário e a implantação do Centro de Reparos Navais de Corumbá.

#### **c) Ferroviário**

Embora pudesse ter se tornado um dos programas mais expressivos da região, em termos práticos, limitou-se a fazer reparos na linha da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no trecho entre Corumbá e Campo Grande.

### **PROGRAMA DE SANEAMENTO**

Este programa envolveu inúmeras obras, quase todas do pantanal do Sul, conforme se pode observar no elenco seguinte : perfuração de poços tubulares - (MS); construção do Canal de Paiaguás, (MS); construção de 15 plataformas para embarque de gado, ao longo dos rios Paraguai e São Lourenço - (MT-MS); construção do pôlder hidroagrícola de Ladário - Corumbá - (MS) e manutenção da rede hidrométrica do pantanal para previsão de cheias - (MT-MS).

### **PROGRAMA DE ENERGIA**

Objetivou a geração, transformação e transmissão de energia através da substituição de sistemas de geração ineficientes e operados a diesel, viabilizando o aproveitamento industrial das matérias-primas locais e o atendimento à população dos núcleos urbanos da região.

A) Sub-programa de Transmissão:

Atendeu basicamente as linhas Coxim Rio Verde (MS) e Poconé-Cáceres;; Cuiabá-Varzea Grande e Varzea Grande-Poconé, todos em Mato Grosso.

b) Sub-programa de transformação:

Voltou-se a implantação de sub-estações rebaixadoras de energia nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Poconé e Cáceres, todos em Mato Grosso.

c) Sub-programa de Geração

Atuou na unidade térmica de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul.

## **PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO**

As medidas tomadas neste programa prenderam-se à construção dos distritos industriais em Corumbá-Ladário (MS); em Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS) e o frigorífico de Corumbá Ladário (MS).

### **• PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA**

De acordo com os próprios relatórios do PRODEPAN, os programas de transportes, indústria, saneamento, energia, desenvolvimento social e recursos naturais, destinavam-se principalmente a apoiar e desenvolver a pecuária, assim, neste programa, Desenvolvimento da Pecuária, a ênfase foi dada à pesquisa e assistência técnica ao produtor pantaneiro a partir da execução de dois sub-programas: Assistência Técnica. e Pesquisa.

#### **• Sub-programa de Assistência Técnica:**

A assistência técnica e extensão rural aos produtores da região ficou a cargo da EMATER-MT, sob a coordenação da EMBRATER, através de seus 9 escritórios regionais distribuídos tanto em Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul.

Inúmeras foram as dificuldades apontadas nos relatórios do PRODEPAN, para a efetivação deste programa, destacando-se o grande tamanho da propriedade no pantanal, aliada a uma prática pecuária

eminentemente extensiva. Estes dois fatores, de acordo com o relatório da EMBRATER (1980), dificultaram consideravelmente a introdução de novas técnicas, principalmente vacinação, vermifugação e mineralização do rebanho.

Por outro lado, ainda de acordo com o mesmo relatório, havia pouca receptividade por parte dos fazendeiros, pois quaisquer iniciativas no sentido de modernizar suas atividades, requeriam vultosos investimentos, enquanto que a exploração extensiva, salvo raras exceções, oferecia uma margem razoável de lucro. Não se pode esquecer que, aliado a isto, contava o fato de inexistir no pantanal uma linha de crédito devidamente subsidiada.

- Sub programa de Pesquisa:

Para o funcionamento deste sub-programa o PRODEPAN implantou uma unidade de pesquisa em Corumbá UEPAE, de âmbito estadual, coordenada pela EMBRAPA. A principal meta das UEPAEs, era a adaptação de tecnologia para diferentes regiões, bem como a identificação de problemas que, no âmbito regional ou local, pudessem, de alguma forma, afetar o setor agropecuário.

Como apoio a UEPAE de Corumbá também foi implantado um campo experimental piloto numa área de 1.175ha, no pantanal de Nhecolândia (MS), e mais 6 campos experimentais satélites, 1 em Poconé (MT) e os demais em Mato Grosso do Sul, com a finalidade de difundir os resultados das pesquisas nas diversas regiões do pantanal.

Um outro projeto levado a efeito dentro do sub-programa de pesquisa foi o de levantamento botânico, o qual buscou determinação taxonômica das espécies de gramíneas e leguminosas nativas do pantanal. O desenvolvimento destes estudos ficou a cargo do Centro Nacional de Recursos Energéticos CENARGEN. Este sub-programa ainda contou com o projeto de levantamento de solos, que teve por objetivo classificar os principais grandes grupos de solos da área do pantanal.

## **PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA**

Este programa, criado em 1.977, objetivava, de acordo com o Relatório do PRODEPAN (1.977), “a implantação de núcleos e atividades de proteção aos recursos naturais, bem como orientação aos pantaneiros, sobre as vantagens de preservação da natureza”. Os projetos previstos dentro deste programa foram:

- **Assistência Técnica à Pesca Artesanal:**

Objetivou a melhoria da renda dos pequenos pescadores e a incorporação de sua produção à economia de mercado.

- **Pesquisas Ictiológicas**

Voltou-se para o conhecimento da ictiofauna do pantanal e a determinação do potencial pesqueiro da região, bem como a melhoria da tecnologia de exploração do setor.

- **Centro de Preservação da Fauna e Flora**

Dentro deste projeto, o PRODEPAN prestou apoio ao IBDF em pesquisa científicas e implantação de infra-estrutura voltadas para a criação de uma reserva ecológica no pantanal.

- **Estação Ecológica do Pantanal Sul**

Voltou-se para a instalação de uma estação ecológica, às margens do rio Negro (MS), mediante convênio entre a Secretaria Especial do Meio Ambiente SEMA e a Universidade de São Paulo USP.

## **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Implantado em 1.977, este programa visava, de acordo com o relatório do PRODEPAN (1.977), “apoiar ações de educação rural, treinamento e capacitação da mão-de-obra pantaneira. No entanto, seus objetivos não puderam ser totalmente atingidos dado a inúmeras dificuldades, desde recursos financeiros, até a aprovação do projeto pelos diversos órgãos envolvidos.

Dentre os projetos previstos no programa social, o que mais avançou foi o de apoio ao sistema de educação rural, que procurou transformar as escolas rurais em pontos terminais de programas sociais. Seus resultados, no entanto, foram poucos expressivos e muitos localizados, já que não atingiram toda a região pantaneira.

Os demais projetos deste programa repercutiram menos ainda na região, como foi o caso do Centro de Treinamento Rural, cujo objetivo era adequar as escolas locais para cursos profissionalizantes. Comportamento semelhante teve o projeto de treinamento para pessoal de navegação em Corumbá (MS).

Em termos gerais, constata-se que os objetivos do PRODEPAN foram amplos e, inegavelmente, provocaram muitas alterações na área pantaneira. No entanto, o pantanal não apresentou um crescimento econômico no mesmo ritmo

do restante do Estado, aliás, o pequeno crescimento verificado pode ser considerado insignificante frente ao que ocorreu e vem ocorrendo nas demais regiões de Mato Grosso.

Embora o PRODEPAN não tenha sido o responsável único e direto por esta situação, pois ela foi provocada pelas diversas políticas de estímulo ocupacional que atuaram no Estado, pode-se apontar alguns pontos de estrangulamento dentro dos diversos programas que compuseram o PRODEPAN, que não propiciaram um maior dinamismo para o Pantanal. Nesta mesma perspectiva, é possível apontar também vários pontos que não foram cogitados, os quais poderiam ter sido enfocados como medidas estratégicas para o desenvolvimento regional. Assim, dentro de cada programa específico, pode-se fazer as seguintes considerações:

## **PROGRAMA DE TRANSPORTES**

É inegável a importância das rodovias no pantanal, pois as mesmas possibilitaram a muitas áreas consideradas quase inatingíveis, comunicações regulares e via de escoamento da produção pecuária. No entanto, pouca importância foi dada à navegação fluvial que é, na realidade, a via de transporte mais condizente para a região. Embora o programa tenha dispensado esforços na modernização do porto de Ladário e obras esparsas de dragagem no rio Paraguai, muito mais poderia ter sido feito no sentido de melhor explorar este grande potencial.

Um exemplo é o próprio rio Cuiabá, antes intensamente utilizado como hidrovia, e que, devido a problemas de assoreamento, não oferece mais condições para navegação de médio e grande porte e que não recebeu, particularmente no trecho que corta o pantanal, a devida atenção no sentido de sua recuperação. Muitos outros rios poderiam ser utilizados como hidrovias, mas foram totalmente esquecidos pelo PRODEPAN.

Quanto ao transporte ferroviário, o PRODEPAN limitou-se a fazer reparos na Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil no trecho Corumbá - Campo Grande (MS), não tendo dispensado esforços no sentido de ampliar este sistema de transporte que certamente traria benefícios enormes para a economia pantaneira.

## **PROGRAMA DE SANEAMENTO**

O pantanal do atual Estado de Mato Grosso pouco se beneficiou com as obras deste programa, pois as mesmas foram dirigidas exageradamente para o pantanal do Sul, como foi o caso da perfuração de poços, o Canal de Paiaguás e o polder hidroagrícola de Corumbá- Ladário.

No caso do polder hidro-agrícola, muitas outras áreas do pantanal, mais ao norte, poderiam ter sido beneficiadas com projetos deste gênero, ao invés de um apenas de grande porte em Corumbá- Ladário. Constatase, também, que as plataformas de embarque tiveram um número muito reduzido, deixando de beneficiar inúmeras áreas de grande produção pecuária.

Quanto ao sistema de previsão de cheias, o PRODEPAN deu assistência à manutenção da rede hidrométrica do pantanal, distribuída em 16 bases em vários pontos da região, no entanto, não houve a preocupação de fazer chegar até à comunidades pantaneiras rurais os resultados e análises dos dados obtidos nestas estações.

## **PROGRAMA DE ENERGIA**

O programa energético, embora extenso e oneroso, beneficiou mais diretamente as cidades das áreas limítrofes do pantanal, como Cuiabá e Várzea Grande (MT) e Campo Grande, Coxim e Rio Verde (MS). Algumas poucas cidades tipicamente pantaneiras, como Poconé (MT), também se beneficiaram, mas, o meio rural foi pouco atingido, não propiciando quase nenhum benefício à sua população.

O programa de eletrificação rural do pantanal precisa ser urgentemente revisto, inclusive com o incentivo para o aproveitamento dos recursos locais envolvendo pequenas unidades produtoras nas próprias fazendas, com utilização de energia eólica, solar ou mesmo hidroelétrica na áreas limítrofes do pantanal.

## **PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO**

Os benefícios destes programas foram dirigidos em grande parte para a implantação dos distritos industriais de Cuiabá e Campo Grande, cidades não pantaneiras, mas que absorvem parte da produção regional. As cidades pantaneiras diretamente atingidas foram Ladário e Corumbá (MS) com a

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

A pecuária constituiu-se na principal atividade econômica do pantanal e, embora praticada de forma extensiva e com métodos arcaicos, desempenhou, historicamente, um papel de destaque como fonte de divisas para o Estado. Assim o PRODEPAN objetivou, primordialmente, o incremento desta produção, tendo para isto liberado recursos para a criação de inúmeros projetos voltados para sua modernização.

Contudo, o êxito destes projetos foi relativo, não tendo conseguido atingir plenamente os produtores pantaneiros, que continuaram, sob muitos aspectos, a utilizar os mesmos métodos tradicionais. Em relação a utilização de vacinas, vermícidias e mineralização do rebanho, os esforços do PRODEPAN podem ser considerados relativamente bem sucedidos, pois gradualmente os pecuaristas passaram a utilizar estes recursos, eliminando o risco de aftosa.

Quanto ao manejo de pastagens, o PRODEPAN provocou poucas modificações na região e estas, quando ocorreram, quase sempre se restringiram à introdução de novas espécies de gramíneas plantadas, quase sempre limitadas à pequenas áreas. Com relação à introdução de novas técnicas de manejo, o avanço foi em geral muito pequeno e lento.

Muitos fatores contribuíram para o não êxito pleno deste programa, como a falta de divulgação por parte do PRODEPAN junto aos pecuaristas pantaneiros sobre os objetivos do programa e os processos tecnológicos desenvolvidos e suas vantagens. Ao lado disto era imprescindível um programa de crédito e incentivos que dessem aos produtores da região condições de aderirem ao processo de modernização.

Um outro fator de grande importância foi a falta de mão-de-obra mais qualificada, a qual, embora o PRODEPAN, através do programa social, tenha dispensado alguma atenção, não foi suficiente para provocar mudanças na mesma.

Ainda fez falta, para um planejamento mais exato, e atuação mais efetiva do PRODEPAN, um cadastramento prévio sobre o tamanho do rebanho bovino do pantanal. O PRODEPAN foi, ainda, omissivo quanto à orientação sobre a comercialização do gado, que era um dos pontos de estrangulamento econômico do pantaneiro.

## **PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA**

Inicialmente, embora com restrições, os efeitos deste programa se fizeram sentir na assistência técnica à pesca artesanal, através da orientação sobre comercialização e preservação da fauna ictiológica, bem como regularização de documentação de pequenos pescadores da região. Os demais aspectos do programa voltaram-se à pesquisa de preservação da fauna e flora e ictiológica.

Estes projetos de pesquisa vieram na realidade a se consolidar com a implantação do projeto de Estudos de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai - EDIBAP, fruto de um convênio do governo brasileiro- UNPD - OEA, vinculado ao Ministério do Interior e a SUDECO. Este projeto deu grande ênfase às pesquisas sobre os aspectos físicos e recursos naturais da bacia do Alto Paraguai, em particular do pantanal, englobando estudos de climatologia, fisiografia e geomorfologia, geologia, hidrologia, solos, vegetação, fauna e ecologia. Também fizeram parte do projeto os estudos de cunho socioeconômico.

## **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

O programa de desenvolvimento social foi um dos mais falhos e inexpressivos dentre todos os programas do PRODEPAN, principalmente no que diz respeito ao meio rural. Os esforços dispensados neste setor não chegaram a provocar modificações palpáveis na situação educacional e social da área, mesmo porque as ações foram muito localizadas e não houve divulgação e implantação por toda a área dos novos programas e técnicas adotadas.

Por outro lado, haveria necessidade de uma adequação ainda maior destes programas com a realidade local e os anseios de sua gente. Antes de tudo, seria necessário a construção de mais escolas no meio rural e cursos com constantes orientações a seus professores, de forma que estes tivessem condições de dirigir o ensino para a realidade local, atendendo as suas necessidades.

Seria preciso, também, levar ao campo, de forma freqüente, cursos voltados para a melhor qualificação da mão-de-obra local e de orientação ao pantaneiro sobre um melhor aproveitamento dos recursos locais. Poderiam ser dados como exemplo, pequeno cursos sobre técnicas pecuárias, hortigranjeiras, princípios de saneamento e outros.

Além de todos estes programas implantados pelo PRODEPAN, muitos outros poderiam ter sido incluídos como é o caso da saúde, turismo, pesquisa voltada a criação em cativeiro e exploração econômica da fauna local e uma política de fiscalização mais efetiva das riquezas naturais regionais. O setor da saúde não foi cogitado pelo PRODEPAN e, no entanto, as comunidades pantaneiras sempre foram extremamente carentes de cuidados médios e sanitários.

Haveria necessidade de instalação de mais hospitais e/ou ambulatórios nos centros urbanos regionais, ou pelo menos melhor equipar os já existentes. Seria importante, também, a criação de unidades volantes que pudessem prestar às comunidades do meio rural, assistência odontológica, vacinação, consultas médicas e outros serviços afins.

As medidas de saneamento foram também negligenciadas. Poderia ter havido, no mínimo, campanhas esclarecedoras à população com relação à importância da utilização de água potável, cuidados higiênicos com a habitação, sanitários e alimentação. Uma outra medida importante teria sido a identificação das áreas contaminadas ou ainda propensas a contaminação e as devidas providências no sentido de saná-las.

Em relação ao turismo, apesar de terem sido tomadas medidas que facilitariam sua exploração, a exemplo da implantação de estradas, este setor não foi abordado, embora já despontasse como importante fonte de divisas em potencial para a região e o Estado, ainda deficientemente explorado.

Quanto a pesquisa para a criação em cativeiro e exploração econômica de algumas espécies da fauna regional, o PRODEPAN não fez nenhuma proposta, apenas o MINTER/EDIBAP (1.979) fez algumas referências a este respeito, recomendado que antes de qualquer iniciativa deveriam ser feitos estudos profundos sobre as espécies de interesse, como a capivara e o jacaré. O PRODEPAN também foi omissa em relação a uma política de fiscalização ambiental mais atuante para a região, apesar desta consistir sério problema regional.

A análise geral de atuação do PRODEPAN mostra que a região beneficiou-se em muitos aspectos, no entanto seu principal objetivo, que era, em última instância, dotar o pantanal de condições para uma exploração mais intensa de seus recursos, em particular a pecuária, não foi satisfatoriamente atingido, o que é constatado pela análise do comportamento do setor pecuário nos últimos 40 anos,

que apesar de ter se expandido, apresentou taxas crescimento muito inferiores às registradas para o Estado, (tabela 1).

A análise da tabela 1, mostra que, efetivamente, o PRODEPAN não conseguiu cumprir a contento seus objetivos. O pantanal, mesmo contando com seus imensos campos naturais, apresentou taxas de crescimento do setor pecuário muito aquém das observados para o Estado. A explicação desta situação está principalmente no fato das demais regiões do Estado terem contado com programas de incentivos mais objetivos, sistemas de crédito mais atuantes e melhor infra-estrutura em geral, conseguindo assim atrair maciçamente os empresários do Centro- Sul do país que dirigiram-se para Mato Grosso. Esses empresários, por sua vez, mediante emprego de grandes capitais e apoio do governo, obtiveram em pouco tempo um crescimento significativo do setor agropecuário, assim como das demais atividades a que se dedicaram.

Tabela 1

Pantanal mato-grossense: Efetivos bovinos, taxa de crescimento e sua participação no total do rebanho estadual 1970 / 2000					
Anos	Estado		Pantanal		
	N <sup>a</sup> de cabeças	TCR %	N <sup>a</sup> cabeças	TCR %	Participação %
1970	1.967.674	-	886.865	-	45,07
1980	5.243.044	166,45	1.080.114	21,79	20,60
1985	6.545.956	24,85	1.097.562	1,61	16,77
1995	14.438.135	120,56	1.266.037	15,34	8,77
2000	18.924.532	31,07	1.582.881	25,02	8,36

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de Mato Grosso 1970 1995  
 IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal Mato Grosso 2000  
 IHGMT - 2001  
 Obs: TCR taxa de crescimento relativo

Diferentemente, no pantanal, os investimentos privados quase sempre foram inexpressivos, e o pecuarista local não contou com um apoio maciço por parte do governo, a exemplo dos investidores e produtores das demais regiões do Estado.

## **ATUAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS E PROGRAMAS NA REGIÃO PANTANEIRA**

Outros órgãos, a exemplo do IBAMA, EMATER, INDEA, Secretaria de educação, Secretaria de Saúde e outros, destacaram-se na região, cuja atuação e resultados obtidos ainda não cobriu totalmente as demandas regionais, o que é explicado por inúmeros fatores que ocorrem de forma isolada ou concomitantemente, impossibilitando ou dificultando o alcance nos objetivos propostos. Entre estas dificuldades pode-se citar: adoção de estratégias de ação não adequadas à realidade local; insuficiente número de profissionais envolvidos nos programas; recursos financeiros insuficientes; a dimensão territorial dos estabelecimentos rurais e das unidades municipais e dificuldades de acesso, entre outras. Neste processo, destaca-se a atuação do INDEA, pelo êxito no combate à febre aftosa.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise sobre a atuação das políticas públicas na área do pantanal matogrossense evidencia os inúmeros desencontros entre as necessidades locais e as determinações governamentais. Assim, se por um lado os diversos programas que atuaram na área pantaneira provocaram modificações na dinâmica ocupacional, por outro, percebe-se que as vantagens dessas modificações restringiram-se, muitas vezes, a grupos específicos, não atingindo o total das comunidades pantaneiras, particularmente, no que refere-se aos seus anseios de melhoria das condições socioeconômicas em que viviam.

Vários foram os fatores que interferiram e dificultaram o alcance social mais justo por parte dos diversos programas de intervenção estatal que atuaram na área pantaneira, com destaque especial para os próprios objetivos dos programas que, via de regra, buscavam o incremento da produção de base empresarial, dotando-a de condições mais competitivas para atingirem o mercado nacional e mesmo internacional.

Contudo, outros fatores também influíram negativamente no processo, entre os quais destaca-se: Falta de dados e pesquisas que melhor orientassem as políticas de planejamento para a área; Deficiente infra-estrutura regional, principalmente vias de acesso que facilitassem o atendimento por igual aos

diferentes pontos do pantanal; Reação por parte do produtores pantaneiros às inovações técnicas, e falta de recursos por parte dos produtores pantaneiros.

Por fim, considera-se que para o êxito de programas de desenvolvimento regional, a exemplo do Prodepan, há necessidade de rigorosa definição das estratégias operacionais, as quais precisam estar estreitamente relacionadas com as condições da área de atuação do programa e, principalmente, ir de encontro aos anseios de sua população, o que consiste em condição fundamental para provocar alterações de ordem econômica e social no seio das comunidades regionais.

## BIBLIOGRAFIA

- CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantanais Mato-grossenses**. Rio de Janeiro. IBGE. 1946.
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso. **Programa de Desenvolvimento do Pantanal de Mato Grosso, 1978 - 1980**. Brasília. 1980.
- GEIPOT, Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes e MINTER, Ministério do Interior. **Estudo do Sistema Rodoviário Coletor do Pantanal Mato-grossense**. Brasília. 1973.
- IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso 1970. RJ. 1974.
- \_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de Mato Grosso 1980**. RJ. 1983
- \_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de Mato Grosso 1985**. RJ. 1991
- \_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de Mato Grosso 1995/96**. RJ. 1998.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa da Pecuária Municipal Mato Grosso 2000**.
- MINTER Ministério do Interior. Atuação do Minter. Brasília. 1978.
- MINTER Ministério do Interior e SUDECO Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste. **Estudos de desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai EDIBAP**. Relatório da 1ª fase. Tomo II. Brasília. 1979.
- PORTO, Bento Souza. **Estudos preliminares para um Programa de Desenvolvimento do Pantanal de Mato Grosso**. Cuiabá, texto mimeografado. 1972.
- SEPLAN Secretaria de Planejamento da Presidência da República e IPEA Instituto de Planejamento Econômico e Aplicada. **Programa de desenvolvimento do Pantanal Proposta de Programação para 1977**. Brasília. 1977.
- \_\_\_\_\_. Programa de Desenvolvimento do Pantanal - **Relatório de Acompanhamento 1977**. Brasília. 1978.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá. IHGMT. 1997.

SOUZA-HIGA, Tereza C. C. **Aspectos da Organização do Espaço em um trecho do Pantanal de Mato Grosso**. Rio Claro, SP. Dissertação de Mestrado. UNESP. 1987.

SOUZA-HIGA. Tereza C. Cardoso. **Processo de ocupação do pantanal mato-grossense**. *Revista Mato-grossense de Geografia*. Ano 1, nº 00. Cuiabá. EdUFMT. 1995.

SOUZA-HIGA. Tereza C. Cardoso e HIGA, Nilton Tocicazu. **Pantanal mato-grossense: o papel da pecuária na produção do espaço regional**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. vol. 59. 2001. Cuiabá. Editora Entrelinha. p 113 126. 2001.

VALVERDE, Orlando. **Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá**. *Revista Brasileira de Geografia*. 1(34) 49 144. Rio de Janeiro. IBGE. 1972.

# IHG-MUNICIPAL: A INTEGRAÇÃO CULTURAL DE MATO GROSSO

João Carlos Vicente Ferreira \*

A proposta de se criar Institutos Históricos Municipais tornou-se uma realidade, apesar das dificuldades encontradas por nossa Instituição, especialmente as de ordem financeira.

Em 1919, quando já se percebia a necessidade de uma instituição voltada para a pesquisa histórica, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Desde então estamos desempenhando um papel de fundamental importância para a sociedade mato-grossense.

A partir das décadas de 1960/70, Mato Grosso sofreu um significativo aumento populacional decorrente do intenso processo migratório. Esse fenômeno foi responsável pelo aumento da diversidade cultural mato-grossense, evidenciando a necessidade do resgate da memória, não só do passado remoto, mas, sobretudo, de se proceder o registro do processo histórico mais recente.

O trabalho de resgate dessa memória, de forma sistemática e mais abrangente, está sendo desenvolvido tendo por base os municípios. A atual gestão está incentivando e disponibilizando suporte metodológico e processual para a criação de IHG-Municipais.

O sucesso do Projeto de Integração Cultural de Mato Grosso vai depender da atuação de cada Município, uma vez que a população poderá participar da importante missão de reconstruir a sua memória, colaborando o sentido de enriquecer a história de nosso Estado.

## OS NOVOS INSTITUTOS

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na busca por sua interiorização, agiliza a implementação dos Institutos Históricos municipais, através do Projeto de Integração Cultural. A Comissão de Criação e Implantação dos IHG-Municipais, após estudo de um roteiro adequado, elaborou uma proposta que servirá de base de estudos para ser entregue aos municípios e pessoas interessadas em seu desenvolvimento.

Ao mesmo tempo estamos disponibilizando um modelo de Ata e outro de Estatuto Social. Trata-se de uma maneira de facilitar o entendimento de nossa proposta e agilizar o processo de criação dos IHG-Municipais.

A seguir apresentamos uma proposta para criação de IHG-Municipais e também os modelos de Ata e Estatuto.

\* Presidente do IHGMT

## PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, visando consolidar a cultura mato-grossense em todas as regiões do Estado e fomentar estudos da História e da Geografia de Mato Grosso, busca sua interiorização.

O Estado de Mato Grosso possui diversidade cultural esplêndida, compreendida por regiões distintas que praticam atividades culturais diversas. É preciso que as autoridades municipais promovam ações conjuntas com o poder público local para a preservação da memória histórica de sua cidade.

Mato Grosso, que possui cidades históricas e outras recém criadas, é carente no registro de seus valores culturais. Daí a necessidade premente de uma ação de registro desse passado, através da união de esforços de instituições responsáveis que viabilizem e concretizem sua busca e difusão, tornando-o acessível principalmente às novas gerações - para que sirva de compreensão do presente e orientação no futuro.

Em todo o "interland" mato-grossense existem fatos e dados que precisam ser resgatados através de documentos e contados pelos próprios homens e mulheres que o vivenciaram. Este é, pois, o verdadeiro significado deste projeto.

Justifica-se, portanto, esta ação, liderada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que pretende integrar os valores culturais do povo mato-grossense, difundindo o espírito altaneiro, o pioneirismo e a firme vontade construir uma sociedade mais justa, além de permitir a concretização da busca e difusão de nossa memória histórica.

Mato Grosso é um dos Estados mais ricos em termos de valores culturais traduzidos em fatos que são pouco conhecidos.

Esta iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso é para recolher, catalogar, registrar e difundir a história e a geografia dos municípios mato-grossenses, resgatando, na medida do possível, a daqueles que já as perdem no olvido do tempo inexorável.

O objetivo é trazer à tona todo um passado pioneiro, para com isso situar de maneira bem clara o presente e traçar metas seguras e bem definidas para um futuro promissor, possibilitando o intercâmbio sócio-cultural, didático, turístico e ecológico entre as entidades civis, organismos públicos e científicos.

Neste sentido, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso pretende:

- a) - Fomentar e promover pesquisa da história e da geografia regional na busca de empreender o processo de integração e valorização das raízes da cultura, permitindo, com isso, sua projeção;
- b) - Possibilitar e desenvolver a ação de preservação e defesa ecológica;
- c) - Promover e incentivar o desenvolvimento do turismo histórico e ecológico, buscando processar a integração e valorização das raízes sócio-culturais;
- d) - Contribuir com o processo de ensino aprendizagem e educação informal, no que se refere à cultura e resgate da história e geografia mato-grossense, objetivando resultados;

Através desta ação estaremos resgatando o interessante, belo e rico material histórico e geográfico de uma cultura de valor inestimável. Por outro lado, com grande empenho, estaremos devolvendo um pouco do muito que foi tirado das terras mato-grossenses.

Os Institutos Históricos e Geográficos Municipais pretendem propiciar o intercâmbio cultural entre os diversos Municípios, possibilitando que o Estado se fortaleça em sua diversidade cultural.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

### **I)- Da identidade dos IHG-Municipais com o IHGMT:**

Os Institutos Históricos e Geográficos a serem criados nos municípios mato-grossenses deverão manter uma identidade com o IHGMT através de:

- a) O SÍMBOLO ou BRASÃO do IHG-Municipal deverá ter como ícone de identificação a parte externa do emblema do IHGMT: o círculo de louro com as faixas laterais interiores, sendo que a identidade específica de cada Instituto deverá ser emblematizada no centro de seu Símbolo. Citamos como exemplo que o IHG de Cáceres tem no centro de seu Brasão o desenho do Marco do Jauru, um símbolo histórico cultural de seu município. Partindo deste princípio, sugerimos às Comissões Provisórias que se mobilizem no sentido de definir o Símbolo do seu IHG-Municipal para que, no momento de posse dos Membros Efetivos estejam aptos a entregarem o Diploma definitivo aos Associados de seu IHG-Municipal.

b) Os Presidentes Efetivos dos IHG-Municipais serão, necessariamente, SÓCIOS CORRESPONDENTES do IHGMT, elemento que irá representar a instituição maior em seu Município, assim como se responsabilizará pelo estreitamento das relações entre o IHGMT e os IHG-Municipais.

#### **II)- Atividades em comum dos IHG-Municipais com o IHGMT:**

Ter como uma das metas primordiais: **LEVANTAMENTO, SISTEMATIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E PRESERVAÇÃO** dos valores culturais do Município através da intervenção dos IHG-Municipais junto a instituições detentoras de acervos ou, em sua impossibilidade, ser o curador dos acervos (nesse segundo caso, serão necessários espaço físico e condições de armazenamento condizente da documentação). A seguir, sugestão sobre levantamento das documentações (escrita, fotográfica, em vídeo, em mobiliário, em arquitetura, em sítios arqueológicos, etc):

#### **DOCUMENTAÇÃO ESCRITA:**

a) deverá se proceder a um levantamento exaustivo junto às igrejas, aos Cartórios, às Instituições Culturais e Escolares, ao arquivo da Câmara Municipal, bibliotecas, jornais e especialmente no acervo das famílias;

b) uma vez localizada essa documentação, elaborar um cronograma de sua sistematização: catalogação de cada coleção;

c) elaboração de catálogos: instrumentos de pesquisa organizados em verbetes consubstanciando a resenha de cada peça documental;

d) publicação e lançamento do catálogo e sua disponibilização em papel e virtualmente (cd-rom);

e) preservação da documentação através de microfilmagem;

f) democratização da documentação através da digitalização dos microfilmes.

#### **DOCUMENTAÇÃO ORAL:**

A ser produzida pelos membros do IHG-Municipal através da gravação de fitas cassetes ou mesmo filmadoras (video), com as personalidades mais expressivas do município, seja enquanto fundadores, elementos relevantes no âmbito cultural (historiadores, professores, diretores, promotores culturais, jornalistas, etc) e mesmo os chamados atores anônimos. Esse material deverá sofrer o processo de:

a) elenco das personalidades a serem entrevistadas;

b) elaboração do roteiro da entrevista;

d) realização da entrevista;

- e) transcrição da entrevista (digitalização em microcomputador);
- f) cópia da fita gravada a qual será disponibilizada aos pesquisadores, junto com disquete ou cd-rom, guardando, bem acondicionada, a fita originalmente gravada.
- g) assinatura de termo de concessão por parte do entrevistado.

### **DOCUMENTAÇÃO VISUAL:**

- a) levantamento do material visual existente na cidade: fotografia, monumentos, edificações, emblemas, medalhas, selos, moedas, etc.;
- b) escaneamento de parte do material e sua transposição para cd-rom, a fim de democratizar as informações, possibilitando cópias, sendo que os monumentos e edificações deverão ser filmados, fotografados com equipamento profissional (preferencialmente digital) a fim de facilmente divulgar as informações;
- c) elaboração de um catálogo contendo breve descrição de cada foto, objeto, monumento, edificação, emblema, selo, moeda, medalha, etc., através de verbetes e publicado em papel e disponibilizadas as informações virtualmente (cd-rom ou disquetes e, até mesmo, via Internet).

### **III)- Da Revista dos IHG-Municipais:**

Cada IHG-Municipal deverá manter uma Revista anual ou bi-anual, e poderá adotar o mesmo padrão visual e estrutural da Revista do IHGMT, a saber:

- a) formato e disposição de capa;
- b) estrutura: artigos, comunicações, resenhas e documentação.

### **IV)- Do Boletim dos IHG-Municipais:**

Cada IHG-Municipal deverá divulgar suas atividades entre os associados e entre os membros dos demais IHG-Municipais, do IHGMT, do IHG-Brasileiro e dos Institutos Históricos dos demais Estados da Federação, através de um Boletim, que poderá ser anual, semestral, trimestral, bimensal ou mesmo mensal, contendo uma resenha de todas suas atividades.

### **V)- Do Encontro Anual dos IHG-Municipais:**

Os IHG-Municipais, sob a coordenação do IHGMT, deverão se reunir a fim de fazer um balanço dos trabalhos realizados, assim como discutir propostas comuns de encaminhamento para o ano vindouro, em data a ser marcada. Esta reunião deverá ser, no mínimo, de três dias, ocasião em que serão divulgados os trabalhos e atividades dos IHG-Municipais. Deverão ser apresentadas mesas redondas, palestras e discussões para retirada de propostas comuns de

encaminhamento dos trabalhos a serem realizados no ano seguinte. Este evento deverá contar com a presença de personalidades de relevo cultural de âmbito nacional e regional e instituições culturais e educacionais, quando deverão ser firmados convênios, parcerias e contratos para a viabilização das propostas de encaminhamento retiradas ao final do Encontro. Este evento deverá merecer ampla divulgação anterior através dos meios de comunicação da capital e interior.

#### **VI)- Dos Encontros dos IHG-Municipais:**

Cada IHG-Municipal deverá realizar um evento anual de grande repercussão na comunidade, seja comemorando uma data festiva, seu aniversário de criação ou até mesmo homenageando uma personalidade ou instituição.

#### **VII)- Do Aspecto Financeiro dos IHG-Municipais:**

A exemplo do que ocorre com o IHGMT, o IHG-Municipal se manterá das mensalidades pagas por seus membros que desembolsarão a quantia de um salário mínimo anual.

A instituição deverá procurar parcerias com a iniciativa privada e poder público para viabilização de projetos da entidade.

**Parágrafo Único:** O IHGMT poderá receber, a título de colaboração dos sócios efetivos dos IHG-Municipais 20% do valor da anuidade paga. O objetivo deste recurso financeiro é permitir ao IHGMT sua aplicação em benefícios dos próprios IHG-Municipais, sob forma de envio de correspondências, confecção de boletins e revistas de interesse comum, Congresso Anual dos IHG-Municipais, intercâmbio permanente, etc.

#### **VII)- Da criação e implantação dos IHG-Municipais**

a) Será instituída uma Diretoria Provisória a ser eleita na primeira reunião de criação do Instituto Histórico e Geográfico Municipal. A Diretoria Provisória terá quatro membros: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro.

b) O Instituto Histórico e Geográfico Municipal a ser criado terá 40 vagas e cada uma delas terá um Patrono. Não é necessário, nem interessante, preencher imediatamente as 40 inscrições. É bom que sobrem algumas vagas para futuros candidatos.

c) O Patrono deverá ser, de preferência, pessoa falecida ou já de propecta idade. Os Patronos escolhidos deverão ser, preferencialmente, pessoas da cidade, de reconhecido merecimento, não sendo, no entanto, uma imposição (pode ser pessoa de reconhecimento nacional ou até mesmo internacional).

d) Na nomenclatura do IHG-Municipal deverá constar o nome de seu

município.

e) O Instituto Histórico e Geográfico Municipal deverá ter um estandarte ou bandeira, bem como escudo ou brasão com motivos regionais.

f) Os candidatos ao Instituto Histórico e Geográfico Municipal deverão ser historiadores, geógrafos, escritores, jornalistas, pesquisadores e produtores culturais, pessoas de credibilidade cultural e de conceito formado no seio da sociedade.

g) A seleção dos candidatos ao Instituto Histórico e Geográfico Municipal será efetuada por uma Comissão composta inicialmente pela diretoria provisória e integrada por um membro efetivo do IHGMT. Posteriormente, essa Comissão poderá ser também integrada pelos membros efetivos do IHG-Municipal. Será concedido um prazo de 30 dias para que os candidatos ao Instituto Histórico e Geográfico Municipal apresentem seus currículos à Comissão Seletora dos postulantes.

h) A Diretoria deverá nomear uma Comissão responsável pela elaboração de seus Estatutos.

i) A aprovação dos Estatutos será efetivada em Assembléia Geral Extraordinária convocada pela Diretoria Provisória. Na mesma oportunidade deverá ser eleita a Diretoria Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Municipal.

j) A **solene instalação do Instituto Histórico e Geográfico Municipal** se realizará em data escolhida pela diretoria em local apropriado. Para esta cerimônia deverá ser convidada uma comissão de membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, liderada por seu Presidente, o qual abrirá, com discurso a sessão magna e, em seguida, concederá o Diploma ao Presidente do IHG-Municipal. O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso passará a condução dos trabalhos da sessão de Instalação ao Presidente do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico municipal, que procederá a entrega dos Diplomas aos demais membros efetivos.oração de um dossiê de cada personalidade (breve biografia e principais momentos de sua atuação);

l) A hospedagem dos membros visitantes do IHG-MT ficará a cargo do IHG-Municipal. Após a cerimônia, os empossados e visitantes do IHG-MT se confraternizarão.

# ATA DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ...

## (MODELO)

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de ....., reunidas as pessoas abaixo qualificadas à rua ..... n., (cidade), Mato Grosso, às ..... horas, sob a direção de (fulano de tal), decidiram criar uma instituição cultural para atuar neste município, com os objetivos de: 1- Fazer pesquisas sobre a história, geografia, etnologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo e outras ciências; 2- Criar ou incrementar uma biblioteca especializada nessas ciências; 3- Criar ou incrementar um museu, com objetos, documentos, fotos antigas pertencentes tanto à municipalidade como a seus moradores; 4- Providenciar a gravação em som e vídeo de depoimentos das pessoas de projeção e moradores antigos da cidade; 5- Fazer levantamento dos acidentes geográficos e núcleos populacionais do município; 6- Descobrir e pesquisar sítios arqueológicos; 7- Efetuar pesquisa etnológicas dos índios e quilombos da região; 8- Fazer um levantamento fotográfico de pessoas, locais, acontecimentos e construções de destaque; 9- Promover as festividades históricas do municípios; 10- Promover a criação de um arquivo histórico, com documentação pública e privada, e para tanto, fazer convênio com a Prefeitura e Câmara de Vereadores para catalogar a documentação pública municipal; 11- Fazer convênios para pesquisas, estudos e troca de informações e de documentação com a Prefeitura e Câmara Municipal, Arquivo Público de Mato Grosso, Instituições de ensino e Instituições congêneres; 12- Proferir palestras em escolas e instituições visando divulgar a história e a geografia do município, bem como as realizações do Instituto; 13- Procurar editar uma revista com artigos acerca da história e geografia do município. Constatada e verificada pelos presentes a necessidade de uma instituição do gênero para a preservação da memória social de (cidade)-MT, foi lido um Estatuto Social para a instituição, que, debatido um a um dos seus artigos, foi devidamente aprovado como se segue: (TRANSCREVER O ESTATUTO) Após, o Presidente declarou criada a instituição e em seguida propôs o ingresso dos seguintes sócios efetivos: 1-2-3-4-5-6- etc.. e, por aclamação dos presentes, os mesmos foram eleitos Sócios Efetivos do Instituto. O Presidente e os demais presentes discutiram a eleição da primeira diretoria, sendo a seguir eleitos por aclamação: Presidente: ....., Secretário Geral ....., Tesoureiro: ....., Suplente ....., Conselho Fiscal: ..... e ..... que imediatamente tomaram posse de seus cargos com mandato de 2 anos a contar da presente data. Finalmente, o Presidente agradeceu a presença de todos, conclamando os sócios a trabalharem em prol da instituição e designou a mim,

....., como secretário ad-hoc para lavrar a presente Ata, que vai por mim abaixo assinada, pelos membros eleitos da Diretoria, pelos Sócios Efetivos e pelos demais presentes. (Cidade), .... de ..... de 2002

1ª Assinatura do Secretário que redigiu a Ata.

Presidente

Secretário Geral

Tesoureiro

Suplente

Demais sócios

Observação:

- 1- O Instituto deverá ter 1 livro de atas para cada modalidade, onde serão transcritas: A criação do Instituto, Reuniões de Assembléias Gerais, Reuniões de Diretoria, Posses de membros da Diretoria, Posses de novos sócios.
- 2- A presente ata deverá ser lavrada no livro de atas com as assinaturas mencionadas;
- 3- Em seguida, a mesma deverá ser transcrita digitada a parte, idêntica ao livro, e deverá ser assinada pelo secretário que a redigiu e pelos membros da diretoria, tão somente.

A ata, digitada, deverá ter as suas assinaturas reconhecidas em cartório, mais uma xerox autenticada do livro de atas para comprovar que a ata digitada é cópia fiel aquela do constante no Livro de Atas, devendo, ambas, serem levadas em cartório para registro em títulos e documentos;

## **ESTATUTO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE.....** (MODELO)

Art. 1 - O Instituto Histórico e Geográfico de ....., é uma instituição civil de direito privado sem fins lucrativos e sem interesses políticos partidários, cujo objetivo maior é a preservação da memória social e cultural do município de .....

Art.2- A administração do Instituto será exercida:

- A- Pela Assembléia
- B- Pela Diretoria
- C- Pelo Conselho Fiscal

Art. 3- A Assembléia é o órgão máximo do Instituto, composta por todos os sócios Efetivos, sob a direção do Presidente, tendo a seguinte competência:

- A- Eleger membros da Diretoria e Conselho Fiscal
- B- Apreciar as contas anuais apresentadas pela Diretoria
- C- Apreciar o relatório administrativo de atividades anuais da Diretoria
- D- Decidir sobre alteração do Estatuto

§ 1º - A Assembléia reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, em data previamente fixada pelo Presidente, para apreciação das contas anuais e, extraordinariamente, sempre que for previamente convocada;

§ 2º - O Presidente convocará a Assembléia Geral por Edital de Convocação, a ser afixado na sede do Instituto, 20 dias antes de sua realização.

Art.4- A Diretoria é composta dos seguintes cargos:

A- Presidente

B- Secretário Geral

C- Tesoureiro

D- Suplente

Art.5- Compete ao Presidente dirigir os destinos do Instituto, representando-o em juízo, junto aos poderes constituídos, entidades culturais e congêneres, e sociedades civis em geral, cabendo-lhe, ainda, com os demais membros da Diretoria, exercer a sua gestão administrativa, cultural e financeira, de maneira a atender os objetivos do Estatuto;

Art.6- Compete ao Secretário Geral secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia, lavrar as respectivas atas, providenciar os seus registros em Cartório quando for o caso, manter a correspondência recebida e expedida, guardar o Livro de Atas do Instituto, executar atos de gerência de administração e de pessoal, manter uma Nominata de Sócios;

Art.7- Compete ao Tesoureiro cuidar das finanças, manter as contas bancárias, assinar cheques junto com o Presidente, escriturar a contabilidade, manter os registros fiscais e apresentar a prestação de contas anuais à Diretoria, até 90 dias após o término do ano civil;

Art.8- O Conselho Fiscal, composto de 2 sócios efetivos, deliberará através de parecer exarado nos autos do processo de prestação anual de contas da Diretoria

Art.9- A Diretoria terá um mandato de dois anos, podendo os seus membros ser reeleitos, em cargos não remunerados.

§ 1º - A eleição se fará por voto direto e secreto dos sócios efetivos, e não havendo mais de uma chapa, será permitida a votação por aclamação;

§ 2º.- A inscrição de chapas, mesmo única, será feita perante a Secretaria do Instituto, até dez dias antes da eleição;

§ 3º- A eleição será realizada em sessão extraordinária da Assembléia, previamente convocada pelo Presidente, em data marcada pela Diretoria;

§ 4º- A Secretaria Geral providenciará cédulas eleitorais e urna, e, ainda, tomará outros procedimentos para o bom andamento do processo eleitoral;

§ 5º- Iniciados os trabalhos eleitorais, o Secretário Geral chamará um a um os sócios eleitores, que sufragarão o seu voto em urna própria;

§ 6º- Finda a votação, o presidente nomeará os escrutinadores que farão a abertura da urna e contagem dos votos;

§ 7º - Apurados os votos, o Presidente proclamará os eleitos e mandará lavrar a ata;

§ 8º - A posse na nova Diretoria do Instituto dar-se-á no prazo máximo de trinta dias após a eleição;

Art.10- O Instituto terá as seguintes categorias de sócios:

A- Efetivos

B- Correspondentes

C- Beneméritos

Art.11- São sócios efetivos, em número não determinado, aqueles que, residindo no município de ....., foram eleitos para tal;

Art.12- São Sócios Correspondentes, em número não determinado, os que, residindo no Brasil e no Exterior, forem eleitos para tal;

Art.13- São Sócios Beneméritos os que, não sendo Sócios Efetivos ou Correspondentes, proporcionarem real benefício material ao Instituto;

Art 14- São requisitos básicos para ser eleito Sócio Efetivo:

A- Residir no município de .....

B- Ter manifesto interesse na história, geografia e ciências afins;

C- Ter vontade de trabalhar em prol do Instituto, participando de suas reuniões e demais atividades, bem como pagar as anuidades fixadas.

Art.15- A admissão de sócios efetivos obedecerá ao seguinte procedimento:

§ 1º - O interessado deverá fazer uma inscrição solicitando o seu ingresso como Sócio Efetivo do Instituto, juntando cópias de documentos pessoais, currículo vitae documentado e exemplares das obras e também de artigos publicados;

§ 2º - Recebida a inscrição, a Diretoria se reunirá e dará o seu parecer sobre a admissão, no prazo de 30 dias;

§ 3º - A inscrição individual, com o respectivo parecer, será submetida à apreciação e votação secreta ou aclamação em reunião da Diretoria;

§ 4º - Será lavrada ata em livro próprio de todo processo eleitoral;

§ 5º - Aos Sócios Efetivos que forem admitidos no dia da fundação, não serão exigidas as formalidades discriminadas no parágrafo anterior, bastando a simples aprovação dos presentes à Assembléia de constituição;

Art 16- O Sócio Efetivo eleito, no ato da posse, perante a Diretoria, em sessão do Instituto, receberá o diploma correspondente à sua categoria;

Art.17- Para a admissão de Sócio Correspondente deverá haver a apresentação da proposta pelo Presidente ou por três sócios efetivos, para apreciação e eleição;

Art.18- Para admissão de Sócio Benemérito, deverá haver indicação consubstanciada da Diretoria à Assembléia para a sua apreciação e eleição;

Art.19- Os Sócios Efetivos deverão contribuir com uma anuidade para o Instituto, em valor a ser estipulado, votado e aprovado em sessão ordinária;

Art.20- Por decisão de Diretoria, em sessão ordinária, poderá ser excluído do Instituto o Sócio Efetivo que faltar mais de cinco sessões ordinárias sem justificativa, ou ainda deixar de contribuir por dois anos seguidos com a anuidade devida, por aprovação de dois terços do Sócios Efetivos, presentes em sessão ordinária;

Art.21- A Diretoria poderá criar Comissões de Trabalho e de Estudo para auxiliar a administração do Instituto;

Art. 22- O Instituto manterá um Livro de Atas, para cada uma das modalidades: Atas da Assembléia Geral, das Reuniões de Diretoria, Posses de membros da Diretoria e Posses de novos sócios.

Art.23- A Diretoria, ou três Sócios Efetivos, podem propor a alteração deste Estatuto, em proposta escrita fundamentada, devendo o Presidente designar Comissão para estudo e parecer, a qual sendo aceita, deverá ser submetida à primeira sessão ordinária ou extraordinária da Assembléia para apreciação;

Art.24- Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

## 2ª Parte

# COMUNICAÇÕES

# A NAVEGAÇÃO SANTANISTA

Paulo Pitaluga Costa e Silva\*

As rotas de comunicação do litoral com Cuiabá e Vila Bela historicamente sempre foram fluviais. A navegação pelos rios sobrepujava os caminhos terrestres. Estes, perigosos e difíceis, na prática só foram usados com importância econômica a partir do século XX.

No século XVIII tivemos o período bem característico e marcante das monções cuiabanas. Os bandeirantes paulistas que rumavam para as minas de Cuiabá desciam o rio Tietê e o Paraná, depois subiam o rio Pardo e atravessavam de uma bacia para outra pelo varadouro do Camapuã, por cerca de 15 quilômetros em percurso terrestre. Daí desciam pelo rio Camapuã continuando pelo Coxim e o Taquari, entravam no Paraguai, São Lourenço e finalmente, subiam o rio Cuiabá. Por essa rota monçoeira, com algumas pequenas alternativas fluviais diferentes, os bandeirantes pioneiros e depois as autoridades coloniais chegavam até a vila cuiabana. Obviamente pela mesma rota, com as suas diversas variantes, seguiam os comerciantes que, com seus produtos, abasteciam Cuiabá e os sertões matogrossenses.

Mas essa era uma viagem penosa, com o perigo sempre presente de ataques dos índios Paiaguás e excessivamente demorada, pelas inúmeras cachoeiras e itaipavas que tinham que atravessar, principalmente no trajeto dos rios Tietê e Pardo. Levava-se 4 a 5 meses de viagem ou até mais - entre o Porto de Ararituaguaba, no rio Tietê, ao Porto Geral da vila do Cuiabá.

No começo do século XIX tal rota já estava praticamente abandonada, mas a história registrou algumas monções importantes por essa época. Salienta-se a Expedição Langsdorff em 1826 e a viagem de Augusto Leverger para Cuiabá em 1830. Há também registros das 2 últimas monções do Tietê para Cuiabá. A viagem comercial de um certo Firmino Ferreira que, por volta de 1840, partindo de Porto Feliz, não conseguiu chegar à Cuiabá; e uma monção militar, em 1858, que levava armas e munições para Cuiabá e guarnições do sul de Mato Grosso.

As dificuldades de navegação de alguns rios nessa rota foi o motivo principal de seu abandono, em especial o Tietê e o Pardo que, com um excesso de cachoeiras, obrigando à carga e descarga das canoas, tornava a viagem para Cuiabá muito demorada e penosa.

Ainda em tempos coloniais foi aberta a navegação pela rota do Guaporé-Madeira, a denominada Navegação do Madeira. Por essa rota, os comerciantes e seus passageiros saíam de Belém, na Capitania do Grão Pará, subiam o rio Amazonas, o Madeira, o Guaporé, chegando à Vila Bela da Santíssima Trindade

\* Historiador e ex-presidente do IHGMT.

com seus batelões carregados de mercadorias para atender ao comércio mato-grossense. Para consolidar esse caminho fluvial foi até mesmo fundada uma povoação, Santo Antonio do Madeira, no salto Teotônio, para apoio aos viajantes que iam e vinham para Vila Bela. Essa povoação não prosperou.

Já no século XIX, em 1812, João Miguel de Castro descobriu uma nova rota para o Pará, navegando pelo rio Arinos. Com alguns derivativos fluviais, costumavam navegar também pelo Juruena. Mas, em qualquer dos caminhos iniciais escolhidos, desciam sempre pelo Tapajós até Belém do Pará. Esse ciclo de navegação comercial ficou conhecido na história de Mato Grosso como a Navegação Paranista. Os Capitães Gerais de Mato Grosso do fim do período colonial procuraram incentivar e incrementar essa navegação. No século XIX, Presidentes da província tomaram algumas providências, inclusive arcando com as obras de canais e varadouros que pudessem amenizar as dificuldades de tal navegação. Pelo fim da década de 30, do século XIX, a navegação paranista já estava em desuso como rota comercial.

A estrada terrestre de Vila Boa para Goiás, aberta no século XVIII, sempre foi um opção bastante incômoda, demorada e perigosa. Os índios Caiapós fustigavam os viajantes e, ademais, não compensava aos comerciantes de Cuiabá adquirirem suas mercadorias em Vila Boa, em face dos preços exorbitantes ali praticados pelos atacadistas goianos. Os bens ali adquiridos teriam que ser revendidos em Cuiabá por preços simplesmente absurdos.

A rota fluvial pelos rios Paraguai e Prata até Assunção ou Buenos Aires, era sem dúvida uma perspectiva interessante. Nessas praças podiam os fornecedores que demandavam à Cuiabá se abastecer em um comércio variado, superior ao Rio de Janeiro, com muita mercadoria européia, que proporcionaria bons estoques aos varejistas cuiabanos. Mas os meios de transporte eram insuficientes, havendo tão somente pequenas chalupas e escunas à vela, levando uma eternidade de tempo para subir os rios da bacia platina. Além do mais, freqüentemente essa via fluvial tinha a sua navegação cerceada e dificultada pelas autoridades paraguaias. Por várias vezes, antes da Guerra do Paraguai, tentou-se abrir essa rota para a franca navegação comercial. Só após o final desse conflito, através tratado internacional de paz, pode-se franquear definitivamente essa nova opção fluvial de navegação e comércio.

Dessa forma, podemos perceber claramente, quão isolado e sem opções de rotas comerciais era a então Província de Mato Grosso.

## **SANTANA DO PARANAÍBA**

É de tempos anteriores a 1835 o início da ocupação da região do rio Paranaíba pelos irmãos Garcia, vindos de Minas Gerais. Por tal motivo, por décadas, essa região ficou conhecida como o Sertão dos Garcias. Em 1838 outras

famílias foram chamadas pelos pioneiros e também se estabeleceram na região, acabando por fundar a povoação de Santana do Paranaíba.

A criação de gado era o esteio econômico de toda a região e, de Santana, ele era remetido para as províncias de Minas e de São Paulo.

Em pouco tempo, com novos sertanistas ali se estabelecendo com propriedades rurais, o povoado foi crescendo e tornou-se um pólo exportador de mantimentos.

Em 1844, o governo mato-grossense já dava apoio administrativo à povoação, elevando-a a Distrito de Paz e tomando também as primeiras providências para efetuar a ligação de Santana do Paranaíba com Cuiabá, através da estrada do Coxim.

Logo seguiu-se a abertura de outras estradas, atalhos, portos e passagens de rios, de forma que, por volta de 1850, o caminho assim estando mais curto e melhorado, já havia uma linha de correio com Cuiabá.

Ao Distrito de Paz, seguiu-se a construção da cadeia pública, a instituição da freguesia de Santana com pároco próprio, registro eleitoral e uma Companhia Avulsa de Guardas Nacionais. E, entretanto, escola pública, sub-delegacia de polícia e coletoria de rendas estaduais.

*O comércio, a indústria pastoril e a lavoura progrediam em Santana do Paranaíba com a máxima animação, porquanto havia alguns agricultores que recolhiam anualmente aos paióis de suas fazendas 100, 120, 140 carros de grosso milho branco; 300 a 400 alqueires de arroz; fabricavam açúcar e aguardente em grande quantidade; mantinham centos de porcos nas cevas; desenvolviam a criação do gado vacum; fabricavam muitos milhares de queijos e manufaturavam algodão que exportavam; (...)*<sup>1</sup>

Parte dessa exportação de gêneros e bens ia para São Paulo e Minas e uma outra porção considerável ia para Cuiabá pela estrada do Coxim.

O Barão de Melgaço, quando Presidente da Província de Mato Grosso em 1851, assim nos noticiou:

*Já pedi ao Presidente da Província de S. Paulo que se interessasse para que o serviço do correio entre a vila da Constituição e a freguesia de Santana se fizesse com a possível prontidão e regularidade.*<sup>2</sup>

Tentava, com isso, estender o serviço de correios de Cuiabá até São Paulo, passando por Santana do Paranaíba, que comumente era feito pelo caminho de Goiás.

<sup>1</sup> - FLEURY, Justiniano Augusto de Salles. O descobrimento do sertão e fundação da povoação de Sant'Ana do Paranaíba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, tomo 13, 1925.

<sup>2</sup> - LEVERGER, Augusto. Relatório sobre as condições administrativas da Província de Mato Grosso. *O Arquivo*, Cuiabá: v. 3, 1905

Por outro lado, verificando a importância da estrada para Santana, Melgaço criou um Destacamento no rio Piquiri, de forma a dar melhor proteção aos viajantes e comerciantes que trafegavam pela estrada do Coxim até Cuiabá.

## NAVEGAÇÃO SANTANISTA

Ampliada a povoação de Santana do Paranaíba, houve uma crescente necessidade de abastecimento de gêneros como o sal, roupas, pólvora, chumbo, ferramentas, etc. para o próprio uso de seus moradores.

Muita coisa vinha principalmente de Minas, no retorno das comitivas que tinham levado para lá a produção de Santana. Mas os preços praticados pelos comerciantes mineiros eram exorbitantes. Havia que se tentar uma nova rota comercial para se adquirir as mercadorias diretamente de São Paulo.

Os comerciantes estabelecidos em Santana tiveram a idéia de refazer a rota das monções cuiabanas, já praticamente abandonada por esse tempo e, assim, adquirir os bens de que necessitavam na vila de Piracicaba. As canoas, saindo de Santana, desceriam o rio Paranaíba e o Paraná e em seguida subiriam o Tietê. Pelo seu afluente, o rio Piracicaba, atingiriam essa vila, então um importante entreposto comercial. Os piracicabanos, na ocasião, simplesmente vendiam aos mineiros que, por sua vez, revendiam as mercadorias aos santanistas e cuiabanos. Assim, se conseguissem buscar os gêneros em Piracicaba, os comerciantes de Santana eliminariam os atravessadores mineiros.

Um grande problema os aguardava. Em 1838, uma grande epidemia havia assolado a população das margens do Tietê, o que contribuiu sem dúvida para o enfraquecimento da navegação comercial por esse rio. Havia tão somente um pequeno fluxo comercial fluvial que estava sendo praticado de forma muito precária, entre a população ribeirinha tão somente. Esse comércio mal chegava a Porto Feliz. Realmente era arriscado tentar-se restabelecer a navegação tieteana a partir de Santana do Paranaíba.

Mas, apesar do receio e das dúvidas, no ano de 1840, os comerciantes santanistas mandaram o primeiro contingente de canoas à vila de Piracicaba para levar e trazer mercadorias.

Essa primeira expedição comercial, inaugurando a nova rota comercial, *produziu lucros extraordinários, (...) se nos lembrarmos de que o sal comprado em Piracicaba por 4\$, foi vendido em Santana por 12\$.*<sup>3</sup>

Em 90 dias uma nova monção retornou à Piracicaba para novo carregamento de mercadorias, financiada por outros negociantes de Santana do Paranaíba que se interessaram por essa nova rota de comércio. Daí por diante, com muita regularidade eram efetuadas essas expedições fluviais, na base de 3

<sup>3</sup> - AZEVEDO, Antonio Mariano de. *Relatório do Primeiro Tenente da Armada Antonio Mariano de Azevedo sobre os escames que foi incumbido no interior da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Peixoto, 1858, p.12

viagens por ano carregadas na ida e na volta, descansando nos meses de cheia, de dezembro a março. Por esses meses, em virtude da força das águas e a dificuldade de subida do Tietê, as canoas viajavam vazias rio acima até Piracicaba e retornavam com carga rasa para Santana do Paranaíba com sal, fazendas e ferragens.

Essa nova rota foi recebida com toda a satisfação pelos comerciantes piracicabanos, vez que se constituía num novo e inesperado incremento de suas vendas.

A necessidade comercial fez esses novos monçoeiros inventarem um meio todo especial de navegação e de transporte de suas mercadorias. Principalmente para melhor vencer as difíceis e demoradas varações dos três grandes saltos dos rios que percorriam, Urubupungá, Itapura e Anhavandava.

Ao contrário das monções cuiabanas coloniais, cujas canoas eram fabricadas de uma única e imensa tora de madeira, os santanistas faziam o transporte de suas cargas, em duas canoas pequenas de 60 cargas ou 125 arrobas<sup>4</sup> cada uma. As canoas eram conduzidas aos pares, amarradas uma a outra, com uma carga total de até 250 arrobas e com uma única tripulação na primeira canoa. Nas corredeiras e nos saltos menores eram desamarradas e soltas rio abaixo com plena carga. Só eram descarregadas nas três cachoeiras maiores mas, mesmo assim, com muita facilidade se fazia essa operação de traslado, face o pouco peso de cada embarcação e da mercadoria que conduziam.

Esse aumento do volume de aquisição de mercadorias por parte dos comerciantes de Santana, a um custo mais baixo, fez com que os mesmos procurassem investir no comércio cuiabano. Assim, incrementou-se a ligação comercial com a capital, pela rota terrestre do Coxim/Piquiri. Em menos de uma década, Cuiabá passou a ter uma grande parte de seu abastecimento comercial provido pelos comerciantes de Santana do Paranaíba. Com as dificuldades do caminho terrestre para Goiás, somados aos preços exorbitantes praticados pelos comerciantes de Vila Boa e de Meia Ponte, a ligação inesperada com Santana do Paranaíba foi de grande importância econômica para a capital mato-grossense.

Nesse comércio residiu o destaque e a importância política dessa localidade sulista em meados do século XIX. E essa posição se consolidou e ampliou com o passar dos anos. Realmente, Santana do Paranaíba, tornou-se importante para a Província de Mato Grosso.

E os méritos são unicamente santanistas, tanto pela iniciativa do comércio com a vila de Piracicaba, como a revenda em Cuiabá das mercadorias lá adquiridas.

Daí a afirmação contundente de que (...) *essa exportação de Piracicaba é feita nas monções santanistas unicamente; não uma monção piracicabana.*<sup>5</sup>

<sup>4</sup> - AZEVEDO, Antonio Mariano de. Op. Cit., P.12

<sup>5</sup> - AZEVEDO, Antonio Mariano de. Op. Cit., P.13

Um dos motivos do sucesso da navegação santanista foi a não necessidade de navegação pelo rio Pardo. A dificuldade em se navegar por esse rio, foi o grande motivo do fracasso das monções cuiabanas, face ao número excessivo de cachoeiras e as complicações para ultrapassá-las.

O Capitão Luiz Soares Viegas, em seu trabalho *Itinerário da Viagem da Corte à vila de Miranda*, datado de 1857, assim registra interessantes encontros com monções santanistas:

*Passou por nós a monção do capitão José Garcia Leal, de quatro balsas, que no fim de três dias, depois de nossa partida de Piracicaba (...) e agora regressa à vila de Santana do Paranaíba, de onde é morador o dito capitão, conduzindo sal.*

(...)

*Passou por nós uma pequena monção do capitão Antonio Leme, morador de Santana do Paranaíba...*

(...)

*... acima do salto de Avanhandava, onde encontramos Francisco das Chagas, morador de Constituição, com uma canoa, vindo de volta de Santana de Paranaíba ...*

(...)

*Passou por nós uma monção de três canoas pequenas vindas de Santana do Paranaíba, com dezesseis dias de viagem...*

(...)

*Passaram por nós duas monções (...) e outra do Martins de Santana do Paranaíba.<sup>6</sup>*

Somente por essas informações, tiradas de um único relatório de viagem provincial, verifica-se como era freqüente encontrar-se no rio Tietê, monções de comerciantes que demandavam à vila de Santana do Paranaíba em viagens a Piracicaba. Infere-se como era próspero e lucrativo o comércio santanista.

A navegação comercial de Santana do Paranaíba começou a decair depois do ano de 1857, com a abertura da navegação do rio da Prata em 1856, em função do *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* assinado nessa data com o Paraguai. Em seguida, essa nova rota platina foi incrementada pela navegação a vapor. No ano seguinte de 1858, o comerciante José Antonio Soares implantou a Companhia de Navegação do Alto Paraguai, que foi a primeira empresa desse

<sup>6</sup> - VIEGAS, Luiz Soares Viegas. *Itinerário da viagem da Corte à Vila de Miranda, Província de Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: v.26, 1863

gênero a se estabelecer na rota até Cuiabá. A partir dessa data, os comerciantes de Cuiabá começaram a adquirir as mercadorias diretamente de Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro. Com isso, um novo e grande entreposto comercial começou gradativamente a surgir em Corumbá o que veio a mudar totalmente a fisionomia do comércio mato-grossense e cuiabano.

No começo dos anos 60 do século XIX, praticamente a navegação santanista cessou de vez, ficando poucos registros históricos desse revigoreamento das monções que adentravam a Mato Grosso e em especial à Cuiabá.

Mas aos comerciantes de Santana do Paranaíba, *aos santanistas cabe a glória de ter restaurado a navegação do rio Tietê.*<sup>7</sup>

A navegação santanista foi realmente um importante episódio na história comercial de Mato Grosso.

## Bibliografia

- AZEVEDO, Antônio Mariano de. *Relatório do Primeiro Tenente da Armada Antônio Mariano de Azevedo sobre os exames que foi incumbido no interior da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Peixoto, 1858, p.12
- FLEURY, Justiniano Augusto de Salles. O descobrimento do sertão e fundação da povoação de Sant'Ana do Paranaíba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, tomo 13, 1925.
- LEVERGER, Augusto. Relatório sobre as condições administrativas da Província de Mato Grosso. *O Arquivo*, Cuiabá: v. 3, 1905
- VIEGAS, Luiz Soares. Itinerário da Viagem da Corte à Vila de Miranda, Província de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, v. 26, 1863.

---

<sup>7</sup> - AZEVEDO, Antonio Mariano de. Op. Cit., p. 11

# ESPAÇO E TEMPO NA CIDADE

Sônia Regina Romancini<sup>1</sup>

O presente texto tem como objetivo tecer uma reflexão sobre a relação espaço-tempo na cidade, apontando algumas considerações sobre a memória. A partir das discussões realizadas no seminário *A Cidade e o Tempo* e de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, apresenta-se a seguir alguns aspectos que se considerou primordiais para a compreensão dessa abordagem interessante para o desenvolvimento dos estudos urbanos.

Ao discutir as questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica, Vasconcelos (1997) afirma que as dificuldades de análise das transformações espaciais das cidades sob a opção pela longa duração, estão na relação entre os longos períodos marcados pelo cotidiano e os momentos ou períodos que saem da rotina, repletos de eventos significativos, que resultam em modificações na sociedade urbana, bem como nas funções, nas estruturas e nas formas espaciais.

A esses períodos, embora sejam de curta duração, o autor propõe a denominação de “períodos densos” pelo significado das transformações que extrapolam o cotidiano, sem ocasionar uma ruptura, mas que colocam a sociedade urbana frente a uma nova realidade. Esses “períodos densos” podem fornecer elementos para o estudo, através de documentação e da cartografia da época.

Quanto à inexistência ou a perda de documentos históricos e de mapas, Vasconcelos denomina de “hiatos temporais”, constituídos por longos intervalos sem informações espaciais, quer de “períodos densos” ou de momentos de rupturas. Outra questão levantada é a falta de dados estatísticos em intervalos regulares, como os censos eclesiásticos ou governamentais.

Destaca as mudanças tecnológicas que ocorrem em determinados momentos e que podem transformar o conjunto do funcionamento da sociedade e da cidade. Ressalta que o aparecimento de novas idéias e ideologias podem modificar as maneiras de pensar e transformar os valores da sociedade urbana, assim como as influências do estilo artístico de cada período.

Segundo Vasconcelos (op. cit., p.5-6), o estudo das cidades brasileiras que apresentam uma longa história, poderia adotar os seguintes procedimentos:

Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela UNESP, Campus de Presidente Prudente. Professora do Departamento de Geografia da UFMT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

<sup>2</sup> Seminário realizado pelo Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente, em 1998.

acordo com os eventos históricos de maior importância para a cidade;

Examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis, o que ocorreu de mais importante para a cidade, e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional, local), podem ter causado impacto direto ou indireto na cidade;

Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os agentes econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período analisado;

Examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência principal a cartografia original e a iconografia existente, complementada por informações escritas, de preferência de fontes primárias. A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser estudadas individualmente, segundo os vetores principais de expansão.

Esses foram alguns dos interessantes aspectos ressaltados pelo autor. Importante exemplo de estudo da cidade, sob a perspectiva histórica, é verificado em *Salvador: transformações e permanências*, no qual Vasconcelos (1995) discute sobre a questão do lugar, apontando como se dão as relações entre os processos históricos gerais e as especificidades locais, na formação do espaço urbano e na constituição da sociedade em Salvador.

De acordo com Sposito (1992, p. 90), a discussão sobre o espaço e o tempo na cidade refere-se não apenas à realidade cotidiana/social, por isso histórica, mas também à reflexão sobre o seu sentido filosófico. Segundo a autora “o tempo e o espaço são duas dimensões inseparáveis da existência humana, porque expressam simultaneidade de nossa condição inextricável de ser e estar”. Assim, o tempo e o espaço em suas particularidades revelam complementariedade, embora traduzam contradição. Essa contradição decorre do fato de que a complementariedade não se dá apenas linearmente, ela é também descompasso, distanciamento no processo/movimento que articula no real a unidade espaço-tempo.

No entender da autora, as sociedades contemporâneas ao produzirem um espaço-tempo articulam o particular ao geral, o lugar ao mundial, conectando

escalas diferentes do ser-estar para a produção e reprodução dessas sociedades.

Essas conexões estabelecidas revelam a probabilidade de uma articulação que é total, mas contém o que Giddens (1991) conceitua como “distanciamento tempo-espaço”, ao atentar para o fato de que para as sociedades pré-modernas a medida do tempo era imprecisa e constituía a base da vida cotidiana, unindo tempo e lugar, ao passo que para as sociedades modernas a “...uniformidade de mensuração do tempo pelo relógio mecânico correspondeu à uniformidade na organização social do tempo” (Giddens, op. cit., p. 26). Segundo Giddens, na medida em que aquilo que estrutura o lugar não é mais local, porém expressa relações distanciadas, temos uma separação entre o tempo e o espaço.

Sposito (1992) ressalta que na essência da potencialidade/realização da recombinação tempo-espaço, pela atividade social, está o trabalho. Aponta que o capitalismo nos impôs concepções de tempo e de espaço que marcam nossa filosofia de vida, nosso cotidiano, de modo que o próprio sentido do trabalho é dado pela concepção dominante de espaço e tempo.

Ao referir-se sobre a urbanização, Sposito (op. cit., p.93) destaca que “a análise da urbanização enquanto processo social, enquanto movimento de transformação, revela que o espaço-tempo da cidade explica-se pela dialética urbano-rural, e o vetor deste movimento é dado pelas mudanças na divisão social e territorial do trabalho”. Verifica-se, assim, que a análise da cidade, como expressão de cada corte do tempo da urbanização e somatória destes tempos, torna-se uma condição para a continuidade deste movimento, indicando que, enquanto espaço, a cidade é tempo.

A urbanização enquanto processo histórico, contém a análise das sociedades humanas e deve permitir o entendimento da cidade, em seu contexto histórico. A cidade é, portanto, forma materializada e não apenas paisagem estática. Revela, também, representação e manifestação do processo de urbanização em determinado ponto do território e somatória dos diversos momentos históricos que se concretizam nesta produção humana.

Em Santos (1988) temos que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. Ele aponta que para estudar o espaço é preciso apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos necessários ao entendimento da produção do espaço.

De acordo com Santos, estes elementos apresentam os seguintes significados:

*Forma* é o aspecto visível de uma determinada coisa, refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Uma casa, uma favela, um bairro verticalizado, entre outros, são exemplos de formas espaciais. Embora sejam governadas pelo presente, as formas contêm um pouco do passado, pois surgem dotadas de certos

contornos e finalidades historicamente contextualizadas. Cada forma possui uma significação social. Geralmente a forma permanece após ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida, podendo assumir outros papéis em momentos históricos diferentes.

*Função* sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa ou instituição. A relação entre as duas é direta, pois uma não existe sem a outra. As funções estão materializadas nas formas e estas últimas são criadas a partir de uma ou de várias funções.

*Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção. A forma e a função estão associadas à estrutura. As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Esta nada mais é do que a inter-relação das diversas partes que compõem o todo social. É necessário que se compreenda a estrutura social de cada período histórico para que se entenda as transformações ou inércia das formas. A estrutura corresponde à natureza social e econômica da sociedade em determinado momento histórico. No entanto, é essa mesma estrutura socioeconômica que estabelece os valores dos diversos objetos geográficos num dado momento histórico.

*Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. Indica o movimento do passado ao presente e deste em direção ao futuro, tornando-se uma propriedade entre forma, função e estrutura.

Segundo Santos (op. cit.), são esses termos que, quando tomados em conjunto e relacionados entre si, constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. Devem ser estudados simultaneamente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. No estudo da organização espacial, estes conceitos são fundamentais para explicar como o espaço social está estruturado e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. É através da acumulação do tempo histórico que podemos compreender a atual organização espacial de uma dada sociedade.

Na análise da produção do espaço realizada por Santos (1996), duas premissas devem ser estabelecidas: o tempo não é um conceito absoluto, mas relativo, é um tempo concreto; as relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas, pois revelam uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história.

Santos (op. cit.) alerta que a noção de tempo é inseparável da idéia de sistema, uma vez que a cada momento da história local, regional, nacional ou

mundial, a ação das variáveis presentes depende estritamente das condições gerais do sistema em que se situam. Portanto, ao utilizar as realidades do passado para explicar o presente deve-se levar em conta o sistema temporal a que pertencem, para que haja um enfoque espaço-temporal.

Para Santos, o espaço é uma acumulação desigual de tempos. Assim, o espaço não é uma construção homogênea, nem temporal, nem espacialmente, daí as “rugosidades”. O espaço é construído no tempo, através da história, que é o estabelecimento de relações dos homens e mulheres com a natureza e dos homens e mulheres entre si, com seus conflitos, lutas, contradições, vitórias, derrotas etc., no tempo. Dessa forma, esse espaço construído por uma acumulação desigual de tempos é condicionado por fatores de ordens subjetiva e objetiva.

O autor salienta que se deve considerar que estão presentes aspectos subjetivos nos indivíduos que, mesmo vinculados à objetividade, somam-se para a desconstrução e construção de um determinado espaço. A subjetividade surge das relações desenvolvidas pelas pessoas em múltiplos tempos e espaços, desiguais, em que a consciência espacial assume diversas dimensões. Isto é, reconhece-se o espaço diferentemente, dependendo dos condicionantes temporal e espacial que atuam sobre o sujeito.

Se na desconstrução/construção do espaço estão presentes o indivíduo e sua subjetividade, sendo que o sujeito não é algo dado, pronto e acabado, mas também formado a partir das relações estabelecidas por este sujeito durante a sua existência, acrescenta-se o papel o papel desempenhado pela memória e pelo imaginário, tanto individual quanto social. Portanto, tudo é construído, formado social, histórico e espacialmente (Santos, op. cit.).

Assim, a memória coletiva/social é construída no tempo e no espaço. As concepções que se tem sobre o mundo e sobre os homens, foram e são condicionadas pelas diversas relações estabelecidas pelos homens e mulheres no passado e no presente.

As relações no cotidiano das pessoas pautam-se num espaço desigual, que é ao mesmo tempo velho e novo, conservador e progressista, reacionário e revolucionário. Como o espaço é acumulação desigual de tempos, a memória também é acumulação desigual de experiências, portanto, é desigual.

Desse modo, a sociedade tem sua memória coletiva/social desigual, pois é constituída por uma diversidade de grupos, classes e segmentos, que por sua vez apresentam memórias desiguais (Santos, op. cit.).

Ao analisar a memória das cidades, Abreu (1998) salienta que, face aos acontecimentos do século XX, como os progressos técnicos e científicos, as guerras, a fome, dentre outros aspectos, as sociedades buscam novas visões de mundo, vivendo mais o presente, desconfiando do futuro e revalorizando o que construíram em tempos passados.

Nesse momento de mudança surgem reflexões teóricas que destacam o tempo como a análise de categoria fundamental para a compreensão do mundo atual. Harvey (1996) denominou de “compressão espaço-tempo”, com suas implicações práticas político-econômicas, sobre a vida social e cultural.

Segundo Abreu (op. cit.), face à homogeneidade do espaço global, cada lugar procura na singularidade a sobrevivência e a individualidade. Nesse sentido, o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em instituições de memória, ou vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, é ele que dá o suporte mais sólido a essa procura da diferença. Na busca da “memória urbana” no Brasil o passado está sendo revalorizado e a preservação, recuperação e restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo almejado pelos governos municipais.

Ao estudar as formas sociais da memória, Halbwachs apud Abreu (1998, p. 12) afirma que “a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo”. Sem negar a importância à memória individual, o autor ressalta que a capacidade de lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas pela aderência do grupo do qual faz parte àquele mesmo espaço: onde habitou, onde trabalhou, onde viveu. Um espaço que foi compartilhado por uma coletividade durante um certo tempo.

Para Halbwachs as memórias coletivas se eternizam mais em registros, em documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem. São esses documentos que, ao transformar a memória coletiva em memória histórica, preservam a memória das cidades. São eles também que nos permitem contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem.

Abreu (op. cit.) alerta que a memória é sempre seletiva, pois só nos lembramos daquilo que queremos. A história, entretanto, busca a objetividade, procurando clarear as memórias, ajudando-as a retificar suas omissões e erros. De modo que a história tem um papel mais importante do que a memória para o resgate do passado de um lugar. Resta-lhe recuperar o tempo, sem perder o lugar.

Santos (1994) chama a atenção para a distinção entre a história urbana e a história da cidade. A história do urbano refere-se às atividades que se realizam na cidade, no ambiente urbano de modo geral. Incluindo a história do emprego, das classes, da divisão do trabalho entre cidade e campo e dentro das próprias cidades. A história da cidade seria a história dos processos sociais que se materializam na cidade, como a história dos transportes, da propriedade, da especulação, do urbanismo, da centralidade. O conjunto das duas histórias daria a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas.

De acordo com Santos (op. cit.), no estudo dos espaços do passado, é fundamental definir quais são os conceitos e variáveis adequados à análise do tempo que se pretende estudar. Tratando-se de uma cidade deve-se efetuar a recuperação do quadro referencial maior daquele lugar naquele tempo, isto é, o seu enquadramento espaço-temporal. É preciso recuperar o "tempo do lugar", ou seja, "o conjunto de temporalidades" próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço. Assim, o desafio que se antepõe à Geografia quando estuda o passado é como empiricizar o tempo, pois sem torná-lo material, não conseguimos geografizar o tempo, conclui o autor.

Para finalizar, voltamos às considerações de Abreu (1998), segundo o qual, para que tratemos da memória das cidades é imprescindível que, além da história urbana e da história da cidade, fundamentais para a contextualização dos processos sociais no tempo e no espaço, recuperemos também a história daquela determinada cidade, e esta última é mais do que a soma das duas primeiras. Ela é a síntese de como aquelas duas histórias se empiricizaram, como materialidade e ação humana, naquele lugar. A história de uma determinada cidade não dispensa a análise da dimensão única, idiográfica, do lugar. Se abandonarmos essa dimensão poderemos até recuperar o urbano, mas não a cidade, a história da cidade que pretendemos estudar.

Essas foram algumas reflexões possibilitadas pela bibliografia consultada. Trata-se de um tema muito rico e interessante que traz inovações acerca dos estudos urbanos, apontando para novas possibilidades de pesquisa, através da Geografia Urbana Histórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. Sobre a memória das cidades. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET, ano III, n.4, p. 4-26, jan./jun. 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral / Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidade: Espaço e Tempo (ensaio de reflexão). **Revista de Geografia UNESP**. São Paulo. V.11: 89-97, 1992.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Questões Metodológicas na Geografia Urbana Histórica**. 5. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador, 1997, (mimeo).

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências (1549- 1990). In: BECKER, Berta; CHRISTOFFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany; GEIGER, Pedro. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 97-117.

# TURISMO EM ESPAÇO RURAL INICIATIVAS TRANSMONTANAS E PANTANEIRAS.

Suíse Monteiro Leon Bordest<sup>1</sup>  
Igues Waldérs Ferreira Izquierdo<sup>2</sup>

O tema proposto tem como objetivo trazer para reflexão no âmbito histórico e geográfico o assunto *turismo em espaço rural* como oportunidade de desenvolvimento local, capaz de promover a conservação do patrimônio ambiental e cultural do lugar.

Baseia-se em algumas impressões de viagens realizadas na região de Trás-os-Montes (Portugal) e em visitas de estudos ao Pantana1 (Brasil), além de leituras de publicações voltadas ao assunto.

Conforme Novaes (2000) o turismo rural no Brasil vem se destacando em algumas ações isoladas e inovadoras, como é o caso de Lajes (Santa Catarina), no interior de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, entre outros.

Concordamos com Rodrigues (2001) ao lembrar que apesar das diferenças entre os processos de implantação do turismo rural em Portugal e no Brasil, alicerçadas por fatores históricos, culturais, econômicos e políticos, existem algumas semelhanças, como: acentuado êxodo rural, o envelhecimento e a falta de perspectiva da população que permaneceu no campo, além das atividades não agrárias introduzidas, recentemente, no campo, como o turismo e lazer.

Sem dúvida, o Turismo em Espaço Rural TER, em Portugal, encontra-se em processo muito mais avançado, por vários motivos, entre eles, a injeção de capitais nos programas de desenvolvimento local, a partir da União Européia.

Entre os problemas do turismo rural brasileiro, um deles é a falta de um programa institucionalizado de investimentos que incentive o turismo e o lazer no contexto de um planejamento global, e mais especificamente, voltado para o Pantanal Mato-Grossense.

---

1 - Geógrafa. Doutora em Geociências pela UNESP, Campus de Rio Claro. Docente do PPG em Educação e do PPG em Geografia da UFMT. Membro do IHGMT.

2 - Licenciada em Línguas Neolatinas pela FAL. Lins - SP. Prof. da UF de Manaus.

A nossa participação nos *Cursos de Verão* em Universidades de Portugal, nos anos de 1998, 1999 e 2000, propiciou-nos informações e conhecimentos através de aulas, palestras e visitas *in loco* em aldeias, vilas e cidades do norte de Portugal, envolvendo pessoas e entidades protagonistas nos meios, acadêmico, político e empresarial, que alicerçam a nossa reflexão.

Com esta contextualização sobre o TER, damos início as rápidas considerações sobre algumas impressões e observações voltadas para as paisagens das duas regiões, espacialmente distantes: Trás-os-Montes e Pantanal Mato-Grossense.

## INICIATIVAS TRANSMONTANAS E O TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Observando as experiências portuguesas do TER e como a Iniciativa Comunitária LEADER tem impulsionado o turismo em zonas rurais da União Européia, com um novo processo de desenvolvimento rural, deslocamos o nosso olhar entre Trás-os-Montes (Portugal), e o Pantanal Mato-Grossense (Brasil) e grotescamente resumimos nossas impressões:

Dois mundos distantes que, em suas trajetórias ao longo do tempo, expõem situações, marcadas por contradições, fazendo ecoar de suas entranhas forças que deixaram marcas nas paisagens naturais e humanizadas ou nas próprias vidas de suas gentes, e que apesar de tudo, nos ensinam a vislumbrar caminhos, que apontam para um dever de esperanças.

A experiência de *Trás os Montes, no norte de Portugal* nos possibilita descortinar a grandiosidade da cultura de sua gente e da beleza da sua paisagem física, fortemente marcada pela identidade regional.

Dizem que nessa região, com pedra e água a natureza fez uma grande obra. A mesma pedra e a mesma água que fizeram suas gentes. *Em nenhuma outra parte homem e lugar se soldaram tão prodigiosamente* diz Antonio Pires Cabral. Provérbios, lendas, danças e canções emanam destes homens que se cobrem de *croças*, de capas de honras em *burel*, e as mulheres de capuchos.

Dizem que em Trás-os-Montes há Terra Fria e Terra Quente. A Terra Fria, de planaltos e serras, de vales profundos e estreitos, de clima rude, terra que produz centeio, batata e castanhas. A Terra Quente produz oliveiras, amendoeiras, vinha, carne, lã e leite.

Percorrendo caminhos de aldeia em aldeia observamos múltiplos saberes e tradições na agricultura, no pastoreio, nos trabalhos manuais. Trás-os-Montes é

santuário de arte rupestre, de castros, de castelos medievais...que lhe confere forte identidade cultural. Nesse ambiente de Terra Transmontana, de vivências comunitárias muito ricas, que ainda hoje se mantém, pudemos compartilhar de algumas de suas experiências para o Turismo em Espaço Rural, e que nos tem servido de referência.

## INICIATIVAS PANTANEIRAS E O TURISMO EM ESPAÇO RURAL

O Pantanal Mato-Grossense, imbuído de forte identidade, detentor de complexa realidade natural e histórico-cultural, é uma extensa área transicional, entre os domínios do Cerrado no Brasil Central; do Chaco na Bolívia e Paraguai, e o Amazônico ao norte do país.

No dizer de Virgílio Corrêa Filho, citado por Costa Pereira (1963) *o Pantanal em Mato Grosso, não é simplesmente sinônimo de pântano, terreno brejoso, como definem os dicionários. Especifica-se a denominação, quando aplicada à vasta região antropogeográfica, de fisionomia singular, cujo relevo, cuja vegetação e economia resultam de atividades fluviais. Semelha-se de certa forma a imenso fundo de concha, sulcado pelo rio Paraguai e seus tributários, que imprimem à paisagem feições particulares com o ritmo de suas alagações anuais, quando se lhe misturam as águas em ampla coalescência, dilatada por léguas e léguas, a laia de imenso lago efêmero em que mal se distinguem os canais permanentes.*

A localização das terras pantaneiras, na porção central da América do Sul, com extensão de 140.000 km<sup>2</sup>, associada a um ciclo anual de cheia e vazante, constitui um dos principais fatores responsáveis pela manutenção da sua biodiversidade e práticas culturais centenárias de sua gente. Tais condicionamentos sugerem feições de unidade e de imensidão.

Na verdade, o Pantanal está amplamente ocupado por pequenas comunidades ribeirinhas e por fazendas, algumas destas, centenárias, variando muito de tamanho, desde centenas até milhares de hectares. Sob o olhar de Sucksdorff, citado por Maldí (1995), Pantanal e pecuária seriam indissociáveis, na medida em que as terras baixas, formando um ambiente natural para animais com casco, caracterizam-lhe uma importante função ambiental: desse modo, o "idílico" e o "paradisiaco" dessa extensa planície são percebidos através da ação humana, ao contrário do que acontece com a floresta. É a presença do homem que confere à planície a imagem poética (no sentido de Bachelard).

Refletindo as vicissitudes da sua formação geológica e as condições

especiais do clima da região, o Pantanal resultou em uma diversidade de fisionomias e *habitats*, que levaram ao reconhecimento dos pantaneiros e estudiosos sobre os vários tipos de pantanais: Pantanal do Cuiabá, Pantanal do São Lourenço, Pantanal do Taquari, Pantanal do rio Negro, Pantanal de Aquidauana, Pantanal de Miranda, Pantanal de Corumbá, Pantanal de Nabileque, Pantanal do Tererê, Pantanal do Rio Apa. O Pantanal Mato-Grossense vivenciou vários ciclos econômicos, tais como o açúcar, cachaça, ipeca, gado e extrativismos diversos, mas foi pela interação dos sertanistas com os índios guatós e guaicurús que nasceu o entendimento e a capacidade de adequar-se ao meio. Desta forma foi possível implantar a pecuária na planície inundável, que se tornou sua única economia estável e permanente até os nossos dias. Assim, a planície representou no passado um grande papel no abastecimento de carne para outros estados do país.

Os atuais problemas da pecuária pantaneira, decorrentes de motivos diversos: econômicos, políticos, sociais, ambientais, é uma realidade, e necessita de soluções. A diversificação da sua economia se impõe.

O Pantanal, que tem na sua exuberante riqueza natural e cultural um estoque de alta potencialidade para o desenvolvimento do TER, aguarda projetos bem intencionados, que se bem implementados, poderão vir a complementar a pecuária tradicional ou modernizada.

Ao mesmo tempo, as preocupações com estas terras ainda pouco conhecidas, voltam-se contra o sentimento de *cobiça* de aventureiros, quiçá, pretensos empresários de turismo que em troca de quinquilharias, poderão dar início a uma pilhagem da natureza devastando interações ecossistêmicas e culturas tradicionais em troca da artificialidade.

Na verdade, o que se propõe são atividades turísticas responsáveis que, além de alternativa econômica aos empreendedores, garantam o desenvolvimento com sustentabilidade de seus habitantes, e promovam a conservação do patrimônio ambiental e cultural do lugar.

Do ponto de vista do turista, lembram Bordest et al. (1999), em áreas rurais pantaneiras, além de condições favoráveis ao seu descanso, as pessoas podem através da contemplação da natureza, apreciar a revoada e ouvir o canto dos pássaros, ao amanhecer e entardecer, observando os animais e plantas de ambientes alagáveis; podem praticar atividades, como: passeios de barco, caminhadas em trilhas, pescarias, cavalgadas; ou participar da lida diária do pantaneiro; pode ainda, compartilhar das tradições comunitárias: danças, lendas e crenças, e degustar uma típica alimentação do Pantanal, em ambiente de rara beleza.

Nesse contexto, especial atenção deve ser concedida aos autóctones pantaneiros (Bordest, 2002), legítimos representantes locais e guardiões do Pantanal. De certa forma, são eles, que em simbiose com todas as demais espécies, dão vida à planície que palpita nesse espaço geográfico. Espaço, que, conforme Costa Pereira (1963) constitui a nota característica da fisiografia mato-grossense.

Finalizando, longe da panacéia que costuma envolver a discussão do assunto Turismo, desviando a atenção de questões essenciais para um excesso de otimismo, as experiências que já vêm dando certo, em algumas áreas rurais no Brasil e em outros países, levam-nos a acreditar num porvir de sucesso para o desenvolvimento do TER no Pantanal Mato-Grossense.

Voltando ao objetivo inicial do texto, entendemos que aquilo que nos une nesta reflexão sobre estas duas regiões de nações distintas e distantes, é a possibilidade de desenvolvimento do TER no Pantanal na escala do Desenvolvimento Local, evitando os erros do passado.

Ao encerrar, registramos sinteticamente nossas impressões sobre o turismo no Pantanal na virada do milênio:

O TER é uma atividade que, apenas se inicia em nosso país. Alguns proprietários de terras dos Pantaneiros começam a desenvolvê-la. O TER tem encontrado mais resposta no Município pantaneiro de Poconé, enquanto nos outros, a demanda maior é para atrativos em outras modalidades de turismo. Em Cáceres destaca-se o Turismo de Pesca, onde o atrativo maior está nos piscosos e grandes rios, favorecendo diferentes tipos de pesca. Este fato é também o chamativo dos grandes festivais, que determinam e priorizam suas ações para a captação de eventos. Em Barão de Melgaço, além da pesca em rios, baías e lagoas, o turismo esportivo, (de get ski, barcos) desperta atenção do visitante de cidades vizinhas. Estas atividades caracterizam o Turismo de Massa, que reúne grande quantidade de pessoas em torno de um atrativo. Já, o TER tem atraído mais o turista estrangeiro, que em geral vem em pequenos grupos, buscam os pequenos hotéis ou pousadas no meio pantaneiro, fatos mais frequentes em Poconé e Barão de Melgaço. Na Transpantaneira, estrada para Poconé, a preferência é para o lazer ou “turismo de um dia”, mas as pousadas aí instaladas recebem principalmente turistas estrangeiros. Em Leverger, o Turismo de massa é determinado pela proximidade da capital e procurado pelas praias, pesca e culinária. Aí, a principal atração fica para o carnaval típico ao ar livre, que vem sendo disputado com a vizinha cidade de Livramento. Podemos dizer que o Turismo em Espaço Rural englobando o Ecoturismo e o Turismo Cultural encontra-se em processo no Pantanal Mato-Grossense.

## **BIBLIOGRAFIA**

BORDEST, S.M.L.; MACEDO M.; PRIANTE, J.C.R. **Matutando Turismo**. Cuiabá: EdUFMT. 1999.

BORDEST, S.M.L. **Potencialidade Turística de Mimoso e o Olhar do Autóctone**. Cuiabá: Gráfica Print, 2002.

COSTA PEREIRA, J. V. da **Pantanal**. In: Tipos e Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. 1963.

GONZÁLES, R. R. **La Escala Local Del Desarrollo**. Definición y Aspectos Teóricos. In: Revista de Desenvolvimento Económico. Ano1. N.1 Novembro de 1998. Salvador, BA. p. 5-15.

MALDI, M. **Pantanais, Planícies, Sertões: uma reflexão antropológica sobre espaços brasileiros**. Revista mato-grossense de geografia. Dep de Geo. do ICHS/UFMT, Cuiabá: EdUFMT,1995. p. 74-102

RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo Rural: Práticas e Perspectivas**. São Paulo: Contexto. 2001. (Coleção Turismo, Contexto)



## A GRANDE RODOVIA TRANSOCEÂNICA

# A GRANDE RODOVIA TRANSOCEÂNICA

Gabriel de Mattos

Estuda-se nos livros de Geografia que em Mato Grosso situa-se o Centro da América do Sul (na capital, Cuiabá), além do centro do Brasil (no município de Barra do Garças). Bela situação se buscamos aparecer com o nome em certos anuários ou manuais.

No entanto, um CENTRO é definido como um ponto equidistante de dois outros, por onde se passa na metade do caminho entre os dois extremos. De fato, se não se passa de um extremo a outro, bem... aquele ponto não é um centro, mas algo como um espaço perdido entre um lugar onde as coisas acontecem e um grande vazio.

É muito engraçado que a população de Mato Grosso, quando deseja ver o mar, não tenha um grande problema: Qual deles?

Claro, se o Oceano Pacífico está tão distante quanto o Oceano Atlântico, porque não ficar em dúvida?

É que, na prática, o país ainda não teve a coragem de olhar para dentro, em todos os aspectos. Ainda ficamos olhando para o mar, vendo a África e achando que ali está o primeiro mundo, a Europa...

O brasilianista Mathew Shirts, há alguns anos atrás, escreveu uma crônica no *Estadão*, explicando que seu país natal, os Estados Unidos, é de fato uma grande rodovia, uma extensa rodovia ligando os oceanos Atlântico e Pacífico. E que isso é que fez daquele país um laboratório de descobertas, pois uma boa idéia que nascesse no meio dela (ou nas pontas) pegava a rodovia e ia testar se aquele negócio dava certo em outro lugar. E mesmo se alguém do lugar de origem menosprezava ou censurava a idéia, pegava-se a estrada e ia-se tentar em outro lugar.

Exemplos? O cinema nasceu na costa leste, logo controlado pela figura carismática de Thomas Edison, que no entanto não pensava sequer no cinema de média metragem. Apertados no leste? O cinema pegou a rodovia e foi até uma cidadezinha lá no oeste, uma certa Hollywood. O resto é história.

Boas idéias como uma lojinha que funcionava das 7 da noite às 11, quando todo mundo parava às 6 da tarde? A *seven-eleven* foi uma das primeiras franquias a ganhar a rodovia. Um hotel com o mesmo padrão de uma ponta a outra? A rede *Hollyday Inn* usou o marketing do conhecido para também ocupar a beira da rodovia. E, chegando a um exemplo indiscutível: hamburguers sempre iguais durante toda a viagem? *McDonalds* de oceano a oceano.

Sem falar nas dezenas de concorrentes desses pioneiros, definindo um cenário de efervescência criativa interna, que moldou um padrão que resiste na maioria dos outros países. Chegando a um panorama de globalização.

E é assim que vejo uma grande Rodovia, uma grande rodovia cruzando o centro da América do Sul. Não um caminho asfaltado, mal cuidado, sem acostamento, não. Uma Grande Rodovia, três pistas de Oeste para Leste, três outras de Leste para Oeste, espaços generosos aos lados, onde a criatividade brasileira vai implantar suas idéias.

Uma estrada que nasce lá na Bahia, no porto de Ilhéus, cruza o norte das Minas Gerais, entra em Goiás, passa no sonho modernista que é Brasília; Goiás de novo e entramos em Mato Grosso. Barra do Garças, Primavera do Leste, Cuiabá, Cáceres; chegando à Bolívia, cruzando a Cordilheira dos Andes. Como nós não queremos pouco: grandes viadutos e/ou túneis sobre e sob, entre as montanhas. E ali, próximo ao maior de todos, o Pacífico, uma abertura, um entroncamento: ao norte o Peru, porto de Arequipa; ao sul o Chile, porto de Arica.

Não se trata simplesmente de “saída para o Pacífico”, significa ligar o Continente, fisicamente, de fato, apesar e acima de tratados.

Claro que é uma idéia que dá medo. Não é algo que se possa confiavelmente prever os efeitos. É claro que algumas reações virão de quem tem medo de crescer, como os economistas que tem medo do consumo (entenda-se: acesso de todos aos bens produzidos), ou dos que preferem disputar um espaço exíguo do qual já ocupam lugares de destaque a confiar numa genuína lei de mercado que tanto pregam e tanto temem, a qual pode ampliar o espaço a ser ocupado. Não é para quem acredita em monopólios, em dominar e controlar; é muita coisa diferente que está envolvida.

E também trata-se de uma Globalização de fato, não mera abertura para importar badulaques de quem, em troca, taxa tudo que nós produzimos. É uma via de comércio, a ser ocupada por “sacoleiros” se as leis não acompanharem a aceleração da economia. Um desafio para quem deseja criar o seu próprio negócio: está difícil aqui, vamos para mais longe, a rodovia permite, a rodovia é a perspectiva.

E é coisa para já, para os novos governos de 2003. Para começar uma conversa entre Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Distrito Federal. Um papo com o Chile, já começado há uns anos atrás, e negociações com Peru e Bolívia.

Um dos efeitos que se pode prever (e que Mato Grosso já pode começar a trabalhar) é o Eixo Norte-Sul, passando por Cuiabá e chegando ao norte a Sinop e Santarém e ao sul a Mato Grosso do Sul e outros países do Mercosul. Um continente integrado, um caminho para o desenvolvimento. Mercoeste, Merconorte.

É valido lembrar que a libertação das colônias espanholas, no século XIX, visava criar os Estados Unidos da América do Sul? Será que alguns líderes políticos atuais estariam interessados em resgatar um sonho, em entrar para a História? A História do Século XXI?

Isso é coisa para estadista, para quem busca dividir a História em antes e depois de sua atuação, por merecimento e produção, como Getúlio e Juscelino, e não para quem joga com o certinho, sem sobressaltos, buscando o respeito dos tolos, dizendo que não fez mais porque era impossível mesmo (que se vai fazer?...).

Não é o futuro, é o Presente que está aí: o novo século é uma estrada aberta.

---

Gabriel de Mattos é arquiteto e urbanista, professor universitário, Mestre em Educação, escritor e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Este artigo foi publicado no jornal *Diário de Cuiabá* de 11/10/2002.

# ESTIVE NO SÃO PAULO E TAMBÉM EM RIO DE JANEIRO

Afrânio Corrêa (\*)

Se um jornalista escrevesse isso ou uma autoridade dissesse essa frase, todos o corrigiriam e o levariam ao ridículo, pois todo mundo sabe que não se diz o São Paulo, mas se diz o Rio de Janeiro.

Com Mato Grosso, está acontecendo a mesma coisa e a gente observa que está se alastrando essa história de mudar o nome do Estado, chamando-o de o Mato Grosso, quando o nome de alguns Estados não levam o artigo.

São conhecidos os casos dos Estados cujo nome não têm artigo: Goiás, São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso, Santa Catarina, Sergipe e Minas Gerais são referidos apenas pelo nome. Por exemplo: estive em Sergipe, passei férias em Santa Catarina, tenho imóveis em São Paulo, vou conhecer Mato Grosso.

Outros Estados, levam o artigo masculino ou feminino: a Bahia é linda, o Paraná está progredindo, adoro o Amazonas, pretendo morar no Rio Grande do Sul, e assim por diante.

O nome de Mato Grosso nunca teve artigo, desde quando era parte da Capitania de São Paulo. Depois, virou Província de Mato Grosso, depois Estado e até hoje. A lei nº 799, assinada por D. Aquino Corrêa, quando Presidente, criava o Brazão do Estado de Mato Grosso.

Ninguém chama o Portugal, o Mônaco, mas diz-se a França, a Inglaterra, o Irã, o Iraque, o Japão. Cidades também tem denominação própria: diz-se o Rio de Janeiro, mas não se fala o São Paulo, a Belo Horizonte, a Aracaju, a Porto Alegre, a Cuiabá, a Campo Grande, a Manaus, a Rondonópolis.

Mas diz-se, sim, o Rio de Janeiro, o Recife, o Pantanal, o Amazonas. Cidades não têm tratamento com artigo, tratadas com a preposição em e nunca com o artigo o.

Em Salvador-Bahia, há ruas da Grécia, da Espanha, da Bélgica, mas quando se trata de Portugal, o nome é Rua Portugal, porque o país não é conhecido como o Portugal.

É preciso que os novos cuiabanos, os que vieram para Mato Grosso depois de nós, saibam disso e não mudem o nome da terra que os recebeu. Jornalistas das grandes revistas, redatores da Voz do Brasil, correspondentes de grandes jornais, os novos empresários gente que trouxe dinheiro, idéias, trabalho e progresso para Mato Grosso, a ponto de torna-lo muito breve um dos Estados mais desenvolvidos deste país, devem saber que o nome desta terra que os recebeu é simplesmente Mato Grosso, puro, simples, sem artigo assim batizado pelos bandeirantes que, em todas as províncias que fundaram, deram nomes igualmente sem artigos.

(\*) Afrânio Corrêa é jornalista e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Assim aconteceu com São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso.

Há curiosas e inexplicáveis exceções no tratamento de cidades, pois enquanto se fala em Fortaleza, Maceió, São Paulo, Florianópolis, Curitiba, diz-se o Rio de Janeiro, ou simplesmente, o Rio, para elogiarmos sua beleza. Com relação à Califórnia, (US) também se usa o artigo feminino, quando dizemos que a Califórnia é linda, mas New York não há artigo. É simplesmente New York. Não se diz, por exemplo, estive em México, mas sim, no México, no Brasil, na China, mas em Portugal, em Viena, em Londres, em Singapura, em Jacartha, em Adis-Abebba, no Paraguai, no Uruguai, em Mato Grosso.

Terei sido claro?

Assim como os Estados, países e cidades têm tratamento diferenciados, ora com artigos, ora sem artigos. Não há explicações lógica, quando dizemos Santa Catarina é um Estado próspero ou o Amazonas e o Pará estão em zona tropical.

Chamar esta terra de o Mato Grosso soa mal aos ouvidos, é errôneo e revela desconhecimento das tradições. Imagine-se se chegássemos a Curitiba e disséssemos, aqui, em Paraná ou então, aqui em Rio Grande do Sul.

Talvez por isso, pelo fato de lá no Sul os Estados terem seus nomes precedidos do artigo o, os sulistas entenderam que aqui deveria ser o mesmo. Mas não é. Mato Grosso é apenas e somente Mato Grosso.